

Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.17, n.52, mai.-ago.25

**Dossiê extremas direitas:
riscos à democracia? - Parte II**

Conselho Editorial

Aécio da Silva Amaral Jr., UFPB, Brasil
Ana Amélia da Silva, PUC-SP, Brasil
Ariel Jerez Novarra, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Bruno Carriço dos Reis, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal
Celso Fernando Favaretto, USP, Brasil
Claire Blencowe, University of Warwick, Reino Unido
Fernando Antonio de Azevedo, UFSCAR, Brasil
Gabriel Cohn, USP, Brasil
Jean Burgess, Queensland University of Technology, Austrália
José Luis Dader García, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Laurindo Lalo Leal, USP, Brasil
Maria do Socorro Braga, UFSCAR, Brasil
Maria Izilda Santos de Matos, PUC-SP, Brasil
Miguel Wady Chaia, PUC-SP, Brasil
Raquel Meneguelo, UNICAMP, Brasil
Regina Silveira
Rosemary Segurado, PUC-SP, Brasil
Silvana Maria Correa Tótora, PUC-SP, Brasil
Tathiana Senne Chicarino, FESPSP, Brasil
Yvone Dias Avelino, PUC-SP, Brasil
Venício Artur de Lima, UNB, Brasil
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC-SP, Brasil
Victor Sampedro Blanco, Universidad Rey Juan Carlos, Espanha

Diretor Editorial

Rafael de Paula Aguiar Araújo, PUC-SP, Brasil

Editores

Silvana Gobbi Martinho, PUC-SP, Brasil
Fabricio Augusto Antonio Amorim, PUC-SP, Brasil
Mércia Alves, UFPR, Brasil

Editor Assistente

Arthur Spada

Comitê Científico

Claudio Luis de Camargo Penteado, UFABC, Brasil
Eva Campos Domingues, Universidad de Valladolid, Espanha
Julian Brigstocke, Universidade de Cardiff, País de Gales
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil
Maria Laura Tagina, Universidad La Matanza, Argentina
Pedro Malina, FESPSP, Brasil
Rodrigo Estramanto de Almeida, FESPSP, Brasil

Revisão de texto

Rodrigo Rafael de Oliveira

Diagramação

Yasmin Mancini, FESPSP, Brasil

Aurora. revista de arte, mídia e política é uma publicação do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política NEAMP do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.17, n.52, maio a agosto 2025

Sumário

Editorial	3-6
Revista Aurora entrevista Cas Mudde	7-24
Dossiê Extremas direitas: riscos à democracia? - Parte 2	
A reconfiguração da extrema direita em Portugal: do neofascismo ao populismo do <i>Chega</i>	25-47
Helder Prior	
Pânicos morais e mobilização política: as estratégias da extrema- direita para controlar o debate público	48-71
Herbert Rodrigues	
Mapeando o movimento conservador: uma análise de redes sociais das edições da Conservative Political Action Conference (CPAC) na Argentina, Brasil, Estados Unidos e México, entre 2024 e 2025	72-90
Ramon Fernandes Lourenço	
Novos populismos na América Latina: a formação do Cabildo Abierto no Uruguai	91-119
Davi Jose Franzon e Agustina Martiarena Pazos	
A América Latina resiste? Autoritarismo e Imperialismo através de <i>O Senhor Presidente</i> e <i>Cem Anos de Solidão</i>	120-137
Thiago Madeira	
Ética dos afetos em tempos de violências e autoritarismo: em defesa do útil comum	138-155
Elisa Harumi Musha	
Direita radical, populismo e democracia: uma análise descritiva	156-179
Orlando Lyra de Carvalho Júnior	
Narrativas de poder: A análise crítica do imaginário extraplanetário de Elon Musk em <i>De Volta ao Espaço</i>	180-197
Renato Guimarães Furtado	
Artigos	
O individual é também social: autoficção e <i>gestus</i> como reveladores de parte da identidade de estudantes do ensino médio	198-211
Mileni Vanalli Roêfero e Beatriz Eugênia Oliveira Carvalho	

EDITORIAL ■

Fabricio Amorim
ORCID: 0000-0001-9507-4720

Silvana Martinho
ORCID: 0000-0002-7052-7460

Mercia Alves
ORCID: 0000-0001-8008-6905

Arthur Spada
ORCID: 0009-0006-3008-8455

A consolidação da extrema direita como uma opção eleitoral viável ocorre em várias partes do mundo e tem ganhado força por meio de discursos nacionalistas e reacionários que reforçam a polarização e consequentemente, o discurso baseado no medo e na exclusão do outro. É essencial para esse espectro político a criminalização dos inimigos, o controle de fronteiras e a regulação dos corpos.

3

Esse avanço se sustenta com as sucessivas crises econômicas que atingem e deterioram a vida das pessoas junto de uma crescente desconfiança das populações em relação às instituições democráticas. A crescente sensação de que o campo político nada faz para mudar suas perspectivas diárias abre espaço para o discurso antissistema e para os políticos da extrema direita.

Dessa forma, observa-se a tentativa de restringir direitos civis, pressionar a imprensa e enfraquecer órgãos de controle. A retórica agressiva reforça a divisão social e dificulta o diálogo político. A partir desse contexto, diversos estudos têm demonstrado que a ascensão desses movimentos representa um desafio significativo para a estabilidade e os valores das democracias contemporâneas.

Diante da importância de compreender como age esse espectro político, apresentamos o número 52 da Aurora, revista de arte, mídia e política, com a segunda e última parte do dossiê extremas direitas, riscos à democracia? Esta edição tem início com a entrevista que realizamos com Cas Mudde, cientista político holandês que é precursor nos estudos sobre as extremas direitas pelo mundo.

Durante o papo, ele falou sobre o avanço dos partidos de extrema direita no Parlamento Europeu e como muitos se tornaram mainstream em seus países;

demonstrou sua visão sobre lideranças como Donald Trump e Jair Bolsonaro, bem como minimiza o papel das redes sociais na ascensão deles e desse espectro político. Mudde ainda analisou a política brasileira e as perspectivas nas eleições brasileiras de 2026. Logo após a entrevista, este número da Aurora traz oito artigos que compõem o dossiê junto a mais um artigo livre. Os trabalhos perpassam temas variados dentro do universo das extremas direitas.

O dossiê tem início com o artigo “A reconfiguração da extrema direita em Portugal: do neofascismo ao populismo do Chega”, assinado por Helder Prior, professor na Universidade Autónoma de Lisboa. A partir de um olhar focado na extrema direita de Portugal, o autor discute a ascensão do Chega, o principal representante da direita radical populista no país. O partido tornou-se a segunda maior força no Parlamento, terminando com o domínio de décadas dos principais partidos portugueses. Para o autor, esse avanço constitui um fenómeno multifacetado, resultado de uma complexa intersecção de fatores que rompe com o sistema político do país. O artigo foi publicado no idioma original do autor (o português de Portugal).

Na sequência, Herbert Rodrigues, reflete acerca dos pânicos morais durante o governo de Jair Bolsonaro com o artigo “Pânicos morais e mobilização política: as estratégias da extrema-direita para controlar o debate público”. O estudo discute a questão da pedofilia, a “ideologia de gênero”, as críticas à comunidade LGBTQIA+, a defesa da família tradicional, o movimento Escola sem Partido, a ideia de “cidadão de bem”, o negacionismo científico, a demonização do comunismo e do globalismo. De acordo com o autor, o fomento desses pânicos foi fundamental para a manutenção do apoio à extrema direita.

Estamos diante de um contexto no qual a extrema direita tem não só força, como organização. O artigo de Ramon Fernandes Lourenço, “Mapeando o movimento conservador: uma análise de redes sociais das edições da Conservative Political Action Conference (CPAC) na Argentina, Brasil, Estados Unidos e México, entre 2024 e 2025”, revela a intrincada rede internacional das CPAC’s. A partir da rede mapeada, o autor identificou a influência dos dois polos do movimento conservador, bem como verificou a presença de agentes que interligam as diversas edições, formando uma comunidade internacional com presença marcante nos processos de internacionalização do evento.

A extrema direita se espalha pelo mundo até em países com estabilidade democrática como o Uruguai, que nunca teve uma direita radical forte. O artigo

de Davi Jose Franzon e Agustina Martiarena Pazos, “Novos populismos na América Latina. A formação do “Cabildo Abierto no Uruguai”, mostra a forte retórica moralizante e antipluralista do partido formado pelo militar aposentado Guido Manini Ríos. Os autores deixam claro como o CA representa um novo ator da direita radical na América Latina, cuja atuação se ancora na rejeição à agenda progressista e na construção de uma identidade nacional conservadora.

Ainda no terreno da América Latina, Thiago Madeira realizou uma análise de dois clássicos do realismo mágico na região latino-americana, “O Senhor Presidente”, do guatemalteco Miguel Ángel Asturias, e “Cem Anos de Solidão”, escrita pelo autor colombiano Gabriel Garcia Márquez, procurando relacionar a trajetória dos autores, assim como suas respectivas obras, com o contexto político-social vivenciados. Assim, buscou compreender como se constrói a figura dos políticos autoritários e a lógica de poder imperialista na América Latina a partir do conteúdo das obras e do contexto de suas produções.

Tendo em vista o atual contexto marcado por discurso de ódio e intolerância com imigrantes, Elisa Harumi Musha escreveu o artigo “Ética dos afetos em tempos de violências e autoritarismo: em defesa do útil comum” pensando em um tripé crítico da superstição, do progresso e da servidão sob a perspectiva da ética dos afetos, proposta por Espinosa. Dessa maneira, realizou uma interlocução entre a crônica “Mineirinho”, escrita por Clarice Lispector e a metáfora “Angelus Novus” sobre o anjo da história, criada por Walter Benjamin, concluindo a necessidade de lutar por outra concepção do passado.

5

Com enfoque na identificação das estratégias políticas e dos componentes ideológicos- culturais comuns entre os apoiadores da direita radical nos Estados Unidos, na Alemanha e no Brasil, Orlando Lyra de Carvalho Júnior analisa no artigo “Direita radical, populismo e democracia: uma análise descritiva” como essas democracias conseguiram resistir às tentativas autoritárias. Segundo o autor, mesmo com muitas ameaças, a democracia nos países analisados tem se mostrado resiliente e preparada para reagir ao radicalismo da extrema direita.

O artigo “Narrativas de poder: A análise crítica do imaginário extraplanetário de Elon Musk em De Volta ao Espaço” encerra o dossiê extrema direita. Neste trabalho, Renato Guimarães Furtado analisa o documentário “De Volta ao Espaço” como um exemplo paradigmático da forma como a mídia e o cinema operam como ferramentas políticas de consolidação de imaginários hegemônicos.

O autor investiga como a narrativa do filme reforça os projetos tecno-utópicos de Elon Musk, que promove a colonização do espaço como solução para os desafios existenciais da humanidade.

Por fim, Mileni Vanalli Roéfero e Beatriz Eugênia Oliveira Carvalho, no artigo “O individual é também social: autoficção e gestus como reveladores de parte da identidade de estudantes do ensino médio”, apresentam uma análise da relação entre alunos e a criação de um personagem partindo de sua própria realidade, identificando e refletindo a respeito da autoficção e do conceito de gestus *brechtiano*. Assim, verificaram que os gestus apresentados pelos alunos em suas produções autoficcioneis devem ser questionados em sala de aula para promover reflexão e debate, a fim de aumentar a conscientização sobre suas próprias ações.

Boa leitura!

Equipe Aurora.

ENTREVISTA ■

Cas Mudde: “Partidos de extrema direita foram normalizados”

Entrevista à Revista Aurora¹

Professor de Relações Internacionais na Universidade de Geórgia, nos Estados Unidos, o cientista político holandês Cas Mudde é referência quando o assunto é a extrema direita mundial. Não tem como pesquisar o assunto sem passar por suas obras. Escreveu diversos livros não traduzidos em nosso país. No Brasil, sua única obra publicada é “A extrema direita hoje” (eduerj). Nesta entrevista concedida à Aurora, ele reflete sobre a extrema direita mundial, faz uma reflexão a respeito da transformação estrutural das democracias, sobre o ambiente político global e pondera as possibilidades nas eleições brasileiras de 2026.

A partir de uma perspectiva que analisa diferentes lideranças e partidos, Cas Mudde conceituou a quarta onda da extrema direita que revela a consolidação e a normalização desse espectro político, deixando de se posicionar a margem do sistema para ser aliado aceitável na formação de coalizões, impulsionado tanto por mudanças sociais quanto por alterações profundas na lógica da comunicação política.

Durante a entrevista, Mudde se mostra cético em relação às reflexões que condicionam a ascensão da extrema direita à atuação nas redes sociais, pois essa explicação simplifica demais um fenômeno complexo. Para ele, a mudança mais decisiva ocorreu nos meios de comunicação convencionais. Também destaca que os políticos tradicionais, em vez de liderarem debates públicos, têm seguido a agenda definida pela extrema direita. Lideranças como Donald Trump e Jair Bolsonaro conseguem influenciar os caminhos da agenda política e são exemplos proeminentes da radicalização da direita radical.

Ao falar especificamente da política brasileira, Mudde observa que nosso campo político opera essencialmente sob lógica de coalizão, o que ajuda a expli-

¹ Entrevista feita por Fabricio Amorim; Silvana Martinho; Mercia Alves e Arthur Spada em dezembro de 2025. Tradução livre. Original em inglês encontra-se após a tradução em português na página 16.

car a fragmentação da direita entre campos mais democráticos e o bolsonarismo. Nas eleições de 2026, projeta um cenário em que o primeiro turno deve revelar uma direita dividida e acredita que o segundo turno deve reordenar o campo político brasileiro em um confronto direita versus esquerda, com votos sendo mobilizados mais por rejeição do que por entusiasmo.

Além disso, Mudde chama atenção para o crescimento da polarização afetiva: a transformação de adversários legítimos em inimigos existenciais. O antagonismo emocional crescente, afirma ele, molda não apenas as estratégias eleitorais, mas a própria percepção que cidadãos têm uns dos outros dentro da democracia. Nesse sentido, é crescente a visão de que imigrantes constituem uma ameaça à identidade nacional e a segurança. Termos como “cidadãos de bem” ou “povo” são utilizados como instrumentos de exclusão que definem quem são os indesejáveis que devem ser banidos de volta à sua terra natal.

A entrevista com Cas Mudde aprofunda todos esses temas e oferece um panorama crítico e fundamentado sobre os rumos da política contemporânea.

Revista Aurora: Os partidos de extrema direita vêm ganhando terreno no Parlamento Europeu, surgindo como a terceira ou até mesmo a segunda força eleitoral mais relevante em seus respectivos países, conforme seu apoio eleitoral continua a crescer. Como você avalia a ascensão global dos partidos de extrema direita, como Chega, Vox e AfD, assim como a apropriação de partidos políticos na América do Norte e do Sul por figuras como Donald Trump no Partido Republicano e Jair Bolsonaro no Partido Liberal? A crescente viabilidade eleitoral desses movimentos leva à normalização de suas ações?

Cas Mudde: Hoje, partidos de extrema direita já são o maior partido em um número crescente de países, da Itália à Índia e aos Estados Unidos. Além disso, em muitos países eles são o maior partido da direita, como no Chile e na Suécia. Por causa de seu crescente apoio eleitoral e da capacidade de definir a agenda política, os partidos de extrema direita tornaram-se crescentemente *Koalitionsfähig*, ou seja, aceitáveis para a formação de coalizões. Apenas alguns países ainda mantêm o chamado *cordon sanitaire*, isto é, a exclusão da extrema direita de coalizões de governo e mesmo nesses países, as narrativas da extrema direita já se tornaram *mainstream* (como na Bélgica e na Alemanha).

Mas não apenas as ideias e os partidos de extrema direita se tornaram *mainstreamed*, isto é, passaram a integrar o “*mainstream*” político; eles também se tornaram “normalizados”, ou seja, percebidos como “normais”. Por exemplo, a ideia de que o multiculturalismo fracassou tornou-se quase um ponto de “senso comum” na Europa, propagada não só por políticos de extrema direita, mas também por líderes do “*mainstream*”, como a ex-chanceler alemã Angela Merkel, o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy e o ex-primeiro-ministro britânico David Cameron (todos fizeram essas declarações enquanto estavam no cargo). Pelo mundo, a imigração é cada vez mais vista como ameaça à identidade nacional e à segurança — particularmente a imigração de muçulmanos — e até mesmo o conceito de asilo político está sob ameaça. Além disso, em muitos países, termos como “cidadãos de bem” ou “o povo” são usados quase exclusivamente para descrever a base de apoio dos partidos de extrema direita.

Embora praticamente todos os países tenham visto um desenvolvimento semelhante — isto é, partidos de extrema direita emergindo das margens, entrando no parlamento, aumentando seu apoio, o que leva partidos tradicionais primeiro a *mainstreaming* e depois a normalizar

suas posições — a extensão e a velocidade desse processo variam. Como dito, alguns países ainda mantêm um *cordon sanitaire*, excluindo a extrema direita das coalizões (notadamente Bélgica e Alemanha). E enquanto o processo que vai da “quebra eleitoral” ao status de *Koalitionsfähig* levou décadas em países como Holanda e Suécia, levou menos de uma década em Portugal e na Espanha.

Revista Aurora: No seu livro *A extrema direita hoje* (ed. UERJ), você categoriza o espectro político da extrema direita em dois grandes grupos: a direita radical (*radical right*) e a direita extrema (*extreme right*), que têm visões opostas sobre democracia. Com base nessas definições, onde você colocaria figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro?

Cas Mudde: Na verdade, eu divido a “extrema direita” em “direita radical” (*radical right*) e “direita extrema” (*extreme right*). A tradução portuguesa está correta; a tradução brasileira escolheu outro termo, contra minha preferência. De qualquer forma, Bolsonaro e Trump são exemplos proeminentes da radicalização da direita radical — outra característica da quarta fase — o que levou ao surgimento de partidos e políticos híbridos, que se apresentam principalmente como “direita radical”,

mas também apoiam ações, ideias e políticas da “direita extrema”. O aspecto mais notável, para esses dois, é o apoio a um golpe de Estado em 8 de janeiro de 2022 e 6 de janeiro de 2021, respectivamente. Além disso, ambos expressaram apoio a regimes autoritários, tanto em teoria (Trump) quanto na prática (a nostalgia de Bolsonaro pela ditadura). Como combinam elementos da direita radical e da direita extrema, a melhor forma de classificá-los é como “extrema direita” (far right). O mesmo vale para o provável próximo presidente do Chile, José Antonio Kast, simpatizante de Pinochet. Partidos e políticos abertamente de direita extrema ainda são relativamente raros, mas as fronteiras estão mudando, à medida que o antisemitismo e o racismo abertos se tornam mais comuns — assim como declarações e ações antidemocráticas, como o “Estado iliberal” de Viktor Orbán na Hungria ou as várias ações inconstitucionais do governo Trump 2.0.

Revista Aurora: Que papel a presidência de Donald Trump teve no fortalecimento da extrema direita global?

Cas Mudde: Isso não é tão fácil de dizer. Eleições são esmagadoramente nacionais. As pessoas não votam na extrema direita no país A porque a extrema direita é popular no país B.

Dito isso, alguns eleitores podem ter considerado no passado que votar na extrema direita era um voto perdido ou irrealista e, depois do *Brexit* e de Trump, mudaram de opinião — já que ambos foram exemplos de “o impossível tornando-se possível”. Além disso, ter um “amigo” percebido na Casa Branca pode dar a um líder de extrema direita uma aura de poder e respeitabilidade — embora cada vez menos políticos de extrema direita precisem disso, já que se tornaram amplamente parte do *mainstream* e normalizados em seus próprios países.

Se algo, a presidência de Trump é boa para todos os líderes autoritários, incluindo os de extrema direita, já que Trump não se interessa por corrupção ou direitos humanos e manterá os EUA longe de pressioná-los. Mas isso não é específico aos autoritários de extrema direita — como fica claro na relação relativamente calorosa de Trump com o ditador norte-coreano Kim Jong-un. Na verdade, Trump não fez muito pelos líderes de extrema direita — veja como a Índia também foi atingida por tarifas, apesar de o primeiro-ministro Narendra Modi ter feito campanha com Trump em Houston em 2019. Uma exceção notável recente pode ser o “resgate” de 40 bilhões de dólares ao presidente argentino Javier Milei.

Revista Aurora: As dinâmicas críticas do capitalismo global colocam as democracias liberais diante de um dilema: de um lado, a necessidade de manter responsabilidade institucional, frequentemente resultando em políticas tecnocráticas e impopulares; de outro, a pressão para oferecer respostas populares às demandas sociais e culturais de uma cidadania marcada pela insegurança, desigualdade e sentimento de perda de pertencimento, com o aumento de sentimentos nativistas em diversos países. Nesse contexto, como a teoria democrática pode evoluir para avaliar criticamente suas limitações institucionais e culturais, sem reduzir suas instituições a meros componentes do problema, enquanto responde à insatisfação e ao conflito cultural que a extrema direita parece explorar de forma mais eficaz?

Cas Mudde: Essa é difícil. A tensão entre política “responsável” e política “responsiva”, para usar os termos do meu falecido orientador Peter Mair, é de fato um desafio para partidos democráticos liberais na era da globalização neoliberal. Durante o auge do neoliberalismo, nas décadas de 1980 e 1990, muitos partidos moveram-se quase completamente para a política “responsável”, seguindo as direções “do mercado” (ou, pelo menos, de seus porta-vozes autorizados, princi-

palmente economistas neoliberais e líderes do Banco Mundial e da OMC). Em contraste, populistas — de qualquer orientação política — ofereciam uma política totalmente “responsiva”, isto é, “dar ao povo o que ele quer”. O problema é que, como Alexis Tsipras aprendeu na Grécia, políticas responsivas consideradas “irresponsáveis” (pelos poderes neoliberais) têm um preço alto. Isso também é algo que Trump, ou melhor, seus apoiadores nos EUA, estão começando a sentir à medida que as consequências das tarifas afetam o país.

Mas não acredito que essas sejam as únicas duas opções. A política “responsável” não está sempre em oposição à “responsiva”, particularmente para partidos de centro. Onde os políticos “responsáveis” erraram, creio, foi ao afirmar que “não há alternativa” (TINA — *There Is No Alternative*) para suas políticas. A política TINA despolitiza a política ao fingir que não há escolhas possíveis. Mas, como Brexit e Trump demonstraram, existem escolhas e alternativas. Para muitas pessoas, porém, essas alternativas simplesmente não valem o preço. Acho importante repolitizar a política responsável, explicando, em termos ideológicos, por que você opta por essas políticas. Porque é sempre uma escolha.

Não defendo nem aceito a hegemonia permanente do neoliberal-

lismo. Acredito que podemos e devemos redefinir a política “responsável” em termos democráticos liberais em vez de neoliberais — e esses dois elementos podem ser tanto compatíveis quanto conflitantes. Também creio que os políticos devem liderar, e não seguir, o que significa definir a agenda política e tentar convencer os eleitores sobre quais são os temas mais importantes e quais são as melhores políticas para esses temas. Nos últimos anos, partidos de extrema direita têm dominado demais a agenda política, muitas vezes com ajuda consciente ou inconsciente da mídia (neoliberal) e da política tradicional.

Revista Aurora: Movimentos de extrema direita contemporâneos têm utilizado sistematicamente plataformas digitais, combinando estética do entretenimento, teorias conspiratórias e campanhas de desinformação para mobilizar emoções e construir identidades políticas transnacionais. Como você interpreta o papel da comunicação digital e da cultura do espetáculo na consolidação da extrema direita global? Esse fenômeno representa uma ruptura com formas tradicionais de mediação política ou uma radicalização da lógica já existente na democracia de massa?

Cas Mudde: Sou cético quanto à narrativa dominante que afirma que a ascensão do “populismo” (frequentemente usado como eufemismo para extrema direita) é consequência das redes sociais. Primeiro, porque a extrema direita já estava em ascensão muito antes da onipresença das redes sociais — em países como Áustria, França, Israel, Índia e EUA. Segundo, porque muitos atores de extrema direita não são particularmente habilitados no uso das redes sociais — aqui, como tantas vezes, escolhemos o “caso dependente”: generalizamos com base em usuários excepcionalmente competentes, como Charlie Kirk, Matteo Salvini ou Geert Wilders. Terceiro, embora as pessoas votem mais na extrema direita, as sociedades como um todo não se deslocaram para a direita na maioria dos países. Quarto, a maioria dos estudos confiáveis mostra, no máximo, efeitos modestos das redes sociais sobre o voto. Isso não significa negar o papel das redes sociais, mas dizer que ele não é transformador. Eu vejo as redes sociais mais como catalisadoras do *mainstream* e da normalização da extrema direita, processos já impulsionados pelos “*mainstreams*” cultural, econômico e político.

A transformação muito mais importante ocorreu na “mídia tradicional”, da televisão à imprensa, que mudou significativamente por causa

do neoliberalismo, com a introdução de uma lógica midiática neoliberal, que “persegue cliques e audiência” enfatizando posições extremas e escândalos. Isso ajudou outsiders em geral, mas especialmente outsiders “escandalosos”, que em muitos países significam a extrema direita. Também tornou a mídia tradicional vulnerável a manipulações das redes sociais — reforçada pelo fato de que jornalistas são “extremamente online”, frequentemente confundindo redes sociais com a realidade. Por fim, tanto as redes sociais quanto a mídia tradicional têm sido cada vez mais controladas por bilionários de extrema direita (como Elon Musk e o Twitter/X) ou por bilionários que usam sua mídia para proteger ou garantir apoio governamental (como Jeff Bezos e o Washington Post).

Revista Aurora: Como você avalia as ações da extrema direita no Brasil em contraste com a preservação do Estado democrático de direito, considerando os eventos violentos de 8 de janeiro de 2023 — que se assemelharam ao ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 — e os subsequentes processos judiciais contra Jair Bolsonaro no STF, bem como a tentativa do Congresso de aprovar uma anistia aos envolvidos na tentativa de golpe?

Cas Mudde: Não tenho certeza de que a principal diferença entre Brasil e EUA esteja na extrema direita. Está, na verdade, no campo democrata liberal, especialmente no campo da direita democrática. Em muitos aspectos, os bolsonaristas copiaram Trump e o movimento MAGA. No entanto, havia diferenças importantes. Por exemplo, Trump estava no poder em 6 de janeiro de 2021; Bolsonaro já estava fora do poder em 8 de janeiro de 2023. Como consequência, Lula pôde invocar sua autoridade legítima como presidente para enfrentar a tentativa de golpe — apesar da colaboração do governador do Distrito Federal. Acredito firmemente que o Capitólio dos EUA jamais teria sido invadido sob um presidente democrata. De fato, acho que ele nem teria sido atacado, porque um presidente democrata teria convocado a Guarda Nacional, como foi recomendado, e isso teria impedido todos, exceto os grupos mais extremistas e violentos (como talvez os Oath Keepers e os Proud Boys).

Mas a política brasileira também é mais fragmentada que a política dos EUA. Com algumas exceções, como o Partido dos Trabalhadores (PT), os partidos brasileiros são pouco organizados e politicamente fracos. Além disso, apesar do presidencialismo, a política brasileira funciona

essencialmente como política de coalizão, especialmente no Congresso. Isso significa que a direita mais ou menos democrática se dividiu, parte alinhando-se com Lula, parte com Bolsonaro. Lembre-se também de que houve uma divisão séria dentro do campo original do bolsonarismo, com neoliberais e outros direitistas (como Sergio Moro) rompendo com Bolsonaro. E, novamente, Bolsonaro estava politicamente mais fraco no momento do golpe, já fora do cargo. Em contraste, Trump havia perdido a eleição, mas ainda estava na Casa Branca e tinha parte do Partido Republicano minando o resultado eleitoral no Congresso. Consequentemente, já havia políticos de extrema direita buscando substituir Bolsonaro como líder da direita, com menos incentivo para apoiar o golpe.

Dito isso, é importante não exagerar nem o poder nem a popularidade de Trump, nem a inevitabilidade de seu retorno ao poder. Na noite das eleições de meio de mandato de 2022, Trump estava praticamente politicamente morto. Alguns de seus candidatos preferidos haviam sido derrotados de forma contundente, e muitos grandes doadores e veículos conservadores haviam declarado apoio ao governador da Flórida, Ron DeSantis. Quando Trump anunciou sua candidatura em 2024, em parte

para manter relevância política, o interesse da mídia foi tão baixo que até a Fox News abandonou a transmissão no meio do evento. E quase metade dos republicanos dizia querer que o partido continuasse em frente sem Trump. Mas então a campanha de DeSantis implodiu, as elites migraram para Nikki Haley — impopular na base — e Trump voltou como a única opção realista para derrotar os democratas.

Revista Aurora: As eleições presidenciais de 2026 no Brasil devem manter um ambiente político altamente polarizado, embora sem a candidatura de Jair Bolsonaro, que está inelegível. A disputa será marcada pelo medo, por parte de um segmento da população, de uma possível continuidade de Lula e do PT. Você acredita que essa polarização favorece candidatos da extrema direita?

Cas Mudde: É extremamente arriscado prever qualquer coisa em política hoje, especialmente em um contexto tão volátil quanto o Brasil contemporâneo. Não sabemos como estará o cenário político naquele momento — dadas as políticas voláteis nos EUA e suas possíveis repercussões globais. Ainda assim, o mais interessante será o primeiro turno, mais do que o segundo. No primeiro turno, a extrema

direita brasileira provavelmente estará bastante dividida. Mas no segundo turno, provavelmente será direita versus esquerda, com muitas pessoas votando contra um candidato, e não a favor. Isso significa que, independentemente de quem for o candidato de direita no segundo turno — seja de direita tradicional ou extrema direita — a grande maioria das pessoas que votarem à direita no primeiro turno votará no candidato de direita no segundo (como vemos no crescimento de José Antonio Kast no Chile).

Como isso afetará a “polarização” ainda é incerto. Primeiro, o termo polarização é problemático e usado de forma ampla e imprecisa. Na maior parte dos países, há radicalização à direita, mas não (ou muito menos) à esquerda — tanto em políticas quanto, sobretudo, em relação à democracia liberal. Então, do ponto de vista ideológico, há mais radicalização da direita do que polarização simétrica. Em termos emocionais, porém, há crescente polarização — o que chamamos na ciência política de “polarização afetiva”. O que vemos é um antagonismo crescente entre pessoas dos campos de esquerda e direita, que veem o outro como inimigo ou ameaça, e não como adversário legítimo. Novamente, isso não é um fenômeno simétrico. Na maioria dos países, inclusive Brasil e EUA, isso

começou na direita e gerou reação na esquerda. Isso torna o compromisso político cada vez mais difícil — pois é visto como “traição” — e enfraquece o apoio à democracia liberal, na medida em que o outro campo é considerado ilegítimo.

Ainda assim, é possível que um candidato de direita democrática enfrente um candidato de extrema direita, e esse primeiro possa fazer campanha com uma agenda “centrista” para tentar reduzir a divisão. Em certa medida, foi assim que Lula venceu sua última eleição. No entanto, como vemos hoje no Brasil, isso não garante popularidade nem sucesso político.

Cas Mudde: “Far-right parties have been normalized”

Interview with Aurora Magazine

Professor of International Relations at the University of Georgia in the United States, Dutch political scientist Cas Mudde is a leading authority on the global far right. It is impossible to study the subject without engaging with his work. He has authored several books not yet translated into Portuguese. In Brazil, his only published work is “The Far Right Today”. In this interview with Aurora, he reflects on the global far right, the structural transformation of democracies, the global political environment, and the possibilities for the 2026 Brazilian elections.

From a perspective that examines different leaders and parties within this political spectrum, Cas Mudde does not hesitate to say that the far right has been normalized, meaning its actions are now perceived as normal, shifting from the margins of the system to an acceptable ally in coalition-building, driven both by social changes and deep alterations in the logic of political communication.

During the interview, Mudde expresses skepticism about explanations that link the rise of the far right primarily to social media, arguing that this oversimplifies a complex phenomenon. For him, the most decisive changes occurred in conventional media. He also highlights that traditional politicians, rather than leading public debates, have been following the agenda set by the far right. Leaders such as Donald Trump and Jair Bolsonaro are able to influence the political agenda and are prominent examples of the radicalization of the radical right.

Speaking specifically about Brazilian politics, Mudde observes that the political landscape operates essentially under a coalition logic, which helps explain the fragmentation of the right between more democratic factions and Bolsonaro supporters. For the 2026 elections, he projects a scenario in which the first round will reveal a divided right, and he believes the second round will restructure the Brazilian political field into a confrontation between right and left, with votes mobilized more by rejection than by enthusiasm.

Furthermore, Mudde draws attention to the growth of affective polarization: the transformation of legitimate adversaries into existential enemies. This rising emotional antagonism, he argues, shapes not only electoral strategies but also the very way citizens perceive each other within democracy. In this context,

there is a growing perception that immigrants pose a threat to national identity and security. Terms such as “good citizens” or “the people” are used as instruments of exclusion, defining who is undesirable and should be sent back to their country of origin.

The interview with Cas Mudde delves deeply into all these issues, offering a critical and well-founded overview of the current trajectory of contemporary politics

Aurora Magazine: Far-right parties have been increasingly gaining ground in the European Parliament, emerging as the third or even second strongest electoral forces in their respective countries, as their electoral support continues to grow. How do you assess the rise of far-right parties globally, such as Chega, Vox, and AfD, as well as the appropriation of political parties in North and South America by figures like Donald Trump in the Republican Party and Jair Bolsonaro in the Liberal Party? Does the increasing electoral viability of these movements lead to the normalization of their actions?

Cas Mudde: Today, far-right parties are even the biggest party in a growing number of countries, from Italy to India to the U.S. Moreover, in many countries they are the biggest right-wing party, as in Chile or Sweden. Because of their growing electoral support, and ability to set the political agenda, far-right parties have become

increasingly “Koalitionsfähig”, i.e. acceptable for coalition formation. There are only a few countries that still hold on to a so-called *cordon sanitaire*, i.e. an exclusion of the far right from government coalitions – and even in those countries, far-right narratives have become mainstreamed (i.e. Belgium and Germany).

But not only have far-right ideas and parties become “mainstreamed,” i.e. become part of the political “mainstream”, they have also become “normalized”, i.e. perceived as “normal.” For instance, the idea that multiculturalism has failed has become an almost “common sense” position in Europe, propagated not just by far-right politicians but also by leading “mainstream” politicians like former German Chancellor Angela Merkel, former French President Nicolas Sarkozy, and former British Prime Minister David Cameron (all made these statements while in office!). Across the world, immigration is increasingly seen as a threat to na-

tional identity and security, particularly immigration of Muslims, while even the concept of political asylum is under threat. In addition, in many countries terms like “concerned citizens” and “the people” are almost exclusively used for the support base of far-right parties.

While virtually all countries have seen a similar development – i.e. far-right parties emerge from the margins, break into the parliament, increase their support, which leads to mainstream parties first mainstreaming and later normalizing their positions – the extent and speed with which this development has taken place differs. As said, some countries still have a cordon sanitaire, excluding far-right parties from coalitions (notably Belgium and Germany). And while the process from electoral breakthrough to Koalitionsfähig took decades in countries like the Netherlands and Sweden, it took less than a decade in Portugal and Spain.

Aurora Magazine: In your book “The Far Right Today” (Polity books), you categorize the far-right political spectrum into two main groups: the radical right and the ultraradical right, which hold opposing views on democracy. Based on these defini-

tions, where would you place figures like Donald Trump and Jair Bolsonaro within these categories?

Cas Mudde: Actually, I divide the “far right” into the “radical right” and the “extreme right” – the Portuguese translation has this correct, the Brazilian translation chose another term, against my preference. Anyway, Bolsonaro and Trump are prominent examples of the radicalization of the radical right, another feature of the fourth phase, which has led to a growing number of hybrid parties and politicians, which mostly present themselves as “radical right” but also support “extreme right” actions, ideas and policies. Most notably, for these two, is their support for a coup d’état, on January 8, 2022, and January 6, 2021, respectively. Moreover, both have expressed support for authoritarian regimes, both in theory (Trump) and in practice (Bolsonaro’s nostalgia for the dictatorship). As they combine extreme and radical right elements, they are best captured as “far right”. The same applies for the likely next president of Chile, José Antonio Kast, a supporter of Pinochet. Openly extreme right parties and politicians are still quite rare, but borders are shifting, as open antisemitism and ra-

cism have become more common as have anti-democratic statements and actions – think about Viktor Orbán’s “illiberal state” in Hungary or the various unconstitutional actions of the Trump 2.0 administration.

Aurora Magazine: What role do you think Donald Trump’s presidency played in strengthening the global far-right today?

Cas Mude: This is not so easy to say. Elections are always overwhelmingly national. People don’t vote for the far right in country A, because the far right is popular in country B. That being said, some voters might have considered a vote for the far right a lost or unrealistic vote in the past and, after Brexit and Trump, changed their opinion – given that both were examples of “the impossible becoming possible”. Also, having a perceived friend in the White House can give a far-right leader an aura of power and respectability – although fewer and fewer far-right politicians need this, as they have become largely mainstreamed and normalized in their own country.

If anything, Trump’s presidency is good for all authoritarian country leaders, including far-right

ones, as Trump is not interested in corruption or human rights and will keep the U.S. of their back. But this is not specific to far-right authoritarians, as is clear from Trump’s rather warm relationship with the dictator of North Korea, Kim Jung-un. In fact, Trump has not really done too much for far-right country leaders – see how India was also hit with tariffs, despite Indian Prime Minister Narendra Modi campaigning with Trump in Houston in 2019. A notable recent exception might become the \$40 billion “bailout” for Argentinian President Javier Milei.

Aurora Magazine: The critical dynamics of global capitalism present liberal democracies with a dilemma: on one hand, the necessity of maintaining institutional responsibility, often resulting in technocratic and unpopular policies; on the other hand, the pressure to provide popular responses to the social and cultural demands of a citizenry marked by insecurity, inequality, and a sense of loss of belonging, with rising nativist sentiments in various countries. In this context, how can democratic theory evolve to critically assess its institutional and cultural limitations, without reducing its institutions to mere components

of the problem, while also addressing the dissatisfaction and cultural conflict that the far-right seems to exploit more effectively?

Cas Mudde: This is a difficult one. The tension between “responsible” and “responsive” politics, to use the terms of my late supervisor Peter Mair, is indeed a challenge for liberal democratic parties in the age of neoliberal globalization. During the heydays of neoliberalism, i.e. the 1980s and 1990s, many parties moved almost completely to “responsible” politics, i.e. following the directions of “the market” (or, at least, its accredited spokespeople, mostly neoliberal economists and World Bank and WTO leaders). In sharp contrast, populists, of whatever political persuasion, offered a fully “responsive” politics, i.e. “giving the people what they wanted.” The problem is, as Alexis Tsipras learned in Greece, that responsive politics that is deemed “irresponsible” (by the neoliberal powers) comes at a steep price. This is something that Trump, or rather his supporters in the U.S., increasingly experience too, as the consequences of the tariffs are hitting the country.

I don’t believe that these are the only two options though. So-

called “responsible” politics is not always in opposition to “responsive” politics, particularly for centrist parties. Where “responsible” politicians went wrong, I believe, is by claiming that “There Is No Alternative” (TINA) for their policies. “TINA politics” depoliticizes politics by pretending that there is no choice possible. But as both Brexit and Trump have shown, among others, there are choices and there are alternatives. However, for many people, these alternatives are simply not worth the price. I think it is important to repoliticize responsible politics, by explaining, in ideological terms, why you choose for these policies. Because it is always a choice.

I hereby neither defend nor accept the permanent hegemony of neoliberalism. I think we can, and should, redefine “responsible” politics in liberal democratic rather than neoliberal terms – the two can be both compatible and conflicting. I also think that politicians should lead rather than follow, which means that they should try to set the political agenda and try to convince (their) voters what the most important issues are and what the best policies on these issues are. In the last years, far-right parties have too often been able to dominate the political agenda,

consciously or unconsciously helped by the (neoliberal) media and (mainstream) politics.

Aurora Magazine: Contemporary far-right movements have systematically utilized digital platforms, blending entertainment aesthetics, conspiracy theories, and disinformation campaigns to mobilize emotions and construct transnational political identities. How do you interpret the role of digital communication and the culture of spectacle in consolidating the global far-right? Does this phenomenon represent a rupture with traditional forms of political mediation, or rather a radicalization of the existing logic within mass democracy?

Cas Mudde: I am skeptical about the dominant narrative that the rise of “populism” (often used as a euphemism for far right) is a consequence of social media. First, because the far right was already on the rise well before the omnipresence of social media – in countries like Austria, France, Israel, India, and the U.S. Second, because many far-right actors are not particularly skilled in social media – in this, as so often, we select on the dependent variable, by generalizing on the basis of exceptionally good social

media users like Charlie Kirk, Matteo Salvini, or Geert Wilders. Third, although people do vote more for far-right parties, societies as a whole have not shifted to the right-wing in most countries. Fourth, most reliable studies show at best minor social media effects on voting. This is all not to deny that social media play a role, but rather that the role is not transformative. Rather, I see social media as a catalyst for the mainstreaming and normalization of the far right, which was already driven by the cultural, economic and political mainstream.

I think a much more important transformation was in the “traditional media”, from television to the press, which has changed significantly because of neoliberalism, with the introduction of a neoliberal media logic, which “chases eyeballs” by emphasizing extreme positions and scandal. This has helped outsiders in general, but “scandalous” outsiders in particular, which in many countries means the far right. It also has made traditional media vulnerable to social media manipulation – helped by the fact that journalists are “extremely online”, often mistaking social media for reality. Finally, both social and traditional media have become increasingly owned by either

far-right billionaires (like Elon Musk and Twitter/X) or by billionaires who use their media to protect or secure government support (like Jeff Bezos and the Washington Post).

Aurora Magazine: How do you assess the actions of the far-right in Brazil, particularly in contrast with the preservation of democratic rule of law, when considering the violent events of January 8, 2023, which closely resembled the January 6, 2021 Capitol attack in the United States, as well as the subsequent legal proceedings against Jair Bolsonaro in the Federal Supreme Court (STF), and the attempt by Congress to pass legislation granting amnesty to those involved in the failed coup plot?

Cas Mudde: I am not so sure that the main difference between Brazil and the U.S. is about the far right. Rather, it is about the liberal democratic camp, and particularly the democratic right-wing camp. In many ways, the Bolsonaristas copied Trump and the MAGA movement. However, there were important differences. For one, Trump was in power on January 6, 2021, Bolsonaro was already out of power on January 8, 2022. As a consequence, Lula could call upon

his legitimate authority as president to fight off the coup attempt – despite collaboration by the governor of the Federal District. I firmly believe that the U.S. Capitol would never have been breached under a Democratic president. In fact, I think it wouldn't even have been stormed, as a Democratic president would have brought in the National Guard, as was advised, which would have held back all but the most extreme and violent protesters (like, perhaps, the Oath Keepers and Proud Boys).

But Brazilian politics is also more fragmented than U.S. politics. With some exceptions, notably the Workers' Party (PT), Brazilian parties are poorly organized and politically weak. Moreover, essentially, despite the presidential system, Brazilian politics is coalition politics, particularly in Congress. This means that the more-or-less democratic right-wing has been split, partly aligning with Lula, partly with Bolsonaro. Remember also that there was a serious split within the original Bolsonaro camp, with neoliberals and other right-wingers (like Sergio Moro) breaking with Bolsonaro. And, again, Bolsonaro was politically weaker at the moment of the coup, being already out of office. In contrast, Trump had lost the elec-

tions but was still in the White House and had a part of the Republican Party undermining the election result in Congress. Consequently, there were already far-right politicians who were looking to replace Bolsonaro as leader of the right-wing camp, who had less incentive to support the coup.

This all said, it is important to overstate neither the power or popularity of Trump nor the inevitability of his return to power. On the night of the 2022 Midterm elections, Trump was almost dead in the water. Some of his preferred candidates had been blown out in races and many major right-wing donors and media had come out in support of Florida governor Ron DeSantis. As Trump announced his run for the 2024 presidential elections, partly to retain political relevance, media interest was so low that even Fox News moved away mid-event from the announcement. And almost half of Republican supporters said they wanted the party to move on from Trump. But then DeSantis's campaign imploded, elites shifted to Nikki Haley, unpopular among the base, and Trump returned as the only realistic option to defeat the Democratic Party, which was now also led by a Black woman.

Aurora Magazine: The 2026 presidential elections in Brazil are expected to maintain a highly polarized political environment, though without the candidate Jair Bolsonaro, who is ineligible. The race will be marked by a segment of the population's fear regarding the potential continuation of Lula and the Workers' Party (PT). Do you believe that this polarization works in favor of far-right candidates?

Cas Mudde: It is extremely risky to predict anything political these days, but certainly elections in such a volatile political context as contemporary Brazil. Who knows what the political context is at that time – given the volatile politics in the U.S. and the possible global ramifications thereof. Still, most interesting will be the first round, rather than the second round. In the first round, the Brazilian far right will probably be quite divided. But in the second round, it will most likely be right against left, with many (if not most) people voting against a candidate rather than voting for one. That means that, irrespective of whom the right-wing candidate will be, either mainstream right or far right, the vast majority of people who vote for a right-wing candidate in the first round will vote for the right-wing

candidate in the second round (as we can also see with the rise to power of José Antonio Kast in Chile).

How that will affect “polarization” remains to be seen. First, the term polarization is problematic and used too broadly and too easily. In most countries there is radicalization on the right, but not (or far less) on the left – both in terms of individual policies and, more importantly, with regard to liberal democracy. So, in ideological terms, there is more right-wing radicalization than (both-side) polarization. However, in terms of emotions, there is growing polarization. We call this affective polarization in political science. What we see is a growing antagonism between people in the left and right camps, who see the other as the enemy or a threat, rather than a legitimate oppo-

nent. Again, this is not a pure both-side phenomenon. In most countries, including in Brazil and the U.S., this started on the right and led to a reaction on the left. Still, this not only makes compromise increasingly difficult between the camps – as this is seen as “betrayal” – but it also weakens support for liberal democracy, as the other camp is seen as illegitimate.

Still, there is a possibility that a democratic right-wing candidate will face off against a far-right candidate and that candidate could run on a “centrist” agenda to bridge the camps (at least partly). To a certain extent, this is how Lula won his last election. That being said, as we see in Brazil today, this is no guarantee for popularity or political success.

Dossiê: Extremas direitas: riscos à democracia? ■ Parte 2

A reconfiguração da extrema-direita em Portugal: do Neofascismo ao Populismo do *Chega*

Helder Prior¹
ORCID : 0000-0001-8971-3469

Resumo: Este ensaio discute a ascensão do partido *Chega*, o principal representante da direita radical populista no panorama político português. Durante várias décadas, a democracia portuguesa distinguiu-se pela ausência de um partido de direita radical com representação parlamentar, um fenómeno frequentemente atribuído à indelével memória colectiva do Estado Novo e ao antifascismo enquanto pilar fundacional do regime. Contudo, este quadro tem vindo a alterar-se significativamente, com o *Chega* a conquistar um número crescente de sufrágios e assentos. A presente investigação sustenta que esta ascensão constitui um fenómeno multifacetado, resultado de uma complexa intersecção de factores socioeconómicos, culturais e políticos. Com um olhar sobre a evolução da extrema-direita a partir do 25 de Abril de 1974, o artigo examina a ascensão e consolidação do radicalismo de direita em Portugal, observando o significado ideológico do partido *Chega* e a sua visão de mundo.

25

Palavras-chave: Populismo; Extrema-direita; Partido *Chega*.

¹ Professor Visitante Estrangeiro no PPGCOM da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa. Doutor em Ciências da Comunicação (2013) pela Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. Realizou estágio de pós-doutorado na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PNPD-CAPEs) EM 2014 e 2015. Realizou estágio de Pós-Doutorado na Universidade da Beira Interior em 2016 e 2017 e na Universidade Autónoma de Barcelona em 2018.

Abstract: This essay discusses the rise of Chega, the main representative of radical right-wing populism in the Portuguese political landscape. For several decades, Portuguese democracy was distinguished by the absence of a radical right-wing party with parliamentary representation—a phenomenon often attributed to the indelible collective memory of the Estado Novo and to antifascism as a foundational pillar of the regime. However, this scenario has been changing significantly, with Chega winning an increasing number of votes and seats. The present study argues that this rise is a multifaceted phenomenon, resulting from a complex intersection of socioeconomic, cultural, and political factors. Looking at the evolution of the far right since April 25, 1974, the article examines the emergence and consolidation of right-wing radicalism in Portugal, exploring the ideological meaning of the Chega party and its worldview.

26

Keywords: Populism; Far-right; Chega Party.

Resumen: Este ensayo analiza el ascenso del partido Chega, el principal representante de la derecha radical populista en el panorama político portugués. Durante varias décadas, la democracia portuguesa se distinguió por la ausencia de un partido de derecha radical con representación parlamentaria, un fenómeno frecuentemente atribuido a la indeleble memoria colectiva del Estado Novo y al antifascismo como pilar fundacional del régimen. Sin embargo, este escenario ha ido cambiando de forma significativa, con Chega conquistando un número creciente de sufragios y escaños. La presente investigación sostiene que este ascenso constituye un fenómeno multifacético, resultado de una compleja intersección de factores socioeconómicos, culturales y políticos. Con una mirada a la evolución de la extrema derecha desde el 25 de abril de 1974, el artículo examina la aparición y consolidación del radicalismo de derecha en Portugal, observando el significado ideológico del partido Chega y su visión del mundo.

27

Palabras-clave: Populismo; Extrema derecha; Partido Chega

Introdução

Desde o restabelecimento da democracia em 1974, Portugal constituiu, em grande medida, uma excepcionalidade no panorama político europeu. Enquanto em outros países a extrema-direita se consolidava e acedia aos parlamentos nacionais, em Portugal o legado do fascismo do Estado Novo e o legado antifascista da Revolução dos Cravos de 1974, pareciam erigir uma barreira intransponível à sua ascensão. Ao longo de mais de 40 anos, o poder político foi exercido por partidos moderados de centro-esquerda e centro-direita, em uma alternância que conferiu uma aparente estabilidade ao sistema. Não obstante, a eleição de um deputado do partido *Chega* em 2019 e a sua subsequente expansão eleitoral e parlamentar assinalaram uma ruptura decisiva no sistema político que já está a reconfigurar o espectro partidário e a democracia. Desde a sua primeira eleição, em que conquistou apenas um assento parlamentar, o partido tem vindo a registar um crescimento acentuando, culminando na sua ascensão à segunda maior força política do país nas Eleições Legislativas de 2025. Com efeito, o presente ensaio visa aprofundar a compreensão do populismo de direita radical em Portugal, procurando responder à seguinte questão: “Que factores e processos conduziram à ascensão e consolidação do partido *Chega*, e que impactos exerce a sua presença no sistema político português?”.

O *zeitgeist* populista

Desde a década de 1980, a ascensão do populismo na Europa tem sido objecto de vasta e aprofundada investigação académica, bem como de um intenso debate público e mediático. Um autor como Cas Mudde (2004) define o populismo como uma ideologia de “baixa densidade” (*thin-centered ideology*), que opõe o “povo virtuoso” a uma “elite corrupta” e dominante, ou, por outras palavras, “o povo *versus* os poderosos” (Mudde, 2004). Efetivamente, na Ciência Política europeia é hoje consensual a definição de populismo como uma “ideologia delgada” que considera que a sociedade está, fundamentalmente, separada em dois grupos homogêneos e antagónicos, “o povo puro” *versus* “a elite corrupta”, e que defende que a política deveria ser a expressão da *volonté générale* do povo (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017). A concepção ideacional do populismo, sobretudo aquela proposta por Mudde, permite compreender a elasticidade e porosidade

do fenómeno, uma vez que as ideologias de baixa densidade habitualmente combinadas com outros elementos ideológicos. Tal permite compreender a associação do populismo com as chamadas ideologias densas, ou *full ideologies*, como o socialismo, o comunismo, o conservadorismo, o nacionalismo, o liberalismo e até o fascismo, o que é muito útil para explicar as razões pelas quais o populismo tanto florescer à direita, quanto à esquerda do espectro político.

Essencial para a mobilização populista é a distinção moral entre “a elite” e “o povo”. O populismo apresenta uma visão maniqueísta e simplista da realidade social e política na qual só existem amigos e inimigos. Oponentes não são apenas pessoas com diferentes prioridades, valores ou posicionamentos ideológicos; oponentes representam o mal a ser combatido. Assim, a possibilidade de um dissenso legítimo é rejeitada, já que os oponentes não são reconhecidos como parte da disputa democrática, mas como elementos que corrompem a suposta pureza do verdadeiro povo homogêneo. É, justamente, neste ponto, que um autor como Jan-Werner Müller (2016) considera que o populismo é essencialmente antipluralista, pois o líder age como se apenas ele, o *outsider* populista, representasse o “verdadeiro povo”, negando a legitimidade dos adversários políticos e classificando-os não como concorrentes em um campo democrático plural, mas como inimigos morais que corrompem a pureza da comunidade.

Essa concepção maniqueísta reduz a política à oposição entre amigos e inimigos, tornando inviável o reconhecimento da diversidade de valores, identidades e projetos em disputa na sociedade. Federico Finchelstein (2020), por sua vez, aprofunda essa leitura ao argumentar que, ao rejeitar o pluralismo democrático, o populismo compartilha elementos discursivos com o autoritarismo, ainda que se diferencie dele por se manter no terreno da competição eleitoral. Para Finchelstein, o antipluralismo é uma herança do fascismo, reelaborada em premissas democráticas: os populistas afirmam falar em nome da totalidade homogênea do povo e, assim, minam a possibilidade de uma política baseada na alternância, no dissenso e na legitimidade dos opositores, rejeitando todos os pontos de vista que consideram parte da minoria (Finchelstein, 2020, p. 5). Tanto Müller quanto Finchelstein convergem em apontar que o núcleo problemático do populismo não está apenas no seu carácter antissistema, mas na negação do pluralismo como fundamento normativo da democracia liberal.

Os partidos da direita radical, com efeito, combinam o apelo populista com ideologias que defendem o nacionalismo e o nativismo, ou seja, a convicção de que os estados devem ser habitados por membros exclusivamente do grupo nativo, identificados como o verdadeiro povo ou “povo impoluto”. A propósito, Paul Taggart (2000) introduz o conceito “*the heartland*” para ajudar a explicar a construção do povo puro na propaganda populista. Por conseguinte, o povo dos populistas é uma “comunidade imaginada” idêntica à nação ou à “*motherland*” dos partidos e movimentos nacionalistas.

Apesar do conceito de “povo” ser uma categoria vaga e imprecisa, um “significante vazio”, como sublinha Ernesto Laclau em *A Razão Populista* (2005), a sua construção ajuda a erigir um subconjunto mítico interligado por uma cadeia de equivalência que articula petições e demandas insatisfeitas na sociedade. Assim, o “povo” não corresponde a uma entidade homogênea ou previamente existente, mas emerge como resultado de um processo de articulação discursiva que dá unidade ao que antes se apresentava como demandas fragmentadas. Nesse sentido, o populismo, longe de ser um desvio patológico da democracia, constitui, para Laclau, uma lógica política fundamental, uma vez que permite a construção de identidades colectivas capazes de disputar a hegemonia. O significante vazio “povo” funciona, portanto, como ponto nodal que condensa e simboliza a multiplicidade de reivindicações sociais, convertendo-as em uma totalidade investida de sentido. Trata-se de uma operação simbólica que, ao mesmo tempo em que simplifica a complexidade social, possibilita a mobilização política e a formação de sujeitos históricos capazes de intervir na esfera pública.

Para a compreensão do espírito populista do nosso tempo, é fundamental salientar a importância da crise de representação democrática. O declínio da participação política tradicional, o aumento da abstenção e a desconfiança nas instituições são vistos como um terreno fértil para a emergência de partidos que se perfilam como antissistema. A retórica populista alimenta-se, justamente, do descrédito das instituições representativas e, em especial, dos partidos políticos estabelecidos, frequentemente percebidos como distantes, autorreferenciais e incapazes de responder às demandas de uma sociedade em acelerada transformação. Como sublinha Mudde:

(...) o que geralmente fica mais claro é a que e a quem os populistas se opõem. Em sistemas democráticos liberais, em que os partidos

políticos são os principais atores no processo de representação, não chega a ser uma surpresa que na propaganda dos populistas os sentimentos antipartidários exerçam um papel proeminente (Mudde, 2021, p. 270).

O populismo constrói, com efeito, uma crítica antissistema que não procura abolir a representação política, mas reformulá-la a partir da denúncia de que os partidos do *establishment* corrompem a relação entre governantes e governados e colocam os seus próprios interesses acima dos do povo. Uma crítica que remete implicitamente ao ideal rousseauiano de vontade geral, já que populistas defendem um vínculo direto entre o líder e o povo, denunciando a artificialidade das divisões criadas pelas estruturas partidárias. Essa postura evidencia como a crise de representação se converte em oportunidade discursiva para o populismo, que se apresenta não como projeto revolucionário de ruptura total, mas como proposta de refundação da legitimidade política em nome da maioria.

O que é, então, o populismo? O populismo, com efeito, pode ser entendido como uma forma de democracia paradoxal: nasce de uma premissa democrática, a promessa de aproximar o povo do poder e de reduzir a distância criada pelas mediações institucionais, mas tende a assumir contornos autoritários e iliberais. A centralidade da figura do líder, que se apresenta como a encarnação da vontade popular, um espécie de messias, confere ao populismo uma aparência de democracia direta, mas ao mesmo tempo esvazia a pluralidade e deslegitima os adversários políticos (Finchelstein, 2020, p. 5).

Como mostram Müller e Finchelstein, ao transformar opositores em inimigos morais e ao rejeitar o dissenso legítimo, o populismo mina o fundamento pluralista da democracia. O resultado é um regime em que o líder afirma falar em nome do povo, mas, uma vez no poder, reduz a complexidade social a uma única voz, a sua própria, convertendo a promessa de maior participação em uma prática concentradora e excludente.

Deste ponto de vista, os populismos não são, em geral, antidemocráticos *stricto sensu*. Pelo contrário, eles apresentam-se como os defensores e os garantes de uma “verdadeira” democracia manifestando as suas críticas e o seu ressentimento contra um sistema que consideram pervertido, corrompido, esquecido das suas missões e dos seus ideais. Da mesma forma que os democratas, eles colocam o povo no centro dos seus *slogans*, programas e proclamações. Mas de maneira diferente, porque o

seu combate é antes de mais dirigido contra as elites. Quando o elitismo é acompanhado de injustiças clamorosas ou do fracasso das políticas levadas a cabo, não é de surpreender que se ouça a revolta dos *sans-culottes* (Mény, 2019, p. 158)

Do Neofascismo ao Populismo: a evolução da extrema-direita europeia no Pós-guerra

Embora o populismo seja transversal ao eixo esquerda–direita, no contexto da Europa Ocidental ele tem sido particularmente associado à retórica da chamada “nova extrema-direita” ou, nos termos de Ignazi, da “extrema-direita pós-industrial”, que ganhou força a partir da década de 1980. Essa corrente distingue-se da velha extrema-direita por rejeitar a ligação explícita ao fascismo histórico e por combinar elementos populistas, como o discurso antissistema, a oposição entre povo e elites e a valorização da identidade nacional homogênea, com novas estratégias de legitimação no espaço democrático. Autores como Piero Ignazi (1992) e Cas Mudde (2019) identificam três ondas no desenvolvimento da extrema-direita europeia após 1945, evidenciando tanto a evolução não linear destes partidos como a sua mutação profunda a partir dos anos 1980.

32

A primeira onda surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos países derrotados, com partidos herdeiros diretos e revivalistas do fascismo e do nazismo, como o *Movimento Sociale Italiano* (MSI), fundado em 1946, ou o *Partido Socialista do Reich*, que negava a existência do Holocausto e que acabou extinto poucos anos após a fundação. Conhecidos como neofascistas ou neonazistas, mantinham viva a nostalgia dos regimes autoritários do período entre-guerras.

A segunda onda, nas décadas de 1950 e 1960, esteve marcada por sentimentos anticomunistas e pelo crescimento de um discurso anti-imigração. Exemplo paradigmático é o *National Front* britânico, que utilizava *slogans* como *Stop Immigration* ou *Make Britain Great Again* (Guazina, 2021, p. 55), ou o *Partido Nacional Democrático* (NPD) da Alemanha, também conhecido como “A Pátria”, fundado em 1964, que assumiu um discurso abertamente racista.

A terceira onda, entre os anos 1970 e 1980, caracterizou-se por partidos com agendas explícitas contra a imigração e discursos xenófobos, em especial nos países que passaram a receber fluxos migratórios de fora da Europa, sobre-

tudo de países muçulmanos. Destaca-se, nesse contexto, a ascensão da *Frente Nacional* francesa, partido fundado por Jean-Marie Le Pen, em 1972, que consolidou a agenda anti-imigração como elemento estruturante da extrema-direita contemporânea, ou partidos nacionalistas e regionalistas, como o *Vlaams Belang*, da Bélgica, o suíço *Schweizerische Volkspartei*, ou o *Lega Nord*, um partido regionalista do norte de Itália.

Essa reconstrução histórica permite diferenciar a “velha extrema-direita”, saudosista e revivalista do fascismo e do nazismo, da “extrema-direita pós-industrial”, que procurou distanciar-se dessas raízes subversivas da democracia e enfatizar dimensões antissistema e étnico-culturais, adaptando-se ao jogo democrático. Como sintetizam Marchi e Bruno, a partir do trabalho de Ignazi.

A “extrema direita tradicional” é composta por partidos históricos como o italiano MSI, o alemão NPD e os britânicos *Frente Nacional* (NF) e *Partido Nacional Britânico* (BNP). A estes podemos agora juntar o húngaro *Movimento por uma Hungria Melhor* (Jobbik) e o grego *Aurora Dourada* (XA). A “extrema direita pós-industrial” é composta pela francesa FN, o *Partido da Liberdade da Áustria* (FPÖ), o belga *Interesse Flamengo* (VB), aos quais podemos agora juntar o *Partido para a Liberdade*, de Geert Wilders (SVV), o *Partido Popular Danes* (DF), o *Partido dos Finlandeses* (PS), os *Democratas Suecos* (SD), a *Alternativa para a Alemanha* (AfD), a italiana LN e o UKIP (Marchi e Bruno, 2016, p. 41).

33

Cas Mudde acrescenta uma quarta onda, a partir dos anos 2000, marcada pela institucionalização da extrema-direita no interior das democracias europeias. Este processo, descrito como *mainstreaming of the far right*, corresponde à entrada desses partidos nos sistemas políticos nacionais, seja através da representação parlamentar, seja participando em coligações de governo. Segundo Mudde, três grandes crises explicam o crescimento sustentado do eleitorado destes partidos: os atentados de 11 de Setembro de 2001; a recessão global de 2008; e a crise dos refugiados de 2015. A quarta onda é também a mais heterogênea.

Neste ponto, os pensadores distinguem entre extremismo de direita (*extreme right*), ou ultradireita, e radicalismo de direita ou direita radical (*radical right*). O extremismo de direita rejeita princípios fundamentais da democracia, como a soberania popular, e procura derrubar o regime por meios antidemocráticos e até violentos, à semelhança dos movimentos fascistas. O radicalismo de direita aceita as regras procedimentais da democracia (eleições, referendos), mas

rejeita os princípios liberais que a sustentam, assumindo uma postura iliberal em relação à liberdade de imprensa, aos direitos das minorias ou à separação de poderes (Eatwell & Goodwin, 2019, p. 77). Essa distinção tornou-se consensual na literatura e é confirmada pela jurisprudência constitucional alemã que diferencia entre extremismo de direita (ilegal, por visar a subversão revolucionária do regime) e radicalismo de direita (legal, por atuar dentro das regras democráticas) (Marchi, 2019).

Entre as características centrais da direita radical, Mudde (2017) destaca o nativismo, o autoritarismo e o populismo. Essas dimensões explicam tanto a oposição às políticas de imigração como a defesa de medidas securitárias e de “Lei e Ordem”. Combinam, ainda, sentimentos antissistema e uma divisão dicotômica entre um povo homogêneo e virtuoso e elites descritas como corruptas. Deste modo, os partidos populistas de direita radical interpretam a política como confronto moral entre “povo” e “elite”, privilegiam os nativos face aos estrangeiros (retórica nativista e excludente) e contestam os princípios da democracia liberal, em nome de mecanismos de democracia direta e de maior centralização do poder.

À medida que a imigração em massa se intensificou em vários países europeus, esses partidos passaram a confrontar o modelo multicultural e globalizante, estimulando políticas identitárias de direita que reforçam a distinção entre os nativos (povos originários da Europa) e o *out-group* (imigrantes, especialmente muçulmanos). A “quarta onda” da extrema-direita, portanto, não apenas consolidou a presença desses partidos nas arenas institucionais, mas também normalizou o seu discurso, deslocando o debate político europeu em direção a posições mais securitárias, iliberais e excludentes.

Até aos anos 1980, o termo “extrema-direita” era sinónimo de neofascismo. (...) Tudo vai mudar nesses anos. Emergem novos partidos, outros mais antigos renovam-se radicalmente, e tanto uns como outros obtêm um consenso sem precedentes. (...) Este novo tipo de partido, em vez de fazer reviver o mito do fascismo, oferece uma resposta a essas exigências e necessidades geradas pela sociedade pós-industrial que os partidos tradicionais não conseguiram tomar em consideração (Ignazi, 2003, *apud* Mény, 2019, p. 181).

Portugal em questão: do antifascismo à consolidação da direita radical populista

A Revolução de 25 de Abril de 1974 constituiu um marco de ruptura de regime tão profundo que deixou a extrema-direita portuguesa em uma situação bastante adversa. Ao contrário do que se observou em outros contextos europeus, em Portugal a transição democrática coincidiu com o dismantelamento de um regime autoritário longo, cuja legitimidade estava profundamente associada à ditadura salazarista e ao projeto colonial. O 25 de Abril de 1974 retirou, por conseguinte, qualquer viabilidade a um discurso que pretendesse articular a continuidade entre o salazarismo e a nova ordem democrática.

Como asseveram Pinto (1996) e Zúquete (2007), a extrema-direita ficou remetida a uma posição marginal, sem capacidade de articulação eleitoral e sem um projeto político coeso. Muitos dos seus quadros acomodaram-se no novo sistema partidário, integrando, sobretudo, formações da direita conservadora, enquanto outros abandonaram a cena política. A memória do regime autoritário de Salazar e de Marcelo Caetano serviu como um contrapeso sociopolítico à emergência de partidos extremistas e, em consequência, o antifascismo converteu-se em um dos pilares ideológicos do novo regime, celebrado anualmente como um triunfo da democracia sobre o autoritarismo. Os principais partidos políticos de esquerda e de centro, embora rivais, partilhavam um consenso tácito contra qualquer tentativa de regresso ao fascismo.

Com efeito, a história da direita antissistema em Portugal no pós-Revolução pode ser dividida em três fases antes da emergência e consolidação do partido *Chega*. A primeira fase, entre 1974 e 1980, correspondeu ao imediato pós-25 de Abril e foi marcada pelo surgimento de pequenos partidos e coligações posicionados à direita do *Centro Democrático Social* (CDS). Estes grupos tinham como principais objetivos influenciar o processo de descolonização e travar o avanço do *Partido Comunista Português* (PCP) e da extrema-esquerda no contexto do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Entre as formações criadas nesse período destacam-se o *Movimento de Acção Portuguesa* (MAP), liderado por intelectuais fascistas e radicais de Coimbra e Lisboa reunidos em torno do General António de Spínola; o *Movimento Federalista Português* (MFP), que pretendia salvar a ligação ao Ultramar e às colónias através de uma estrutura

federal; e o *Partido da Democracia Cristã* (PDC), fundado por salazaristas e marcelistas (Marchi, 2012).

Todavia, nenhum deles conseguiu ultrapassar a barreira da irrelevância eleitoral, não elegendo deputados para a Assembleia da República. O caso mais notório foi o do PDC, que procurou dar expressão política ao projeto de contenção das esquerdas defendido por Spínola, mas que acabou rapidamente marginalizado após o fracasso da mobilização do 28 de setembro de 1974² e o seu alinhamento com sectores golpistas. Paralelamente, a resistência de extrema-direita também se expressou em formas clandestinas e violentas, como o *Movimento Democrático de Libertação de Portugal* (MDLP), liderado pelo General Spínola e financiado por grupos económicos ligados ao regime salazarista, e o *Exército de Libertação de Portugal* (ELP), responsáveis por diversos atentados bombistas contra alvos associados à esquerda revolucionária. A incapacidade destes partidos em consolidar as suas agendas deveu-se a três factores principais: (i) a dificuldade em mobilizar uma base social significativa após meio século de ditadura, quando o salazarismo havia bloqueado a formação de uma direita pluralista e competitiva; (ii) a forte deslegitimação social do discurso autoritário e colonial, em um contexto de democratização acelerada; e (iii) a incapacidade de se adaptar às regras e linguagens da nova ordem democrática, ao contrário do CDS, que soube ocupar o espaço da direita parlamentar democrática.

Durante a década de 1980, com a elite intelectual da extrema-direita afastada do espaço público, surgem os primeiros sinais de um novo paradigma nacionalista, protagonizado por grupos juvenis e associações marginais. Ao contrário da velha extrema-direita, fortemente marcada pela nostalgia do salazarismo e pela mitologia ultramarina, estas novas expressões não se apoiavam em referências ideológicas enraizadas no contexto português. Ao invés, começaram a absorver influências transnacionais, aproximando-se de discursos e práticas já em circulação noutros países europeus, mormente ligados à extrema-direita pós-industrial em ascensão.

² O “28 de setembro de 1974” refere-se a uma manifestação convocada em Lisboa pelo movimento da chamada maioria silenciosa, que representava sectores conservadores e contra-revolucionários da sociedade portuguesa, receosos com a radicalização política que se seguiu ao 25 de Abril. O objectivo era demonstrar apoio às Forças Armadas e a uma via de transição mais moderada para a democracia. A manifestação, contudo, foi reprimida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e pela extrema-esquerda, consolidando o peso das correntes progressistas no processo revolucionário. Este acontecimento foi um duro golpe para a extrema-direita.

Esse processo de “importação ideológica” seria decisivo para a lenta recomposição do espaço da extrema-direita em Portugal, antecipando formas orgânicas e repertórios discursivos que, mais tarde, se consolidariam em partidos com expressão eleitoral. Após o desaparecimento das formações da década anterior, a ideologia da extrema-direita ficou confinada a um “combate cultural” manifestado através de revistas, como a *Futuro Presente*, e de movimentos subculturais. Figuras e grupos nacionalistas, como o *Movimento Força Nacional Nova Monarquia* (FNNM) e o *Movimento de Acção Nacional* (MAN), associado ao movimento *skinhead* emergente, mantiveram as ideias vivas, mas sem qualquer projeto partidário.

Com efeito, o caso português revela uma particularidade que nos importa assinalar. Enquanto noutros países da Europa Ocidental a extrema-direita conseguiu, desde os anos 1980, reinventar-se e conquistar espaço eleitoral através da combinação entre populismo, nativismo e retórica antissistema, em Portugal esse processo foi mais tardio e fragmentado. O peso histórico da ditadura e do colonialismo dificultou a legitimação pública da extrema-direita durante décadas, relegando-a para as margens da política institucional. Apenas com o contexto europeu mais recente, marcado pela crise da representação, pela globalização, pelo aumento da imigração islâmica e pela difusão de discursos internacionais da direita radical, se criaram as condições para a sua emergência no sistema político português.

Assim, a terceira fase iniciou-se em 1999 com a criação do *Partido Nacional Renovador* (PNR). O PNR representou uma tentativa de resgatar o projeto partidário da extrema-direita, unindo veteranos de fases anteriores com uma nova geração de militantes. No entanto, tal como os seus predecessores, o PNR nunca conseguiu uma performance eleitoral assinalável. O seu desempenho ficou consistentemente abaixo de 0.5% dos sufrágios em eleições legislativas e europeias, falhando em traduzir a insatisfação social generalizada em apoio eleitoral. A sua incapacidade de se tornar uma força política relevante abriu caminho para o surgimento de um novo ator que, ao contrário do PNR, soubesse explorar as vulnerabilidades do sistema político, a visibilidade nos meios de comunicação tradicionais e as novas oportunidades discursivas proporcionadas pelas plataformas de *social media*.

■ *Chega* e a nova direita antissistema

O desgaste do XIX Governo Constitucional (2011–2015), liderado pela coligação PSD/CDS-PP e associado à implementação das medidas de austeridade resultantes do programa de ajustamento financeiro da *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), contribuiu para uma crise significativa dos atores tradicionais da direita portuguesa. Este contexto abriu espaço para a emergência de novos partidos posicionados à direita do espectro político, capazes de capitalizar o descontentamento acumulado. É neste ambiente político que surgem a *Iniciativa Liberal* e o *Chega*, que, nas legislativas de 2019, conquistam pela primeira vez representação parlamentar, fragmentando o espectro político da direita.

Do ponto de vista sociocultural, a retórica do *Chega* tem conseguido capitalizar certas tensões existentes na sociedade. O ressurgimento de debates sobre imigração, crime e segurança, por exemplo, tem sido eficazmente explorado pelo partido. Embora Portugal não seja um país com um historial de grandes conflitos raciais ou migratórios, o *Chega* soube importar e adaptar narrativas globais de medo e xenofobia, encontrando eco em parcelas do eleitorado que se sentem ameaçadas por mudanças sociais. A sua agenda nacionalista apela a um sentimento de nostalgia por um passado idealizado e a um desejo de ordem e controlo, promovendo políticas de lei e ordem fortes.

A ascensão do *Chega* tem sido um dos fenómenos mais marcantes da política portuguesa recente. Fundado em abril de 2019 por André Ventura, o *Chega* rapidamente conquistou o centro do debate público com uma agenda fortemente crítica do sistema político e com uma estratégia comunicativa centrada na personalização do seu líder. Ventura, cuja visibilidade enquanto comentador televisivo na CMTV lhe proporcionou um capital mediático invulgar, tornou-se rapidamente uma figura polémica e polarizadora, confirmando a hipótese de que meios de comunicação sensacionalistas desempenham um papel relevante na construção de lideranças populistas (Mazzoleni, 2008).

A figura de André Ventura é central para a estratégia de comunicação do *Chega* e para a própria identidade do partido. Licenciado em direito, Ventura construiu a sua notoriedade pública não apenas na política, mas também como comentador de futebol, uma plataforma que lhe conferiu visibilidade e um estilo

de debate combativo. Antes de fundar o *Chega*, foi membro do *Partido Social Democrata* (PSD), tendo chegado a ser candidato à Câmara Municipal de Loures nas Autárquicas de 2017. Esta experiência no sistema político tradicional, da qual se distanciou para se apresentar como político “antissistema”, projectou André Ventura para o centro do debate mediático, sobretudo devido ao facto de ter realizado uma campanha polarizadora em torno da comunidade cigana, que acusou de viver às custas do Estado e de promover conflitos sociais em Loures. O seu estilo carismático e confrontacional tornou-se a personificação do descontentamento.

Ventura utiliza as redes sociais para contornar os *media mainstream* que acusa de preconceito e de serem parte integrante do “sistema”, apesar da intensa viabilidade mediática que estes meios lhe conferem. Os *social media* oferecem aos movimentos populistas a possibilidade de recorrerem a canais alternativos de comunicação direta de onde emergem outros regimes comunicacionais fora das instâncias mass mediáticas, regimes importantes na disseminação de discursos *antiestablishment* que estimulam a mobilização cidadã necessária à base de apoio populista (Gerbaudo, 2018). Por outro lado, a sua estratégia de provocações e declarações polémicas garante-lhe uma constante cobertura mediática, convertendo-o uma figura onnipresente no debate político também nos *media* tradicionais.

A evolução eleitoral do partido ilustra, justamente, a rapidez da sua consolidação. Nas eleições legislativas de 2019, o partido obteve cerca de 1,3% dos votos, elegendo um deputado, um marco simbólico no contexto do sistema partidário português, assinalando a entrada da direita radical no hemisfério no período democrático. Nas Legislativas de 2022, a votação do partido subiu para cerca de 7%, garantindo 12 deputados e afirmando o *Chega* como terceira força política. A tendência de crescimento intensificou-se nas legislativas antecipadas de 2024, pleito em que o partido alcançou aproximadamente 18% dos votos e 50 deputados, rompendo de forma clara com o padrão histórico de marginalidade da direita radical em Portugal. Naturalmente, a instabilidade deste período, marcado por três eleições em menos de 5 anos, ajudou o partido a capturar o voto dos eleitores descontentes com os partidos tradicionais. Finalmente, nas eleições legislativas de 2025, o *Chega* atingiu cerca de 23% dos votos e 60 mandatos, ultrapassando o *Partido Socialista* em número de deputados e consolidando-se

como segunda força política nacional, fenómeno sem precedentes na democracia portuguesa contemporânea.

Do ponto de vista ideológico, o partido enquadra-se na categoria da direita radical populista, articulando elementos nacionalistas, conservadores e securitários. A sua plataforma crítica face à imigração, em especial no que concerne à imigração islâmica, as propostas de endurecimento das penas criminais e a retórica anticorrupção colocam o partido em uma posição clara de desafio às elites políticas tradicionais do arco parlamentar (Marchi, 2020; Prior, 2024). De modo consistente com outras formações da direita radical europeia, o partido enfatiza a defesa da identidade nacional e a rejeição do multiculturalismo e do globalismo, retratados como ameaça à coesão social e aos valores da cultura e identidade portuguesas.

Embora a ascensão do *Chega* seja um fenómeno com características intrinsecamente culturais e contextuais, a sua análise ganha profundidade quando inserida numa perspectiva comparada com a direita radical europeia. A sua emergência tardia, em comparação com partidos como a *Frente Nacional* de Marine Le Pen ou a *Liga* de Matteo Salvini, fez com que Portugal fosse, durante muito tempo, encarado como uma exceção na Europa. Não obstante, o seu sucesso recente demonstra que Portugal, em vez de ser uma exceção ou um caso de impermeabilidade ao populismo de direita, apenas se juntou mais tarde a uma tendência transnacional.

A principal semelhança do *Chega* com os seus congéneres europeus reside na sua matriz ideológica. Todos eles partilham o núcleo do populismo e do nativismo. O populismo manifesta-se na retórica da luta do “povo contra as elites”, em que as elites são percebidas como corruptas, desligadas dos cidadãos comuns e defensoras de interesses parciais. Esta narrativa é central nos discursos de partidos como a *Frente Nacional*, atualmente, *Rassemblement National* (França), ou o *Fidesz*, (Hungria), que acusam as elites de Bruxelas de ignorarem as preocupações nacionais (Mudde, 2007).

O *Chega* alinha-se claramente com esta abordagem ao denunciar a “corrupção sistémica” e ao apresentar-se como a única voz do povo português. Ao explorar escândalos de corrupção, sobretudo a *Operação Marquês* que envolve o ex-primeiro ministro socialista José Sócrates, os privilégios da classe política e a ineficácia do sistema judicial, o partido posiciona-se como um *outsider* legítimo,

o representante dos cidadãos comuns contra as elites políticas e económicas que se apropriaram dos recursos do Estado. A corrupção é descrita não como uma falha de ética individual, mas como um vício sistémico, uma disfunção estrutural da democracia que só pode ser resolvida com uma “limpeza” radical.

O nativismo, o segundo pilar comum, assenta na convicção de que os estados devem ser habitados exclusivamente por membros do “grupo nativo”. Esta ideologia traduz-se em discursos anti-imigração e em políticas de segurança mais restritivas. A xenofobia, embora nem sempre explícita, é um subproduto comum desta visão. O *Chega*, tal como o *Fidesz* de Viktor Orbán, o *Vox* de Santiago Abascal, ou o *Partido pela Liberdade* holandês, liderado por Gert Wilders, defende um modelo fechado de sociedade, avesso à imigração e focado na defesa de uma identidade nacional que é descrita como “cristã” e “tradicional”. A sua retórica sobre a criminalidade e a imigração é um espelho de temas explorados por outros partidos de direita radical na Europa (Mudde, 2017).

Neste aspecto em particular, André Ventura reivindica as raízes cristãs da identidade europeia. A sua posição em relação ao Islão é construída em torno da convicção de que o Estado laico, uma conquista ocidental, é incompatível com a fusão entre o domínio político e o religioso, que o partido atribui àquele monoteísmo. O *Chega* aprofunda esta crítica, alinhando-se com a corrente do identitarismo europeu, que defende a preservação de uma identidade cultural e étnica específica, por vezes apelando à ideia de uma “identidade branca” ou “nacional” sob ameaça existencial. Esta narrativa é reforçada com a recente importação do conceito de “remigração”, popularizado por partidos como o alemão *Alternative für Deutschland* (AfD). A proposta de remigração sugere o repatriamento, voluntário ou coercivo, de imigrantes e seus descendentes que o partido considera não estarem integrados na sociedade, um conceito que assinala um alinhamento ideológico claro com a ala mais radical da extrema-direita europeia.

Efectivamente, em muitas forças da “nova direita” europeia, e de forma muito acentuada na retórica do *Chega*, o discurso nacionalista tem surgido associado a uma identificação mais ampla com os valores cristãos europeus, emergindo a defesa da identidade da Europa e os valores dos povos originários e nativos como elementos catalisadores do discurso populista das novas direitas. Como, com acerto, assinala Zúquete:

A ênfase colocada numa entidade mais alargada - Europa ou o Ocidente - emana tanto da necessidade colectiva de defesa dos europeus autóctones em relação aos ataques da nova ordem mundial e do seu *ethos* globalizante (que apaga tradições e raízes), como do medo e luta contra a islamização (2011, p. 661).

No vocabulário da extrema-direita, tem sido recorrente o tema da emergência de uma nova entidade geopolítica, dominada por muçulmanos. O neologismo “Eurábia” (Bat Ye’or, 2005) integra o vocabulário de alguns partidos e refere-se a uma nova ordem política congeminaada pelas elites políticas europeias e árabes que sujeitaria os povos cristãos à governação islâmica. Esta nova teoria geopolítica da Europa, desenhada após a crise do petróleo a partir de 1970, advoga a existência de uma política externa conciliada com os países árabes e a abertura à imigração procedente dos países muçulmanos. Ora, a associação da imigração ilegal com o aumento da insegurança e a transformação da Europa na “Eurábia” faz parte, justamente, da retórica do *Vox*. Este partido conservador de extrema-direita espanhol, fundado em 2013 por dissidentes do *Partido Popular*, defende, no seu programa para a imigração, a “tolerância zero com o fundamentalismo islâmico”, bem como o “encerramento das mesquitas e centros de culto que propaguem ideias contrárias à cultura e identidade” de Espanha e da “Iberoesfera”.³

42

De facto, o tema “eurábico” está a ganhar força no discurso de muitos partidos da extrema-direita europeia, partidos que combinam o discurso nativista e xenófobo com o populismo reaccionário e a retórica *out-group*. A eventual adesão da Turquia à União Europeia tem reforçado o discurso de uma “invasão muçulmana na Europa” por parte de vários partidos que identificam os muçulmanos como “o outro absoluto” (Casanova, 2006). Deste modo, a tese da “Eurábia” e a narrativa do colapso de uma Europa invadida pelo Islão, banalizou-se entre os partidos nacionalistas de extrema-direita, ao mesmo tempo que deixou de estar confinada aos círculos mais radicais e extremistas, sendo adoptada por partidos da “nova direita” populista. No referendo que resultou no *Brexit*, a tese foi amplamente defendida pelo eurocético *Partido pela Independência do Reino Unido*, enquanto na Suíça e na Áustria o tema do espectro islâmico é frequentemente suscitado em atos eleitorais pela *União Democrática do Centro* e pelo *Partido da Liberdade*, respectivamente. Como sublinha Yves Mény:

³ Programa Vox: <https://www.voxespana.es/programa/programa-electoral-vox>

A difícil integração dos imigrantes, as diferenças culturais e religiosas, os atentados terroristas em solo europeu e a concorrência real ou imaginária no mercado de trabalho, tudo converge para fazer da imigração o tema de maior preocupação das populações europeias no seu conjunto. Inicialmente, a fobia da imigração era veiculada principalmente pelos partidos populistas da direita radical, na Suíça, em França, na Áustria e na Dinamarca. Em seguida, todos os países foram contaminados: a Itália, a Suécia, a Finlândia e a Noruega, a Grã-Bretanha, onde a hostilidade se voltou mais para os imigrantes europeus do que para os imigrantes provenientes do antigo império britânico (Mény, 2019, p. 187).

Com efeito, para o *Chega* a imigração islâmica é representada como incompatível com a civilização europeia, enquadrada como uma ameaça externa, com o objetivo claro de invadir a Europa com a intenção de “islamizá-la”, impondo religião, cultura e hábitos. Os muçulmanos são sistematicamente associados ao radicalismo e ao fundamentalismo, estratégias que visam a associação com o terrorismo. A atenção dedicada à presença ameaçadora de muçulmanos incorpora a construção do “inimigo interno”, que Alietti e Padovan (2013) vêem como constitutivo do racismo cultural. As tradições islâmicas são retratadas como radicais, perigosas e fundamentalistas, tornando, assim, os muçulmanos inerentemente incompatíveis com a integração na sociedade europeia e os seus valores “civilizados” (Prior e Andrade, 2025).

43

Além de focar a sua retórica anti-imigração em grupos religiosos ou em imigrantes de forma geral, o *Chega* também dirige as suas críticas de forma particular a grupos minoritários específicos. A comunidade cigana, em particular, é frequentemente utilizada na retórica do partido como um exemplo de grupo externo que não se integra na sociedade portuguesa e nos modos e costumes dos “portugueses de bem”. O discurso do *Chega* sobre esta comunidade assenta as suas acusações na criminalidade, no abuso de apoios sociais, acusando os ciganos de serem “subsidiodependentes” e na falta de vontade de trabalhar. Estas acusações servem para reforçar a ideia de que o Estado de Bem-Estar Social é parasitado por “forasteiros”.

O *Chega* utiliza este grupo minoritário para consolidar o seu eleitorado, ao apresentar-se como o único partido que tem a coragem de abordar o que descreve como um problema social “tabu”. Esta retórica “out-group”, dirigida particularmente às comunidades islâmica e cigana, é uma característica central

do populismo de direita radical, que visa consolidar a construção do verdadeiro “povo” através da criação de um inimigo comum, seja ele político, racial ou cultural. Trata-se de um “populismo excludente” (Betz, 2003) que capitaliza a divisão entre “nós e eles” em termos identitários, rotulando como “outros” aqueles que não compartilham a identidade e cultura do povo nativo (Cervi, 2020).

Um outro aspecto que importa assinalar da ideologia do *Chega*, que o alinha com a direita radical de outros países, é o seu discurso anticomunista e socialista. O partido posiciona-se como o sucessor ideológico de um anticomunismo de matriz salazarista, revivendo as narrativas da Guerra Fria para atacar os partidos da esquerda tradicional e, em particular, o *Partido Socialista*, que é frequentemente acusado de corrupção e de ter uma agenda que visa manter a população em situação de dependência do Estado e destruir os valores tradicionais da nação, impondo ideologias globalistas. A maioria dos populistas de direita são anticomunistas (Mudde, 2007), e o *Chega* não é exceção. Este discurso não apenas reforça a sua identidade de extrema-direita, mas também serve para afastar eleitores descontentes do centro e da direita moderada, que vêem na esquerda uma ameaça ao sistema económico e social. O *Chega* utiliza este discurso para se distinguir do PSD, acusando-o de ser conivente com os ideais de esquerda. Ao reviver o espectro do comunismo, o partido procura criar uma narrativa de ameaça existencial.

Considerações finais

Longe de ser um fenómeno marginal, a presença do *Chega* no parlamento sinaliza uma mudança profunda nas prioridades e na cultura política do eleitorado, marcada pela desconfiança nas instituições e pela procura de segurança e identidade. A consolidação do *Chega* tem exercido um impacto substancial no panorama político português. Em primeiro lugar, a polarização do debate público. O partido utiliza uma linguagem agressiva e confrontacional que força os outros partidos a reagir, muitas vezes adotando uma retórica semelhante ou, pelo contrário, reforçando a sua oposição, o que divide ainda mais o eleitorado. Esta polarização pode dificultar o consenso e a governação.

Em segundo lugar, a normalização de discursos de extrema-direita. Temas como a criminalização de minorias, prisão perpétua ou a oposição à imigra-

ção, que antes eram tabu, passaram a fazer parte do debate político. A presença do Chega no parlamento legitima e normaliza estas ideias, que antes eram consideradas extremistas (Mudde, 2017). Isto tem um impacto direto nos outros partidos, nomeadamente no PSD, que passou a adotar posições mais à direita para não perder votos para o *Chega*. A implicação na governabilidade também se manifestou de forma singular.

Apesar de a sua postura antissistema e confrontacional, o *Chega* tem-se tornado um ator de peso no parlamento, cujas posições são fulcrais para a aprovação de certas medidas legislativas. Um exemplo notório é o seu apoio pontual ao atual governo minoritário liderado pela Aliança Democrática (AD) em questões-chave. A sua retórica anti-imigração, por exemplo, foi capitalizada para influenciar o debate e a tomada de decisões. O Chega tem pressionado por medidas mais restritivas na política de imigração, o que tem encontrado eco na agenda do governo e noutros partidos, tornando-se um parceiro de conveniência em matérias que se alinham com a sua plataforma. Esta dinâmica ilustra como, mesmo sem integrar o governo, a sua força eleitoral lhe confere um poder de influência significativo, obrigando a novos tipos de coligações e alianças que podem ser mais instáveis.

Referências

- Alietti, A., & Padovan, D. (2013). Religious racism: Islamophobia and antisemitism in Italian society. *Religions*, 4, 584–602.
- Betz, H.-G. (2003). Xenophobia, identity politics and exclusionary populism in Western Europe. *Socialist Register*, 39, 193–210.
- Cervi, L. (2020). Exclusionary populism and Islamophobia: A comparative analysis of Italy and Spain. *Religions*, 11, 516.
- Casanova, J. (2006). The long, difficult, and tortuous journey of Turkey into Europe and the dilemmas of European civilization. *Constellations*, 13(2), 234–247.
- Eatwell, R., & Goodwin, M. (2019). *Populismo. A revolta contra a democracia liberal*. Desassossego.
- Finchelstein, F. (2020). Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades. In A. C. Pinto & F. Gentile (Eds.), *Populismo: teorías e Casos* (pp. 20–31). Edmeta editora.

- Gerbaudo, P. (2018). “Social media and populism: An elective affinity?”. *Media Culture & Society*, 40(5), 745–753.
- Guazina, L. (2021). “Populismos de direita e autoritarismos”. *Mediapolis - Media, Populismo e Espaço Público*. 12.
- Ignazi, P. (1992). “The silent counter-revolution. Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe.” *European Journal of Political Research*, 22(1), 3–29.
- Laclau, E. (2005). *La Razón Populista*. Fondo de Cultura Económica de España.
- Marchi, R. (2012). “As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). *Ler História* 63, pp. 71-95.
- Marchi, R. (2020). O Novo Partido Chega no âmbito da direita portuguesa. In A. C. Pinto & F. Gentile (Eds.), *Populismo: teorias e Casos* (pp. 201–219). Edmeta editora.
- Marchi, R., & Bruno, G. (2016). A Extrema-Direita Europeia perante a crise dos refugiados. *Relações Internacionais*, 50, 39–56.
- Mény, Y. (2019). *Democracias Imperfeitas. Frustrações Populares e Vagas Populistas*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Mudde, C. (2000). *The ideology of the extreme right*. Manchester University Press.
- Mudde, C. (2019). *The far right today*. Polity Press.
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2017). *Populismo: uma Brevíssima Introdução*. Gradiva.
- Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge University Press.
- Mudde, C. (2017). *The Far Right in Europe*. Routledge.
- Mudde, C. “O Zeitgeist Populista”. 2021. *EXILIUM – Revista de Estudos da Contemporaneidade*, 2(3), 263–298.
- Müller, J.-W. (2017). *O que é o Populismo?* Texto Editores.
- Pinto, J. N. (1996). *A direita e as direitas*. Difel.
- Prior, H. Social media and the rise of radical right populism in Portugal: the communicative strategies of André Ventura on X in the 2022 elections. *Humanit Soc Sci Commun* 11, 761 (2024).
- Prior, H., Andrade, M. (2025). Exclusionary Populism in Portugal: “Islamophobia and the Construction of the ‘Otherness’ in the Portuguese Radical Right”. In: Novais, R.A., Christofolletti, R. (eds) *The Palgrave Handbook on Right-Wing Populism and Otherness in Global Perspective*. Global Political Sociology. Palgrave Macmillan, Cham.

Taggart, P. (2000). *Populism*. Open University Press.

Ye'or, B. (2005). *Eurabia: The Euro-Arab axis*. Fairleigh Dickinson University Press.

Zúquete, J. P. (2007). Portugal: a new look at the extreme right. *Representation*, 43(3), 179–198.

Zúquete, J. P. (2011). “Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita Europeia e o Islão”. *Análise Social*, XLVI(201), 653–677.

Pânicos morais e mobilização política: as estratégias da extrema-direita para controlar o debate público

Herbert Rodrigues¹
ORCID: 0000-0002-4987-1486

Resumo: Este artigo analisa a instrumentalização de pânico morais durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), com foco nos discursos utilizados para reforçar as estratégias políticas da extrema-direita, deslegitimar opositores e mobilizar a base de aliados. A partir de uma abordagem qualitativa, o estudo discute os principais casos de pânico morais fomentados durante o período, incluindo a questão da pedofilia, a “ideologia de gênero”, as críticas à comunidade LGBTQIA+, a defesa da família tradicional, o movimento Escola sem Partido, os ataques violentos nas escolas, a ideia de “cidadão de bem”, o negacionismo científico, particularmente na pandemia de COVID-19, a demonização do comunismo e do globalismo como inimigos internos e externos, entre outros. Utilizando análise de discurso e revisão bibliográfica sobre pânico morais, extrema-direita e comunicação política, argumentamos que esses pânico foram fundamentais para a manutenção do apoio à extrema-direita, promovendo polarização e desconfiança institucional.

Palavras-chave: pânico moral; bolsonarismo; extrema-direita; negacionismo; populismo.

¹ Professor de Sociologia da Missouri State University, EUA. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela USP e mestrado em Antropologia Social também pela USP. E-mail: hrodrigues@missouristate.edu Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4620177782951175>

Abstract: This article analyzes the instrumentalization of moral panics during Jair Bolsonaro's government (2019-2022), focusing on the discourses used to reinforce the political strategies of the far right, delegitimize opponents, and mobilize the base of allies. Through a qualitative approach, the study discusses key cases of moral panics fostered during this period, including issues related to pedophilia, "gender ideology," criticisms of the LGBTQIA+ community, the defense of traditional family values, the Escola sem Partido movement, violent attacks in schools, the concept of the "good citizen," scientific denialism—particularly during the COVID-19 pandemic—and the demonization of communism and globalism as internal and external enemies, among others. Using discourse analysis and a literature review on moral panics, the far right, and political communication, we argue that these panics were crucial for maintaining support for the far right, promoting polarization and institutional distrust.

49

Keywords: Moral panic. Bolsonarismo. Far right. Denialism. Populism.

Resumen: Este artículo analiza la instrumentalización de los pánicos morales durante el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022), enfocándose en los discursos utilizados para reforzar las estrategias políticas de la extrema derecha, deslegitimar a los oponentes y movilizar la base de aliados. A través de un enfoque cualitativo, el estudio discute casos clave de pánicos morales fomentados durante este período, incluyendo temas relacionados con la pedofilia, la “ideología de género”, críticas a la comunidad LGBTQIA+, la defensa de los valores familiares tradicionales, el movimiento Escola sem Partido, ataques violentos en las escuelas, el concepto de “ciudadano de bien”, el negacionismo científico—particularmente durante la pandemia de COVID-19—y la demonización del comunismo y del globalismo como enemigos internos y externos, entre otros. Utilizando análisis del discurso y una revisión bibliográfica sobre pánicos morales, la extrema derecha y comunicación política, argumentamos que estos pánicos fueron cruciales para mantener el apoyo a la extrema derecha, promoviendo la polarización y la desconfianza institucional.

50

Palabras clave: Pánico moral. Bolsonarismo. Extrema derecha. Negacionismo. Populismo.

Introdução

A ascensão do bolsonarismo no cenário político brasileiro trouxe à tona traumas sociais adormecidos e revelou novas estratégias de comunicação política que alteraram profundamente a dinâmica do debate público. Um dos recursos utilizados nesse contexto foi a exploração de pânicos morais, que serviram para fortalecer a base política do governo, promover a polarização e minar a confiança popular nas instituições democráticas. Este artigo tem como objetivo investigar os mecanismos discursivos e práticos que fomentaram os pânicos durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), sem ignorar, entretanto, que tais elementos já estavam presentes na sociedade brasileira antes da ascensão da extrema-direita e permanecem ativos mesmo após a derrota eleitoral em 2022. Para efeito de análise, concentraremos nossa atenção no período em que Bolsonaro esteve no poder.

O uso de pânicos morais pela extrema-direita no Brasil não é fenômeno inédito, mas ganha relevância ao ser compreendido como parte de uma estratégia de apropriação e controle do debate público. Por meio dessa prática, medos difusos da população foram transformados em narrativas politicamente mobilizáveis, dirigidas contra minorias e adversários ideológicos. Neste estudo, analisaremos como o conceito de pânico moral, amplamente discutido na sociologia, pode ser aplicado ao contexto do governo Bolsonaro. Investigaremos, especificamente, de que maneira discursos e práticas políticas contribuíram para a construção de inimigos simbólicos e para o aprofundamento da polarização na sociedade brasileira.

O período de governo de Jair Bolsonaro foi marcado por uma retórica conservadora e polarizadora, frequentemente articulada em torno de questões de moralidade. Por essa razão, os pânicos morais tornaram-se instrumentos centrais de poder político, utilizados para consolidar apoio e desviar a atenção das crises políticas e econômicas que ameaçavam a estabilidade do governo. Entre os principais temas mobilizados, destacam-se a questão da pedofilia, a chamada “ideologia de gênero”, as críticas à comunidade LGBTQIA+ em defesa da família tradicional, o movimento Escola sem Partido, os ataques violentos em escolas, a exaltação da ideia de que “bandido bom é bandido morto” e a promoção do “cidadão de bem”. Do mesmo modo, o governo fomentou o negacionismo científico durante a pandemia de COVID-19, além de demonizar o comunismo, o globalismo e os movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalha-

dores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Temas ligados à guerra contra o “politicamente correto”, às questões religiosas e à narrativa anticorrupção também foram utilizados para mobilizar segmentos específicos da população.

De acordo com o cientista político Cass Mudde, regimes populistas de direita frequentemente recorrem a uma linguagem emocional e a apelos à moralidade como forma de mobilização política. Esse fenômeno reflete o que ele chama de uma “imaginação moralista da política”, baseada na oposição entre um povo moralmente puro e elites percebidas como corruptas ou moralmente inferiores (MUDDE, 2019). No caso do bolsonarismo, essa estratégia foi instrumentalizada para justificar ações e discursos polarizadores, resultando na construção de ameaças constantes aos valores morais.

Os pânicos morais, nesse contexto, desempenharam um papel central na articulação do populismo de direita no Brasil. Esses dispositivos narrativos se ancoraram em emoções como medo, indignação e ressentimento para mobilizar politicamente segmentos conservadores e reacionários da sociedade. A deslegitimação de grupos específicos, como a comunidade LGBTQIA+, ativistas dos direitos humanos, movimentos sociais, professores e cientistas, foi essencial para criar a ilusão de uma luta de “nós contra eles”.

Estudar pânicos morais em contextos de crise política e econômica, especialmente em democracias frágeis, é de grande relevância sociológica. Esses fenômenos oferecem um campo fértil para compreender os processos de manipulação do medo e da moralidade na política contemporânea. Este estudo, portanto, contribui para o entendimento das dinâmicas sociopolíticas recentes no Brasil, lançando luz sobre os mecanismos de poder que sustentam regimes populistas de direita. Ao investigar as articulações entre discurso, prática política e polarização, esperamos fornecer subsídios para análises mais amplas sobre o impacto dos pânicos morais em sociedades marcadas pela desigualdade e pelo conflito ideológico.

A relevância do conceito de pânico moral

O conceito de pânico moral foi introduzido pelo sociólogo britânico Jock Young, em 1971, para analisar os significados socioculturais do uso de drogas (YOUNG,

1971). Posteriormente, Stanley Cohen (1972) ampliou sua aplicação ao investigar a construção social do desvio em seu estudo sobre as gangues juvenis *Mods* e *Rockers* no Reino Unido. Cohen enfatizou o papel da mídia na estereotipação e distorção das representações do desvio e dos desviantes. Para ele, o pânico moral constitui um fenômeno social que emerge diante de uma ameaça real percebida aos valores morais dominantes.

Cohen argumenta que os pânicos morais se caracterizam por uma indignação exacerbada e por cruzadas morais impulsionadas por narrativas midiáticas sensacionalistas, gerando medo generalizado, ansiedade coletiva e preocupação social. Em suas próprias palavras, o pânico moral ocorre quando “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para serem definidas como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotipada pela mídia (COHEN, 1972, p. 9, tradução nossa).

O fenômeno costuma ser direcionado a grupos específicos — subculturas, movimentos sociais ou indivíduos — que são rotulados como “demônios populares” (*folk devils*) e responsabilizados pela suposta ameaça à ordem moral. Esse processo de rotulação pode resultar na estigmatização, na exclusão social e até em medidas repressivas por parte do Estado, como políticas públicas e intervenções legais, reforçando a hegemonia dominante. Além disso, Cohen ressalta que os pânicos morais frequentemente não se baseiam em evidências objetivas, mas sim em construções sociais que refletem as ansiedades, valores e relações de poder de determinada sociedade (COHEN, 1972).

Segundo Cohen, os pânicos morais são frequentemente catalisados por crises sociais e econômicas, servindo como mecanismo para restaurar a ordem e reafirmar fronteiras morais ameaçadas. Cohen propõe que os pânicos morais seguem três fases principais: inventário, significação e ação. Na fase de inventário, os meios de comunicação desempenham um papel central ao organizar rumores e percepções desordenadas, criando um *corpus* interpretativo do problema por meio de exagero, predição e simbolização. Na fase de significação, o foco se desloca dos fatos para suas implicações, conectando o problema a valores ameaçados e crises sociais mais amplas, como a “crise da família” ou a “crise de autoridade”. Por fim, na fase de ação, ocorre a mobilização de mecanismos de controle social, envolvendo tanto a sensibilização do público quanto a atuação de agências formais de controle e “empresários morais” (COHEN, 1972).

Howard Becker, sociólogo norte-americano conhecido por seu trabalho sobre a teoria do rotulamento (ou etiquetamento), cunhou o termo “empreendedores morais” para se referir a indivíduos ou grupos que buscam estabelecer normas e valores morais e promover mudanças sociais com base em sua visão pessoal de moralidade (BECKER, 2008). Becker argumenta que os empreendedores morais são aqueles que procuram influenciar a sociedade, rotulando certos comportamentos como desviantes ou imorais e mobilizando apoio público para suas causas. Esses empreendedores morais podem ser ativistas, líderes religiosos, políticos, profissionais liberais, membros de organizações da sociedade civil ou outros grupos e indivíduos que buscam moldar a moralidade social de acordo com sua perspectiva.

Os empreendedores morais geralmente usam estratégias como a estigmatização, a condenação pública, a mobilização social e a pressão política para promover suas agendas e buscar mudanças na legislação, políticas públicas ou comportamentos sociais. Eles podem se envolver em campanhas de conscientização, protestos, lobby político, ou outros meios de influência social para alcançar seus objetivos. A ideia de pânico moral está relacionada aos empreendedores morais, pois esses grupos de interesse detêm poder político suficiente para construir narrativas que aumentam a percepção de ameaça aos princípios estruturantes da sociedade, gerando um estado de preocupação extrema.

Goode e Ben-Yehuda (2009) definem o pânico moral a partir de cinco critérios essenciais. O primeiro aspecto é a *inquietação* em relação ao comportamento de um grupo específico, percebido como prejudicial a determinados setores da sociedade. Esse temor inicial leva à *hostilidade*, na qual o grupo em questão passa a ser visto como inimigo e como ameaça aos valores sociais predominantes, criando uma divisão entre os “bons” e os “desviantes”. Para que um pânico moral se estabeleça, é necessário que a mídia forje um *consenso social* de que a ameaça representada pelo grupo é real e grave. No entanto, muitas vezes essa percepção não corresponde à realidade, configurando um fenômeno de *desproporção*, no qual a ameaça é exagerada em relação aos fatos concretos. Por fim, o pânico moral caracteriza-se pela *volatilidade*, podendo surgir e desaparecer rapidamente, apesar de suas causas estruturais permanecerem presentes. Esses elementos ajudam a compreender como determinados temas se tornam centrais

no debate público de forma abrupta e emocional, influenciando políticas e discursos sociais.

É importante dizer que o pânico moral ocorre sempre sobre algo concreto. Nas palavras de Young, “não se pode ter um pânico moral sem que haja algo moralmente inquietante para se entrar em pânico, ainda que esse algo não seja o verdadeiro objeto do medo, mas sim o deslocamento de outro temor ou, mais frequentemente, uma mistificação da real ameaça representada pelo objeto de apreensão” (YOUNG, 2007, p. 53, tradução nossa). Logo, não se trata de uma ilusão irracional ou uma interpretação distorcida da realidade. O pânico moral simboliza a desordem e a ameaça aos valores tradicionais, ao mesmo tempo em que serve como mecanismo de reafirmação dos valores que se deseja preservar. Durante episódio de pânico moral, o que é atípico passa a ser percebido como típico, a exceção se transforma em regra, o raro torna-se frequente e o insignificante adquire proporções exageradas. No entanto, é a forma política de enquadrar e comunicar esses problemas que alimenta e intensifica a ampliação do pânico moral na sociedade, transformando ansiedades difusas em narrativas mobilizadoras, legitimando ações repressivas e consolidando divisões ideológicas que servem a interesses específicos de poder.

55

O desenvolvimento do pânico moral está ligado às dinâmicas de poder e controle social. Os elementos discursivos que o fomentam são frequentemente mobilizados por “indivíduos que pensam à direita” (COHEN, 1972, p. 9, tradução nossa) e por agentes comprometidos com a manutenção da ordem estabelecida. Além disso, a mídia, marcada por uma estrutura pouco diversa, apresenta uma forte tendência conservadora e está cada vez mais centralizada e oligopolizada. Esse cenário contribui para que temas geradores de pânico moral estejam, em grande parte, direcionados a grupos socialmente marginalizados, cujas posições são determinadas por processos de estratificação de classe, gênero, orientação sexual e hierarquia moral. Esses grupos, frequentemente denominados “classes perigosas”, são historicamente associados à pobreza e sujeitos a mecanismos de punição e controle social (WACQUANT, 2003).

O conceito de pânico moral por si só não explica a complexidade das relações que estabelecem os mecanismos de mobilização da extrema-direita no Brasil. Para tal, é preciso associar a ideia de pânico moral à análise dos discursos para entender de que maneira as atividades do dia a dia se tornam moralizantes

em forma de julgamentos que constituem os jogos de verdade entre o “certo” e o “errado” para controlar o debate público. É importante lembrar que os pânico surgem a partir da agitação de diversos segmentos sociais, se mantêm na superfície da sociedade por algum tempo e depois desaparecem, mas sem antes fazer estrago e deixar sequelas.

Sociologicamente, a definição de pânico moral pode ser resumida como fenômeno social que ocorre quando há reação exagerada e coletiva da sociedade em relação a um grupo ou comportamento percebido como ameaça às normas e valores sociais, geralmente ampliado pela mídia e acompanhado por intensa indignação e clamor público. Mas é preciso tomar alguns cuidados teóricos. Em primeiro lugar, como já foi dito, o pânico moral não deve ser entendido como algo excepcional, fruto de reação irracional. Ao contrário, o pânico moral representa formas de ação social rotineira, racional e de comunicação política. O pânico moral está longe de ser visto como fenômeno irracional aleatório que surge de tempos em tempos: deve ser visto como componente de manutenção do universo simbólico produtor de normalidade. Em linhas gerais, entende-se o pânico moral como ameaça de ruptura em relação à moral normativa utilizado por agentes da extrema-direita como ferramenta de controle social e manutenção da ordem hegemônica.

A relação entre pânico morais e a extrema-direita no Brasil

Nas últimas décadas, observamos uma crescente consternação, no Brasil e no mundo, em torno de sucessivos pânico morais, os quais, ao refletirem a construção de ameaças percebidas, evidenciam os anseios de controle social em contextos de instabilidade. Mais recentemente, alguns debates tomaram magnitude tão ampla na sociedade brasileira que, por um lado, não era mais possível ignorar ou justificar a ausência de estudos de natureza sociológica sobre o assunto. Por outro lado, nota-se que a reação de alguns setores da sociedade diante da percepção do perigo percebeu-se desproporcional em relação ao fato em si. Como este trabalho propõe uma abordagem crítica para compreender a instrumentalização dos pânico morais, cabe apresentar essas complexas construções sociais – que operam no plano moral e envolvem diferentes atores – a partir das discussões dos pânico recentes que foram capazes de envolver questões políticas, sociais, religiosas e de gênero.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, diversos pânicos morais foram mobilizados como estratégias discursivas para influenciar a opinião pública, potencializar medos, polarizar o debate político e consolidar apoio entre grupos específicos. Esses pânicos morais operaram como mecanismos de comunicação política, explorando o medo e a indignação para exacerbar conflitos culturais e sociais. Nesse período, determinados temas foram instrumentalizados para reforçar divisões políticas e ideológicas, configurando um cenário de acirramento discursivo.

Nesse sentido, a polarização foi utilizada como ferramenta de mobilização social que transcendeu o simples conflito ideológico. No governo Bolsonaro, a retórica polarizadora não apenas refletia divisões já existentes na sociedade brasileira, mas também as aprofundava, promovendo um ambiente de constante tensão e desconfiança. O medo e a indignação foram explorados de forma sistemática, convertendo-se em elementos centrais da comunicação política bolsonarista. A criação de inimigos imaginários comuns, sejam eles internos ou externos, foi fundamental para sustentar a narrativa de que o governo estava lutando contra ameaças existenciais à nação.

O presente estudo: nota metodológica

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise de discurso, a fim de compreender os mecanismos simbólicos e afetivos mobilizados pela extrema-direita durante o governo Bolsonaro. O mapeamento sistemático dos episódios de mobilização moralizante foi conduzido a partir de uma análise heurística da realidade brasileira, orientada pela investigação crítica de fenômenos sociais relacionados ao controle simbólico, à estigmatização de grupos e à radicalização do debate público. A seleção dos casos analisados foi guiada por sua recorrência nos discursos políticos e midiáticos entre 2019 e 2022, e por sua centralidade na construção de “inimigos morais” em torno dos quais se estruturaram estratégias de polarização e mobilização emocional. Essa metodologia permitiu articular dimensões teóricas e empíricas, evidenciando como os pânicos morais foram instrumentalizados como estratégias de controle simbólico e comunicação política.

A seguir, destacam-se alguns dos principais pânicos morais mobilizados durante o governo de extrema-direita no Brasil.

Pedofilia

No Brasil, até meados da década de 1990, o maior exemplo de pânico moral envolvendo abuso sexual infantil foi, sem dúvida, o caso da Escola de Educação Infantil Base (ou simplesmente Escola Base), ocorrido em São Paulo em 1994. Considerando que não há pânico moral sem que exista algo a ser temido, seja um objeto real ou uma mera ameaça, o caso da Escola Base se destacou como um exemplo paradigmático para ilustrar essa formulação (RODRIGUES, 2017). Na história recente, houve episódios em que questões relacionadas à pedofilia foram amplamente divulgadas pela mídia, gerando um intenso pânico na sociedade. Tais episódios frequentemente se caracterizaram por reações sociais exageradas, emocionais e coletivas, muitas vezes alimentadas pelo sensacionalismo midiático e por crenças populares infundadas.

A reportagem da *Agência Pública*², publicada em 17 de julho de 2020, revelou que grupos evangélicos e seguidores de Olavo de Carvalho desempenharam papel significativo na disseminação de notícias falsas que associavam a esquerda à pedofilia. Essa narrativa ganhou força quando o site *Gospel Prime* publicou uma matéria infundada sobre o suposto crescimento de “grupos pela legalização da pedofilia nas redes sociais”. Essa informação foi amplamente compartilhada em grupos de WhatsApp cristãos e nas redes sociais evangélicas. Posteriormente, Bolsonaro reforçou a falsa acusação em um tuíte, sem apresentar evidências, expandindo ainda mais o alcance da *fake news*.

Fruto de prioridades midiáticas e do oportunismo político da extrema-direita, o combate à pedofilia se tornou então um dos principais lemas de grupos conservadores. A ideia de que a pedofilia é um problema generalizado se transforma em uma das maiores ansiedades da sociedade, ao colocar as crianças diante de um risco extremo. Nesse sentido, associar a pedofilia ao pensamento de esquerda configura uma estratégia política deliberada de estigmatização e criminalização de adversários, fundamentada em significados socialmente construídos que emergem de estímulos provocados pelo pânico moral, o qual não apenas aumenta medos coletivos, mas também redefine as fronteiras do debate público e justifica a adoção de práticas repressivas em nome da proteção da moralidade.

² <https://apublica.org/2020/07/grupos-evangelicos-e-olavistas-ajudaram-a-espalhar-fake-news-de-bolsonaro-sobre-esquerda-e-pedofilia/>

Ideologia de gênero

O pânico moral se manifesta de forma contundente nas discussões relacionadas à sexualidade e ao gênero, especialmente no debate em torno da chamada “ideologia de gênero”. Esse pseudoconceito, amplamente utilizado por setores conservadores, criou uma falsa polêmica sobre o ensino de questões de gênero e diversidade sexual nas escolas. O pânico moral em torno desse tema reflete não apenas a intensa polarização política do país, mas também a tendência de reações emocionais e desproporcionais diante de questões complexas e controversas. De acordo com Mudde (2019), as opiniões da extrema-direita sobre gênero e sexualidade são moldadas, em grande parte, por seu nativismo, frequentemente definido em termos étnicos e raciais. Para o cientista político, grupos feministas são acusados de desestruturar a família tradicional e, em última instância, ameaçar a sobrevivência da nação.

Aqueles que utilizam o termo “ideologia de gênero” frequentemente o fazem para descrever a existência de uma suposta teoria desenvolvida para desconstruir papéis de gênero tradicionais e enfraquecer a sociedade. Essa narrativa foi amplificada no contexto político brasileiro, como exemplificado pela declaração da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, durante sua posse, em que afirmou: “é uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”³.

Essa frase, longe de ser inofensiva, pode ser interpretada como tentativa de reforçar estereótipos de gênero e consolidar uma visão conservadora sobre educação e os papéis sociais atribuídos a meninos e meninas. Tal posicionamento não apenas reproduz desigualdades de gênero, mas também evidencia a polarização ideológica que domina o debate sobre essas questões no Brasil contemporâneo.

O governo Bolsonaro utilizou amplamente o termo “ideologia de gênero” como ferramenta para mobilizar pânicos morais, associando-o a uma suposta “erosão dos valores familiares”. Declarações sobre o chamado “Kit Gay”, feitas ainda durante a campanha presidencial, tiveram como objetivo estigmatizar educadores, desacreditar políticas de diversidade e promover retrocessos nas

³ <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/ao-declarar-guerra-a-ideologia-de-genero-bolsonaro-elege-inimigo-que-nao-existe/>

iniciativas relacionadas à educação sexual. Esses materiais foram acusados, de forma infundada, de incentivar a homossexualidade entre crianças, sendo amplamente instrumentalizados por lideranças para mobilizar eleitores e reforçar agendas moralistas (OLIVEIRA et al., 2020). Além disso, Bolsonaro e seus aliados frequentemente alertavam sobre a existência de uma suposta “doutrinação” em salas de aula, argumentando que tais práticas ameaçariam a moralidade das crianças. Esse discurso foi eficaz para mobilizar setores conservadores e religiosos, que viam essas questões como um ataque à estrutura familiar tradicional.

Esse fenômeno ilustra como o pânico moral se desenvolve: há a ação (iniciativas de educadores e feministas), a reação (movimentos de resistência, campanhas e formulação de leis) e os impactos (controle social do comportamento e a retração de direitos). Assim, o pânico moral em torno da “ideologia de gênero” não se limitava a boatos ou reações irracionais, tratava-se de uma questão politicamente instrumentalizada por atores que se apresentavam como respeitáveis, incluindo meios de comunicação e líderes que se autodenominavam “defensores da moralidade”. Essa construção narrativa explora ansiedades sociais profundamente enraizadas, transformando o medo em uma poderosa ferramenta de mobilização política.

Defesa da família tradicional e críticas ao movimento LGBTQIA+

Em evento com evangélicos em outubro de 2021, Bolsonaro reafirmou sua defesa da família tradicional composta por “homem e mulher”. Essa declaração foi feita no contexto em que Bolsonaro buscava consolidar seu apoio entre a comunidade evangélica, enfatizando valores morais sobre família. O ex-presidente criticou a discussão sobre diversidade sexual e de gênero, apresentando sua visão como forma de preservar os “fundamentos da família”. Bolsonaro afirmou que família é homem e mulher porque está na “Constituição e na Bíblia”⁴.

A defesa da chamada “família tradicional” constituiu um dos pilares centrais do discurso político do governo Bolsonaro, frequentemente apresentada como um contraponto a supostas “ameaças” associadas aos movimentos feministas, LGBTQIA+ e outras pautas progressistas. Essa retórica, amplamente

⁴ <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-defende-familia-formada-por-homem-e-mulher-em-evento-com-evangelicos/>

explorada em sua base discursiva, visava consolidar o apoio de grupos religiosos e conservadores, muitos dos quais identificam na família nuclear heteronormativa um ideal moral e social a ser protegido. No entanto, tal estratégia discursiva não apenas reforçou narrativas excludentes, como também intensificou preconceitos e discriminações, criando um ambiente hostil às diversidades de gênero e sexualidade. O ex-presidente chegou a proferir declarações abertamente homofóbicas, como afirmar que preferiria um filho morto a um filho gay, evidenciando o caráter violento de sua postura. Além disso, houve reiterados ataques a ações afirmativas e manifestações culturais, como o carnaval de rua e a Parada do Orgulho LGBTQIA+, transformando marcos de visibilidade e resistência em alvos de deslegitimação política.

A retórica governamental extrapolava o campo discursivo ao gerar efeitos concretos na vida de indivíduos e grupos. O aumento da discriminação, a hostilidade social e a perseguição política forçaram diversas figuras públicas a se exilarem do país, como o ex-deputado federal Jean Wyllys, a escritora Márcia Tiburi e a professora da Universidade de Brasília Débora Diniz. Tais casos ilustram como discursos de ódio, quando legitimados por lideranças políticas, podem intensificar tensões sociais e gerar violações aos direitos humanos, especialmente contra minorias.

61

Doutrinação ideológica nas escolas: Escola sem Partido

Durante o governo Bolsonaro, consolidou-se um discurso que acusava professores e instituições de ensino de promoverem uma agenda marxista, frequentemente referida como “doutrinação marxista”. Essa narrativa foi utilizada para deslegitimar a educação crítica e plural, associando práticas pedagógicas a uma suposta influência ideológica de esquerda. A ideia de que escolas e universidades estavam sob controle de uma agenda política foi central no bolsonarismo e serviu de justificativa para projetos como o Escola sem Partido, que buscava restringir a abordagem de temas políticos e sociais em sala de aula. Como consequência, instaurou-se um clima de vigilância sobre os docentes, reduzindo sua autonomia pedagógica e favorecendo práticas de censura educacional em determinados contextos.

Essa ofensiva também se manifestou por meio de ataques diretos a figuras e políticas educacionais, como a desqualificação do legado de Paulo Freire,

a tentativa de interferência no conteúdo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a rejeição ao ensino de educação sexual nas escolas. Essas ações refletiram um projeto político da extrema-direita e a limitação do pensamento crítico no ambiente educacional, aprofundando tensões entre o governo e a comunidade acadêmica.

Durante todo o mandato, Bolsonaro manifestou apoio explícito ao projeto Escola sem Partido, apresentando-o como mecanismo para neutralizar influências político-partidárias no ambiente escolar. Em 23 de maio de 2019, o jornal *El País Brasil*⁵ publicou matéria que analisava as iniciativas do governo Bolsonaro voltadas para a reconfiguração ideológica das instituições de ensino ao governo. As ações foram justificadas pelo governo sob a alegação de combater a suposta “doutrinação de esquerda” e a “balbúrdia” nas universidades, termos que se tornaram centrais no discurso da extrema-direita.

Ataques violentos nas escolas

Os ataques violentos em escolas são eventos trágicos que geram medo e pânico, causando profundo impacto emocional nas comunidades escolares, nas famílias e na sociedade em geral. No entanto, o medo e o pânico moral podem gerar respostas desproporcionais e emocionais, em vez de decisões fundamentadas em evidências e na compreensão realista dos riscos e das melhores práticas de prevenção.

O relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental”, publicado pelo Instituto Unibanco em 2022⁶, apresenta um panorama detalhado dos fatores que contribuem para a radicalização de adolescentes, destacando a influência das redes sociais, a difusão de discursos de ódio e o impacto de narrativas políticas que legitimam práticas violentas e excludentes. O estudo apontou que o governo Bolsonaro desempenhou um papel central na normalização de discursos polarizadores, que não apenas intensificaram tensões sociais, mas também criaram um ambiente propício para o avanço de ideologias extremistas. A retórica governamental que frequentemente evocava temas como o combate à “doutrinação

⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html

⁶ <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-relatorio-o-extremismo-de-direita-entre-adolescentes-e-jovens-no-brasil-ataques-as-escolas-e-alternativas-para-a-acao-governamental>

ideológica” e a defesa de valores conservadores contribuiu para a construção de pânicos morais em torno da escola como um espaço de disputa política e cultural.

O relatório também apontou a romantização da violência como forma de controle social por meio de discursos que legitimam a repressão e o uso da força como resposta a conflitos e divergências no espaço escolar. Esse tipo de narrativa, amplificada por lideranças políticas e por conteúdos disseminados digitalmente, contribuiu para a naturalização de atos violentos entre adolescentes. Além disso, o relatório sublinhou que os pânicos morais serviram como instrumentos de controle social, ao mesmo tempo em que desviaram o debate público de problemas estruturais da educação, como o subfinanciamento, a precarização do trabalho docente e a desigualdade de acesso. Sob a ótica discursiva, a construção de inimigos simbólicos – sejam professores, minorias ou mesmo a própria escola – desempenhou um papel fundamental na manutenção de uma lógica autoritária, que articula exclusão e discurso de ódio como estratégias de poder.

“Cidadão de bem” vs “Bandido bom é bandido morto”

63

O *slogan* “bandido bom é bandido morto”, frequentemente utilizado pela extrema-direita bolsonarista⁷, representa um exemplo clássico de como o pânico moral pode ser utilizado para moldar o debate público e justificar políticas autoritárias. Nenhuma frase reflete melhor a visão dicotômica da sociedade, na qual se contrasta a figura do “cidadão de bem” com a do criminoso, criando uma narrativa simplista que desconsidera as complexidades sociais e estruturais da violência. A associação entre criminalidade e ameaça à ordem social, frequentemente ampliada pela mídia, fomenta o medo, gerando uma falsa sensação de urgência que, por sua vez, legitima o endurecimento das políticas de segurança pública. Nesse contexto, o pânico moral não se restringe a uma questão de segurança, mas se estende à construção de um estigma social que marginaliza determinados grupos, frequentemente racializados e vulneráveis economicamente.

Ao transformar a violência urbana em uma questão moral – onde o criminoso é desumanizado e o “cidadão de bem” é idealizado – o discurso extremista legitima medidas de segurança pública que frequentemente violam direitos

⁷ <https://jacobin.com/2018/11/brazil-bolsonaro-security-guns-sivuca-militias>

humanos, como leis que facilitam o acesso às armas e políticas de “tolerância zero”. A eficácia simbólica desse discurso está intrinsecamente ligada à sua capacidade de gerar polarização e adesão a pânicos morais, criando uma atmosfera de urgência que justifica a adoção de medidas extremas.

O discurso armamentista, por exemplo, é apresentado como um direito do “cidadão de bem” para se proteger dos “bandidos”, ignorando os dados que indicam o aumento de homicídios em contextos de maior circulação de armas. Ao naturalizar a violência como resposta à violência, essa retórica não apenas perpetua o ciclo de insegurança, mas também deslegitima alternativas transformadoras, como políticas de prevenção, educação e combate às desigualdades estruturais. Assim, o *slogan* “bandido bom é bandido morto” revela-se não apenas uma frase de impacto, mas ferramenta política que consolida uma visão autoritária e violenta da sociedade. A narrativa do medo e da vingança social cria um ambiente no qual a racionalidade é substituída pela emoção, resultando em adesão crescente a políticas que, em última instância, perpetuam um ciclo de violência e desigualdade.

Pandemia de COVID-19

Durante a pandemia de COVID-19, o Brasil vivenciou um fenômeno caracterizado pela mobilização de pânicos morais em torno de aspectos cruciais da gestão sanitária. A circulação de teorias negacionistas nas redes sociais e por agentes políticos da extrema-direita aumentou a desconfiança popular em relação à imunização. A narrativa predominante de minimização da gravidade⁸ da COVID-19 reforçou a percepção de que a vacinação seria desnecessária, contribuindo para o atraso na adesão às campanhas de vacinação e para a disseminação de desinformação em massa. A hesitação vacinal não emergiu apenas como fenômeno individual, mas como parte de construção social sustentada pela erosão da confiança nas instâncias tradicionais de produção do saber biomédico. Alimentadas por lideranças da extrema-direita, essas ações atrasaram significativamente a imunização e agravaram a pandemia, aumentando o número de mortes.

⁸ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>

A disseminação do pânico moral também se manifestou na defesa do chamado tratamento precoce, que incluía substâncias como a cloroquina e a ivermectina⁹, bem como na resistência à implementação do passaporte sanitário¹⁰. Enquanto o primeiro foi promovido como uma alternativa supostamente eficaz contra o vírus, legitimando a recusa da vacinação, o segundo foi atacado sob a retórica da suposta violação de liberdades individuais. Ambos os casos ilustram como pânicos morais foram mobilizados para minar políticas sanitárias baseadas em evidências, reforçando a polarização e a instrumentalização da pandemia como um dispositivo de poder.

O artigo de Ortega e Orsini (2020) analisa a resposta do governo Bolsonaro à pandemia de COVID-19 no Brasil, caracterizando-a como um caso paradigmático de neoliberalismo autoritário e governança pela ignorância. Os autores demonstram como Bolsonaro minou sistematicamente as diretrizes da saúde pública, promovendo desinformação e negligenciando a gravidade da crise sanitária (ORTEGA e ORSINI, 2020). Em vez de coordenar uma resposta eficaz, Bolsonaro rejeitou medidas científicas amplamente aceitas, como o uso de máscaras, o distanciamento social e a vacinação em massa. A ausência de coordenação federal e as ações de sabotagem contra governadores e prefeitos que implementaram restrições locais, contribuíram para um colapso na liderança em saúde pública. Paralelamente, a retórica do ex-presidente minimizou a gravidade da doença, associando-a a uma “gripezinha” em pronunciamento oficial¹¹.

65

Ameaça do comunismo

Durante o governo Bolsonaro, o Brasil vivenciou um fenômeno caracterizado pela disseminação de pânico moral ancorado na construção discursiva de um “inimigo interno” associado ao comunismo e ao globalismo. O bolsonarismo mobilizou retórica polarizante que articulava o espectro do comunismo como um “fantasma” capaz de desestabilizar os pilares fundamentais da sociedade bra-

⁹ <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>

¹⁰ <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/12/07/bolsonaro-chama-passaporte-sanitario-de-coleira-mas-nega-ser-antivacina.htm>

¹¹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>

sileira, como a família tradicional, a liberdade individual e os valores cristãos. Essa narrativa, difundida por figuras como Olavo de Carvalho e influenciada por estratégias comunicacionais de atores internacionais, como Steve Bannon, promoveu uma visão conspiratória que conectava “agenda globalista”, movimentos progressistas e partidos de esquerda a um projeto de destruição da ordem social e econômica. A evocação dos regimes de Cuba e da Venezuela servia para galvanizar a percepção de uma iminente ameaça socialista, fomentando um estado de alerta constante entre setores conservadores da sociedade.

A disseminação desse pânico moral teve efeitos concretos sobre instituições educacionais e a esfera pública de debates. A acusação de uma suposta “doutrinação marxista” nas escolas e universidades, amplificada pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub, e o projeto Escola sem Partido, discutidos anteriormente, serviram para deslegitimar professores e acadêmicos. O Supremo Tribunal Federal (STF) e a grande mídia também foram alvos recorrentes dessa retórica, retratados como bastiões de uma elite progressista que atuaria em detrimento dos valores nacionais. Dessa forma, o governo Bolsonaro instrumentalizou o medo de uma radicalização política inexistente para sustentar uma base eleitoral mobilizada, convertendo a paranoia anticomunista em um eficaz dispositivo de controle ideológico e enfrentamento político.

66

A construção do “outro” demonizado permitiu ao governo Bolsonaro justificar medidas autoritárias e consolidar um projeto político que dependia de uma retórica de confronto para sobreviver. Dessa forma, ao alimentar uma visão conspiratória e alarmista, o bolsonarismo não apenas instrumentalizou o medo como estratégia política, mas também desestruturou a capacidade crítica da sociedade brasileira, impactando profundamente os debates sobre democracia, educação e direitos humanos no país.

“Cristofobia”, corrupção, guerra contra o politicamente correto e outros pânicos

Durante a campanha eleitoral de 2018, e ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro, a extrema-direita estruturou sua comunicação política a partir da produção e instrumentalização de pânicos morais. A retórica da “cristofobia”, por exemplo, converteu uma suposta perseguição aos cristãos em elemento central do

discurso da extrema-direita, fortalecendo a aliança com uma parcela da população evangélica e apresentando o governo como defensor dos valores tradicionais. Esse processo não apenas mobilizou fiéis contra adversários políticos retratados como inimigos da fé, mas também reforçou a noção de que a ascensão da esquerda ao poder implicaria na erosão da moralidade cristã. Paralelamente, a construção discursiva da corrupção como mal absoluto, encarnado sobretudo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), consolidou a ideia de que a esquerda representava uma ameaça estrutural ao país. Esse pânico moral foi expandido pela Operação Lava Jato, que, em confluência com a grande mídia, sedimentou na opinião pública a percepção de que o retorno do PT ao poder equivaleria ao colapso da ordem política, econômica e moral do país.

O mesmo padrão de construção de inimigos sociais foi aplicado aos movimentos sociais e ambientais. O MST e o MTST foram sistematicamente retratados como grupos criminosos que ameaçavam a propriedade privada, legitimando ações repressivas e a criminalização de suas reivindicações. No campo ambiental, a retórica do governo se alinhou aos interesses do agronegócio, acusando ONGs e ativistas de conspirarem contra o desenvolvimento nacional. O ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sintetizou essa postura ao defender a necessidade de “passar a boiada”, sinalizando a intenção deliberada de desregular políticas ambientais sob o pretexto de impulsionar a economia¹². Essa mesma lógica foi aplicada à cultura, com a demonização de artistas e intelectuais como beneficiários de privilégios estatais via Lei Rouanet, reforçando a narrativa de que a classe artística estaria comprometida com uma agenda progressista¹³. A guerra contra o “politicamente correto” e a suposta censura imposta por movimentos sociais reforçou essa estratégia, justificando cortes de financiamento e censura a produções culturais no país.

A desconfiança nas instituições democráticas também foi intensificada pelo discurso de Bolsonaro, especialmente em relação ao sistema eleitoral¹⁴. O questionamento das urnas eletrônicas, amplamente disseminado por meio de

¹² <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-de-fende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>

¹³ <https://diplomatie.org.br/primeiro-ano-de-governo-bolsonaro-e-marcado-por-ataques-a-cultura/>

¹⁴ <https://www.aosfatos.org/noticias/desinformacao-urnas-abasteceu-artilharia-bolsonaro-contra-sistema-eleitoral/>

fake news e pelo uso estratégico de algoritmos em redes sociais, não apenas preparou o terreno para deslegitimar resultados eleitorais desfavoráveis, mas também reforçou a ideia de que uma intervenção militar poderia salvar o país da corrupção sistêmica. Esse processo, difundido pela dinâmica dos algoritmos das *big techs* e pelo que Yanis Varoufakis denomina de “tecnofeudalismo” (VAROUFAKIS, 2024), evidencia como a extrema-direita contemporânea opera por meio da produção contínua de pânicos morais, renovando medos e inseguranças que justificam políticas autoritárias. Dessa forma, o governo Bolsonaro mobilizou esses mecanismos discursivos não apenas para sustentar sua base eleitoral, mas para minar as bases do pluralismo democrático, polarizando o debate público e fomentando a percepção de que a restauração da ordem demandaria o enfraquecimento das instituições democráticas.

Quadro 1 – Episódios de pânico moral e seus efeitos políticos durante o governo Bolsonaro (2019–2022)

Pânico moral	Descrição	Efeitos políticos
Pedofilia	Associação infundada entre esquerda e pedofilia, com apoio de <i>fake news</i> e líderes religiosos	Criminalização de adversários políticos; mobilização de grupos conservadores e religiosos
Ideologia de gênero	Narrativa de que escolas promovem ‘doutrinação sexual’ e destruição da família	Mobilização da base religiosa; censura de conteúdos escolares; retrocesso em políticas de diversidade
Defesa da família tradicional / anti-LGBTQIA+	Exaltação da família heteronormativa e ataques à diversidade sexual e de gênero	Hostilidade contra minorias; exílio forçado de figuras públicas; legitimação de políticas conservadoras
Escola sem Partido / Doutrinação marxista	Acusação de que professores promovem ideologia de esquerda nas salas de aula	Censura educacional; vigilância sobre professores; erosão do pensamento crítico
Ataques violentos em escolas	Radicalização de jovens via discursos de ódio e violência	Criação de clima de medo; desvio de debates sobre problemas estruturais da educação
“Cidadão de bem” vs “bandido bom é bandido morto”	Polarização entre “bons cidadãos” e “criminosos”, com exaltação da violência punitiva	Apoio ao armamentismo; endurecimento das políticas de segurança; marginalização de grupos vulneráveis

Pânico moral	Descrição	Efeitos políticos
Pandemia de COVID-19 (negacionismo)	Disseminação de desinformação sobre vacinas e minimização da gravidade da pandemia	Erosão da confiança científica; agravamento da crise sanitária; mobilização contra políticas públicas de saúde
Ameaça comunista / globalista	Construção de inimigos internos e externos ligados à esquerda e à “agenda global”	Legitimação do autoritarismo; criminalização de movimentos sociais e acadêmicos; mobilização da paranoia anticomunista
Cristofobia / anticorrupção / guerra ao politicamente correto	Narrativas moralizantes contra inimigos difusos (ateus, artistas, ONGs, PT)	Fortalecimento da base conservadora; repressão cultural; deslegitimação das instituições democráticas

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerações finais

O governo Bolsonaro instrumentalizou pânicos morais como mecanismo de consolidação de seu projeto político, acarretando consequências deletérias para a democracia brasileira. Contudo, a ascensão da extrema-direita no Brasil não se restringiu ao discurso, mas materializou-se na reorganização do debate público. A constante evocação de inimigos internos e externos — sejam eles a “ideologia de gênero”, a suposta “ameaça” comunista, a pandemia de COVID-19 ou mesmo instituições como o STF — serviu para legitimar uma postura beligerante do governo e para consolidar um projeto político autoritário. Esse mecanismo discursivo, ao apelar para as ansiedades de uma parcela significativa da população preocupada com a perda de privilégios e com as transformações socioculturais contemporâneas, estabeleceu uma lógica de exclusão e antagonismo que corroeu as bases do debate público no país.

Segundo Sean Hier (2011), os pânicos morais configuram-se como distúrbios voláteis e efêmeros no longo curso da regulação moral e tendem a emergir quando essa regulação entra em colapso. Durante esses episódios, a moral dialética, que justapõe discursivamente estratégias de gestão de risco individual com dimensões coletivas de dano, é invertida, de modo que os pânicos morais se dissociam das estratégias coletivas de administração do risco. Dessa forma, o

pânico moral deve ser concebido como uma manifestação volátil, móvel e fluida de um projeto mais amplo, profundo e prolongado de regulação moral.

No entanto, a questão central que emerge consiste em saber: qual o elemento moral do pânico moral? A partir das contribuições de Max Weber em *Economia e Sociedade* (2000), é possível compreender que a “moral” em um pânico moral refere-se à expressão de ultraje diante da violação de valores absolutos. Weber distingue entre *Zweckrationalität* — uma racionalidade instrumental voltada ao cálculo de meios para atingir fins específicos, independentemente de considerações éticas — e *Wertrationalität*, uma racionalidade moral baseada na valorização de determinados objetivos. Nos pânicos morais, portanto, a hostilidade emerge da percepção de que determinados comportamentos ou transformações violam os princípios fundamentais que sustentam a decência, a virtude e o que é considerado correto por setores específicos da sociedade.

Os pânicos morais analisados neste estudo mobilizam valores a serem preservados e são amplificados por distintos atores sociais. A mídia, ao divulgar e reiterar casos supostamente alarmantes, desempenha papel central na propagação dessas dinâmicas, assim como representantes do sistema de justiça, incluindo defensores públicos e a polícia, que legitimam tais discursos. Ademais, ativistas de movimentos sociais conservadores e religiosos organizam campanhas, promovem proselitismo e pressionam instâncias políticas para endurecer legislações. Por fim, a população em geral, especialmente os eleitores, não apenas internalizam essas narrativas, mas também as reproduzem em suas práticas cotidianas. Carla Machado (2004) estende esse diagnóstico ao correlacionar pânicos morais com processos de globalização, desregulação dos mercados e afastamento dos cidadãos da esfera política, evidenciando como a ansiedade social é instrumentalizada para legitimar o populismo autoritário de direita e a expansão do controle estatal.

Os pânicos morais são, ao mesmo tempo, atávicos e contagiosos. Ainda que sejam representados como manifestações exóticas, marginais e atípicas de eventos descaracterizados, os pânicos morais revelam dimensões latentes da realidade social que, de outro modo, permaneceriam obscurecidas. Longe de constituírem fenômenos meramente ilusórios e irracionais, esses pânicos podem ser entendidos como resultados de estratégias de mobilização política. Seu alicerce reside em discurso moralizante que fomenta a construção de “inimigos” e “ameaças” que, ao serem distorcidos e exacerbados pela mídia e por grupos de

interesse, resultam em danos desproporcionais e, por vezes, catastróficos para a sociedade. Assim, os pânicos morais, ao mesmo tempo em que refletem ansiedades sociais profundas, perpetuam ciclos de desinformação e deslegitimação institucional que impactam, de forma duradoura, na sociedade e nos valores democráticos.

Referências

- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers*. St. Albans: Paladin, 1972.
- GOODE, Erick; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.
- HIER, Sean. *Moral panic and the politics of anxiety*. London: Routledge, 2011.
- MACHADO, Carla. “Pânico moral: para uma revisão do conceito”. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, v. 4, n. 7, pp. 60-80, 2004.
- MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- OLIVEIRA, Cleide E.; BITTENCOURT, Nadir de F.; SOUZA, Veralúcia; PIMENTEL, Paulo S.; ORMOND, Kátia T.; SILVA, Isabel C. “A construção do pânico moral a partir das questões de gênero e sexualidades nos discursos ultraconservadores no Brasil”. *Ex aequo*, n. 41, pp. 27-44, 2020.
- ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michael. “Governing COVID-19 without government in Brazil: ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership”. *Global Public Health*, v. 15, n. 9, pp. 1257-1277, 2020.
- RODRIGUES, Herbert. *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.
- VAROUFAKIS, Yanis. *Technofeudalism: what killed capitalism*. Hoboken: Melville House Publishing, 2024.
- WACQUANT, Löic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 2000.
- YOUNG, Jock. *The drugtakers: the social meaning of drug use*. London: MacGibbon and Kee, 1971.
- YOUNG, Jock. “Slipping away: moral panic each side of the ‘golden age’”. In: Downes, D.; Rock, P.; Chinkin, C.; Gearty, C. (eds). *Crime, social control and human rights*. Devon: Willan Publishing, 2007, pp. 53-65.

Mapeando o movimento conservador: uma análise de redes sociais das edições da Conservative Political Action Conference (CPAC) na Argentina, Brasil, Estados Unidos e México, entre 2024 e 2025

Ramon Fernandes Lourenço¹
ORCID: 0000-0003-3254-307X

Resumo: Este trabalho tem por objetivo descrever a intrincada rede internacional das CPAC's a partir das edições latino-americanas e caribenhas, com olhar especial para a descrição das principais funções e dos papéis de articuladores dos painelistas dos eventos. Para tanto, utilizou-se o método de análise de redes sociais (ARS) para a construção da rede de painelistas dos eventos. A partir da rede mapeada, foi possível identificar a influência dos dois polos do movimento conservador na América Latina e Caribe, os Estados Unidos e sua presença massiva nas principais edições do evento, e também a Europa, com destaque para a presença do movimento conservador espanhol. Além disso, foi possível destacar a presença de agentes que interligam as diversas edições, formando uma comunidade internacional com presença marcante nos processos de internacionalização do evento.

Palavras-chave: CPAC. Conservative Political Action Conference. Extrema-direita. Ecossistema de Comunicação. Relações Internacionais.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduado em Comunicação Social: Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (2007), especialização em Gestão de Cidades e Empreendimentos Criativos pela Universidade de Córdoba (2013) e mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (2018). E-mail: uel.ramon@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8171408485283759>

Abstract: This study aims to describe the intricate international network of CPACs through the lens of their Latin American and Caribbean editions, with particular attention to the main functions and roles played by panelists as key network articulators. To achieve this, the method of Social Network Analysis (SNA) was employed to construct the network of event panelists. The mapped network made it possible to identify the influence of the two main poles of the conservative movement in Latin America and the Caribbean: the United States, with its massive presence in key editions of the event, and Europe, with a notable role played by the Spanish conservative movement. Additionally, the analysis highlights the presence of agents who bridge various editions, forming an international community with a strong presence in the event's internationalization process.

73

Keywords: Conservative Political Action Conference. Far-right. Communication Ecosystem

Resumen: Este estudio tiene como objetivo describir la intrincada red internacional de CPAC a través de la lente de sus ediciones latinoamericanas y caribeñas, con especial atención a las principales funciones y roles desempeñados por los panelistas como articuladores clave de la red. Para lograr esto, se empleó el método de Análisis de Redes Sociales (ARS) para construir la red de panelistas del evento. La red mapeada permitió identificar la influencia de los dos principales polos del movimiento conservador en América Latina y el Caribe: Estados Unidos, con su masiva presencia en ediciones claves del evento, y Europa, con un rol destacado del movimiento conservador español. Además, el análisis destaca la presencia de agentes que articulan diversas ediciones, conformando una comunidad internacional con fuerte presencia en el proceso de internacionalización del evento.

74

Palabras-clave: Conservative Political Action Conference. Extrema derecha. Ecosistema de Comunicación.

Introdução

Ao longo dos últimos anos, o avanço dos movimentos de direita ao redor do mundo tem chamado atenção, tanto por sua capilaridade, quanto por seu impacto nas democracias por onde se espalha. Na América Latina, o movimento ganhou força com as eleições brasileiras em 2018, e teve seu mais recente ato com a eleição de Javier Milei, em 2022, na Argentina.

Para entender como esse cenário se consolidou, é importante analisar quais são os principais atores que têm trabalhado para dar voz e organizar o movimento ao redor do mundo. Dentre eles, um que ocupa papel relevante é a Conservative Political Action Conference (CPAC), evento realizado anualmente nos Estados Unidos da América (EUA) desde os anos 1970, com o objetivo de aproximar políticos e ativistas daquele país. O evento é organizado pela American Conservative Union (ACU) e Young Americans for Freedom (YAF), e defende a Constituição dos EUA de 1787, a soberania nacional e a ideia de que apenas governos com poder limitado podem garantir a liberdade individual (CPAC Brasil, 2024).

Recentemente, esse movimento dos EUA começou a se espalhar internacionalmente. O Japão, em 2017, foi o primeiro país a receber sua própria edição da CPAC², estabelecendo uma rede que hoje é composta por mais de oito países em diversos continentes: Austrália, Hungria, Israel, Coreia do Sul, México, Brasil e Argentina. Esse crescimento pode indicar uma estratégia de construção de um movimento internacional, como mostra o objetivo mencionado no site oficial da CPAC dos EUA: “Estas conferências internacionais ajudam a trazer unidade aos conservadores de todo o mundo, utilizando o objetivo comum de dar voz àqueles que amam e respeitam a liberdade” (CPAC, 2025).

Assim, percebe-se a atuação desse agente nas áreas da comunicação, ciência política e relações internacionais, se estabelecendo como um espaço físico/digital onde conexões entre atores de diferentes países colaboram para a construção de uma rede que organiza e divulga o movimento em escala global. Iniciativas como as CPACs têm potencial de formação de comunidades, que divulgam valores e ideias nos países onde atuam.

² <https://www.cpac.org/post/cpac-heads-to-japan>

Este trabalho tem por objetivo descrever a rede internacional das CPACs a partir das edições latino-americanas e caribenhas, buscando identificar quem são os principais articuladores na construção da rede e quais são suas funções. Para isso, utiliza a abordagem de métodos mistos de pesquisa (Creswell; Clark, 2015), que combina a coleta de dados digitais semiautomatizada a partir dos perfis dos eventos no Instagram e o método de Análise de Redes Sociais (Marteleto; Tomaél, 2005), que permite o mapeamento desses atores e a estrutura da rede.

Com isso, as conexões da rede se revelam, mostrando como alguns atores ocupam posição central, conectando diversas edições do evento em diferentes países. Esses atores, ao participarem de várias edições, propagam os discursos e pautas do movimento. A presença dessas figuras no centro da rede indica quem são os articuladores da comunidade, pois ocupam posição de destaque na difusão das ideias do movimento.

Outro elemento apontado pela rede é a formação de um ecossistema de comunicação da direita, originado nos EUA, mas reproduzido em outros países da América Latina e Caribe. Durante as análises, observou-se a atuação de veículos de mídia, comunicadores e influenciadores dos EUA presentes também em eventos fora daquele país. Também há atores da Europa, América Latina e Caribe participando dos eventos nacionais. Com isso, o artigo propõe caminhos para análises futuras, como a expansão do mapeamento para outras edições das CPACs, e a observação do papel desses agentes de comunicação nos eventos, já que parte considerável dos atores mapeados atua na difusão das ideias do movimento de direita internacional.

Metodologia

Para este trabalho foi necessário lançar mão de metodologias que possibilitem analisar fenômenos que circulem em grande velocidade e volume no ambiente digital. Estas são dinâmicas comuns das principais controvérsias dos dias atuais, pois nascem e crescem nos meios digitais de comunicação, impondo grandes desafios para os pesquisadores.

Neste sentido, foi necessária a utilização de métodos quali-quantitativos (Venturini, 2024), ou métodos mistos (Creswell; Clark, 2015), que devem considerar as características do fenômeno, dos atores e das plataformas digitais de

comunicação. Assim, compreendendo o desafio de descrever a rede internacional das CPAC`s a partir das edições latino-americanas e caribenhas, é preciso buscar uma abordagem metodológica que possibilite seguir as pegadas deixadas pelos atores estudados.

Os primeiros passos para os procedimentos de coleta de dados foram a identificação das páginas oficiais no Instagram das edições do evento que ocorreram entre 2024 e 2025 e que tiveram relação com a América Latina e Caribe, especificadas na tabela abaixo:

Tabela 1 - lista de edições das CPAC`s analisadas

País	Cidade sede:	Datas
Brasil	Balneário Camboriú	06 e 07/07/2024
México	Ciudad del México	24/08/2024
Argentina	Buenos Aires	04/12/2024
EUA	Washington DC	19 a 22/01/2025

Fonte: autor.

Com os perfis mapeados, utilizou-se o *software* Zeeschuimer (Peeters, 2023) para a coleta dos *posts* que tinham relação direta com as edições anuais. Após esta etapa, uma coleta manual nos perfis do Instagram dos atores mapeados ocorreu, com o objetivo de buscar por referências a empresas, instituições, projetos, movimentos ou quaisquer outros atores que pudessem revelar a rede do movimento conservador ao redor das CPAC`s e seus convidados.

Com base nas descrições de currículo disponíveis nos *posts* coletados, e também na descrição dos perfis pessoais do Instagram, cada ator mapeado foi também categorizado a partir de sua principal ocupação, registrando o que melhor lhe representa em sua trajetória. O resultado desta descrição está contido na tabela abaixo:

Tabela 2 - lista de categorias de ocupações mapeadas nas CPAC`s

Categoria	Descrição
Políticos	Personalidades que estão ou estiveram em cargos públicos eletivos
Ativistas	Pessoas que encabeçam movimentos individuais ou coletivos nas mídias digitais, dirigentes de campanhas, de fundações e ONG`s
Oficiais de Governo	Pessoas que ocupam cargos públicos indicados por membros do poder executivo
Divulgadores	Pessoas com diversas formas de atuação nas áreas de comunicação. Desde <i>influencers</i> digitais, <i>digital creators</i> , jornalistas, apresentadores de programas de rádio e TV, comentaristas políticos, <i>podcasters</i> , <i>youtubers</i> e produtores de audiovisual
Empresários	Donos de empresas e grandes corporações
Artistas	Músicos convidados para as apresentações musicais
Religiosos	Pessoas que têm como sua principal atividade uma atuação vinculada com a religião, como sacerdotes, padres, pastores
Militares	Militares ou ex-militares que acumulam diversas outras funções
Pensadores	Engloba pessoas cuja atuação principal é produzir conteúdo que fundamenta as discussões da extrema-direita. São escritores e professores, principalmente
Médicos	Profissionais da área médica
Especialistas em TI	Profissionais da área de tecnologia

Fonte: autor.

De porte das informações coletadas, o método de análise de redes sociais (Marteleto; Tomaél, 2005) foi utilizado para iniciar a construção da rede de atores que compuseram cada edição dos eventos mapeados. Desta forma, utilizou-se a ferramenta Gephi (Bastian; Heymann; Jacomy, 2009) para a construção da rede, onde cada painalista foi representado por um nó, e suas ligações destacadas entre outras edições do evento e outras instituições. A rede construída foi do tipo não-direcionada, utilizando-se do algoritmo Force-Atlas 2 para a distribuição dos nós a partir de sua força de aproximação (Jacomy et al, 2014).

A origem e a expansão internacional das CPAC`s

As Conservative Political Action Conferences (CPAC`s), realizadas nos Estados Unidos desde 1974 pela American Conservative Union (ACU), constituem-se como um espaço estratégico para a articulação e fortalecimento do movimento

conservador norte-americano. Inicialmente, as CPAC's tinham como foco a diferenciação ideológica entre os partidos Democrata e Republicano, organizando-se em torno de quatro pilares estruturantes: purificação, expansão, racionalização e orientação do movimento conservador, conforme analisa Parker (2025, p. 3).

Ao longo das décadas, as conferências passaram a ter um papel central na definição de temas, narrativas e estratégias que unificam setores da direita norte-americana, estabelecendo-se como o principal palco da expansão do conservadorismo naquele país. Essa estrutura vem sendo operada de forma centralizada por meio de um núcleo decisório que define pautas, convidados e enfoques, em contraste com a forma deliberativa dos partidos políticos tradicionais. Sem registros escritos e com uma programação previamente definida, as CPAC's se tornam um palco para a consolidação de consensos e direcionamento do movimento.

Dessa forma, as CPAC's funcionam como espaços de formação política e de treinamento para militantes conservadores, pois, além de palestras, painéis e debates, promovem treinamento com foco em batalhas políticas passadas, uso de tecnologias de mobilização, desenvolvimento de comunicação persuasiva e capacitação prática para campanhas eleitorais (Cole, 2024, p. 9). Esses processos

79

têm como resultado a criação de uma forte identidade entre os participantes, consolidando um senso de pertencimento e utilidade política no movimento. Paralelamente, as CPAC's podem se caracterizar como um espetáculo midiático, pois utilizam a polarização e as redes sociais para gerar engajamento e visibilidade (Cole, 2024, p. 2). Isto é realizado a partir de um ecossistema de influenciadores, canais digitais e formadores de opinião de extrema-direita, que expandem a presença conservadora nas plataformas digitais e nas mídias tradicionais.

Outro eixo relevante é a construção de redes políticas, por meio da articulação de atores estratégicos em dois níveis: uma rede visível composta por painelistas e figuras públicas, e uma rede opaca composta por líderes, financiadores e articuladores políticos que atuam antes e depois dos eventos. Essas redes possibilitam a continuidade e expansão do movimento, moldando estratégias de ação global.

A política internacional sempre esteve presente nas CPAC's, desde sua fundação, especialmente na oposição aos regimes comunistas, posicionando-os como extensões dos governos do Partido Democrata (Parker, 2015, pp. 12-13). Essa retórica serviu para construir a ameaça externa do comunismo e justificar o apoio a movi-

mentos anticomunistas no exterior. A partir de 2018, observou-se uma intensificação das temáticas internacionais nos eventos, sobretudo com foco na China, vista como principal inimiga da liberdade ocidental (Ferreira, 2023, p. 102).

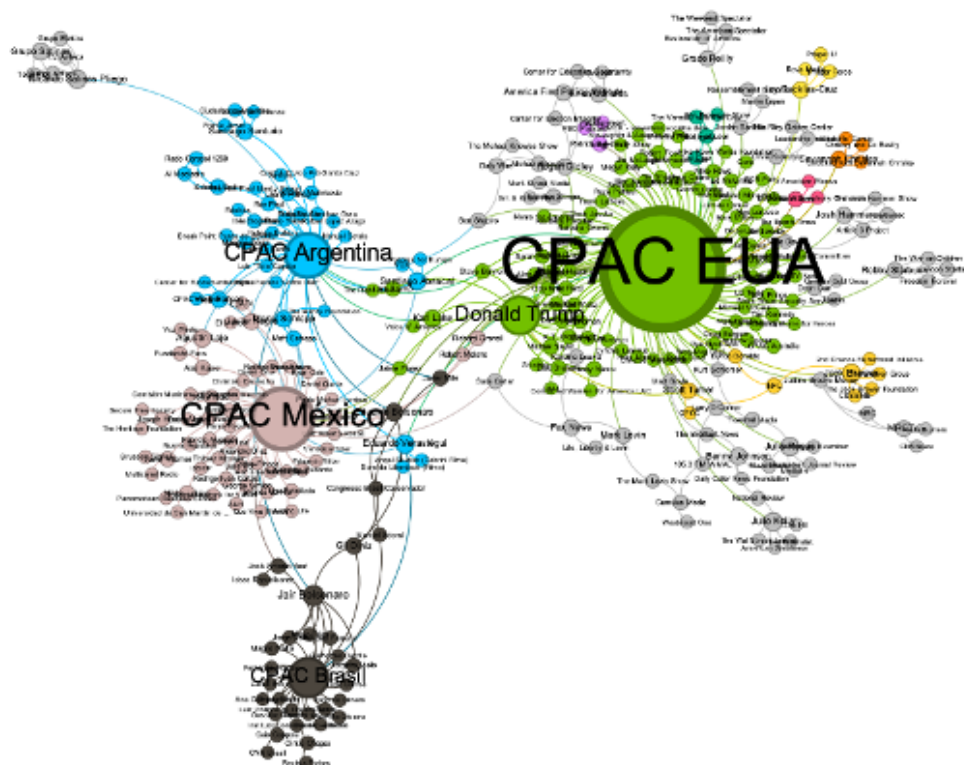
As CPAC's internacionais começaram com uma edição no Japão em 2017, mas ganharam impulso em 2019, com eventos também na Austrália, Brasil, Coreia do Sul e outras nações. Desde então, a internacionalização tem avançado, com o Brasil e a Austrália liderando o número de edições realizadas, seguidos por Japão e Hungria. A escolha desses países reflete um alinhamento com os ideais do conservadorismo norte-americano e uma estratégia de consolidação da rede global da direita.

Apesar de, inicialmente, a América Latina ter sido tratada nas CPAC's norte-americanas como uma periferia do movimento conservador (Ferreira, 2023, p. 105), a recente abertura a líderes e representantes da região nas edições estadunidenses e internacionais evidencia uma mudança de postura. A presença crescente de figuras políticas da América Latina e Caribe indica um processo de amálgama entre as forças locais de extrema-direita e o movimento internacional capitaneado pelas CPAC's.

Mapeando as CPAC's

Ao mapear as quatro edições das CPAC's, foi identificada uma rede com 327 atores e 19 comunidades, que interligam os quatro países em um movimento conservador internacional. Para compreender este movimento, é necessário analisar cada rede nacional, e também suas periferias, local onde estão situadas as conexões que interligam grupos distintos.

Figura I - Gráfico de rede das quatro edições do evento mapeadas

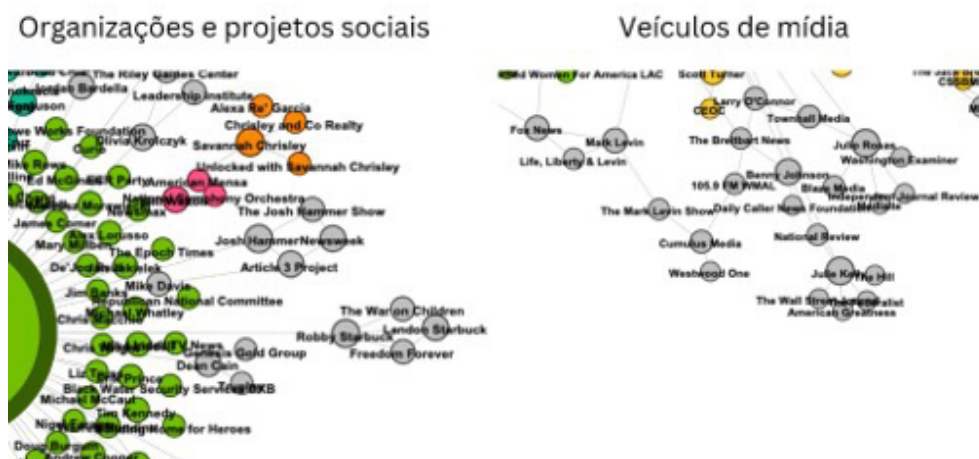


Fonte: autor.

81

Começando pelo maior *cluster* da rede, o grupo ao redor da CPAC EUA é formado pelos painelistas do evento, mas também por empresas, veículos de mídia e outros agentes de naturezas distintas. Na Figura II são destacados dois grupos, as organizações e projetos sociais e os veículos de mídia. No primeiro grupo aparecem iniciativas cujo foco está nos projetos de proteção de crianças, apoio de veteranos de guerra e recolocação de pessoas desempregadas, tais como o 2nd Chance Fatherhood Initiative, Concerned Women for America LAC, Moms for America, Building Homes for Heroes ou The Jack Brewer Foundation. Há também organizações que se enquadram nos formatos de *think tanks*, criadas para monitorar as atividades de congressistas e legisladores, e outras com foco na formação de lideranças jovens. Entre estes destacam-se Article 3 Project, Prager U, Prager Force, America First Policy Institute, Center for Education Opportunity, entre outros.

Figura II - Aproximação das comunidades na CPAC EUA

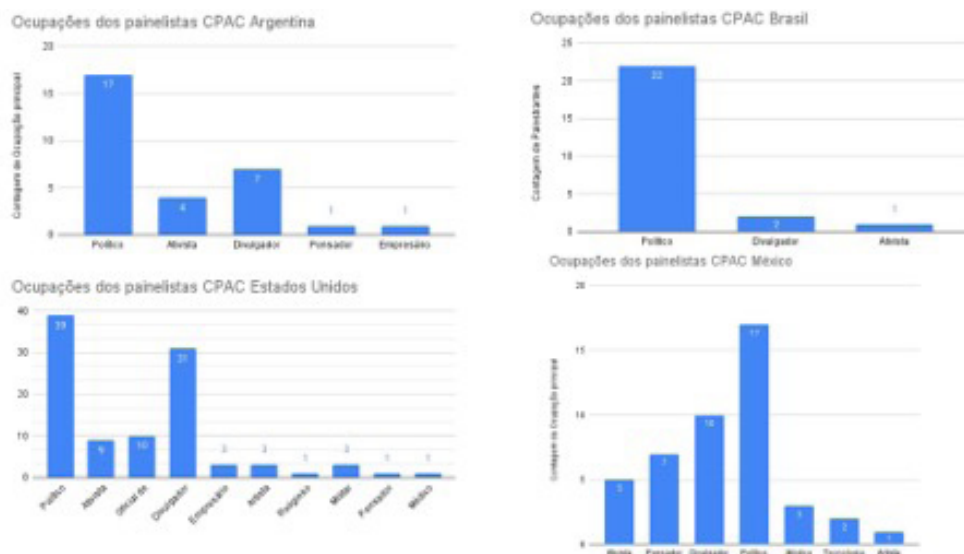


Fonte: autor.

No outro grupo verifica-se parte do ecossistema de mídia criado e alimentado ao redor da CPAC EUA, certamente o maior entre todas as edições monitoradas. Neste trecho é possível identificar desde perfis individuais até canais de *podcasts*, *youtubers* e conglomerados de mídia com rádio, televisão e jornais impressos. Aqui é possível destacar, por exemplo, a Fox News, o programa Life, Liberty & Levin, a rádio 105.9 FM WMAL, The Federalist, entre outros. É uma estrutura muito grande, que opera de forma descentralizada, unindo corporações da mídia tradicional, criadores de conteúdo individuais, microinfluenciadores digitais e novos veículos de comunicação que mimetizam a imprensa tradicional, mas com um recorte específico para os temas conservadores.

Esse padrão organizativo se repete nas outras edições do evento, não com todo este tamanho e capilaridade, mas, ainda sim, é possível identificar uma correlação. Para se aprofundar no perfil dos painelistas do evento, o Gráfico I demonstra a contagem das ocupações dos agentes nas quatro edições analisadas, destacando que a categoria dos divulgadores é a segunda em importância em todas as edições, perdendo somente para a categoria dos políticos.

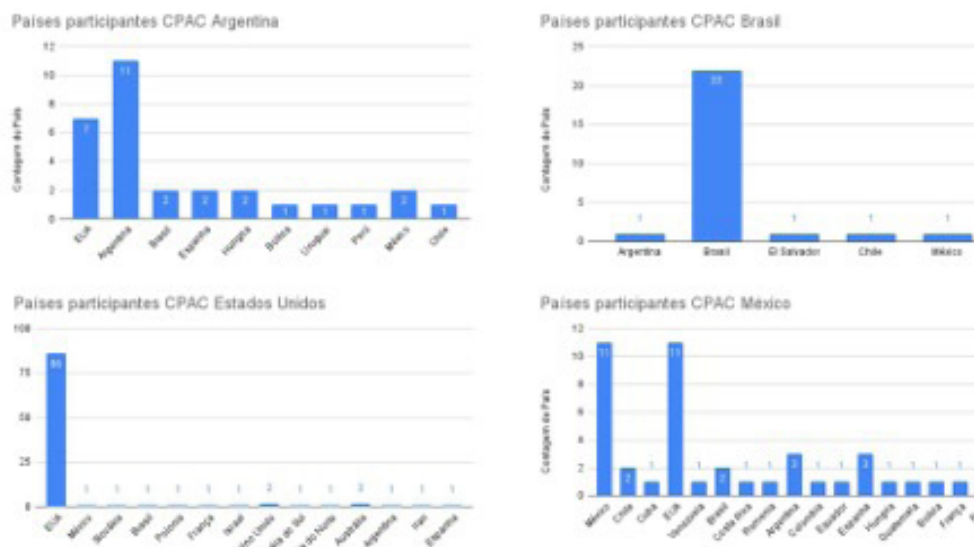
Gráfico I - Contagem de painelistas por ocupação principal



Fonte: autor.

A edição com maior estrutura após a norte-americana é a mexicana, que possui a rede mais complexa em termos de internacionalização. Sobre a internacionalização, é possível observar no Gráfico II que a CPAC México contou com a presença de painelistas de 17 países, sendo 11 de países da América Latina e Caribe, o que demonstra o potencial de construção de uma rede conservadora no continente e coloca a edição mexicana do evento como estratégica para tal expansão. O evento mexicano se mostrou como uma verdadeira vitrine sobre as principais iniciativas conservadoras que estão sendo colocadas em andamento nos países latino-americanos, aproximando-os de grupos mais tradicionais da extrema-direita com a presença dos convidados de países como Romênia, Espanha, Hungria e França.

Gráfico II - Contagem de painelistas por nacionalidade



Fonte: autor.

A edição argentina segue um padrão parecido com a do México, abrindo bastante espaço para convidados internacionais, porém com um número menor de painelistas. De acordo com o Gráfico II, verifica-se um número maior de convidados norte-americanos, mas há também diversos países latino-americanos, como Brasil, Bolívia, Uruguai, Peru, México e Chile. No que diz respeito ao ecossistema de comunicação conservador do evento, é importante destacar a presença de influenciadores digitais argentinos, como o criador do canal no YouTube Break Point, o canal mais influente da extrema-direita do país, além de veículos de mídias conservadoras da Espanha.

Por último, no Brasil, verificou-se uma dinâmica bem diferente das outras edições, por isso há o distanciamento nos grupos presentes na Figura I, colocando o Brasil ao fundo do grafo. Isto se dá pelo desenho da conferência brasileira, deixando pouco espaço para convidados internacionais, priorizando painelistas brasileiros (Gráfico II) e sendo a maioria absoluta da classe política (Gráfico I). Essa iniciativa de garantir a participação de atores relevantes da extrema-direita nacional pode revelar um esforço para estabelecer uniformidade e identidade para o movimento no país.

Subgrupo internacional

Durante a construção da rede das edições das CPAC's, o grupamento localizado no centro da Figura I chama a atenção, pois guarda relação com duas ou mais edições do evento. São personalidades que estão presentes em diversos países, levando os discursos e as pautas mais atuais desse movimento conservador internacional para os diferentes locais que frequentam. A presença de algumas personalidades que se repetem em edições do evento é um indício da forma com que essa comunidade internacional vem se espalhando pelos países latino-americanos.

Ao analisar os nomes que se repetem no centro do grafo, percebe-se uma presença marcante de personalidades norte-americanas, algo que, além do fato de o evento ser originário daquele país, pode demonstrar o objetivo de reforçar a influência do país em toda a região. Mas, além dos EUA, a Europa se coloca neste contexto com a presença de membros de países como Hungria, Romênia, Polônia, França e Espanha, tendo destaque a presença de Santiago Abascal, espanhol, em três das quatro edições analisadas.

Dos representantes latinos que participaram de mais edições estão Eduardo Verástegui e Eduardo Bolsonaro, presentes em todas, e Javier Milei, que participou em três edições. Eduardo Verástegui, além de estar à frente da edição mexicana, é um elemento-chave para espalhar o movimento de apoio a Donald Trump entre os países latino-americanos, pois ele próprio liderou o movimento "Latinos com Trump", durante os períodos de campanha das eleições em que o atual presidente concorreu. Este alinhamento com Trump fica ainda mais evidente ao se recordar que o ator realizou a saudação nazista durante a CPAC EUA, assim como Elon Musk e Steve Bannon (ICL, 2025).

Sobre Bannon é importante ressaltar sua influência na consolidação da CPAC e na transnacionalização do movimento de extrema-direita. Bannon, que liderou a campanha presidencial de Donald Trump em 2016 e atuou como seu estrategista-chefe na Casa Branca, é um dos principais articuladores e teóricos do movimento nacionalista populista. Sua proximidade com o clã Bolsonaro e sua atuação em eventos internacionais como a CPAC evidenciam a construção de uma rede global de apoio mútuo. Bannon não só reforça a narrativa de que o movimento conservador precisa se expandir e ganhar voz em outros países, mas também trabalha para coordenar essa expansão em um nível estratégico,

conectando líderes e ativistas de diferentes nações e fornecendo um arcabouço ideológico e de comunicação para suas ações. Essa rede é fundamental para moldar as estratégias de ação global da direita, como a promoção de pautas comuns e a articulação de um ecossistema de mídia unificado.

Já Eduardo Bolsonaro é o articulador pelo Brasil, desempenhando há anos o trabalho de fomentar a rede internacional da extrema-direita (Pires, 2020), tendo amplo acesso a esses grupos (Maciel et al, 2023). Sua aproximação com grupos norte-americanos é tamanha que recentemente optou por se afastar de seu cargo como deputado federal na tentativa de conseguir asilo político nos EUA, sob a alegação de que o Brasil não vive mais uma democracia (Magalhães, 2025). Fato interessante a se observar é que na edição brasileira, diferente das outras em que participa, Eduardo Bolsonaro não assume a mesma visibilidade, não é divulgado como um painalista, talvez como forma de não ofuscar o protagonismo do pai, Jair Bolsonaro.

A intersecção entre os países latinos também revela conexões interessantes. Entre o Brasil e o México, além de Eduardo Bolsonaro e Eduardo Verástegui, mencionados acima, está José Antonio Kast, que concorreu à presidência do Chile nas eleições de 2021 pelo Partido Republicano. Kast é líder do movimento de extrema-direita naquele país, criando o Partido Republicano em 2019 e o *think tank* Ideias Republicanas. Vem de uma família de imigrantes alemães com ligação direta com o Partido Nazista (Neira, 2021; Jordans; Goodman, 2021). Jair Bolsonaro foi um dos elos presentes entre o Brasil e a Argentina. Na edição argentina, o ex-presidente participou por vídeo, por estar impedido de sair do país em razão dos processos judiciais e investigações pelos quais responde. Durante sua participação, Bolsonaro ressaltou a narrativa de perseguição, pedindo anistia e elogiando Donald Trump e as mudanças promovidas por Javier Milei.

As conexões entre Argentina e México são as mais abundantes entre os três países latinos que foram sede do evento. O presidente da CPAC EUA, Matt Schlapp, esteve presente nas duas edições do evento, junto com sua esposa, Mercedes Schlapp, que é também uma ativista com vínculo com a The Mercy Foundation, uma organização australiana, de viés religioso, voltada ao combate da pobreza. Da Europa estiveram presentes Javier Negre e Vajk Farkas, presidente da CPAC Hungria. Já o argentino Agustín Laje, diretor da Fundação Faro, autor de diversos livros, também marcou presença entre os dois países.

Considerações finais

No processo de mapear a rede internacional das CPAC's pelo método de análise de redes sociais (ARS), a partir das edições latino-americanas, alguns achados devem ser ressaltados, em especial os que retratam o papel das estruturas de divulgação do movimento e a presença de um alinhamento entre potências estrangeiras no avanço da extrema-direita.

Observando os dados apresentados fica em destaque como se estrutura o ecossistema de comunicação ao longo das edições analisadas neste trabalho. Em todas as edições foi possível identificar a presença de conexões entre painelistas e veículos de mídia, formando *clusters* na rede que destacam o papel desta estrutura como crucial para a ampliação do movimento. Ao seguir as conexões entre os painelistas e os veículos de mídia aos quais se conectam, é possível perceber grande diversidade de formatos, desde conglomerados de mídia tradicionais, até *podcasts*, canais no YouTube e *influencers* nas mídias sociais. Assim, o movimento amplia seu potencial de divulgação para alcançar uma grande variedade de perfis de público, com linguagens adaptadas e veículos direcionados.

Mas esse ecossistema de comunicação não se restringe a tais agentes e suas conexões, pois o próprio evento desempenha funções relacionadas com esse propósito. Neste sentido, ao analisar o evento também como um agente, é necessário observar seu papel enquanto criador de um espaço formativo (Cole, 2024), sua característica como espetáculo midiático e seus objetivos de purificação e expansão do movimento conservador (Parker, 2015).

Ao analisar o perfil dos painelistas, esses pontos identificados pelos autores ficam evidentes, em especial ao se debruçar sobre três categorias, a dos políticos, dos divulgadores e a dos pensadores. A primeira categoria, a dos políticos, ocupa duas funções no evento. A primeira e mais imediata é a de se beneficiar da visibilidade do acontecimento para se promover como potencial agente do movimento conservador. Mas, além disso, ocupa uma função de propagadores do movimento, em especial quando analisados a partir do contexto das comunicações digitais, em que cada indivíduo assume um papel de criador de conteúdo e influenciador, criando comunidades em seus diversos perfis nas mídias digitais. Aliados a eles, os divulgadores ocupam a segunda maior categoria, mostrando o quanto as estratégias de divulgação do movimento são priorizadas. Já a categoria

dos pensadores se vincula diretamente às duas primeiras ao complementarem o aparato comunicacional, tendo por função a produção de informações que fundamentam as discussões da extrema-direita, são os responsáveis por aprofundar o imaginário e as ideologias do grupo. Essa tríade de agentes e suas conexões revelam como funcionam os processos de comunicação e propagação do movimento, mostrando um duplo papel das CPAC`s, de mobilizadora de agentes executores (políticos e militantes) e propagadora de um universo simbólico próprio (criado por pensadores e propagado por divulgadores).

Além desse papel de propagação dos ideários de extrema-direita, as conexões observadas nas CPAC`s revelaram também uma dinâmica de influência entre as forças conservadoras internacionais, em especial advindas dos EUA e da Europa. A partir das presenças registradas é possível identificar um esforço para consolidar uma imagem internacionalizada do movimento conservador, em especial ao verificar a presença de agentes de países como Austrália, Romênia, Coreia do Sul, Irã, Eslováquia, Israel, entre outros. Porém, nota-se que o movimento se constitui a partir de dois centros principais, EUA e Europa.

A partir dos dados analisados, verifica-se que o padrão de espalhamento do movimento de extrema-direita na América Latina e Caribe tem como sua principal influência o movimento norte-americano, em especial pelo grande número de painelistas daquele país que estão presentes nas edições latinas do evento. Já os países europeus são a força secundária neste processo, pois mantém a presença de representantes de sete países, onde o agente mais influente é o presidente do partido conservador (Vox?) da Espanha, Santiago Abascal, que aparece em três das quatro edições do evento analisadas.

Além de identificar a dinâmica das forças estrangeiras que estão atuando na América Latina e Caribe, percebe-se que a edição mexicana do movimento pode ser vista como o grande palco onde a extrema-direita latino-americana e caribenha tem se apresentado, demonstrando como o movimento conservador vem se latinizando a partir de suas referências norte-americanas, principalmente. A edição mexicana foi a mais internacionalizada entre os eventos analisados, contando com a presença de lideranças de 12 países latinos, contra cinco de outras regiões. Aliado a isto está o fato da presença de Eduardo Verastégui, a principal liderança da extrema-direita mexicana, ser constante em todas as edições do evento.

Referências

- BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sebastien; JACOMY, Mathieu. “Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks”. In: **Proceedings of the international AAAI conference on web and social media**. 2009, pp. 361-362.
- CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Série Métodos de Pesquisa. Penso Editora, 2015.
- CPAC. **Conservative Political Action Conference**. Website oficial da CPAC norte-americana, 2025. Disponível em: <<https://www.cpac.org/post/cpac-around-the-world>>. Acesso em: 12/12/2024.
- CPAC Brasil. **Conservative Political Action Conference Brasil**. Website oficial da edição brasileira da CPAC, 2024. Disponível em: <<https://cpacbr.com.br>>. Acesso em: 12/12/2024.
- ICL. “Ator e ativista mexicano é mais um a fazer saudação nazista em conferência de direita, nos EUA”. **ICL Notícias**, 2025. Disponível em: <<https://iclnoticias.com.br/ator-e-ativista-mexicano-saudacao-nazista/>>. Acesso em: 03/03/2025.
- JACOMY, Mathieu *et al.* “ForceAtlas2, a continuous graph layout algorithm for handy network visualization designed for the Gephi software”. **PloS one**, v. 9, n. 6, p. e98679, 2014.
- JORDANS, Frank. GOODMAN, Joshua. “Pasado nazi de padre acosa a candidato presidencial chileno”. **The Associated Press**, 2021. Disponível em: <<https://apnews.com/article/noticias-e70caec03d81ce0ed994865d8192ae65>>. Acesso em: 05/03/2025.
- MACIEL, Alice; DAL PIVA, Juliana; SILVERSTEIN, Ken; MUNIZ, Bianca; VIANA, Natalia. “Eduardo Bolsonaro teve 125 reuniões com membros da extrema-direita do continente”. **Agência Pública**, 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/08/eduardo-bolsonaro-teve-125-reunioes-com-membros-da-extrema-direita-do-continente/>>. Acesso em: 10/03/2025.
- MAGALHÃES, Leandro. “À CNN, Eduardo Bolsonaro diz que vai pedir asilo político nos EUA”. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-cnn-eduardo-bolsonaro-diz-que-vai-pedir-asilo-politico-nos-eua/>>. Acesso em: 10/03/2025.
- MARTELETO, Regina; TOMAÉL, Maria Inês. “A metodologia de análise de redes sociais (ARS)”. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. pp. 81-100.
- NEIRA, Cristian. “Periodista Mauricio Weibel revela acta e afiliación del padre de Kast al partido nazi”. **El Desconcierto**, 2021. Disponível em: <<https://eldesconcierto.cl/2021/12/01/periodista-mauricio-weibel-revela-acta-de-afiliacion-del-padre-de-kast-al-partido-nazi>>. Acesso em: 10/03/2025.

PEETERS, Stijn. Zeeschuimer (v1.4) [Computer software]. **Zenodo**, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.7525702>>. Acesso em: 03/01/2024.

PIRES, Breiller. “Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon”. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>>. Acesso em: 15/03/2025.

VENTURINI, Tommaso. “Quali-quantitative methods”. In: Irwin, A.;Felt, U. (Eds.). **Encyclopedia of Science and Technology Studies** (forthcoming), 2024. Disponível em: <http://www.tommasoventurini.it/wp/wp-content/uploads/2024/02/Quali-Quantitative_Methods.pdf>. Acesso em: 15/03/2025.

Novos populismos na América Latina: a formação do *Cabildo Abierto* no Uruguai

Davi Jose Franzon¹

ORCID: 0000-0002-4963-5379

Agustina Martiarena Pazos²

ORCID: 0000-0002-8466-8096

Resumo: Este artigo busca responder à seguinte pergunta: a formação do partido *Cabildo Abierto* no Uruguai representa uma nova forma de populismo de direita radical? Para respondê-la, adotamos uma abordagem ideacional do populismo e investigamos como discursos autoritários, revisionistas e conservadores se articularam em um novo partido político em meio à crise da direita tradicional. Utilizando metodologia qualitativa e estudo de caso, o trabalho combina análise documental, legislativa e dados do Barômetro das Américas (LAPOP). Os resultados indicam que, embora o CA atue com forte retórica moralizante e antipluralista, ele opera em um contexto institucional democrático consolidado, com limitações estruturais para sua expansão. Conclui-se que o CA representa um novo ator da direita radical na América Latina, cuja atuação se ancora na rejeição à agenda progressista e na construção de uma identidade nacional conservadora.

91

Palavras-chave: *Cabildo Abierto*. Populismo. Direita radical. Uruguai. Autoritarismo.

¹ Doutorando em Ciência Política no PPGPOL (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Linha de pesquisa: Teoria Política, Instituições e Comportamento Político. Mestre em Ciências Sociais (Especialização em Ciência Política) pela PUC-SP e bacharel em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisador no campo das organizações partidárias, sistemas político e eleitoral e mudanças na representação e na participação política. Pesquisador membro do NEPPLA (Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos). E-mail: davi.franzon@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8167357060528167>

² Doutoranda em Ciência Política na UFSCar, com período sanduíche na Universidad de Salamanca, Espanha (2024). Possui Mestrado em Ciência Política na UFPel (2022). Fez graduação em Ciência Política e Sociologia na UNILA (2018), com período de mobilidade acadêmica na Universidad Nacional Autónoma de México (2017). Tem interesse na área de cultura e comportamento político, e democracia. Atualmente forma parte do Núcleo de Estudos dos Partidos Latino-Americanos – NEPPLA na UFSCar e do grupo de pesquisa Centro de Estudos Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI-América do Sul) da UNILA. E-mail: agustinamartiarena@estudante.ufscar.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9435538878207832>

Abstract: This article seeks to answer the following question: does the formation of the Cabildo Abierto party in Uruguay represent a new form of radical right-wing populism? To answer this question, we adopted an ideational approach to populism and investigated how authoritarian, revisionist and conservative discourses were articulated in a new political party in the midst of the crisis of the traditional right. Using qualitative methodology and a case study, the work combines documentary and legislative analysis and data from the Americas Barometer (LAPOP). The results indicate that although the CA acts with strong moralising and anti-pluralist rhetoric, it operates in a consolidated democratic institutional context, with structural limitations to its expansion. The conclusion is that the CA represents a new actor of the radical right in Latin America, whose actions are anchored in the rejection of the progressive agenda and the construction of a conservative national identity.

92

Keywords: Cabildo Abierto. Populism. Radical right. Uruguay. Authoritarianism.

Resumen: Este artículo pretende responder a la siguiente pregunta: ¿representa la formación del partido Cabildo Abierto en Uruguay una nueva forma de populismo radical de derecha? Para responder a esta pregunta, adoptamos un enfoque ideacional del populismo e investigamos cómo se articularon los discursos autoritarios, revisionistas y conservadores en un nuevo partido político en medio de la crisis de la derecha tradicional. Utilizando metodología cualitativa y un estudio de caso, el trabajo combina análisis documental y legislativo y datos del Barómetro de las Américas (LAPOP). Los resultados indican que aunque la AC actúa con una fuerte retórica moralizante y antipluralista, opera en un contexto institucional democrático consolidado, con limitaciones estructurales a su expansión. La conclusión es que la AC representa un nuevo actor de la derecha radical en América Latina, cuyas acciones se anclan en el rechazo a la agenda progresista y la construcción de una identidad nacional conservadora.

93

Palabras-clave: Cabildo Abierto. Populismo. Derecha radical. Uruguay. Autoritarismo.

Introdução

Nas últimas décadas, o debate sobre o fenômeno do populismo ganhou espaço na academia, especialmente a partir da emergência de líderes e partidos com características que deram forma a um populismo de direita radical. Na América Latina, esse tipo de organização é localizada na experiência uruguaia do *Cabildo Abierto*, cuja institucionalização para as eleições de 2019 foi marcada por um significativo êxito, surpreendendo tanto o sistema político local quanto a produção acadêmica. Como resultado, a “velha democracia de partidos” do Uruguai testemunhou a chegada de uma nova organização cuja força política conservadora apresentou um discurso contrário à opinião pública do país.

Este trabalho pretende, a partir da definição ideacional de populismo, observar este caso. Para isso, adotamos variáveis conceituais que permitiram compreender o contexto político e observar a existência de eventos que, à luz da teoria, explicam o surgimento de novos populismos e como eles correspondem aos desejos autoritários de parcela da opinião pública. A pergunta de pesquisa deste artigo é: existe um populismo de direita radical no Uruguai? Para respondê-la, dividimos este trabalho em seis seções e as considerações finais. Nas duas primeiras, colocamos em perspectiva o debate teórico sobre o populismo e acerca da vertente de direita radical. Em seguida, apresentamos os métodos e técnicas adotados para análise das informações coletadas. Na quarta e quinta seções, detalhamos nosso estudo de caso, o *Cabildo Abierto*, e as características do discurso propagado pelas lideranças do CA. Expomos os dados coletados e que apontam a existência de uma demanda na sociedade uruguaia por um tipo de populismo radicalizado à direita. Ao descrevermos detalhadamente nosso caso, a partir de um enfoque qualitativo, dados conjunturais, falas dos *cabildantes* e propostas políticas de figuras centrais da organização, localizamos um conjunto de elementos populistas e autoritários. Como objetivo, este artigo ainda almeja estimular novos caminhos para futuras investigações tanto sobre o fenômeno do populismo de direita radical quanto para a ascensão do *Cabildo Abierto*.

Os múltiplos significados do populismo

O avanço de novos tipos de organizações e líderes identificados com uma direita radical, tanto na Europa quanto na América Latina, tem como traço em comum

o apoio de parcelas significativas da sociedade por meio de pautas com elevado peso moral e por um sentimento de rejeição a determinados temas, em especial medidas de proteção a vítimas de violência física e verbal, e de apoio a instituições associadas à democracia. Dado que tal realinhamento da direita radical, ou extrema-direita, ocorre em diferentes contextos e ambientes, a Ciência Política adota distintas abordagens para examinar causas e consequências desse cenário, dentre elas a retomada de um conceito que parecia ter caído em desuso nas últimas décadas, o de populismo.

De acordo com Norris e Inglehart (2019, p. 4), o populismo não é uma novidade teórica, suas raízes remontam ao Cartismo, no início da era vitoriana, aos revolucionários Narodniks (populistas), no final do século XIX na Rússia czarista, aos movimentos fascistas do período entre guerras, ao Peronismo, na Argentina, e ao Poujadismo na França do pós-guerra. Conceito polissêmico, ele tem múltiplas definições ao longo da história, o que permite identificar diferentes correntes que se sucederam cronologicamente na tentativa de delimitar o fenômeno, incluindo sua história e funcionamento na América Latina.

Entender como um conceito polissêmico se aplica a uma realidade específica demandou uma revisão da teoria e sua implementação política. A primeira corrente tem origem em trabalhos das décadas de 1950, 1960 e 1970 que mobilizaram o conceito para compreender lideranças como Juan Perón (Argentina), Getúlio Vargas (Brasil) e Cárdenas (México). Para essa corrente, ele é entendido como um tipo particular de movimento social e político, que surgiu nas contradições entre a sociedade tradicional e a industrial (GERMANI, 1964). Sua composição se dá por uma forma autoritária de dominação e incorporação dos marginalizados à política, se valendo de um líder carismático com características caudilhistas, mas sem desenvolver uma ideologia própria ou uma consciência de classe (DI TELLA, 1965; IANNI, 1970). Casullo e Arauz (2023) observam que esta abordagem concebe o populismo de forma essencialmente pejorativa, uma espécie de “desvio” da teoria da modernização.

Uma segunda corrente surgiu na década de 1970 com os teóricos da dependência (CARDOSO; FALETTTO, 1969) e seus interlocutores (WEFFORT, 1978). Para eles, o populismo não é simplesmente uma “anormalidade” da modernização, mas um sintoma das relações globais assimétricas do processo de industrialização (MURMIS; PORTANTIERO, 1971). Assim, longe de ser uma

“massa” controlada por líderes carismáticos, a adesão dos trabalhadores ao peronismo na Argentina ou ao getulismo no Brasil, era uma resposta racional às condições econômicas estabelecidas pelo modelo econômico latino-americano. O populismo, na tradição latino-americana, pode ser resumido a um governo de compromisso (WEFFORT, 1978).

Integrando fenômenos sociais e políticos das décadas seguintes, durante os anos de 1980, 1990 e 2000, uma nova corrente de estudos (WEYLAND, 2001; PANIZZA, 2005; LACLAU, 2005) emergiu, propondo uma abordagem mais abrangente, que não limitou o populismo a uma mera consequência de um modelo de desenvolvimento econômico ou como fenômeno restrito a países emergentes. O ponto unificador é conceituá-lo como uma estratégia política exercida por líderes carismáticos e personalistas, tanto à direita quanto à esquerda, que aproveitam as oportunidades surgidas em meio a crises de representação para disputar e ocupar o poder com o apoio das massas.

Para Laclau (2005), um dos principais defensores dessa corrente, as definições anteriores não abordavam o fenômeno em si, mas suas manifestações, transformando-o em uma espécie de fantasma. O populismo não deveria ser concebido como resultado de uma política específica, mas como uma linguagem política própria, uma forma de se fazer política. Essa linha de pensamento é complementada por Panizza (2005) e, posteriormente, por Rosanvallon (2020). Ambos defenderam que, como estratégia política, as lideranças populistas são bem-sucedidas quando: 1) interpretam adequadamente os desejos difusos da massa; 2) fornecem coesão e compreensão a esses desejos; e 3) os colocam na agenda pública de uma maneira que a própria massa talvez não consiga articular.

Uma ampliação dessa perspectiva é oferecida na atualidade por Moffit (2016), ao caracterizar o populismo como uma “performance pública”, na qual o líder populista cria uma imagem de si mesmo como um herói antagonista do *status quo* e como o representante do “povo”. Moffit afirma que os populistas, em suas performances, misturam elementos populares com antielitismo e recorrem constantemente à ideia de ameaça ou crise. Para Rooduijn (2014), os populistas têm quatro características centrais em comum: a) enfatizam a posição central do povo; b) criticam a elite; c) percebem o povo como uma entidade homogênea; e d) proclamam uma crise séria. Uma última abordagem enfatiza o papel das ideias na conceituação. Tal abordagem passou a ser conhecida como

“ideacional” (MUDDE, 2005; 2017; MUDDE; KALTWASSER, 2019). Mudde e Kaltwasser (2019) definem o populismo como uma ideologia “fina” que polariza a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos: o “povo puro” e a “elite corrupta”. Essa perspectiva dicotômica afirma que a política deve refletir a vontade popular (*volonté générale*). Os autores identificam uma estrutura conceitual densa e autônoma para explicar a realidade. O populismo geralmente se associa a outras ideologias para ganhar substância.

Para Mudde e Kaltwasser (2019), uma ideologia é um conjunto de ideias normativas sobre a natureza humana na sociedade. Embora o populismo não seja tão densamente explicativo, ele tem a capacidade de se aliar a uma variedade de ideologias para criar uma visão de mundo que se adapte a circunstâncias específicas. Ao mesmo tempo, a dicotomia “nós” versus “eles”, na qual o “nós” representa o povo puro, significa um apelo à vontade geral e dá forma a um dos pilares da ação política para o enfrentamento de uma elite corrupta.

Essa literatura entende que o “povo” é uma construção que dá flexibilidade ao líder que a utiliza, mas que é quase sempre utilizada a partir de três definições: povo como soberano, como gente comum e como nação. Todas estão em oposição a uma elite. A primeira é baseada na ideia de que o poder provém do coletivo e que este sempre deve ser considerado; a segunda está associada à ideia de classe combinada ao status socioeconômico, tradições culturais e valores populares; a terceira é uma definição em termos cívicos ou étnicos. Os populistas “combinaram diferentes interpretações de elite e de povo” (MUDDE; KALTWASSER, 2019, p. 47). Os líderes populistas se identificam como a voz da massa em relação à cultura política da sociedade na qual se desenvolvem. Nesta leitura, o populismo nasce de três condições: uma cosmologia maniqueísta e moral; a criação e a defesa do “povo” como comunidade homogênea e virtuosa; e o enquadramento de uma elite como corrupta e egoísta (AGUILAR; CARLIN, 2017; HAWKINS; KALTWASSER, 2017).

Para identificarmos as distinções do caso uruguaio, optamos por uma abordagem do populismo que superasse a estruturalista, a econômica e a de estratégia política. Nossa escolha foi examinar o fenômeno do *Cabildo Abierto* a partir de uma perspectiva ideacional. Essa escolha nos permitiu aplicar o referencial teórico à realidade empírica do caso escolhido, permitindo a apresentação

de nossas inferências sobre as causalidades que tornaram o ambiente político-eleitoral uruguaio propício para um novo tipo de organização.

A dimensão ideacional compõe uma agenda de pesquisa comparativa que coloca em análise a forma e o conteúdo do discurso populista. Neste enquadramento, o fenômeno é entendido como parte de um enquadramento mais amplo, permitindo a construção de uma tipologia discursiva pluralista, identificar pontos positivos nas elites e a falibilidade das massas, superando a dicotomia elite/massas utilizada por líderes e partidos populistas. Essa abordagem caracteriza o populismo como um conjunto de ideias que pode ser combinado com uma série de características ideológicas. O modelo permite examinar causas e consequências do populismo, incluindo o impacto sobre a política e as instituições democráticas (HAWKINS; KALTWASSER, 2017).

Neste estudo de caso, comparamos as definições de populismo oferecidas pela abordagem ideacional. A primeira distinção se dá no uso dos conceitos de elitismo e pluralismo, cuja tradição latino-americana gestou três distintos subtipos de populismo: econômico, estruturalista e uma nova estratégia de abordagem. No primeiro caso, o fenômeno é visto como resultado de um conjunto de políticas macroeconômicas adotadas cujo objetivo eleitoral resulta mais em danos do que em benefícios. A tipologia classifica essas políticas pelo superdimensionamento de temas relacionados à economia, como controle inflacionário e ajustes estruturais. Ela é adotada por jornalistas e *policy makers* que colocam uma elevada carga pejorativa sobre governos populistas (HAWKINS; KALTWASSER, 2017).

Na abordagem estruturalista, a ascensão e o funcionamento de um governo populista são explicados pela revisão do modelo de desenvolvimento adotado no passado. Essa tipologia tem como dimensões a formação e a relação entre classes, o avanço de líderes e movimentos carismáticos pelo discurso de rejeição ao *status quo* e uma política de industrialização. Esta definição põe em perspectiva não somente os políticos responsáveis pelas políticas públicas, mas também os efeitos sobre as massas (HAWKINS; KALTWASSER, 2017). A terceira dimensão associa o fenômeno a movimentos populares conduzidos por líderes carismáticos outsiders. Eles ganhariam com um discurso crítico às elites e a promessa de governos orientados de baixo para cima. Essa forma é próxima à estruturalista na ênfase dada sobre a política, mas engloba os movimentos sem

um apelo à relação de classes ou políticas econômicas. O discurso é tido como insuficiente para entender partidos e movimentos populistas.

Feita essa revisão da literatura, podemos afirmar que as três têm em comum a pouca atenção dada ao conjunto subjacente de ideias que podem explicar o populismo que localizamos no Uruguai a partir de 2019, uma forma radical de extrema direita. É nesta dimensão que a abordagem ideacional ofereceu os meios necessários para examinarmos nosso caso tendo como variáveis-chave suas ideias e discursos, uma vez que ela localizou nas ideias populistas a principal força de ação por trás das demais características. A abordagem ideacional não é limitada a uma simples conceitualização em uma determinada experiência, mas oferece argumentos teóricos sobre a importância das ideias para análises causais. Neste sentido, podemos interpretar o fenômeno populista tendo como referência uma tipologia mais específica e articulada do que um mero conjunto de características.

A técnica nos permitiu destacar de forma clara e minimamente objetiva as características fundamentais do *Cabildo Abierto* por meio da operacionalização do conceito de extrema direita em variáveis empíricas, possibilitando colocarmos a teoria à prova (MUDDE; KALTWASSER, 2019). Além disso, ao não limitar o fenômeno a um contexto específico, essa abordagem se torna particularmente útil em pesquisas comparativas por buscar padrões comuns entre diferentes grupos e compreender suas particularidades. Ela ainda proporciona um consenso mínimo sobre um conceito tão amplamente discutido, facilitando a análise ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos (ROODUIJN, 2014).

Populismo de direita radical

Assim como o populismo, o conceito de direita foi adquirindo diferentes interpretações ao longo do tempo, especialmente quando observamos os casos em contextos distintos. Do ponto de vista histórico, tanto a direita quanto a esquerda surgiram durante a Assembleia Nacional da Revolução Francesa, na qual os defensores da manutenção do Antigo Regime sentavam-se à direita, enquanto aqueles que advogavam por uma nova ordem ficavam à esquerda. A partir dessa

diferenciação espacial surgiram dois polos ideológicos opostos; um conservador, mais à direita, e outro liberal, à esquerda.

Da Revolução Francesa aos dias de hoje, o conteúdo preciso dessas classificações segue em debate. A definição de Bobbio (1996) é provavelmente uma das mais influentes e pressupõe que os termos “direita” e “esquerda” surgem sempre em dualidade. Bobbio enfatiza que ambas são expressões e posições opostas e excludentes, pois não pode haver liberdade total se houver igualdade e vice-versa. No entanto, o conteúdo atribuído à direita e à esquerda pode variar conforme o contexto, mantendo-se a oposição fundamental entre elas.

Com o passar do tempo, a academia observou e caracterizou um conjunto de “direitas”, esse espectro vai da direita clássica (*mainstream right*) até a ultradireita (*far right*). Mudde (2021) defendeu que há uma diferença entre as “radicais” e as “extremas”. Estas (extremas) rejeitam a essência da democracia, incluindo a noção de soberania popular e o princípio da maioria. A direita populista radical aceita a essência da democracia, enquanto rejeita seus aspectos liberais, como os direitos das minorias e a separação de poderes. O autor observa que, em alguns casos, essas tendências podem se unir e dar forma à “ultradireita”.

100

Kaltwasser (2023) defende que a diferença entre a direita “clássica” e a “ultradireita” está no nível de radicalidade ou na relação com a democracia. Enquanto a primeira tende a ser relativamente moderada e respeita as regras do jogo, a segunda é extremista e tem uma relação problemática com a democracia, incluindo com o componente liberal. A expansão da ultradireita surge na década de 1980 quando intelectuais da *Nouvelle Droite*, na França, defendem uma mudança na hegemonia cultural, colocando a dimensão sociocultural sobre a distinção socioeconômica (KALTWASSER, 2023). Na mesma época ocorreu uma mudança na forma de fazer política tanto no Partido Republicano estadunidense quanto no Partido Conservador inglês, além do fortalecimento de Jean-Marie Le Pen e da Frente Nacional nas eleições para o Parlamento Europeu (DOVAL; SOUROUJON, 2023).

Apesar das diferenças dentro da direita, observamos um caldeirão em que a dimensão sociocultural leva as diversas vertentes a assumirem formas variadas. Quando se trata da ultradireita, ela pode ser descrita como uma família diversificada e multifacetada, abrangendo movimentos e partidos da extrema-direita antidemocráticos e racistas e os que nutrem nostalgia pelo fascismo,

de um lado, e grupos populistas, democráticos iliberais e nativistas (DOVAL; SOUROUJON, 2023, p.2). A ultradireita europeia contemporânea muitas vezes apresenta uma agenda programática que se opõe aos valores progressistas defendidos tanto pela esquerda quanto pela direita tradicional (KALTWASSER, 2023; MUDDE, 2007; 2013). Essa agenda radical defende claramente posições socioculturais contrárias ao multiculturalismo e frequentemente adota medidas xenofóbicas. Há uma dualidade em suas propostas econômicas, com algumas vertentes até mesmo defendendo versões do Estado de bem-estar social, mas essa rede de proteção deve limitar-se a atender a população efetivamente nativa.

Ao olharmos para a experiência latino-americana, identificamos que a direita radical emergiu com vigor no cenário político e acadêmico após o giro à esquerda dos anos 2000, efeito da chamada “onda rosa”. Acreditava-se que a direita, centrada no discurso econômico, não tinha capacidade de atrair o voto de um eleitorado sob os efeitos negativos de governos neoliberais. No entanto, ela adaptou-se e incorporou a dimensão sociocultural (LUNA; KALTWASSER, 2014), mobilizando demandas em oposição à chamada agenda de direitos (STEFANONI, 2021) e estabelece laços internacionais sem perder sua identidade específica (SANAHUJA; LOPEZ, 2020; FORTI, 2021; DOVAL; SOUROUJON, 2023).

101

Em resumo, ao considerarmos tanto a ultradireita europeia quanto a latino-americana, observamos mais semelhanças do que diferenças. Ambas são forças políticas radicais e reacionárias que se opõem à democracia. O que as diferencia é o objeto da reação, ou seja, as minorias que ameaçam o *status quo* defendido pelos ultradireitistas. Enquanto na América Latina o foco se dá principalmente na ascensão de minorias raciais ou sexuais, o modelo europeu tem a questão migratória como variável-chave.

Neste trabalho, buscamos compreender o populismo ligado à direita radical, entendendo essa classificação como um tipo específico, marcado pela antipatia e contestação ao conjunto de normas e princípios democráticos. A interseção entre “populismo” e “direita radical” é invariavelmente influenciada pelo contexto e pela história, uma vez que cada nação tem sua própria trajetória social e política que molda a natureza específica dessa interação. No entanto, há dois fenômenos que frequentemente estão presentes nessa relação simbiótica e que, portanto, podemos tomar como padrão: o nativismo e o autoritarismo

(MUDDE, 2017). O nativismo surge da combinação entre o nacionalismo e a xenofobia, dando origem ao que Mudde (2017) descreve como uma “etnocracia”, fenômeno que percebe a “etnia estrangeira” como hostil e uma ameaça aos direitos e oportunidades dos nativos. Tal forma de política violenta está em ascensão na Europa, especialmente em relação aos imigrantes islâmicos do norte da África, mas também nos Estados Unidos em relação aos hispânicos¹.

Seguindo as interpretações de Sanahuja e Lopez (2023), reconhecemos que a aplicação do conceito de nativismo, conforme desenvolvido em pesquisas na Europa, é problemática na América Latina. Embora não esteja ausente nas sociedades latino-americanas, seu significado histórico é substancialmente diferente daquele encontrado em países colonizadores, desenvolvidos e com instituições democráticas antigas. Parece-nos mais apropriado adotar uma conceituação não diretamente ligada a uma “etnia nativa”, mas a uma “identidade nacional homogênea” caracterizada por uma retórica patriótica em torno da ordem e da justiça, personificada pelas “pessoas de bem” e “corretas” em oposição aos “bandidos” e “corruptos”. A segunda característica essencial dessa interseção entre o populismo e a extrema-direita é a retórica do autoritarismo, que será um tema bastante discutido no trabalho de Norris e Inglehart (2019). Concordando com o argumento central da teoria ideacional do populismo, os autores (2019, p. 4) avaliam que o fenômeno teria como principal característica “se adaptar com flexibilidade a uma variedade de valores e princípios ideológicos substantivos, tais como populismo socialista ou conservador, populismo autoritário ou progressista e assim por diante”. No caso do populismo de extrema-direita, uma propriedade frequente é a do “autoritarismo”.

Segundo os autores, o autoritarismo é caracterizado pela conformidade, segurança e lealdade. Argumenta-se que os apelos autoritários resultam em algo semelhante a uma relação com um líder tribal, enfatizando a solidariedade entre grupos, uma adesão estrita às normas internas e a rejeição aos de fora. Nesse contexto, a ascensão de líderes populistas de extrema-direita, mesmo em democracias consolidadas, não foi apenas uma busca por legitimidade como representantes do povo, mas também um movimento de combate à corrupção, baseado em sua retórica antiestablishment e antielitista. Essa retórica alimenta a desconfiança nas instituições democráticas e, nos casos mais intensos e dependendo do contexto, na própria democracia. Para analisarmos como se conformou a

demanda por este tipo de direita radical no Uruguai, compreendemos que as atitudes populistas se encontravam latentes, mas emergiram quando houve uma sincronia entre situações do contexto socioeconômico e político. A demanda pelo populismo ocorreu quando houve uma percepção geral de que as ameaças à existência da sociedade estavam presentes (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Quando coincide um conjunto de situações, seria possível localizar uma “tormenta perfeita” que permite a ativação das atitudes populistas.

Os fatores que criam as condições necessárias para a emergência das atitudes populistas são: a) percepção geral de que as ameaças à existência mínima da sociedade, como recessão econômica ou divulgação sistemática de casos de corrupção; b) sentimento geral de que o sistema político não responde e a população se sente abandonada pelo establishment; c) combinação de aspirações democráticas e sentimento antiestablishment entre grupos sociais discriminados. Estas atitudes populistas são as que se desprendem da definição do populismo ideacional: 1) divisão do mundo entre povo e elite; 2) entendimento do povo como virtuoso contra a elite corrupta; e 3) o governo deveria seguir a vontade geral. As atitudes populistas a serem observadas são: a) percepção negativa dos políticos e da política, b) a política como antagônica; e c) priorização da vontade popular. Como este trabalho foca no populismo de direita radical, observamos aquelas atitudes específicas. Essas características ganham forma por meio de elementos ideológicos: nativismo, autoritarismo e populismo (MUDDE, 2007). Como consideramos que o nativismo é mais útil para explicar o caso europeu do que o latino-americano, ele não será abordado, o que nos deixou com dois conceitos: autoritarismo e o populismo. Cabe destacar que, no primeiro caso, a América Latina deve ser observada em associação ao punitivismo pelas forças de segurança.

Metodologia e técnicas adotadas

Por se tratar de um desenho de pesquisa qualitativo, buscamos responder à pergunta que guia este trabalho por meio de um estudo de caso único, o partido Cabildo Abierto. Tomando como referência a literatura que elenca os critérios essenciais para a escolha de modelos compostos por poucos (small-N) ou muitos casos (large-N), a escolha da organização se deu uma vez que ela preenche as

seguintes lacunas: delimitação espacial e temporal, relevância para a teoria, informações que podem ser utilizadas na construção de uma resposta ao problema colocado. Para a Ciência Política, os casos podem ser explicados como acontecimentos, agentes e situações complexas com dimensões variáveis em interconexão. Eles são uma construção intelectual, aplicada para explicação do objeto de estudo em um determinado contexto e tendo como referência informações disponíveis sobre ele. Também podem ser entendidos como fenômenos e eventos definidos e estudados empiricamente (NETO; ALBUQUERQUE, SILVA, 2024; YIN, 2015; PERISSINOTTO; NUNES, 2023). Sistematizamos a seguir as definições de caso na Ciência Política.

Quadro 1: Casos na literatura da Ciência Política

Autor	Definição
King, Keohane, Verba (1994)	Um fenômeno do qual nos reportamos e interpretamos uma única medida de qualquer variável pertinente...
<i>Mjoset</i> (2009)	Um caso é um desfecho precedido por um processo que se desenrola no tempo...
Simons (2009)	Uma situação ou um fenômeno em seu contexto...
Stake (1999)	Quando trabalhamos em Ciências Sociais e serviços humanos, é provável que [o caso] seja um alvo que tenha até uma personalidade. O caso é um sistema integrado.
Yin (2003)	Algum evento ou entidade. Uma unidade de análise, definida e delimitada.

Fonte: Manual para a Pesquisa Qualitativa (Neto, Albuquerque e Silva, 2024).

A escolha dos casos ou caso não segue a lógica da inferência estatística por amostragem, mas uma lógica inferencial qualitativa, relacionada à suficiência do caso (ou casos) em fornecer as informações necessárias para uma resposta ao problema de pesquisa. Definida a unidade de análise para o desenho de pesquisa, o próximo passo a ser dado é extrair os dados relevantes a partir das peculiaridades do(s) objeto(s) escolhido(s). Como explica Gerring (2004, p. 342), a técnica permite um estudo imersivo em uma única unidade com o propósito de compreender uma classe maior de unidades semelhantes. Ragin (2009, p. 225) aponta que um estudo de caso limita o mundo empírico a um fenômeno específico, conectando-o a ideias teóricas, resultado de um esforço para vincular ideias e evidências. O caminho metodológico prevê a “mineração” de informações relevantes do caso e compará-las com categorias previstas na literatura sobre o tema em análise, não deixando à margem o contexto de formação, a estrutura

e os mecanismos de funcionamento do caso escolhido. Para executar esse percurso, devem ser executadas três etapas: a extração, a comparação e a análise dos elementos do caso ou casos escolhidos.

Quadro 2: passos de um estudo de caso

Passo	Funcionamento
Extração	Buscar no caso as informações (dados) relevantes que possam contribuir para a solução do problema de pesquisa dentro do recorte proposto.
Comparação	Confrontar os dados encontrados com as inferências da literatura sobre o tema, especialmente as categorias de análises pré-determinadas.
Análise	Construir uma explicação para o fenômeno estudado a partir das informações extraídas e da comparação entre os dados esperados e encontrados, dentro de cada categoria, focando nos processos, mecanismos e relações causais.

Fonte: Manual para a Pesquisa Qualitativa (Neto, Albuquerque e Silva, 2024).

O estudo de caso é a ferramenta adequada para se obter corretamente inferências qualitativas sobre o objeto de estudo a partir de um caso único ou de um conjunto formado por múltiplas ocorrências. Desenhos de pesquisa que seguem esse modelo dependem da apresentação do contexto em que o objeto se forma e, na sequência, permitem a produção de um conhecimento específico e descritivo (NETO; ALBUQUERQUE, SILVA, 2024). A escolha pelo método justifica-se porque preenchemos dois requisitos essenciais para não deixar dúvidas sobre a escolha: há estudo de caso apenas quando se coletam informações a partir de um fato, nesta pesquisa isso se concretiza no caso escolhido, o *Cabildo Abierto*. Estas informações concretas (empíricas) serviram para solucionar a questão de pesquisa: existe populismo de direita radical no Uruguai?

105

Nosso caso (o *Cabildo Abierto*)

Após quinze anos de presidência à esquerda por meio da Frente Ampla, a eleição nacional uruguaia de 2019 ganhou destaque por ter oferecido as condições para um novo realinhamento na correlação de forças. Com o desgaste da Frente Ampla, a vitória nas eleições nacionais foi de uma coalizão que reunia todas as direitas locais e uma parcela do centro. Um dos partidos que integrou essa coalizão e que irrompeu no período pré-eleitoral foi o *Cabildo Abierto* (CA). Esta organização foi entendida como uma nova direita, “neopatriota” (SANAUHA; LOPEZ, 2020), um caso de “vinhos novos em odres velhos” ou uma “tradição

inovadora” (CAETANO, 2023). Uma direita que canalizava um sentimento latente (MARTIARENA, 2021), uma ultradireita (TANSCHKEIT, 2023). O *Cabildo Abierto* surgiu no cenário político em março de 2019, sete meses antes da primeira rodada das eleições nacionais e se impondo como quarta força política. Considerando que a democracia uruguaia é um sistema político caracterizado pela forte presença de velhos partidos, o debate sobre a centralidade nas organizações partidárias construiu uma história unificada do passado nacional, na qual todas as manifestações sociais e políticas da sociedade se vinculam a partidos (Demasi, 2008). O avanço dessa organização foi surpreendente para muitos estudiosos.

O partido nasceu a partir da institucionalização do *Movimiento Social Artiguista* (MSA), fundado um ano antes do pleito. Ao tomar o nome de *Cabildo Abierto*, a organização resgatou fortemente o legado hispanista e *artiguista* e o MSA passou a ser a principal tendência do partido, cujos principais dirigentes formaram a lista de membros fundadores e das principais lideranças. Segundo reportagem do jornal *La Diaria*, em 4 de abril de 2020, o MSA começou em 2018 tendo por trás o geógrafo e jornalista de *La Mañana* Marcos Methol, filho do pensador Alberto Methol Ferré, o notário e advogado Guillermo Domenech, atualmente senador, filho do líder nacionalista Gervásio Domenech; e o proprietário rural e diretor do jornal *La Mañana* e ex-líder da JUP, Hugo Manini Ríos (morto em 2023).

106

Os três fundadores do movimento têm trajetórias políticas diferentes, mas entrelaçadas. A família Manini Ríos é colorada de tradição *riverista*; já Domenech era integrante, como seu pai, do Partido Nacional do setor *herrerista*; Methol, assim como seu pai, teve participação no PN e apoiou a candidatura Mujica. O passado político dos fundadores oferece um mapa sobre a formação e a ideologia do partido. Domenech foi o presidente do partido desde sua fundação até 2024. Esse comando foi compartilhado entre os membros fundadores e as principais figuras do partido, mas no final da primeira legislatura ficou patente uma falta de unidade entre os membros do partido e a saída de lideranças, uma a de Eduardo Radaelli. Ele caminhou para candidatura independente e levou seu grupo. A deputada suplente Inés Monzillo, que migrou para o Partido Nacional, e o advogado Eduardo Lust, que fundou seu próprio partido, Constitucionalista. Todas as rupturas foram encaradas como “traições” de atores que buscavam protagonismo e utilizaram o CA para projetarem suas carreiras políticas.

Apesar das trajetórias distintas, esses atores se uniram pelo que Domenech definiu como coincidência na “concepção cristã da vida”, que vinculou essa cosmovisão com o artiguismo. Em entrevista para La Diaria, em abril de 2020, afirmou: “Artigas não era um católico praticante, mas era um indivíduo crente formado com os franciscanos, compartilhava a preocupação da igreja pelos mais desvalidos”. Domenech não integra mais o parlamento e se retirou da presidência do partido para se dedicar à formação política para jovens. O primeiro presidente do CA e formador de quadros buscou realinhar sua biografia posicionando-se como o líder capaz de unir o grupo e desafiar a ordem em um momento de crise social e política.

Para Caetano (2023), o CA rapidamente conquistou alas mais radicais de organizações tradicionais da direita uruguaia, incluindo a “família militar” e núcleos opositores ao *Frente Amplio*, e atraiu setores populares que antes votavam no ex-presidente José Mujica. A organização ascendeu como uma resposta aos efeitos da chamada onda rosa, fenômeno caracterizado por vitórias de líderes de esquerda em países da América Latina entre as décadas de 1990 e 2000, uma reação aos efeitos negativos do modelo econômico neoliberal. Os resultados desse realinhamento eleitoral foram influenciados pelas características sociais e o contexto de cada país (Francisco Panizza apud Silva, 2010). O novo mapa começou a ser desenhado com a vitória de Hugo Chávez na Venezuela (1998), Ricardo Lagos no Chile (2000), Lula no Brasil (2002), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Daniel Ortega na Nicarágua (2007), Rafael Corrêa no Equador (2007), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Mauricio Funes em El Salvador (2009). Além da chegada ao poder, o período também foi marcado por reeleições (Silva e Freixo, 2023).

A Ciência Política ainda debate sobre como conceituar cada experiência durante a onda rosa. Fuser (2018) critica o entendimento de ascensão de duas esquerdas, divididas entre refundadores e reformadores. No primeiro grupo, também chamado de bolivariano, estariam Chávez, Morales, Corrêa, Funes e Ortega; no segundo, nomeado de social-democrata, Lagos, Lula e Vázquez (SILVA; FREIXO, 2023). Em comum, estes governos implantaram uma agenda voltada à redução das desigualdades sociais, especialmente econômicas. Como o nome indica, a onda rosa foi menos radical que as vermelhas da década de 1960, mas isto não evitou reações tanto em nível nacional quanto internacio-

nal. Segundo Bohoslavsky (2023), a agenda da onda rosa foi marcada por três aspectos: maior regulação da economia e distanciamento do Fundo Monetário Internacional (FMI); instauração da agenda de direitos e adoção de políticas de memória e reparação pelos crimes de ditaduras civis-militares.

As especificidades locais são essenciais para o entendimento de como essa guinada à esquerda alterou a correlação de forças em cada país. No caso uruguaio, os efeitos da política econômica neoliberal foram mais “lentos”, uma vez que o Estado historicamente tem papel central no funcionamento da máquina pública, incluindo a assistência social. O mesmo ocorreu na transição dos governos pelos partidos tradicionais, Nacional (Blancos) e o Colorado, para a Frente Ampla. A mudança se deu de forma paulatina e sem choques traumáticos (LANZARO, 2003). Após experiências bem-sucedidas na administração de Montevideú, após vitórias nas eleições de 1989, 1994 e 2000, a FA obteve o capital político necessário para ocupar o vácuo gerado pela crise dos partidos tradicionais e por um realinhamento eleitoral. Como resultado, o país passou de um sistema bipartidário para um multipartidarismo moderado (LANZARO, 2003; MOREIRA, 2004). O ciclo de governos da FA foi marcado por mudanças macroeconômicas, redução da pobreza, pela entrada da agenda dos novos direitos, a legalização do aborto, da canabis e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa agenda seria alvo principal da direita no fim do ciclo de governos da FA, marcado pela derrota para o colorado Luis Alberto Lacalle Pou, que contou com o suporte de uma coalizão de partidos de direita, incluindo o Cabildo Abierto.

O CA, desde a campanha política, misturou características similares às direitas que emergiram em outros países com características locais, especialmente tradições que pareciam abandonadas (MARTIARENA, 2021). Apresentou-se como uma organização diferente, cujo *slogan* “acabou o recreio” funcionou tanto para a aérea da segurança pública como um aviso para o establishment político e econômico e para as políticas voltadas às minorias sociais. Sua fundação coincidiu com a nomeação do seu candidato à presidência, o ex-chefe do exército Guido Manini Ríos. Com origem em uma família política, de tradição *colorada*, *riverista*, que se associa com o conservadorismo, o catolicismo, o mundo rural e dono de um jornal conservador (CAETANO, 2021; DEMASI, 2019; BRUNO, 2007; JACOB, 2006).

Pedro Manini Ríos deixou a política em 1942 e seu jornal, *La Mañana*, continuou em ação e, a partir da divulgação de notícias anticomunistas, ajudou a consolidar a visão política do ruralismo. Posteriormente, funcionou como órgão de comunicação de outras organizações de direita, servindo como pontapé inicial de uma corrente conservadora capaz de se unir a frações de pensamento similar. É dessa tradição que origina o partido. O CA se legitimou a partir da figura do herói da independência nacional, José Gervasio Artigas, ao adotar seu nome para batizar o movimento que lhe deu origem. Símbolos que remetem a Artigas, como a bandeira de seu movimento, aparecem repetidamente no programa e nos discursos de líderes do Cabildo (MARTIARENA, 2021). Domenech chegou a comparar Manini Ríos com Artigas no fechamento da campanha na fronteira com o Brasil: “Deus mandou a Manini Ríos para guiar aos *artiguistas*”. Tanto interna quanto externamente, as ações do CA se voltaram a velhas tradições da direita uruguaia e aproximam-se do ruralismo de Benito Nardone, do herrerismo da década de 1950 e do pachequismo (CAETANO, 2021, 2023; MARTIARENA, 2021). Tradições conservadoras, liberais, tradicionais e com um certo nativismo rural católico e protofascista (CAETANO, 2021). A ascensão política de Guido Manini Ríos aconteceu como candidato à presidência, semanas após ser demitido pelo Presidente da República do cargo de comandante em chefe do exército nacional. Isso aconteceu após críticas ao Poder Judiciário e ser acusado pelo ocultamento das confissões do militar José Nino Gavazzo ante o Tribunal de Honra militar. Gavazzo foi julgado por jogar, em 1973, o corpo do tupamaro Roberto Gomensoro no Rio Negro. Em resposta, divulgou uma mensagem em vídeo no canal oficial do exército. Vestindo roupas militares, declarou: “incapazes de ver a realidade, cegos pela soberba ou presos em seus prejuízos ideológicos e pela ação dos que lucram com o confronto, transformados em peões bem pagos dos centros de poder mundial”. Apesar de não ser o primeiro militar a integrar um partido político no país — figuras de destaque da Frente Ampla eram militares —, foi o primeiro candidato à presidência identificado e cercado por pessoas com um “olhar militar” da sociedade (MARTIARENA, 2021). Isto é importante porque, como vimos acima, o autoritarismo e a crítica às instituições democráticas ou establishment é importante para compreender o populismo de direita radical.

Fundador e presidente do partido, Guillermo Domenech é notário e advogado, define-se como cristão e, assim como seu pai, integrou o Partido Nacional no setor *herrerista*. Explicando a organização em entrevista para o La Diaria, em abril de 2020, declarou que, apesar das trajetórias diferentes dos membros, a união entre eles foi fruto de uma coincidência na “concepção cristã da vida” e vinculou essa cosmovisão com o *artiguismo*.

Assim como a maioria dos membros do CA, Domenech atacou a agenda de direitos. Essa posição ficou visível desde a formação do partido e durante a campanha eleitoral. Em um ato político, ele a definiu como “o matrimônio homossexual, o aborto, a legalização da maconha e alguma outra coisa” e agregou: “daqui a pouco vão nos impor alguma lei pela qual a homossexualidade seja obrigatória”. Durante a votação pelo pré-referendo que buscou a revogação da “Lei Trans”, Manini Rios declarou à imprensa que não concordava com a ideologia de gênero que desejavam impor. Estas falas são sistemáticas e apresentam o feminismo e a luta pelos direitos da população LGBTQIA+ como uma “ameaça” à sociedade (Martiarena 2021). Membros do CA têm vínculos com a JUP (BROQUETAS; CAETANO, 2023), organização muito ativa na luta anticomunista até o início da ditadura uruguaia. Segundo Bucheli (2020), ela foi fundamental na construção do ambiente social e político do governo autoritário, mediante seu discurso de confrontação, suas mobilizações e o uso da violência.

Outro ponto fundamental é a relação com o revisionismo histórico. A organização tem uma relação estreita com as reações geradas entre militares da reserva e civis vinculados à ditadura, especialmente após os processos judiciais de 2005 e a aplicação de políticas de memória (BROQUETAS, 2022). O partido se enquadra no que Broquetas e Caetano (2024) consideram ser um momento de incipiente guerra cultural ante pautas progressistas. Extraídas, comparadas e analisadas as informações de nosso estudo de caso, podemos definir o Cabildo Abierto como o agente aglutinador das direitas mais conservadoras que pareciam ter perdido sua representação no país. Esse papel ocorreu a partir da incorporação de elementos novos ao componente populista, patente ao mostrar como os representantes do “povo uruguaio” para enfrentar políticos tanto nacionais quanto estrangeiros, que buscavam minar a soberania e a tradição nacional. Para darmos empiria à tipificação do Cabildo Abierto como o partido que representa

o populismo radical no Uruguai, sistematizamos projetos de lei apresentados por integrantes da legenda no parlamento uruguaio a partir de 2020.

Quadro 3: propostas do CA no Parlamento Uruguaio entre 2020 e 2024

Tema	Conteúdo
Indenização para vítimas de crimes cometidos durante a ditadura uruguaia (policiais, militares e civis) por grupos armados de caráter ideológico.	A reparação moral e patrimonial deverá ser feita às vítimas, ou a seus sucessores, quando apropriado dos atos ilícitos perpetrados entre 1º de janeiro de 1962 e 31 de dezembro de 1976 por membros de grupos organizados e armados com objetivos políticos ou ideológicos que, como consequência ou por ocasião de tais atos, tenham sofrido perda de vida, incapacidade permanente, total ou parcial, para o trabalho ou privação de liberdade por mais de setenta e duas horas.
Violência de gênero contra mulheres.	O problema social e moral da violência de gênero no desenvolvimento de nossas sociedades é inegável. No entanto, o “submundo das falsas alegações” tornou-se um problema social e relacional entre homens e mulheres. Embora a proteção da suposta vítima seja necessária, ela pode, em alguns casos, levar a graves abusos e vitimização e crianças podem ser mantidas reféns da situação. A proteção contra a violência de gênero, Lei 19580 de 09/01/2018, não respeita o princípio da inocência nem o direito ao devido processo legal.
Equiparação salarial entre policiais na ativa e aposentados (incluindo pensionistas).	Dar uma resposta a um grupo de policiais ativos e aposentados prejudicados por sucessivas modificações de benefícios e categorizações de cargos implementadas e suprimidas por legislações nos últimos anos. Quando se aposentam ou quando vão se aposentar, sofrem uma diferença considerável em seus benefícios de aposentadoria. A situação é tão grave que, para o mesmo cargo, categoria e idade, as diferenças podem chegar a até vinte mil pesos uruguaiois.
Ampliação da possibilidade de prisão preventiva.	Uma vez iniciado o processo, quando a investigação estiver formalizada a pedido do Ministério Público, a Corte poderá ordenar a prisão preventiva do acusado se houver indícios de provas da existência do fato e da participação do acusado e provas suficientes para presumir que o acusado tentará fugir, ocultar ou dificultar a investigação de alguma forma, ou que a medida seja necessária para a segurança da vítima ou da sociedade (artigo 15 da Constituição da República). Para esse fim, o tribunal deve ter acesso ao arquivo do promotor.

III

Fonte Levantamento feito pelos autores junto ao Congresso Uruguaio.

O discurso antagônico do *Cabildo Abierto*

A partir das informações detalhadas no quadro acima, buscamos localizar a gênese dessas propostas, cujos alvos principais são a agenda de direitos e a esquerda

uruguaia. O *slogan* da campanha do CA para as eleições de 2019 era: “acabou o recreio”. São variadas as formas de interpretá-la. Analisamos diferentes instâncias nas quais membros do partido realizaram pronunciamentos que ajudassem a localizar a visão de mundo da organização e a relação com a demanda pelo populismo radical na sociedade. Iniciamos pelo sentimento de punitivismo do discurso e o peso do vínculo militar na organização, uma vez que a polícia é associada com a vocação de serviço e cuidado. Em 2022, Manini Ríos declarou que o aparato de segurança defende os mais frágeis. Ao comentar o assassinato de um policial, disse que era preciso “fechar fileiras sem claudicações ante esse tipo de delito irracional. Ante essas infames atuações de quem acostudou-se a agir totalmente fora da lei, sem respeitar nada”.

O discurso do partido funciona por meio de antagonismos e peso sobre a moralidade. As forças policiais defendem as pessoas “de bem” de “criminosos” e ambos podem contar com a proteção da legenda. Do outro lado, a criminalidade tem nos governos da esquerda o ambiente propício para atuar livremente. Em novembro de 2021, o líder do CA deixou claro que seu alvo era a Frente Ampla: “quinze anos de medidas equivocadas levaram à desobediência civil. Tem se inculcado, às vezes desde a escola, a falta de respeito”. A ideia de que a esquerda e outros grupos dividem os uruguaios aparece em todos os eixos das falas das lideranças. A causa de um suposto enfraquecimento social é creditada a uma juventude com uma vida de ócio, drogas e crime. A missão do CA, ao lado das velhas direitas, é resgatá-los.

A construção de inimigos também compõe o discurso. O avanço do feminismo é visto como uma ameaça. Esse sentimento radical ganhou forma em declarações seguidas de lideranças e parlamentares. Destacamos algumas falas em relação ao dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher. Na data, a maioria dos representantes homens cede seu lugar a uma mulher que seja suplente no parlamento uruguaio. Em 2022, a deputada Inés Monzillo declarou que considerava o momento em “que as feministas radicais não falem mais em nome de todas as mulheres”. Ela se definiu como parte de um “feminismo dissidente, pró-vida, que aceita a diversidade de opiniões, mas não acredita na vitimização constante”. Um ano antes, disse que a data não era uma homenagem às mulheres que lutaram por direitos, mas uma promoção ideológica e política. Para a deputada, esse mal era fruto da “ideologia de gênero” e não buscava melhorar a

condição das mulheres, mas dividir a sociedade e “acrescentar a distância entre os sexos, querendo demonstrar que, pela fraqueza das mulheres, é necessário que lhe presenteiem com cotas”.

Em 2021, durante a defesa de um projeto que alterava regras de guarda compartilhada, do qual era uma das autoras, Monzillo afirmou que “o papel do pai é diferente do exercido pela mãe. Ante a falta de um progenitor, a criança sempre será órfã”. Ela criticou mulheres que se negam a compartilhar a guarda dos filhos, assim como os homens que não levantam sua voz por medo do politicamente correto. O discurso do CA concentrou seus esforços também no campo da educação. Para os líderes da legenda, o sistema educacional foi cooptado por uma ideologia de gênero, responsável por impor a crianças de 5 ou 6 anos que seu sexo é opcional, uma construção social. Domenech, em 2020, afirmou que as esquerdas de 1950 e 1960 se nucleavam em organizações armadas que “pretendiam mudar nossa forma de governar e impor um regime que, por sorte, ou graças a Deus, não conseguiram impor no país”. Para o senador, caso as esquerdas não tivessem sido impedidas, os uruguaios teriam “as liberdades violadas como na Nicarágua, na Venezuela e em Cuba”.

113

O Cabildo ainda produziu um relatório próprio sobre os anos que antecederam a ditadura militar. Manini Ríos declarou que foram “décadas em que os uruguaios viveram surpresos, temerosos e ameaçados por uma escalada sangrenta”. O político questionou um suposto ocultamento dos mortos dessa época nos livros de história e considerou que se apagaram quatro mortes que “deram lugar à reação das Forças Conjuntas. Apontou que o Poder Executivo à época, com a aprovação da Assembleia Geral, declarou o Estado de guerra interna, dando lugar à intervenção militar “diante do estado de amedrontamento no qual se encontrava a justiça ordinária depois de uma onda de ameaças e sequestros sofridos pelos integrantes. Domenech considerou que essa visão “distorcida” é validada por uma lei que deixava uma imagem da “não existência no ano de 1968 de uma democracia plena no país”. Nesse sentido, “considero uma ofensa para quem vive nessa época e somos cientes da realidade (...), sabemos que a Constituição foi respeitada até 1973”.

Essa tentativa de reconstruir o passado também ganhou forma no projeto de lei que buscou uma reparação às vítimas de atos de “grupos ideológicos”. A proposta previa que esse ressarcimento não fosse somente econômico, mas também

por “implantar ou introduzir nos textos de estudo de todos os âmbitos da educação, a verdadeira história, o testemunho dessa gente que foi vítima desse agir”. O texto propunha uma equiparação da violência de grupos armados à violência cometida pelo Estado durante o regime autoritário (VÁZQUEZ; DEL RIO, 2023). No texto, o partido homenageou civis vítimas de grupos ideológicos. O discurso da organização propagava que uma união nacional não seria possível porque ainda eram abordados assuntos que “remetem às décadas de sessenta e setenta” e os “violentos de então foram vitoriosos sobre os que buscavam construir um futuro”. Para Domenech, “os violentos continuaram triunfando, pois, ao chegarem ao governo, acabam cumprindo mandatos extensos”. Rios avaliou que a esquerda “buscava eternizar a fratura na nossa sociedade e fazia correr generosamente os recursos para manter aceso o fogo que ardeu há meio século”. É no antagonismo a estes violentos que o *Cabildo Abierto* construiu sua identidade.

Análise das informações (dados) coletados

Considerando que passou a existir uma oferta de populismo de direita radical, ela só pôde ganhar forma na política institucional devido à demanda canalizada na sociedade uruguaia. Essa afinidade eletiva pôde ser comprovada por meio do comportamento da população acerca de temas relacionados a atitudes populistas. Essa análise atitudinal foi medida por meio de rodadas de *surveys* do Barômetro das Américas, realizadas pelo Lapop entre 2016 e 2023, ou seja, nos anos que antecederam a entrada do *Cabildo Abierto* no sistema político uruguaio, e a sondagem realizada logo após às eleições nacionais de 2019. Para medir o contexto que permite a emergência e as atitudes populistas, optamos por questões relacionadas às dimensões econômica e política e que envolviam temas diretamente relacionados à estrutura ideacional do populismo radical de direita. As tabelas abaixo oferecem um quadro geral sobre a proposta deste artigo.

114

Você considera que sua situação econômica atual é melhor, igual ou pior que a de doze meses atrás?

Respostas	2016	2018	2021	2023
Piorou	31,5%	34,4%	45,9%	37,1%
Estável	48,8%	47,7%	44,3%	44,8%
Melhorou	19,7%	17,9%	9,8%	18,1%

Você se sente muito seguro, pouco seguro, pouco inseguro ou muito inseguro?

Respostas	2016	2018	2021	2023
Muito Inseguro	12,8%	16,5%	11,9%	15,0%
Um pouco inseguro	30,7%	31,2%	31,0%	26,6%
Um pouco seguro	38,2%	34,3%	36,7%	37,2%
Muito Seguro	18,3%	18,0%	20,4%	21,2%

Pensando nos políticos do país, quantos considera que estão envolvidos em corrupção?

Respostas	2016	2018	2021	2023
Nenhum	2,9%	3,5%	6,5%	2,7%
Menos da metade deles	31,7%	25,5%	33,6%	29,9%
Metade deles	25,4%	20,7%	25,6%	26,6%
Mais da metade deles	29,8%	30,5%	26,1%	26,9%
Todos	10,2%	19,8%	8,2%	13,9%

Pode ser que a democracia tenha problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda com essa afirmação?

Respostas	2016	2018	2021	2023
Discorda Totalmente	2%	4,5%	4,5%	3,4%
2	2,2%	2,2%	2,2%	2,4%
3	3,4%	5%	5,7%	5,9%
4	9,9%	12,1%	7,7%	12,8%
5	13,1%	14,5%	19,8%	15,7%
6	18,6%	15,7%	16,3%	17,6%
Concorda Totalmente	50,8%	46%	43,8%	42,2%

115

Você diria que está muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com a forma em que funciona a democracia no seu país?

Respostas	2016	2018	2021	2023
Muito Insatisfeito	5,2%	8,5%	3,6%	5,4%
Insatisfeito	27,2%	32%	14,2%	25,6%
Satisfeito	57,3%	48,7%	62,2%	57,9%
Muito Satisfeito	10,3%	10,8%	19,9%	11,1%

Na sua opinião, se justificaria um golpe de estado pelos militares ante muita delinquência?

Respostas	2016	2018	2021	2023
Não se justifica	74,6%	76,2%	%	79,9%
Se justifica	25,4%	23,8%	%	20,1%

Fonte: Base de dados das ondas de *surveys* do Barômetro das Américas (2016, 2018, 2021 e 2023)

Considerações finais

O presente trabalho buscou entender se o *Cabildo Abierto* pode ser considerado um caso de populismo de direita radical. Para isto, analisamos o partido tendo como referência a definição ideacional de populismo e observamos elementos conjunturais do país, assim como alguns aspectos atitudinais da população. Colocamos em perspectiva sua formação, declarações dos membros e propostas que se relacionam com os assuntos centrais deste tipo de populismo de direita radical num nível mundial.

Assim sendo, um conjunto de achados interessantes nos permitiu compreender melhor o caso uruguaio. Primeiramente cabe destacar que o surgimento de *Cabildo Abierto* coincidiu com a literatura que discute uma reação da direita ante o avanço da esquerda em um contexto de esvaziamento da direita tradicional mais conservadora na América Latina. Esta organização passou a ocupar um espaço que outrora foi reservado por outros partidos ou facções, mas que após a transição democrática foram perdendo espaço. Isto pôde ser observado quando remontamos a origem de seus membros fundacionais e de suas propostas, especialmente em questões de gênero, de justiça transicional e de punitivismo. Estes aspectos aparecem repetidamente em uma série de discursos, seja em audições do partido, seja em intervenções nas câmaras legislativas, deixando clara a visão de mundo do CA.

Uma particularidade do caso uruguaio é que, diferentemente dos seus vizinhos latino-americanos, é que a população tende a não se sentir muito insegura e considera sua situação economicamente estável. Por outro lado, em relação à corrupção, há uma percepção de que ela não é abrangente no meio político, mas existem alguns políticos corruptos, um sentimento que não é generalizado. Os dados revelam que os uruguaios, em sua maioria, consideram a democracia a melhor forma de governo e tendem a estar satisfeitos com ela no país. A maioria também não daria suporte a um golpe de Estado. A partir destes dados, temos um intrigante ambiente que propiciou o surgimento de um partido como CA, já que, desde seu *slogan* até suas propostas, mobiliza valores que não parecem ser os majoritários na população.

Torna-se interessante observar a formação do antagonismo deste partido, uma vez que, apesar de contar com um eleitorado reduzido, revela uma capacidade de mobilizar insatisfeitos com as políticas progressistas realizadas durante o governo da Frente Ampla e impulsionadas por organizações internacionais. Deste modo, o partido populista de direita radical dá sinais de um poder de mobilizar um povo que compartilha sua visão maniqueísta onde os políticos são corruptos, antinacionalistas e “os outros” pretendem minar a identidade e unidade nacional.

A formação do “nós” que este partido defende também é uma novidade. Diferentemente de outros casos na região, como o brasileiro, muito ancorado nos valores evangélicos, o uruguaio se baseia em elementos da história nacional. Apesar de sua relação próxima à Igreja Católica, a agremiação não opera nestes valores. A família, dessa forma, não é relacionada à imagem católica, mas à ideia do “mundo rural”, que também funciona por meio de uma hierarquia patriarcal. Isto lhe permitiu reivindicar um passado nacional reinterpretado em que a nacionalidade se vincula ao militarismo das lutas pela independência e se confunde com os eventos das décadas de 1960 e 1970, ambos momentos em que foi necessário defender a soberania nacional. Ao apresentarmos essa nova organização, tendo como referência um contexto e uma institucionalização específicos, acreditamos que futuros trabalhos poderão comparar os casos da América Latina com outras experiências, assim como aprofundar o uso de métodos quantitativos e qualitativos que permitam observar não somente mais casos, como também mais variáveis que permitam uma compreensão mais bem elaborada das particularidades do populismo no continente.

117

Referências Bibliográficas

AGUILAR, Rosario; CARLIN, Rayan. “Ideational Populism in Chile? A Case Study”. *Swiss Polit Sci Rev*, 23, pp. 404-422, 2017.

BUCHELI, Gabriel. *O se está con la patria o se está contra ella: una historia de Juventud Uruguaya de Pie*. 2. ed. Montevideo: Fin de Siglo, 2020.

BOBBIO, Norberto. *Derecha e Izquierda: Razones y significados de una distinción política*. Madrid: Taurus, 1996.

BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo. “La ola de ultraderecha llega a Uruguay. Latin America’s Far Right Reborn”. *NACLA, Report on the Americas*, v. 56, n.1, 2024.

CAETANO, Gerardo. *El liberalismo conservador*. Genealogías. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2021.

CAETANO, Gerardo; SELIOS, Lucía; NIETO, Ernesto. “Descontentos y «cisnes negros»: las elecciones en Uruguay en 2019”, en *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*, Vol. 21, N° 42, pp. 277 a 311, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependencia y Desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. Siglo XXI Editores, 1969.

CASULLO, Maria; ARAÚZ, Harry. *El populismo en América Central. La pieza clave para comprender un fenómeno global*. Siglo XXI, 2023.

DI TELLA, Torcuato. *Desarrollo económico y populismo en la Argentina*. Amorrortu, 1965.

FORTI, Steven. *Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2021.

GERMANI, Gino. *Política y Sociedad en una época en transición, de la sociedad tradicional a la sociedad de masa*. Buenos Aires: Paidós, 1964.

GOMES, Neto; ALBUQUERQUE, Rodrigo; SILVA, Renan. *Estudos de Caso. Manual Para a Pesquisa Empírica Qualitativa*. Petrópolis. Editora Vozes, 2024.

HAWKINS, Kirk; KASLTWASSER, Cristóbal. “The Ideational Approach to Populism”. *Latin American Research Review*, 2017.

118

IANNI, Octávio. *Formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

Latin American Public Opinion Project (LAPOP). LAPOP. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/>.

LA DIARIA. “La reforma Vivir sin Miedo tuvo su aprobación más alta entre votantes blancos y de Cabildo Abierto”, 28 de octubre de 2019. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/elecciones/articulo/2019/10/la-reforma-vivir-sin-miedo-tuvo-su-aprobacion-mas-alta-entre-votantes-blancos-y-de-cabildo-abierto/>.

LUNA, Juan Pablo; KALTSWASSER, Cristóbal. “Castigo a los oficialismos y ciclo político de derecha en América Latina”. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, [S. l.], v. 30, n. 1, pp. 135–155, 2014. Disponível em: <https://rucp.cienciassociales.edu.uy/index.php/rucp/article/view/482>.

MARTIARENA, Agustina. “A direita reage e se reinventa: a irrupção de Cabildo Abierto no cenário político uruguaio”, 2021. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

- MUDDE, Cas. The populist zeitgeist: Government and Opposition [?], 2005.
- _____. “Populism: An Ideational Approach”, *The Oxford Handbook of Populism*, 2017.
- _____. MUDDE, Cas; ROVIRA. *La ultraderecha hoy*. España: Paidós, 2021.
- KALTWASSER, Cristóbal. *Populismo: Una breve introducción*. Alianza Editorial, 2019.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Nueva York: Cambridge University Press, 2019.
- ROODUIJN, Matthijs. “The nucleus of populism: In search of the lowest common denominator”. *Government and opposition* [?], v. 49, n. 4, pp. 573-599, 2014.
- ROSANVALLON, Pierre. *El siglo del populismo. Historia, teoría, crítica*. Buenos Aires: Manantial, 2020.
- ROVIRA. KALTWASSER, Cristobal. “La ultraderecha en América Latina: definiciones y explicaciones”. *Friedrich-Ebert-Stiftung*, 2023. Disponível em: <https://ultra-lab.cl/index.php>
- PANIZZA, Francesco, (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis [?] Verso (Firm: London, England), London, UK, 2005.
- SANAHUJA, José; LÓPEZ, Camilo. “La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional”. *Conjuntura Austral*, v. 11, n. 55, 2020 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/106956/58612>.
- _____. “Las ‘nuevas derechas’ y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización”. In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo (org.). *Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas*. Madrid: Fundación Carolina, pp. 13-36, 2023.
- SILVA, F. Allana; FREIXO, de Adriano. “Da ‘onda rosa’ à ‘maré azul’: crise e mudança no sistema partidário uruguaio (2005-2019)”. *Revista Mosaico*. Rio de Janeiro, vol.15, nº 24, 2023.
- TANSCHETT, Talita São Thiago. “La ultraderecha en Uruguay: Guido Manini Ríos e Cabildo Abierto”. *Friedrich-Ebert-Stiftung*, 2023. Disponível em: <https://ultra-lab.cl/index.php>.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WEYLAND, Kurt. “Clarifying a Contested Concept”. *Comparative Politics*, 34 (1), pp. 1-22, 2001.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015.

A América Latina resiste? Autoritarismo e Imperialismo através de *O Senhor Presidente* e *Cem Anos de Solidão*

Thiago Madeira¹
ORCID: 0000-0001-6808-734X

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise de dois clássicos do realismo mágico na região latino-americana, *O Senhor Presidente*, do guatemalteco Miguel Ángel Asturias, e *Cem Anos de Solidão*, escrita pelo autor colombiano Gabriel García Márquez, procurando relacionar a trajetória dos autores, assim como suas respectivas obras, com o contexto político-social vivenciados. Neste sentido, procura compreender como é construída a figura dos políticos autoritários e a lógica de poder imperialista na América Latina a partir do conteúdo das obras e do contexto de suas produções, utilizando-se, como ferramentas, conceitos como a “servidão voluntária” do francês Étienne de La Boétie e o “super-homem” de Friedrich Nietzsche, além do uso de fundamentos socioantropológicos latinos, a partir de intelectuais como Darcy Ribeiro, Octavio Ianni, Eduardo Galeano e Claude Lévi-Strauss. Pode-se concluir que tais produções literárias foram fundamentais como uma denúncia alegórica das contradições da modernização e do progresso ocidental, onde a região resiste à sua maneira a um passado que ainda se insiste presente, e onde este, enquanto não superado, é incorporado à realidade da atual identidade latina.

120

Palavras-chave: Literatura. América Latina. Política. Autoritarismo. Arte.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP, é também Mestre em Ciências Sociais (2023) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e possui graduação em Relações Internacionais (2018) pela mesma universidade. Publicou, no ano de 2023, o livro *O Exílio Tropical - Vidas forçadas de artistas brasileiros no exterior* pela Kotter Editorial. Foi integrante do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre os anos de 2017 e 2020. Tem interesse em discussões relacionadas s temáticas do campo das Artes, Cultura e Autoritarismo Político. E-mail: thimaisago@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4132104366069629>

Abstract: This work aims to analyze two classics of *magical realism* in the Latin American region, “The Lord President”, by Guatemalan Miguel Ángel Asturias, and “One Hundred Years of Solitude”, written by Colombian author Gabriel García Márquez, seeking to relate the trajectory of the authors, as well as their respective works, with the political-social context experienced. In this sense, we propose an analysis of the content and context of their productions, using as tools concepts such as “voluntary servitude” by the Frenchman Étienne de La Boétie and the “superman” by Friedrich Nietzsche, in addition to the use of socio-anthropological foundations, based on the collaboration of the thought of intellectuals such as Darcy Ribeiro, Octavio Ianni, Eduardo Galeano and Claude Levi-Strauss. It can be concluded that such literary productions were fundamental as an allegorical denunciation of the contradictions of modernization and Western progress, where the region resists in its own way a past that still insists on being present, and where this, while not overcome, is incorporated into the reality of the current Latin identity.

121

Keywords: Literature. Latin America. Politics. Authoritarianism. Art.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo realizar un análisis de dos clásicos del *realismo mágico* en la región latinoamericana, “El Señor Presidente”, del guatemalteco Miguel Ángel Asturias, y “Cien años de soledad”, escrito por el autor colombiano Gabriel García Márquez, buscando relacionar la trayectoria de los autores, así como sus respectivas obras, con el contexto político-social que vivieron. En este sentido, se propone un análisis del contenido y contexto de sus producciones, utilizando como herramientas conceptos como la “servidumbre voluntaria” del francés Étienne de La Boétie y el “superhombre” de Friedrich Nietzsche, además del uso de términos sociales e antropológicos, a partir de la colaboración del pensamiento de intelectuales como Darcy Ribeiro, Octavio Ianni, Eduardo Galeano y Claude Levi-Strauss. Se puede concluir que tales producciones literarias fueron fundamentales como denuncia alegórica de las contradicciones de la modernización y el progreso occidental, donde la región resiste a su manera un pasado que aún insiste en estar presente, y donde éste, si bien no es superado, se incorpora a la realidad de la identidad latina actual.

122

Palabras clave: Literatura. América Latina. Política. Autoritarismo. Arte.

Introdução

O presente trabalho busca analisar dois clássicos do realismo mágico latino-americano, *O Senhor Presidente*, de Miguel Ángel Astúrias, e *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez. O objetivo é relacionar a trajetória dos autores e de suas obras com o contexto político-social em que foram produzidas. O título é uma alusão à obra *A América Latina Existe?* de Darcy Ribeiro, e a análise procura identificar pontos de convergência na construção do imaginário de progresso, autoritarismo e intervencionismo na região². A análise busca compreender como a figura do político autoritário e a lógica do poder imperialista foram construídas na literatura a partir de obras que se valem de conceitos como “servidão voluntária” de Étienne de La Boétie e “super-homem” de Friedrich Nietzsche. O método adotado é a análise crítica das obras, com foco na interpretação filosófica e na crítica cultural, utilizando fundamentos socioantropológicos de intelectuais como Darcy Ribeiro, Octavio Ianni e Eduardo Galeano (e o Lévi-Strauss?).

O Senhor Presidente e a Denúncia do Autoritarismo

123

Nascido na Cidade da Guatemala, Miguel Ángel Astúrias (1899 – 1974) foi um dos mais influentes escritores latinos, laureado com honrarias como o Prêmio Lenin da Paz no ano de 1965 e o Prêmio Nobel de Literatura em 1967. Deputado e diplomata reconhecido pela defesa de causas vinculadas aos direitos humanos, entre os anos de 1923 e 1933 Astúrias esteve em exílio na cidade de Paris, capital francesa, devido ao regime ditatorial que aplacava (?) seu país. Nesse período, de fundamental influência em sua carreira literária, ele se associou a membros do movimento surrealista, como André Breton, e a outros futuros escritores latino-americanos, como o venezuelano Arturo Uslar Pietri e o cubano Alejo Carpentier.

Nesse período exilado, ele escreve uma de suas obras mais célebres, *O Senhor Presidente*. A obra, no entanto, seria publicada somente 13 anos mais tarde, em 1946, devido à ditadura, agora comandada por Jorge Ubico (1931-1944), que ainda assolava a Guatemala. Esta é uma das obras literárias que marcam o que ficaria conhecido como o início do realismo mágico na América Latina.

² Conforme indica Octavio Ianni, “a figura do ditador é uma das imagens mais frequentes no pensamento latino-americano.” (IANNI, 1983, p. 87)

O realismo mágico foi um movimento artístico e literário situado principalmente na América Latina do século XX, e que tinha como característica combinar elementos que se associam à realidade e à vida cotidiana juntamente com acontecimentos lúdicos e exagerados, naturalmente integrados à narrativa. O movimento também reflete a fusão das diferentes culturas locais de povos originários indígenas e africanos, somadas à modernização europeia e à dura realidade da região.

O livro de Astúrias foi inspirado no governo de Manuel Estrada Cabrera (1898–1920), ditador da Guatemala durante 22 anos e o governante mais longo do país. Esse período foi marcado por um regime autoritário, caracterizado por uma enorme centralização de poder, perseguição a opositores e tortura. “O medo, a insegurança, o pânico que envolvem as pessoas em seu romance, são uma recriação do medo, insegurança e pânico que o povo viveu sob a ditadura de Estrada Cabrera”. (IANNI, 1983, p. 89)

O governo de Cabrera também promoveu a chegada da empresa norte-americana United Fruit Company (UFC), instalada no país a partir de 1901. Com argumentos como “a vinda da modernização e do progresso”, a UFC adquiriu quase o monopólio da exploração de bananas e outras frutas tropicais exportadas na região. A empresa se expandiu não somente pela Guatemala, mas por toda a América caribenha, em países como Panamá, Costa Rica, Equador e Colômbia. A chegada da companhia no início do século XX cunhou a expressão “república das bananas”, que se refere de forma pejorativa a países latinos como submissos ao imperialismo e a essas indústrias transnacionais.

A companhia exportadora, que se tornou a maior proprietária de terras na Guatemala na década de 1930, ao ganhar diversas concessões e privilégios fiscais, exerceu grande influência na América Latina. Ela teve um papel fundamental na forte interferência dos EUA nos países da região, bem como no apoio aos golpes de Estado que se sucederam nesse período. Como aponta Eduardo Galeano:

Desde o princípio do século apareceram também, em Honduras, Guatemala e Porto Rico, os enclaves bananeiros. Para levar o café aos portos, tinham sido construídas algumas ferrovias financiadas com capital nacional. As empresas norte-americanas se apossaram dessas ferrovias e construíram outras, exclusivamente para o transporte de banana desde as plantações, ao mesmo tempo que implantaram o monopólio dos serviços de luz elétrica, correio, telégrafo, telefone,

serviço público e, não menos importante, também o monopólio da política: em Honduras, “uma mula custa mais do que um deputado”, e em toda a América Central os embaixadores dos Estados Unidos presidem mais do que os presidentes. A United Fruit Co. engoliu seus concorrentes na produção e venda de bananas, transformou-se na principal latifundiária da América Central, e suas filiais açambarcaram o transporte ferroviário e marítimo. Tornou-se dona dos portos, dispondo da alfândega e polícia próprias. O dólar se converteu, de fato, na moeda nacional centro-americana. (GALEANO, 2010, p. 128)

Este foi um momento na América Central, no final do século XIX, em que houve uma forte presença de políticos liberais e de um ideário de “modernização”. Quando as elites locais e os proprietários dessas empresas exportadoras de banana e café, sobretudo os da United Fruit Company, não conseguiam chegar a um acordo, as tensões eram resolvidas pelos Estados Unidos, às vezes com intervenções diretas. Um exemplo é o golpe promovido pela CIA na Guatemala em 1954 a pedido da UFC.³

Figura 1 – Emblema da United Fruit Company

125



Fonte: Spycraft 101⁴

³ Ver mais em “Conceitos de RI: República de Bananas, com Roberto Moll | EDCC”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oDXtdDG_Thw&list=WL&index=132&t=28s

⁴ <https://shop.spycraft101.com/products/united-fruit-company-logo-sticker>

O livro expõe as contradições de um Estado autoritário e violento, que se associa à elite burguesa e religiosa dessa sociedade, para se perpetuar no poder. Seu enredo é dividido em três partes (“*Primeira parte* – 21, 22 e 23 de abril”; “*segunda parte* – 24, 25, 26 e 27 de abril”; “*terceira parte* – Semanas, meses, anos...”)), que mostram acontecimentos em um curto espaço de tempo de aproximadamente uma semana.

No romance de Miguel Astúrias, o medo, a insegurança e o pânico que envolvem as pessoas, são uma recriação da insegurança e pânico que o povo viveu sob a ditadura de Estrada Cabrera. Assim, o autor expõe como se tende o desenvolvimento de uma *servidão voluntária*, elaborada por La Boétie, ao mostrar a submissão do povo a um tirano, cuja ascensão ao poder é baseada no medo e na manipulação.

O Senhor Presidente (o qual, ao longo da obra, nunca é referido nominalmente, de modo que, para o leitor, ele é apenas o cargo que ocupa), na obra, utiliza a morte de um coronel leal não para buscar justiça, mas para incriminar um opositor político, o general Canales, e consolidar seu poder.

Para isso, arma um plano em conjunto com aquele tido como seu braço direito, Miguel Cara de Anjo, no qual o *favorito* (assim como Cara de Anjo era conhecido), deveria avisar o tal general que pretendiam matá-lo e apoiá-lo em sua fuga. Ao tentar escapar, Canales seria morto com o alibi da culpa do assassinato do coronel Parrales. Neste momento, Cara de Anjo rapta também a filha do general, Camila, por quem acaba se apaixonando e posteriormente se casando. Os prisioneiros, para os quais o senhor presidente é o único juiz capaz de sentença válida, para que confessassem algo que corroborasse aos interesses do governo (como, por exemplo, forçar os mendigos da catedral a testemunharem contra o general Canales), eram colocados em situações de tortura física e psicológica, em condições indignas de alimentação, saúde e cuidados básicos.

No capítulo XVIII – “CONVERSA À SOMBRA” – um diálogo entre o advogado Carvajal, também incriminado por envolvimento no assassinato do coronel Sonriente, um estudante e um sacristão, todos prisioneiros acusados de conspiração contra o regime totalitário e próximos de serem levados a fuzilamento, sintetiza seu desencantamento social e a falta de perspectiva por um julgamento justo:

–...Não há esperança de liberdade, amigos; estamos condenados

a suportar isso até que Deus queira. Os cidadãos que ansiavam pelo bem da Pátria estão longe; uns pedem esmolas em casa alheia, outros apodrecem a terra em vala comum. Um dia desses as ruas irão se fechar horrorizadas. As árvores já não dão frutos como antes. O milho já não alimenta. A água não mais refresca. O ar se faz irrespirável. As pragas se seguem às pestes, as pestes, às pragas, e não vai demorar que o terremoto acabe com tudo. Meus olhos verão, porque somos um povo maldito! **As vozes do céu gritam para nós quando troveja: “Gente vil, imunda, cúmplice da iniquidade!”**. Nas paredes das prisões, centenas de homens deixaram seus miolos explodidos por balas assassinas. **Os mármores do Palácio estão úmidos do sangue de inocentes. Para onde voltaremos o olhar em busca de liberdade?** (ASTÚRIAS, 2016, p. 259, grifo meu)

Neste sentido, no qual a América Latina é construída em um contexto servil aos interesses estrangeiros e de submissão aos seus governantes autoritários, em que o filósofo Étienne de La Boétie questiona o porquê de uma aparente aceitação popular à opressão tirânica, frente à força que estes poderiam ter caso se unissem contra àqueles que os colocam em situação de subserviência.

É natural no homem o ser livre e o querer sê-lo; mas está igualmente na sua natureza ficar com certos hábitos que a educação lhe dá.

Diga-se, pois, que acaba por ser natural tudo o que o homem obtém pela educação e pelo costume; mas da essência da sua natureza é o que lhe vem da mesma natureza pura e não alterada; assim, a primeira razão da servidão voluntária é o hábito: provam-no os cavalos sem rabo que no princípio mordem o freio e acabam depois por brincar com ele; e os mesmos que se rebelavam contra a sela acabam por aceitar a albarda e usam muito ufanos e vaidosos os arreios que os apertam.

Afirmam que sempre viveram na sujeição, que já os pais assim tinham vivido. Pensam que são obrigados a usar freio, provam-no com exemplos e com o fato de há muito serem propriedade daqueles que os tiranizam.

Mas a verdade é que os anos não dão o direito de se praticar o mal, antes agravam a injúria. (LA BOÉTIE, 2006, p. 29)

Adiante na história, em uma festa promovida para angariar apoio e prestígio da burguesia local, – descrita no capítulo XXXVII – “O BAILE DE TOHIL”⁵ – à época das eleições, evoca-se aqui, em um discurso inflamado, o

⁵ Tohil é o deus da chuva na mitologia Maia-Quiché.

conceito de ‘super-homem’ de Nietzsche sendo, de maneira extremamente deturpada, apropriado pela propaganda do regime. No ‘Baile de Tohil’, o ditador é louvado como um ser superior, um ‘enxerto quase divino’ que aperfeiçoa a democracia. No entanto, a obra expõe a hipocrisia dessa figura, revelando-o como um tirano paranoico e vingativo, incapaz de lealdade até mesmo ao seu braço direito.

O discurso ainda exalta, em um contexto de um período entreguerras, de crise e tensionamentos no continente europeu, a possibilidade nas Américas de um espaço que reine um governo que privilegie os interesses de uma elite preocupada unicamente com a manutenção de seus privilégios. “(...) A Democracia acabou com os Imperadores e os Reis na velha e fatigada Europa, mas, é preciso reconhecer, e reconhecemos, que transplantada à América sofre o enxerto quase divino do Super-homem e dá textura a uma nova forma de governo: a Super-democracia”. (ASTÚRIAS, 2016, p. 322)

É neste mesmo baile que o presidente, tomando conhecimento do que consideraria uma traição por parte de seu então *favorito*, que se envolveria com a filha de seu inimigo Canales, o armaria um fim trágico.

Miguel Cara de Anjo seria enviado em uma missão aos Estados Unidos para descobrir se autoridades locais estariam considerando retirar o apoio à sua reeleição no país. “Refiro-me aos que tentam influenciar a opinião norte-americana a fim de que Washington me retire seu apoio. (...) Preciso que vá e me informe o que está acontecendo”. (ASTÚRIAS, 2016, p. 324) Ao desembarcar do trem, em direção ao navio que o levaria à América do Norte, Miguel seria sequestrado pelo próprio exército oficial. Considerado desaparecido, seria levado à prisão e à tortura até seus últimos dias em um calabouço.

Sobre essa relação ao fio da navalha entre os tiranos com até mesmo seus subordinados mais próximos, o francês Étienne de La Boétie reflete que:

Quanto ao tirano, nem os próprios **favoritos** podem ter confiança nele, pois aprenderam por si que ele pode tudo, que não há direitos nem deveres a que esteja obrigado, a sua única lei é a sua vontade, não é companheiro de ninguém, antes é senhor de todos. Quão dignos de piedade, portanto, são aqueles que, perante exemplos tão evidentes, face a um perigo tão iminente, não aprendem com o que outros já sofreram! (LA BOÉTIE, 2006, p. 53, grifo meu)

Neste sentido, *O Senhor Presidente* é um romance que sintetiza alegoricamente o contexto do autoritarismo político latino-americano, expõe e denuncia as consequências de um estado violento que caracterizou boa parte dos países da região ao longo do século XX, contando com o intervencionismo norte-americano e das elites locais. Através de sua narrativa, o livro expõe as atrocidades de um regime ditatorial, e mostra como as relações sociais são afetadas, transformando culturalmente a sociedade em um espaço marcado pela desconfiança e pelo isolamento.

***Cem Anos de Solidão* e o Imperialismo Econômico e Cultural**

O colombiano Gabriel García Márquez (1927 – 2014), também conhecido pelo apelido “Gabo”, atuou como jornalista, político e ativista e foi um dos escritores latinos do século XX que angariou maior prestígio ao redor do globo. No ano de 1972 recebe o Prêmio Internacional Neustadt de Literatura, e posteriormente, em 1982, o autor receberia também o Prêmio Nobel de Literatura.

Seu avô participaria (?) da Guerra dos Mil Dias, conflito que ocorreu entre 1899 e 1902, resultando na morte de mais de 100 mil pessoas e na perda territorial da região que se tornaria o Panamá independente. No ano de 1955, Márquez, assim como Astúrias, vai morar em Paris, o que propicia o contato e a influência de artistas de vanguarda e autores como Franz Kafka. Essa mistura de influência entre as histórias da tradição familiar/local, e seu contato com as vanguardas europeias, seriam de fundamental impacto na construção da identidade destes artistas.

Cem Anos de Solidão, obra de García Márquez tida como uma das principais responsáveis por popularizar o realismo mágico latino americano ao resto do mundo, foi publicada pela primeira vez em maio do ano de 1967. Seu enredo se dá a partir da união de José Arcádio Buendía e Úrsula Iguarán, primos que se casam e têm três filhos de sangue (José Arcádio, Amaranta e Aureliano) e uma filha adotiva (Rebeca).

O casal enfrenta inicialmente resistência frente ao desejo de terem filhos, uma vez que uma história contada através de gerações fomenta o medo de que a *relação de parentesco de ambos* faça com que sua prole nasça com partes de animais. Neste sentido, onde “seus próprios parentes trataram de impedir [que

procriassem], tinham o temor de que aqueles saudáveis expoentes de duas raças secularmente entrecruzadas passassem pela vergonha de engendrar iguanas”. (MÁRQUEZ, 2022, p. 27)

José Arcádio e Úrsula decidem partir da aldeia em que habitam juntamente de outros jovens companheiros, em uma empreitada a um lugar tão distante que não precisassem carregar as histórias e os medos de seus antepassados. Exaustos de uma longa peregrinação por terras inabitadas, José Arcádio decide por fundarem Macondo, comunidade cujo nome sem significado obtém através de um sonho. A princípio isolados em uma região nas Américas, o mundo a eles era tão recente que “muitas coisas ali nem tinham ainda sido nomeadas”.

Os desdobramentos sofridos na estrutura das sete gerações dos membros da família Buendía, se atrelam às alterações sociais com as diversas intervenções em torno da comunidade, através de uma narrativa que envolve os mitos das culturas regionais, a tradição e o modo de vida local impactados com a chegada de um Estado que passa a reivindicar como seu o que ali foi construído, assim como com a interferência civilizatória advinda da Europa e da América do Norte.

130

A partir de uma ideia que se relaciona com o conceito de *eterno retorno*, advinda da filosofia de Nietzsche, basicamente todos os Buendía estão fadados à repetição da personalidade e dos conflitos não superados pelas gerações anteriores (os repetidos nomes dados àqueles que vão nascendo simbolicamente demarca isso), no qual todos amargam como destino à solidão, à morte ou à loucura.

A exemplo do primeiro morador de Macondo, José Arcadio Buendía, que de um homem que se demonstra fascinado pela ciências e pela tecnologia, se isolando do novo mundo que ele mesmo ajudou a conceber para se aprofundar nos mistérios da alquimia junto ao cigano Melquíades, tem um final de um personagem desolado e desconectado da realidade, também em um forte diálogo com a obra, Etienne de La Boétie sintetizaria em seu ensaio que “(...) a alienação é demasiado doce (como um refrigerante) e a liberdade demasiado amarga, porque está demasiado próxima da solidão. E da loucura”. (LA BOÉTIE, 2006, p. 3)

Ao longo dos anos, a região cada vez mais se moderniza, ampliando sua estrutura, e, através de moedas de ouro, solidifica o comércio local. Acompanhando o ritmo desta evolução, Ursula decide ampliar a casa da família que também continua a aumentar. Pietro Crespi, personagem-símbolo destas mu-

danças, é o responsável pela entrega de um piano que agora incorpora a residência dos Buendía. Ao se apaixonar por Rebeca, o italiano migra em definitivo da sociedade europeia para Macondo, e instala um comércio local de instrumentos musicais, que carregam consigo os símbolos da cultura do Ocidente.

Rebeca, porém, troca Pietro ao se apaixonar pelo irmão, José Arcádio. É neste sentido que, em outro caso de relação intrafamiliar dos Buendía, o casamento que se dá entre os irmãos é recebido pelo entorno de forma extremamente negativa, como sendo este um movimento fora da “ordem natural do mundo”. Novamente, observa-se como a relação incestuosa é compreendida como não pertencente às “leis naturais” e às “leis dos homens”, provocando a rejeição e a repulsa social.⁶ Nas palavras do noivo traído de Rebeca, Pietro Crespi, o ato seria algo “contranatural”, o qual “a lei proíbe”. (MÁRQUEZ, 2022, p. 105) Depois de ser trocado pela ex-companheira, Crespi apaixona-se novamente por outra filha do casal Buendía. Ao ter seu pedido de casamento negado e seu amor rejeitado por Amaranta, o italiano tem o suicídio como fim.

Adiante na história, chega a Macondo junto da esposa e filhas o delegado Dom Apolinar Moscote, autoridade do governo que tem a missão de representar a lei e a defesa da ordem. Contrariando àqueles que construíram a comunidade com suas próprias mãos, o delegado logo é visto como inimigo ao querer pintar a faixa das casas de azul, cor que representa o governo conservador. Aureliano, filho do casal Buendía, se apaixona pela filha mais nova do algoz, Remédios Moscote.

Selando a paz entre ambas as famílias, Dom Apolinar concede a mão de Remédios a Aureliano, com a condição de um casamento entre ambos. É neste contexto que somos apresentados ao padre Nicanor, quem introduz religiosidade e os valores da cristandade no povoado. Simbolicamente, temos a construção de uma igreja, onde Aureliano José, filho bastardo de Aureliano, seria então batizado.

Com a morte pós-parto de Remédios, em uma conversa com o então genro Aureliano, Dom Apolinar reforçaria o pedido ao agora viúvo para que

⁶ A ideia do mito do incesto, elaborada pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908 – 2009), em sua obra *As Estruturas Elementares do Parentesco*, analisa como a proibição do incesto é necessária para que se projete para fora do grupo natural as irmãs e filhas da família e estabeleçam-se, a partir de tal, laços de aliança social. A proibição, desta maneira, está diretamente vinculada com a produção da cultura e da vida do homem em sociedade. (LÉVI-STRAUSS, 1982)

“Torne-se a casar, Aurelito’, dizia o sogro. ‘Tenho seis filhas para você escolher’”. (MÁRQUEZ, 2022, p. 108) Há, deste modo, a intenção de reforçar a união entre as famílias Buendía e Moscote, como aponta Lévi-Strauss. Para o antropólogo, os homens estão se comunicando através da *troca de mulheres*, estabelecendo assim os vínculos de parentesco.

Devido aos abusos de poder do regime conservador, envolvendo a adulteração nas primeiras eleições de Macondo, Arcádio e outros fundadores do povoado passam a integrar o grupo revolucionário que representa o Partido dos Liberais. Aureliano, que até então era o braço direito de Dom Apolinár Moscote, depois de testemunhar a corrupção do regime conservador, vira de lado, e toma o poder do povoado ao lado dos liberais.

Com a chegada do exército e das autoridades de governo na região, uma série de conflitos começam a emergir. Durante o período em que Macondo esteve envolvida em guerras, “certas mães enviavam as filhas aos dormitórios dos guerreiros mais notáveis para, conforme elas mesmas diziam, aprimorar a raça” (MÁRQUEZ, 2022, p. 139), o que pode ser compreendido como tentativa de evocar um certo *evolucionismo social*. Esta noção da ideia de *raças* foi popularizada por Arthur de Gobineau em seu *Essai sur l'inégalité des races humaines*⁷ (1853/55), no qual o diplomata francês toma partido a favor da tese segundo a qual a humanidade poderia ser dividida em várias raças distintas, as quais seriam passíveis de serem tratadas em uma base hierárquica.

É dentro deste contexto que Levi-Strauss publica seu texto “Raça e História”, no ano de 1952⁸. O autor compreende que o progresso não é patrimônio de uma única cultura, mas o resultado da colaboração voluntária ou involuntária de diversas culturas. Neste sentido, a série progressiva só acontece em regime de *coligações culturais*, onde, através das trocas, guerras e anexações, as diversidades culturais se uniriam para formar um conjunto.

“[...] todo *progresso* cultural é função de uma coligação entre culturas. Essa coligação consiste na partilha (consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntária, intencional ou acidental, desejada ou imposta) das *chances* que cada cultura encontra em seu

⁷ Em tradução para o português, “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”.

⁸ Este texto foi escrito por encomenda da UNESCO, a organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, como parte de uma coleção cujo objetivo era combater o racismo científico, no qual Gobineau ajudou a dar força ideológica.

desenvolvimento histórico; enfim, admitimos que essa coligação é bem mais fecunda quando ela se estabelece entre culturas mais diversificadas.” (LEVI-STRAUSS, 1976, p. 363)

A partir das diversas interferências externas em Macondo, com a chegada de povos ciganos, de alquimistas, agentes do governo, soldados europeus e principalmente com o contexto da guerra para a disputa do poder político entre os conservadores e os rebeldes liberais, o povoado se torna, de acordo com a *teoria probabilística*, uma sociedade com alto grau de temperatura histórica. Para Strauss, quanto maior o encontro entre culturas diferentes, maior a probabilidade de aumento de sua aceleração histórica. (LÉVI-STRAUSS, 1976)

Assim, a articulação dessas diferentes culturas na comunidade levou a uma forma acumulativa de história, resultado de um jogo que se estabeleceu no contato entre várias sociedades, culminando nas constantes mudanças em Macondo. “Para Lévi-Strauss, o progresso é um jogo e a história humana é o resultado das apostas dos vários jogadores (que são as diversas culturas). Esse jogo somente ocorre se houver a diversificação.”⁹

É também a partir de uma ideia deturpada em defesa de um “progresso” social que, no livro de García Márquez, a região começa seu declínio: com a chegada da Companhia Bananeira, empresa que tinha por objetivo a extração e a exportação das bananas em Macondo, uma atividade que a princípio parece gerar um surto de prosperidade, empregos e modernização.

A sua chegada é uma *alegoria do imperialismo econômico* descrito por Eduardo Galeano. O controle da empresa sobre a economia e a imposição de um estilo de vida segregado não são apenas elementos narrativos, mas uma representação simbólica de como as companhias transnacionais manipulavam os países latino-americanos.

A Companhia impõe uma separação rígida entre os estrangeiros e os locais, que se reflete em uma nova arquitetura local, com bairros distintos para os executivos estrangeiros e para os trabalhadores da empresa, por exemplo. A história também evidencia as paupérrimas condições de trabalho dos empregados, o que motiva José Arcádio Segundo a promover uma greve, que acabaria em um massacre pelas forças policiais que, no conflito, matariam a tiro os manifestantes.

⁹ CABRAL, João Francisco Pereira. “A diversidade cultural em Lévi-Strauss”. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-diversidade-cultural-levi-strauss.htm>. Acesso em 27 de novembro de 2022.

O massacre, embora negado oficialmente, torna-se um evento decisivo, pois marca a decadência de Macondo e simboliza a destruição de parte da cultura local pelo poder do imperialismo econômico.

Fernanda regressou a Macondo num trem protegido por policiais armados. Durante a viagem notou a tensão dos passageiros, o aparato militar nos povoados da linha e o ar rarefeito pela certeza de que alguma coisa grave ia acontecer, mas careceu de informação até que chegaram a Macondo e lhe contaram que José Arcádio Segundo estava incitando os trabalhadores da Companhia Bananeira a fazerem greve. (MÁRQUEZ, 2022, p. 320)

O Massacre das Bananeiras foi um acontecimento real que inspirou a versão fictícia do livro. Ocorreu em 6 de dezembro de 1928, na cidade de Aracataca, Colômbia. O governo do conservador Miguel Mendéz enviou o exército para acabar com uma greve dos trabalhadores da United Fruit Company, que reivindicavam por melhores condições de trabalho. O número de mortos é desconhecido, mas estimativas falam em cerca de 2.000 vítimas. O governo à época encobriu o massacre. Sobre todas as mazelas sociais que a exploração de bananas pela UFC causou no Caribe, Eduardo Galeano sintetizaria que:

O *Corão* menciona a bananeira entre as árvores do paraíso, mas a *bananização* da Guatemala, Honduras, Costa Rica, Panamá, Colômbia e Equador permite suspeitas de que se trata de uma árvore do inferno. Na Colômbia, a United Fruit já se tornara dona do maior latifúndio do país quando, em 1928, eclodiu uma grande greve na costa atlântica. Os trabalhadores bananeiros foram aniquilados a tiros, na frente de uma estação ferroviária. Um decreto oficial tinha sido publicado: “Os homens de força pública estão autorizados a castigar pelas armas...”, e depois não houve necessidade de editar nenhum decreto para apagar a matança da memória oficial do país. (GALEANO, 2010, p. 130)

134

Contestando a propensão à sujeição voluntária na qual La Boétie propõe, já aqui mencionada anteriormente, as reflexões do sociólogo brasileiro Octavio Ianni questionam tal ideia, uma vez que, para ele: “Apesar de padecer a tirania, medo, tortura, terror, o povo reage, retrabalha e recria a tirania a seu modo. Diante da força, brutalidade e boçalidade do ditador e seu bando, o povo luta tanto prática, quanto imaginariamente”. (IANNI, 1983, p. 100) É neste sentido que as revoltas presentes nestas obras mostram o poder popular para, mesmo frente ao massacre e à violência, conjecturar uma nova realidade e provocar o

avanço da história nesta direção. Apesar do esforço da tirania para o apagamento de determinadas memórias latinas, (?)

Se em *O Senhor Presidente* há um foco em uma denúncia ao caráter repressivo dessa sociedade, por sua vez, em *Cem Anos de Solidão*, soma-se a isso a imposição de uma forma de vida alinhada com os valores sociais e políticos europeus e norte-americanos em benefício próprio, sendo pedra fundamental que marca a construção da identidade das comunidades latinas. Assim, novamente conforme o pensamento de Octavio Ianni: “Sob várias formas, a literatura reage à tirania, trabalhando-a em todas as suas implicações. Em lugar de negá-la, ou apenas combatê-la, examinando-a por fora, afirma-a. Trabalhando a tirania por dentro, levando-a às suas consequências necessárias e ocasionais, lógicas e insólitas, trágicas e grotescas”. (IANNI, 1983, p. 88)

Abaixo, a obra do muralismo mexicano de Diego Rivera¹⁰ ajuda a sintetizar o conluio das elites locais e as forças militares, com o simbólico aperto de mão do empresário e os oficiais do exército, ao centro do quadro. O intervencionismo norte-americano é retratado através da exploração dos latinos que carregam os grandes sacos de banana da United Fruit Company em direção ao navio que tem como destino os Estados Unidos da América. Evidencia-se ainda os vínculos deste esquema com a religião católica cristã, com a figura de um padre à direita da pintura, em detrimento de uma população massacrada, onde, enquanto alguns tentam se rebelar, outros se encontram deitados em sangue na parte inferior da imagem.

¹⁰ Diego Rivera (1886–1957) foi um dos mais importantes artistas do México e uma figura central no movimento do muralismo mexicano, que buscava retratar a história, a cultura e as lutas sociais do país através de grandes murais públicos. Rivera é amplamente reconhecido tanto por suas contribuições artísticas quanto por seu impacto político e cultural.

Figura 2 – *Gloriosa Victoria*, de Diego Rivera (1954)

Fonte: Wikipedia¹¹

Considerações Finais

Conclui-se que as obras analisadas colaboram significativamente para a compreensão da aliança entre as forças armadas e as elites locais com os interesses do capital estrangeiro. Elas também evidenciam a repetição desse vínculo com o passado colonial.

Utilizando uma linguagem vanguardista, que define uma concepção estética fundamentalmente latina, ambas as produções serviram como uma denúncia alegórica das contradições da modernização e do progresso ocidental no contexto latino que continua se perpetuando até os dias atuais onde, ainda, a região é altamente dependente do setor agrícola, sendo um mercado fundamentalmente exportador dessas *commodities* no contexto internacional, possui ainda uma elite agrícola econômica e ideologicamente muito atrelada aos interesses estrangeiros.

A região ainda resiste, à sua maneira, a um passado que insiste em estar presente e que, enquanto não superado, é incorporado à realidade atual das “veias ainda abertas da América Latina”.

¹¹ https://en.wikipedia.org/wiki/Glorious_Victory

Referências

- ASTURIAS, Miguel Ángel. *O Senhor Presidente*. São Paulo: Mundaréu, 2016.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- IANNI, Octavio. **Revolução e Cultura**. Coleção Retratos do Brasil, v. 163. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso sobre a servidão voluntária**, Fonte Digital: L.C.C. Publicações Eletrônicas, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco** (tradução de Mariano Ferreira). Petrópolis: Vozes, 1982.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e História”. In: **Antropologia estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem Anos de Solidão**. 128ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém (Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. **A América Latina Existe?** Brasília: Editora UNB, 2010.

Ética dos afetos em tempos de violências e autoritarismo: em defesa do útil comum

Elisa Harumi Musha¹
ORCID: 0000-0003-3639-2125

Resumo: Considerando o atual contexto histórico, marcado pela onda do discurso de ódio, intolerância para com imigrantes e ascensão da extrema-direita no mundo, este artigo tem como objetivo apresentar um tripé crítico da superstição, do progresso e da servidão sob a perspectiva da ética dos afetos, proposta pelo filósofo holandês do século XVII Baruch Espinosa. Para tanto, foi realizada uma interlocução entre a crônica “Mineirinho”, escrita por Clarice Lispector, e a metáfora “Angelus Novus”, sobre o anjo da história, criada por Walter Benjamin. O artigo conclui que é necessário lutar por uma outra concepção de passado que tenha no horizonte uma razão que antecipe nossa raiva e nosso inconformismo, pois, em um contexto marcado pela falta da capacidade de raiva e de espanto diante da realidade, perdemos a bússola ético-política.

138

Palavras-chave: Baruch Espinosa. Ética dos afetos. Autoritarismo. Progresso.

¹ Psicóloga graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), especialista em Psicologia Hospitalar em Hospital Geral pelo Instituto Central do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP) e doutora em Psicologia Social pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP). Atuou como membra da Comissão Gestora do Conselho Regional de Psicologia da Subseção do Grande ABC (2017-2019), coordenadora do curso de Psicologia da Anhanguera Unidade Vila Mariana (2021) e foi membra no Núcleo Docente Estruturante (NDE) das Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (2017-2020). Atualmente é membra da Associação Brasileira de Psicologia Social/Núcleo São Paulo (ABRAPSO-SP); desenvolve a coordenação do Grupo de Escuta para reflexão crítica e práticas de cuidados psicossociais aos/as estudantes de psicologia na UPM e pesquisadora no Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin) da PUC-SP. Atua como professora do ensino superior, supervisora e psicóloga clínica (CRP: 06/11886-8). Linhas de Pesquisas: Psicologia da Saúde e Psicologia da Educação, dentro das quais orienta PIBIC, PIVIC e TCC. E-mail elisa.hmusha@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5752789285769949>

Abstract: Considering the current historical context, marked by the wave of hate speech, intolerance towards immigrants, and the rise of the far right worldwide, this article aims to present a critical tripod of superstition, progress, and servitude from the perspective of the ethics of affects, proposed by the 17th-century Dutch philosopher Baruch Spinoza. To this end, an interlocution was made between the chronicle “Mineirinho” by Clarice Lispector and the metaphor “Angelus Novus” about the angel of history, created by Walter Benjamin. The article concludes that it is necessary to fight for another conception of the past that has on the horizon a reason that anticipates our indignation and our discontent, since, in a context marked by the lack of capacity for indignation and astonishment in the face of reality, we have lost our ethical-political compass.

139

Keywords: Baruch Spinoza. Ethics of affects. Authoritarianism. Progress.

Resumen: Al tener en cuenta el contexto histórico actual, marcado por la ola de discurso del odio, la intolerancia a los inmigrantes y el ascenso de la extrema derecha en el mundo, este artículo tiene como objetivo presentar un trípode crítico de la superstición, el progreso y la servidumbre desde la perspectiva de la ética de los afectos, propuesta por el filósofo holandés del siglo XVII Baruch Espinosa. Para ello, se estableció un diálogo entre la crónica “Mineirinho”, escrita por Clarice Lispector, y la metáfora “Angelus Novus” sobre el ángel de la historia, creada por Walter Benjamin. El artículo concluye que es necesario luchar por otra concepción del pasado que tenga en el horizonte una razón que anticipe nuestra ira y nuestro descontento, pues, en un contexto marcado por la falta de capacidad de ira y de asombro ante la realidad, hemos perdido la brújula ético-política.

140

Palabras clave: Baruch Espinosa. Ética de los afectos. Autoritarismo. Progreso.

O progresso técnico teve isto de retrógrado: esqueceu-se completamente do fim a que se propusera, ou devia ter-se proposto. Acabou com qualquer veleidade de amar a vida, que ele tornou muito confortável, mas invisível. Fez-se numa escala de massas, esquecendo-se do indivíduo, e nenhuma central elétrica de milhões de kw será capaz de produzir aquilo de que precisamente cada um de nós carece na cidade excessivamente iluminada: uma certa penumbra. O progresso nos dá tanta coisa, que não nos sobra nada nem para pedir nem para desejar nem para jogar fora. Tudo é inútil e atrapalhador. A ilha sugere uma negação disto (Andrade, 2020, p. 17).

Introdução

A fim de refletir sobre o atual contexto histórico, marcado pela onda do discurso de ódio, intolerância para com imigrantes e ascensão da extrema-direita no mundo, que culminam na perpetuação de uma cultura da violência em seus diferentes aspectos (sociais, econômicos, culturais, históricos e políticos), este texto se propõe apresentar um tripé crítico da superstição, do progresso e da servidão pela perspectiva da ética dos afetos com base na filosofia monista de Espinosa. Além de realizar uma interlocução entre a crônica “Mineirinho”, escrita por Clarice Lispector (1999), e a metáfora “Angelus Novus” sobre o anjo da história, criada por Walter Benjamin (2022).

141

Ao discorrer sobre a cultura da violência, faz-se importante retomar a origem da palavra “violência” que, de acordo com Chauí (2017), vem do latim *vis*, força, e que significa um ato de brutalidade, desumanidade e abuso físico e/ou psíquico contra alguém com relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. Na violência está presente a “ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro” (Chauí, 2017, p. 36), sendo sua manifestação mais evidente a prática do genocídio e de *apartheid*. Ora, se é isso a violência, fica evidente que ela se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos.

No início de 2021, uma reportagem do G1 alertou para um dado alarmante: os grupos neonazistas cresceram 270% no Brasil em apenas três anos. Segundo a pesquisadora Adriana Dias, tais grupos partilham traços comuns

— “começam com o masculinismo, ou seja, o ódio ao feminino e, por isso, a masculinidade tóxica. Eles têm antissemitismo, ódio a negros, a LGBTQIAP+, a nordestinos, a imigrantes e negam o Holocausto” (G1, 2021). Esse retrato evidencia a disseminação de afetos destrutivos que se enraízam na sociedade e se manifestam como formas múltiplas de violência. Diante desse cenário, torna-se urgente desnaturalizar a violência, buscando compreender suas causas e efeitos para, assim, vislumbrar possibilidades éticas e políticas de transformação.

É nesse horizonte que o pensamento de Espinosa reconheceu que os seres humanos estão adoecidos pelas paixões tristes — afetos como o medo, o ódio e a inveja, que diminuem nossa potência de agir e nos mantêm em servidão. Essa formulação propõe uma ética que implica a passagem das paixões tristes às alegres, o que significa romper com a lógica da violência e afirmar a liberdade como exercício coletivo de vida. Nesse sentido, o esforço individual para não ser afligido pelo ódio implica também o empenho para que os outros não o sejam — trata-se, portanto, de uma ética da coexistência e da interdependência.

Tal perspectiva se articula com os desafios contemporâneos enfrentados pelos Direitos Humanos, cuja força reside em afirmar o valor da vida em todas as suas dimensões — humanas e não humanas — e em sustentar a indivisibilidade dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Reafirmar esse compromisso ético exige recuperar a capacidade de indignação e de espanto diante da injustiça, sem a qual perdemos nossa bússola ético-política.

É justamente essa tarefa de reavivar a consciência histórica que Walter Benjamin propõe ao nos convocar a resgatar o passado como campo de luta e de esperança. Para ele, “só possui o dom de fazer faiscar no passado a chispa da esperança aquele historiador que está convencido de que mesmo os mortos não estarão a salvo do inimigo, se este vencer — e esse inimigo não parou de vencer” (1987, p. 224). Assim, pensar a violência à luz de Espinosa e Benjamin é refletir sobre as condições que nos tornam cúmplices ou resistentes à barbárie. É, ao mesmo tempo, um exercício de razão e de amor, de crítica e de esperança — uma aposta na potência ética da vida e na possibilidade de construir outras formas de convivência.

Ética dos afetos: compreender para romper o ciclo da violência

Esta primeira parte do texto tem o papel de explicitar a base filosófico-epistemológica sobre a ética dos afetos proposta por Baruch Espinosa, filósofo holandês do século XVII. Ele que, para se sustentar, trabalhou como polidor de lentes, era filho de família judia que fugiu da inquisição de Portugal e que, aos 24 anos, foi expulso e repudiado pela sociedade judaica – deixando de ser Bento... *Benedictus* (nome em latim), para ser taxado pela comunidade como *Maledictus*. Nas palavras de excomunhão promulgada pela comunidade judaica portuguesa de Amsterdã em 1656: “... maldito seja de dia e maldito seja de noite, maldito seja o seu levantar e maldito seja o seu deitar, maldito ele em seu sair e maldito ele em seu entrar” (Chauí, 1995, p. 7).

Espinosa tinha 37 anos quando escreveu o livro *Tratado teológico-político* (2003), em que disse:

Se, em todas as circunstâncias, os homens pudessem decidir com segurança, ou se a sorte lhes fosse sempre favorável, jamais seriam vítimas da superstição. Mas como se encontram frequentemente perante tais dificuldades que não sabem que decisão hão-de-tomar, e como os incertos benefícios da sorte que desenfreadamente cobiçam os fazem oscilar, a maioria das vezes, entre a esperança e o medo, estão sempre prontos a acreditar seja no que for (...). A que ponto o medo ensandece os homens! O medo é a causa que origina, conserva e alimenta a superstição (...). Não há nada mais eficaz que a superstição para governar as multidões (Espinosa, 2003, p. 5).

143

A citação reflete sua crítica às formas como as crenças religiosas foram manipuladas para afirmar a superioridade ou a importância especial de certos indivíduos ou grupos. Essa é uma obra crucial na filosofia de Espinosa, onde ele critica a superstição e defende uma visão mais racional e crítica da religião; ressaltou a diferença entre filosofia e teologia como antagônicas, pois são decorrentes da modalidade diversa das práticas que suscitam: a filosofia é exercício intelectual da liberdade, e a teologia, obediência a dogmas.

Dando continuidade ao livro citado acima, especialmente no Capítulo 4, Espinosa discute como a filosofia e a religião abordam a natureza do homem e seu lugar no universo. Ele nos alertou para a visão tradicional que vê o ser humano como uma entidade separada e distinta do resto da natureza, uma visão

que concebe “(...) o homem na natureza como um império num império” (E III, prefácio). É uma forma de rejeitar a ideia de que os seres humanos têm um status especial ou separado na ordem natural. Em vez disso, argumenta que tudo deve ser entendido como parte de uma única substância ou ordem natural, onde todas as coisas estão interligadas e seguem as mesmas leis universais. Esta crítica está alinhada com a visão de que Deus e a natureza são uma e a mesma coisa (*Deus sive Natura/Deus ou a natureza*), e que a perspectiva humana não deve sobrepor ou distorcer essa unidade fundamental.

Espinosa auxilia na leitura de nossa sociedade, pois suas ideias sobre política e ética constituem campos diretamente relacionados com os modos de vida que se conectam à ideia de imanência, qual seja, a coexistência e inseparabilidade entre o ser, o agir e o existir (Chauí, 2006). Além de criar uma filosofia anti-hierárquica, pois supera a existência de uma entidade abstrata, perfeita em relação à existência e separada dela, também não existe uma perfeição ideal, da qual a existência seria apenas uma cópia imperfeita, e que, ao final, abre espaço para flexões morais pautadas em valores transcendentais. Com esta base que Espinosa faz a afirmação surpreendente de que “por realidade e por perfeição compreendo a mesma coisa” (Espinosa, *Ética II*, def. 6).

144

O conhecimento pretendido reclama esforço e persistência de acordo com a sentença expressa no final da *Ética* (2009), na qual ficam patentes a aspereza, a preciosidade e a raridade da experiência do verdadeiro conhecimento das coisas.

A capacidade de afetar e de ser afetado pode ser entendida por dois principais afetos: a alegria e a tristeza. Afirma Espinosa que:

A alegria é a passagem do homem de uma perfeição menor para uma maior. A tristeza é a passagem do homem de uma perfeição maior para uma menor. Explicação. Digo passagem porque a alegria não é a própria perfeição. Pois se o homem já nascesse com a perfeição à qual passa, ele a possuiria sem ter sido afetado de alegria, o que se percebe mais claramente no afeto da tristeza que é o seu contrário. Com efeito, ninguém pode negar que a tristeza consiste na passagem para uma perfeição menor e não na perfeição menor em si, pois o homem, à medida que participa de alguma perfeição, não pode se entristecer. Tampouco podemos dizer que a tristeza consiste na privação de uma perfeição maior, pois a privação nada é. A tristeza, entretanto, é um ato que, por isso, não pode ser senão o ato de passar para uma perfeição menor, isto é, o

ato pelo qual a potência de agir do homem é diminuída ou refreada [...] (E, III, Def. dos afetos 2 e 3)

Em Espinosa, potência ou *conatus*, designa o esforço fundamental de cada ser para perseverar na existência — a potência interna que sustenta o movimento da vida. Nesse contexto, a alegria é o afeto que expressa o aumento dessa potência: toda vez que um corpo e uma mente são afetados de modo a expandir sua capacidade de agir, experimentam alegria. Por isso, esse afeto possui um caráter essencialmente libertador, pois está sempre vinculado à ampliação da força vital e à passagem das paixões tristes para as alegres.

Como observa Ferreira (2014), a *laetitia* — termo latino usado por Espinosa para designar a alegria — nunca pode ser considerada má, já que corresponde ao crescimento da potência de agir. Outras formas de alegria, como a *felicitas* e o amor moderado, também são manifestações desse aumento de potência e, portanto, de liberdade. Contudo, Espinosa ressalta que tais afetos não emergem no isolamento: a alegria nasce sempre do encontro com outros corpos, dos quais dependemos para conservar e expandir nosso ser. “É totalmente impossível que não precisemos de nada que nos seja exterior para conservar o nosso ser”, afirma o filósofo (*Ética IV*, proposição 18).

145

Assim, a alegria revela o próprio dinamismo do *conatus*: é a expressão sensível do esforço de existir, intensificado pelos encontros que nos fortalecem e nos aproximam de uma vida mais potente e comum. Portanto, “toda subjetividade revolucionária precisa de um corpo ético-político, ou seja, de um corpo em defesa do útil-comum” (Musha, 2023, p. 71), e diria mais: um corpo capaz de afetar e de ser afetado, como menciona Sévérac a partir da leitura espinosana:

(...) tornar-se cada vez mais apto a ser afetado não é padecer cada vez mais, mas ser cada vez mais capaz de formar imagens e ideias dessas imagens, de tal sorte que fiquemos aptos a ser a causa adequada dos encadeamentos de afecções corporais e das ideias que formamos (2009, p. 24).

Quando se propaga a cultura do ódio são esses princípios que estão sendo destruídos. Quando foi que se deixou de convidar a amorosidade enquanto afeto político a adentrar as relações? Em sua obra *Ética* (2009), Espinosa trata o ódio como um afeto passivo e perturbador que afeta negativamente a mente e o corpo. O ódio surge quando uma pessoa percebe algo como uma ameaça ou como uma fonte de dor. Para Espinosa, esse afeto é uma forma de escravidão

emocional, que prende o sujeito à servidão dos afetos, reforçando a alienação e a dependência em relação às causas externas. Por isso, na *Ética*, Espinosa mostra que o ódio tende a gerar ódio recíproco e que apenas o amor — como afeto ativo que aumenta a potência — pode efetivamente dissolvê-lo (*Ética IV*, proposição 46, demonstração).

O que quer dizer que existe uma esfera da não violência na convivência humana que é totalmente inacessível à violência: a esfera propriamente dita do “entendimento”, a linguagem (Benjamin, 2022). Esta, por sua vez, pressupõe uma habilidade para narrar que torne possível fazer e refazer o percurso que assenta e sedimenta esse senso limitador assumido por cada um de nós no dia a dia. Na narrativa sobre a experiência vivida, os exercícios da busca das palavras, da construção das frases e parágrafos, da caracterização dos personagens, da contextualização do cenário ou da explicitação de diferentes percepções, abrem inúmeros caminhos para o aprofundamento e questionamento, para as pessoas que buscam transformar o modo de existência do *status quo*, hodiernamente, marcado por um contexto tomado por disputas de narrativas.

Tripé crítico da superstição, do progresso e da servidão no Brasil

A respeito da crítica ao progresso, Walter Benjamin (2022) denuncia um otimismo sem consciência da ideologia do progresso linear, ao citar Angelus Novus, esse anjo da história pintado por Paul Klee que volta seu rosto para o passado, enquanto avista uma cadeia de fatos que, para ele, é uma catástrofe sem fim. O anjo deseja parar para acordar os mortos, porém “do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar” (p. 14). Esse vendaval que o arrasta para o futuro é justamente uma concepção de progresso que apenas leva em conta os avanços na dominação da natureza. Porém, não considera os retrocessos da sociedade que mais tarde serão encontrados no fascismo com traços tecnocráticos em detrimento da participação popular e da democracia.

A sociedade de risco global, tal como formulada por Walter Benjamin (2022), vive esse momento em que se faz urgente a superação de modelos opres-

sores, que adoecem e colocam o ser humano em sofrimento, além de colocar em risco a existência de toda a cadeia de vida no planeta.

Como já foi dito, são supersticiosas e têm ideias inadequadas as pessoas que se deixam dominar pelo medo; e se acontece de sermos levadas a renunciar ao nosso direito natural, isso não ocorrerá por termos reconhecido a competência de alguém mais sábio para julgar o que nos é útil, senão por consentirmos nós mesmas a essa renúncia, por medo de um mal maior ou por esperança de um bem maior. Bove (2010) caracteriza o estado de animalização no sujeito que é tomado pelo medo total, em que predomina a redução da afetação pelo estado de terror; nesta situação encontramos-nos:

no tipo de Estado “moderno” que, reduzindo efetivamente o espírito e a razão humana ao cálculo verbal, os determina racionalmente, assim, a não ser mais, de fato, do que instrumentos de uma animalização política ou de uma “humanidade” animalizada (p. 133).

Quando há o predomínio de uma adesão rígida a um conjunto específico de crenças, a preocupação da pessoa é destruir aquilo que lhe causa problema. No capítulo 4 da *Ética*, Espinosa (2009) discute a servidão como estado em que os seres humanos estão sujeitos às suas próprias paixões e afecções negativas, ou seja, a servidão surge da ignorância e de uma compreensão inadequada das causas que determinam nossas ações. Quando não compreendemos as verdadeiras causas que nos levam a agir de certas maneiras, somos governados por nossas paixões, medos e desejos imediatos, tornando-nos escravos de nossas próprias emoções. Nesse sentido:

Chamamos de bem ou de mal aquilo que estimula ou refreia a conservação de nosso ser, isto é, aquilo que aumenta ou diminui, estimula ou refreia nossa potência de agir. Assim, é à medida que percebemos que uma coisa nos afeta de alegria ou de tristeza que nós a chamamos de boa ou de má. Portanto, o conhecimento do bem e do mal nada mais é do que a ideia de alegria ou de tristeza que se segue necessariamente desse afeto de alegria ou de tristeza. Ora, essa ideia está unida ao afeto da mesma maneira que a mente está unida ao corpo, isto é, ela não se distingue efetivamente do próprio afeto, ou seja, não se distingue da ideia da afecção do corpo senão conceitualmente. Logo, o conhecimento do bem e do mal nada mais é do que o próprio afeto, à medida que dele estamos conscientes.¹ (Espinosa, E, IV, Prop. 8, dem.)

Espinosa nos dará outra definição do mal, para ele “o mal” não existe, o que existe são *maus encontros*. O corpo humano é, em Espinosa, o objeto da ideia que constitui a mente humana (E, II, Prop. 13), o que significa dizer que a todo afeto vivido no corpo corresponderá uma ideia na mente, como apresentado na citação acima. Espinosa nos explica que todos os corpos se caracterizam por estarem numa certa proporção de movimento e repouso, de velocidade e lentidão entre suas partes constituintes, de maneira que são sempre determinados a variar a conexão entre tais partes no encontro com outros corpos, tentando manter, porém, a proporção de movimento e repouso que os caracterizam. É assim que cada corpo se constitui e se conserva na existência, isto é, sendo afetado por corpos exteriores de muitas maneiras, ao mesmo tempo em que os afeta.

Espinosa (2009) combateu a servidão humana, a visão fragmentada, e alertou para a necessidade da cura do intelecto, para que as pessoas pudessem se tornar livres e felizes, sem qualquer prejuízo para os outros, o que implicaria viver em concórdia. Uma das formas de servidão é, justamente, invisibilizar esse corpo e, mais do que isso, é bloquear a capacidade desse corpo sentir e de ser afetado.

Aprender com Espinosa: o anjo da história voltou o rosto para Mineirinho

Clarice Lispector (1999) escreveu a crônica “O Mineirinho” movida por uma enorme sensibilidade aos horrores do mundo, a partir de uma notícia real da morte de um assaltante, ocorrida no Rio de Janeiro em 1962. O homem conhecido como Mineirinho foi morto pela polícia com treze tiros, após sua fuga do Manicômio Judiciário e uma série de assaltos. Clarice, diferentemente das notícias veiculadas de modo sensacionalista, examinou minuciosamente todo o mal que se escondia sob aquela execução ao levantar o questionamento da violência policial e o sentimento da população de paz.

A narrativa começa com uma mulher comum, dona de casa e que, trans-tornada por essa notícia, conversa com sua própria empregada. Ambas as mulheres se sentem perdidas com relação aos seus próprios sentimentos, deveriam sentir alívio por estarem mais seguras? Ou dor por uma vida que foi brutalmente exterminada? A catarse é disparada no âmbito doméstico. É ali que ocorre a angústia e um mal-estar comungado que logo produz uma sentença: “Mineirinho

terá sido recebido no céu”. E, conclui a narradora com: *“Mais do que muita gente que não matou”*.

Benjamin (2022) abordou a violência implicitamente como a violência do poder. De fato, qualquer que seja a forma como uma causa atua, ela só se transforma em violência no sentido mais forte da palavra quando interfere com relações de ordem ética. Ora, a crônica de Clarice nos coloca de maneira crua diante da tensão entre os conceitos de Direito e Justiça que delimitam a esfera dessas relações. No famoso parágrafo em que a personagem central narra o horror crescente que sentia a cada disparo dado, até chegar ao décimo terceiro. *“Há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, [...]”*, exclama a narradora. Essa “alguma coisa” precisa ser sentida por quem a lê, não nomeada.

Esse mesmo filósofo se perguntou por meio de que função “o poder da violência parece, e com razão, tão ameaçador para o Direito e é tão temido por ele? (2022, p. 63)”. Por analogia, é possível refletir em conjunto com a crônica o quanto esse recurso à violência, mesmo à luz da ordem jurídica, é admitido. Em entrevista dada à TV Cultura, Clarice (1977) menciona que um tiro bastava para matar Mineirinho, o restante deles era vontade de matar. Ela transforma Mineirinho, não em uma defesa aos direitos humanos, mas em uma súplica por eles.

Sobretudo uma justiça que se olhasse a si própria, e que visse que nós todos, lama viva, somos escuros, e por isso nem mesmo a maldade de um homem pode ser entregue à maldade de outro homem: para que este não possa cometer livre e aprovadamente um crime de fuzilamento. Uma justiça que não se esqueça de que nós todos somos perigosos, e que na hora em que o justiceiro mata, ele não está mais nos protegendo nem querendo eliminar um criminoso, ele está cometendo o seu crime particular, um longamente guardado. Na hora de matar um criminoso – nesse instante está sendo morto um inocente (Lispector, 1999, p.125).

Clarice (2020) já demonstrava essa consciência crítica e social na escolha de matricular-se no curso de Direito porque tinha como objetivo “reformular o sistema penitenciário”. Ainda como estudante afirmava: “Não há direito de punir. Há apenas poder de punir” (p. 80). Benjamin (2022) complementa que o Direito se apresenta de maneira tão ambígua do ponto de vista ético que se impõe a pergunta: “não haverá, para a resolução de conflitos de interesses entre humanos, outros meios que não os violentos?” (p. 70). Assim, é possível deduzir

que o Direito vê o poder nas mãos de pessoas individuais como um perigo de subversão da ordem estabelecida.

Somado à percepção de Clarice Lispector de que nem o pior dos crimes justifica a retirada dos direitos humanos de alguém, uma sociedade que não reconhece os direitos humanos torna-se uma sociedade assassina. É preciso incluir a “reflexão sobre a esfera ético-histórica, e com isso, sobre qualquer sentido da ação e mesmo da realidade em geral, sentido esse não instaurável quando a ‘ação’ for arrancada ao seu contexto” (Benjamin, 2022, p. 67).

Mas será a resolução não violenta de conflitos em princípio possível? A essa pergunta Benjamin (2022) respondeu que

o entendimento sem violência encontra-se por toda a parte onde a cultura do coração ofereceu às pessoas meios puros para se entenderem. Aos meios legais e ilegais de toda a espécie, todos eles expressão da violência, podem contrapor-se, como meios puros, os que renunciam à violência. Os seus pressupostos subjetivos são a delicadeza, a simpatia, o amor da paz, a confiança e outras qualidades que poderíamos acrescentar (p. 71).

Sobre a expressão “cultura do coração”, é importante ressaltar que, na contemporânea conjuntura de apropriação da afetividade pelos imperativos do mercado, é preciso atenção para não se deixar levar pelas estratégias sedutoras do mercado que visam a todo o instante capturar o consumidor, por meio da manipulação de seus afetos com falsas promessas de felicidade (Musha, 2023). Daí a importância de aprender sobre nossos afetos, a fim de evitar sua manipulação e, por conseguinte, o enredamento das pessoas em regimes de servidão como já, anteriormente, dito.

Assim, o projeto ético de Espinosa (2009), que consiste em aprender como afetamos e como somos afetados, nos conduz ao aprendizado das causas adequadas daquilo que nos constitui, ou seja, do que nos afeta aumentando ou diminuindo nossa potência. Em outras palavras, a passagem de um existir passivo a um viver ativo, ou, ainda, a passagem de nossa servitude em liberdade.

Na história do Brasil marcada por regimes ditatoriais que nos ensinam a obedecer e que questionar é perigoso, é sempre relevante relembrar o alerta deixado por Paulo Freire (1987): “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (p. 79). Por ser o encontro com o pensar de outros fonte de

inspiração para um pensar próprio, por ser a liberdade do pensamento algo que aumenta ao ser compartilhado, como afirma Espinosa:

(...) porque sabemos que entre as coisas singulares nada há de maior valor do que um homem que é conduzido pela razão, ninguém pode demonstrar melhor o que vale por seu engenho e arte, do que educando os homens de modo que eles vivam, enfim, sob o próprio império da razão (Espinosa, E IV, Apêndice do capítulo 9).

Como bem nos alerta La Boétie (2004), “não basta que lhe obedecem [ao tirano], têm de lhe fazer todas as vontades, têm de se matar de trabalhar nos negócios dele, de ter os gostos que elegem, de renunciar à sua própria pessoa e de despojar do que a natureza lhes deu” (p. 26). Ou seja, do seu direito natural. Isso porque nós, enquanto uma sociedade firmemente forjada sobre o chão da servidão, desconhecemos a liberdade. Por isso, o referido autor a define como servidão voluntária, pois tem origem em nós mesmos, na necessidade histórica de tiranizar a liberdade do outro ao invés de lutar contra nossa própria servidão. Os afetos do medo e da esperança nos direcionam no sentido de evitar os castigos, as penalidades, e o anseio do domínio contínuo de uns sobre os outros; mas não no sentido de buscar um bem comum e uma organização coletiva com afetos potentes.

151

Como dito, anteriormente, recorri à leitura espinosana da ética dos afetos para compreender a cultura da violência a partir do tripé crítico que envolve a superstição, o progresso e a servidão. Esta perspectiva nos ensina que todo comportamento de violência e ódio tem seu ato de agredir associado à imagem da coisa que o afeta de tristeza, ou como diz Espinosa: “O ódio é uma tristeza acompanhada da ideia de uma causa exterior” (E, III, def. dos afetos 7). Sendo a tristeza sempre referente a uma ideia inadequada, dizemos que este ódio explicitado em sua agressão nada mais é do que a sua condição de fragilidade diante do desconhecimento das causas daquilo que provoca sua tristeza. Logo, Espinosa nos alerta para que possamos compreender o ódio² como indicação, antes de

² Essa afirmação sobre a compreensão de ódio para Espinosa pode ser verificada nas seguintes proposições da parte III da Ética:

- Proposição 39: O ódio é uma tristeza acompanhada da ideia de uma causa exterior;
- Proposição 40: O ódio que é acompanhado da ideia de uma causa exterior pode aumentar e se fortalecer pelo desejo de vingança e
- Proposição 43: O ódio é aumentado pelo ódio recíproco, e pode, por outro lado, ser destruído pelo amor.

tudo, de uma impotência e não, simplesmente, como a maldade atribuída pelos autores de agressão.

Na construção do autoritarismo, fanatismo religioso e cultura do ódio, o ciclo da privação ou adversidade intensificam as paixões da esperança e do medo.

Todavia, se estão na adversidade, já não sabem para onde se virar, suplicam o conselho [*consilium*] de quem quer que seja e não há nada que se lhes diga, por mais frívolo, absurdo ou vazio, que eles não sigam. Depois, sempre voltam, por motivos insignificantes, de novo a esperar melhores dias ou a temer desgraças ainda piores. Se veem acontecer, quando estão com medo, qualquer coisa que lhes traz a memória de bens ou males passados, julgam que isto é o prenúncio de uma resolução feliz ou infeliz e chamam-lhe, por isso, um presságio favorável ou funesto, apesar de já se terem enganado centenas de vezes sobre coisas assim (ITP Prefácio, p. 125).

Já nos alertava Paulo Freire (1992) de que é preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. “E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...” (s.p.).

Interessante recordar que Espinosa (2009) argumentava que a esperança é um afeto que poderia ser uma emoção positiva, desde que fosse baseada na razão e no conhecimento adequado. Em outras palavras, a esperança seria positiva se fosse fundamentada em informações confiáveis e razoáveis sobre o objeto de nossa esperança. Consequentemente, quanto mais o homem se esforça em viver sob a condução da razão, tanto menos depende da esperança e se livra do medo; daí decorre a afirmação que o problema da esperança e do medo deve ser resolvido em uma dimensão cognitiva, pois são afetos que indicam uma carência de conhecimento e uma impotência da mente.

Ao retomar a reflexão sobre a crônica de Clarice, no fim, a poeta afirma que não quer o sublime. “O que eu quero” – diz ela – “é muito mais áspero e mais difícil: quero o terreno” (Lispector, 2016, p. 390). O que o terreno simboliza? Uma interpretação possível nos leva a acreditar que é ir ao encontro desse ‘outro’ que, necessariamente, nos causa um estranhamento. Para tanto, deixar de ser

sonso e perceber que uma casa é construída sobre o terreno, o que implica não só colocar-se no lugar do outro, mas se exige o entendimento da afetividade como fonte da vida social.

Já Benjamin (2022), diante do anjo, nos provoca a assumir uma postura materialista histórica que nos convoca a ir além: os treze tiros que acertaram o corpo de Mineirinho representam a paz dos “sonsos” perante a ameaça de um criminoso. Os treze disparos, um depois do outro, penetram o organismo social, revelando-o, forçando-nos a encarar a realidade das relações de poder que perpetuam a existência dos “ninguéns”, dos quais Eduardo Galeano, em seu escrito *O livro dos abraços*, descreve como “aqueles que custam menos do que a bala que os mata” (2015, p. 71).

É diante dessa consciência histórica da imagem de um anjo que olha para o passado e avista a catástrofe e o progresso como duas irmãs que se encontram no tempo não linear. Que o filósofo capaz de polir as lentes humanas, segue contemporâneo à medida que contribui para o entendimento de que é no registro da política cotidiana que as relações podem compor laços de confiança que mobilizam a ação comum, no sentido de enfrentamento à perpetuação da cultura de violência; qual seja a defesa espinosana do direito inalienável à auto-organização do corpo coletivo ou, dito de outra maneira, a busca pelo útil-comum.

Considerações finais

Entendo que Espinosa nos auxilia na compreensão da violência; porque é um filósofo que reconheceu que estamos adoecidos por paixões tristes. “O ódio é aumentado pelo ódio recíproco, e contrariamente, pode ser eliminado pelo amor” (E. IV, demonstração da proposição 46, p.321). Logo, seus escritos apontam para uma ética na vida que implica a passagem das paixões tristes às alegres. Portanto, de uma recusa à servidão para a busca de liberdade em que o empenho para não ser afligido por afetos de ódio, implica igualmente o esforço para que outras pessoas não sejam afligidas.

Diante da violência, não só os Direitos Humanos, mas toda a sociedade se depara com enormes desafios. Como formadora de um ideal social, cuja força reside em construir outros tipos de sociedade, nós que nos reconhecemos como sujeitos históricos, precisamos assumir o compromisso ético com a vida e com

o necessário equilíbrio das relações entre a sociedade e os seres (humanos e não humanos).

O ponto nevrálgico dessas reflexões é o da indivisibilidade dos direitos humanos compreendidos em seus aspectos individuais e sociais que envolvem os direitos políticos, socioeconômicos, civis e culturais. Para tanto, é necessário lutar por uma outra concepção de passado que tenha no horizonte uma razão que antecipe nossa raiva e nosso inconformismo, pois em um contexto marcado pela falta da capacidade de raiva e de espanto diante da realidade, perdemos a bússola ético-política. Para recuperar uma e outra há que resgatar o passado como negatividade e produto da iniciativa humana; o inconformismo é a utopia da vontade, como diz Benjamin: “ (...) só possui o dom de fazer faiscar no passado a chispa da esperança aquele historiador que está convencido de que mesmo os mortos não estarão a salvo do inimigo, se este vencer. E esse inimigo não parou de vencer (1987, p. 224).”

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas; vol. I)

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. (Organização e tradução de João Barrento). Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed., 2022.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Espinosa: uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza. “Espinosa: poder e liberdade”. In: **Filosofia política moderna**. De Hobbes a Marx Boron, CLACSO, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/06_chau.pdf>. Acesso em: 14 dezembro de 2024.

ESPINOSA, Benedictus de. **Ética**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado teológico-político**. Tradução: Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **Uma suprema alegria: Escritos sobre Espinosa**. Coimbra: Quarteto, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, POCKET, 2015.

LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso Sobre a Servidão Voluntária**. Cultura Brasileira: 2004.

LISPECTOR, Clarice. **Entrevista concedida a Júlio Lerner**. TV Cultura, São Paulo, 1977. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ohHP112EVnU&t=305s>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LISPECTOR, Clarice. “Mineirinho”. In: **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1999.

MUSHA, Elisa Harumi. “Vivências afetivas na formação em psicologia: ser pesquisadora no campo de afecções espinosano”. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

Direita radical, populismo e democracia: uma análise descritiva

Orlando Lyra de Carvalho Júnior¹
ORCID: 0000-0002-0281-9832

Resumo: Em consequência do declínio universal do regime democrático, partidos de direita radical (PDRs) estão ganhando influência política e poder através de eleições democráticas e já não mais por golpes de estado ou meios extraconstitucionais. Passaram a conquistar assentos em legislaturas nacionais e regionais, posições em gabinetes e na chefia de Estados. Tal fenômeno tem inspirado uma plêiade de estudos sobre os PDRs, sob diferentes abordagens, alguns dos quais procuram descrever o tipo de eleitor que está na base de tal sucesso. Este artigo propõe identificar as estratégias políticas e os componentes ideológico-culturais comuns entre os apoiadores da direita radical nos Estados Unidos, na Alemanha e no Brasil. Conclui-se que, apesar de todas as ameaças, a democracia nos países estudados tem se mostrado resiliente em parte como reação ao próprio radicalismo da extrema-direita.

156

Palavras-chave: democracia; populismo; extrema-direita; estratégias.

¹ Master in Social Sciences (UFJF). PhD in Social Sciences (UFJF). PhD in Comparative Politics (Uni-Bamberg). Post-Doctorate in Political Sociology (UVV). E-mail: orlandolyra@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1964587941635264>

Abstract: As a result of the universal decline of democratic rule, radical right parties (RRPs) are gaining political influence and power through democratic elections rather than through coups d'état or extra-constitutional means. They have begun to win seats in national and regional legislatures, cabinet positions and as heads of state. This phenomenon has inspired a plethora of studies on RRP, from different approaches, some of which seek to describe the type of voter that underlies such success. Objective: This article aims to identify the political strategies and ideological-cultural components common to supporters of the radical right in the United States, Germany and Brazil. Conclusion: The article concludes that despite all the threats, democracy in the countries studied has proven resilient, partly as a reaction to the radicalism of the far right itself.

157

Keywords: democracy; populism; far-right; strategies.

Resumen: Como resultado del declive universal del gobierno democrático, los partidos de derecha radical (PDR) están ganando influencia y poder político a través de elecciones democráticas en lugar de golpes de estado o medios extraconstitucionales. Comenzaron a ganar escaños en las legislaturas nacionales y regionales, puestos en gabinetes y como jefes de Estado. Este fenómeno ha inspirado una plétora de estudios sobre los PDR, desde diferentes enfoques, algunos de los cuales buscan describir el tipo de votante que está en la raíz de tal éxito. Existe consenso en la literatura de que la extrema derecha utiliza estrategias ancladas en la evocación de discursos de odio alineados con el populismo, la xenofobia, el racismo, la homofobia y la intolerancia difundidos al interior de las sociedades. También vale la pena señalar que tales estrategias señalan una especie de colonización de la imaginación popular y, por lo tanto, resaltan la importancia del universo cultural y simbólico como dimensión central de una disputa por la hegemonía y el poder. Objetivo: Este artículo pretende identificar las estrategias políticas y los componentes ideológico-culturales comunes entre los partidarios de la derecha radical en Estados Unidos, Alemania y Brasil. Esta elección se justifica por el peso político y económico de estos países, así como por su capacidad de “exportar” el modelo antidemocrático a países de América y Europa. Conclusión: El artículo concluye que, a pesar de todas las amenazas, la democracia en los países estudiados ha demostrado ser resiliente, en parte como reacción al radicalismo de la extrema derecha. Este movimiento de resistencia ha sido liderado por todos aquellos que han sido “atacados por la realidad”.

Palabras-clave: democracia, populismo, extrema derecha, estrategias.

Introdução

Desde a eleição de Donald Trump em 2016, e sua reeleição em 2024, uma onda de pessimismo se alastrou no Ocidente como fantasma ameaçador da democracia liberal. Ao contrário de golpes antidemocráticos tradicionais, hoje a corrosão ocorre dentro das próprias instituições democráticas, de forma gradual e sem violência. Em outras palavras, “a democracia chega ao fim pelo próprio mecanismo do voto” (Runciman, 2018, p. 7).

Segundo Timothy Snyder (2019), a guinada autoritária global foi fortemente influenciada pela máquina de desinformação do autocrata russo Vladimir Putin. O autor enfatiza o modo como a Rússia vem atuando nas redes sociais através de robôs, em particular no Telegram, X (Twitter) e Facebook, para minar as democracias liberais através de difamação, calúnia e discurso de ódio. O autor chegou à conclusão de que, hoje, a desinformação em massa representa o maior risco para o regime liberal, dado que “o autoritarismo se fortalece não porque os eleitores dizem o que pensam, mas porque perdem a capacidade de distinguir entre a verdade dos fatos e a falsidade da mentira” (Snyder, 2019, p. 21).

Há evidências de que a crise da democracia é universal. De acordo com o Relatório “Democracia, 25 anos de autocratização: a democracia foi superada?”, publicado pelo *V-Dem Institut*, da Universidade de Gothenburg, Suécia,² atualmente são 88 democracias plenas contra 91 autocracias, uma perda em relação ao ano passado. Isso significa que as democracias liberais se tornaram o tipo de regime menos comum no mundo. As democracias liberais hoje contam com menos de 12% da população mundial, 0,9 bilhão de habitantes, o menor número em 50 anos. Quase 3 em cada 4 pessoas no mundo, 72%, agora vivem em autocracias.

O que se verifica atualmente é que autocratas de todo o mundo exploram os conflitos inerentes ao jogo democrático, sobretudo no que respeita às contradições do neoliberalismo econômico, para vencer as eleições e, uma vez no poder, tentam minar os pilares da própria democracia, como a independência do Judiciário, a liberdade de imprensa e opinião. Em muitos países as centelhas de esperança por liberdade se extinguem paulatinamente, contribuindo assim para o surgimento

² <https://v-dem.net/about/v-dem-institute/>.

de um novo *status quo* global, em que os atos de repressão ficam impunes e os defensores da democracia são gradualmente aliçados da cena política.

Segundo o professor e pesquisador da Universidade John Hopkins, Yasha Mounk (2018), a desigualdade social e a concentração de renda das elites econômicas mundiais criaram um fosso intransponível que as isolou ainda mais da população em geral. O resultado é que o eleitor médio se sente cada vez mais alienado da política e dos políticos. Ainda que a participação popular perfeita nunca tenha sido uma realidade plena, o pesquisador afirma que tais questões põem a nu os dilemas do liberalismo, bem como a capacidade dos eleitores influenciarem a política. Daí o forte apelo populista em todo o mundo e o consequente fim do “mito fundador da democracia” (Mounk, 2018, p. 41).

Ainda segundo Mounk (2018), Donald Trump representa um tipo diferente de populista: ao invés de propor políticas públicas demagógicas, que aumentem as oportunidades socioeconômicas dos menos favorecidos, em oposição às elites financeiras, Trump seria um “sadopopulista”, cujas políticas se destinam a prejudicar a parte mais vulnerável do seu próprio eleitorado. Para o autor, tal “sadopopulismo” põe em xeque os fundamentos do sistema democrático norte-americano (*idem*, p. 54).

A direita radical

Em consequência do declínio universal do regime democrático, partidos de direita radical (PDRs) estão ganhando influência política e poder através de eleições democráticas e já não mais por golpes de estado ou meios extraconstitucionais. Passaram a conquistar assentos em legislaturas nacionais e regionais, posições em gabinetes e na chefia de Estados, como foi o caso da reeleição de Donald Trump em 2024. Tal fenômeno tem inspirado uma plêiade de estudos sobre os PDRs, sob diferentes abordagens, alguns dos quais procuram descrever o tipo de eleitor que está na base de tal sucesso.

Esse corpo emergente de pesquisa trabalha com um leque de valores políticos, econômicos e culturais, os quais acreditam poder fornecer pistas sobre o surpreendente êxito eleitoral de tais partidos. Muitos desses valores incluem crenças explicitamente defendidas pelos próprios PDRs, tais como oposição à imigração, nacionalismo, autoritarismo, descrédito da política – vista como in-

trinsecamente corrupta –, conservadorismo social e preservação de certos valores morais. Outros estudos buscam fatores “latentes”, como traços de personalidade, disposições psicológicas e emoções. Embora hoje saibamos muito mais sobre o perfil dos apoiadores da direita radical, ainda restam importantes questões a serem respondidas.

A ascensão do populismo pós-verdade centrado nas emoções parte do pressuposto de que esse fenômeno só poderia ser explicado com base no fato de que as emoções se encontram no cerne do comportamento humano. Seu papel é especialmente perceptível na linguagem, dado que todas as enunciações linguísticas dependem para sua produção e interpretação de contextos emocionais. O fato de que a emoção permeia todos os níveis de descrição linguística é um dado científico estudado por inúmeros linguistas, psicólogos e cientistas sociais (Hidalgo-Tenório e Benítez-Catro, pp. 93-97).

De fato, a retórica populista manipula certas emoções do eleitorado, como o medo e as inseguranças vivenciadas nas sociedades contemporâneas, por um lado, e a raiva, ressentimento e ódio das elites políticas e culturais acusadas de favorecer grupos étnicos, religiosos e sexuais às custas do grupo conservador. “O populismo da extrema-direita é caracterizado pela vergonha reprimida que transforma o medo e a insegurança em raiva, ressentimento e ódio contra os inimigos percebidos do ‘eu precário’” (Salmela e Scheve, 2018, p. 17).

Por outro lado, para alguns autores, o populismo de extrema-direita careceria de coerência e articulação intelectual que poderia alçá-lo à categoria de uma ideologia, entendida como um instrumento de dominação que age por meio do convencimento. Para outros, o populismo seria melhor conceituado como uma estratégia política por meio da qual um líder personalista busca ou exerce o poder governamental com base em apoio direto, não mediado e não institucionalizado, de um grande número de seguidores, em sua maioria desorganizados. Nesse sentido, o populismo seria principalmente uma estratégia política, cuja retórica é a evocação de descontentamentos latentes e o apelo às emoções por elas provocadas, em vez de uma ideologia articulada (Aslanidi, 2016, p. 9).

Há um consenso na literatura que a extrema-direita utiliza estratégias ancoradas na evocação de discursos de ódio alinhados ao populismo, à xenofobia, ao racismo, à homofobia e à intolerância disseminadas no seio das sociedades. Cabe assinalar ainda que tais estratégias sinalizam uma espécie de colonização

do imaginário popular, e assim salientam a importância do universo cultural e simbólico enquanto dimensão central de uma disputa por hegemonia e poder (Severo e Guerra, 2022, p. 61).

Objetivo e Metodologia

Este artigo se propõe identificar as estratégias políticas e os componentes ideológico- culturais comuns entre os apoiadores da direita radical nos Estados Unidos, na Alemanha e no Brasil. Tal escolha se justifica pelo peso político e econômico desses países, bem como sua capacidade de “exportar” o modelo antidemocrático para países da América e Europa.

Do ponto de vista metodológico, o processo analítico da descrição é crucial para a condução de pesquisas que visam compreender a política em ação. Este tipo de pesquisa visa responder perguntas tais quais “quem”, “o quê”, “quando”, “onde” e “como”. É um processo tanto criativo quanto analítico. Isso ocorre porque a descrição envolve fazer escolhas na categorização, na construção de sentido e na gestão de dados (Holmes et al., 2024, pp. 54-56).

162

Hipóteses de trabalho

Apesar do aparente sucesso do populismo de extrema-direita na Europa e América, nota-se uma crescente reação da opinião pública em geral contra as políticas implementadas ou sugeridas por tais movimentos. Tal reação tem como força motriz o choque de realidade (*mugged by reality*) causado pelo dinamismo inerente ao próprio radicalismo de tais movimentos.

Terminologia

A terminologia usada para descrever a família da direita radical varia de “extrema-direita”, “direita anti-imigrante”, “direita radical populista” ou ainda “populismo de direita”. A dificuldade em estabelecer uma definição comumente aceita resulta de diferenças significativas entre esses partidos em termos de ideologia e estratégia política. Embora qualquer termo abrangente inevitavelmente inclua uma ampla gama de partidos e grupos que podem diferir de muitas maneiras, é essencial encontrar uma definição para fins de classificação e operacionalização.

O critério aqui adotado é destacar as posições ideológicas e estratégicas mais frequentes defendidas por tais agremiações. A maior parte desses partidos compartilham posições extremadas sobre imigração e nacionalismo, além de proporem políticas públicas de desmonte dos programas de assistência e bem-estar social. Abaixo elencamos os princípios e valores defendidos pela direita radical na Europa e América.

Nacionalismo

O ponto nevrálgico da direita radical consiste em um etnonacionalismo belicoso que imagina ver na imigração e na diversificação demográfica uma grave ameaça à identidade nacional. O culto às glórias passadas, às tradições e aos privilégios da classe dominante caracterizam a essência ideológica da direita radical em todo o mundo. Enquanto o racismo colonial era baseado na subordinação dos nativos (negros e índios), o nacionalismo da direita mobiliza as paixões e emoções do eleitorado para apoiar políticas anti-imigratórias e a expulsão dos não nativos (Rydgren, p 247).

A ascendência do grupo interno sobre o grupo externo é vista como estratégia de manutenção da unidade, autonomia e identidade da nação. O ponto crítico aqui não é simplesmente que os partidos de extrema-direita sejam majoritariamente nacionalistas, mas sim que eles usam o nacionalismo para justificar o darwinismo social em questões socioeconômicas. Embora o denominador comum da direita radical seja o nacionalismo, há diferentes configurações de pertencimento nacional que variam de acordo com critérios étnicos, cívicos e religiosos (Halikiopoulou e Vlandas, p. 434).

Populismo

O eixo nacionalista “dentro/fora do grupo” se justapõe ao eixo dicotômico “povo vs. elite”. Muitos pesquisadores concordam que o populismo é uma característica relevante desses partidos, mas há desacordo sobre se o populismo seria uma ideologia ou uma estratégia de comunicação. O fato é que, embora o populismo seja de fato uma característica ideológica da extrema-direita, não necessariamente serve de explicação para seu sucesso eleitoral (Bonikowski e Gidron, 2013, p. 15).

Por outro lado, se todos os partidos de direita radical são esmagadoramente populistas, nem todos os populistas são de direita radical: esquerdistas radicais e, ocasionalmente, partidos centristas, também podem exibir retórica antielite e pró-povo. Provavelmente, a abordagem mais comum ao populismo o vê como um componente ideológico, ou uma ideologia “mais refinada”, que pode ser acompanhada ou anexada a outras ideologias mais abrangentes, isto é, ideologias “mais espessas” (Mudde e Kaltwasser, 2018, p. 1682).

Outra dicotomia explorada pela extrema-direita é a divisão entre um povo comum “puro” e “nobre” e uma elite retratada como corrupta e desinteressada pelo bem-estar social. De fato, para a extrema-direita em geral, as elites políticas são vistas como liberais e cosmopolitas, as quais escancaram as fronteiras para a imigração em massa a despeito da vontade do “povo”, geralmente codificado como a população nativa branca.

Elites burocráticas europeias, como as da União Europeia, também são alvos comuns da ira populista da extrema-direita, sobretudo no que respeita ao Tratado de Schengen,³ que facilitou a migração através da Europa. As elites são retratadas como promotoras do multiculturalismo, do ataque aos valores tradicionais da família, sobretudo através do reconhecimento das uniões homoafetivas e das comunidades LGBT, fenômenos metabolizados pela extrema-direita como sinais de decadência social.

Autoritarismo

O termo “autoritário” frequentemente aparece em discussões sobre as inclinações atitudinais dos apoiadores da extrema-direita, mas há diferentes abordagens do termo. Autoritarismo tem sido caracterizado como “a crença em uma sociedade estritamente ordenada, na qual as infrações contra a autoridade devem ser punidas severamente” (Mudde e Kaltwasser, 2018, p. 1669). Historicamente, pensadores clássicos propuseram que pessoas com personalidades autoritárias são propensas a apoiar autocratas de direita (Adorno, 2019, p. 35).

No Brasil, o bolsonarismo surgiu como um movimento político autoritário, de extrema-direita, que promove divisões ou clivagens (simbólicas, econômi-

³ Iniciado em 1985, por uma iniciativa intergovernamental e, atualmente, integrado na legislação e nas normas da União Europeia, o Tratado de Schengen foi um acordo firmado entre 29 países europeus, que garante a livre circulação de pessoas entre as nações participantes.

cas, culturais, políticas) entre formas de vida cujo valor e significado é avaliado a partir de rígidos processos de hierarquização valorativa. Um aspecto central do bolsonarismo é distinguir entre as vidas que valem mais, as que valem menos e as que nada valem. Em sentido amplo, o bolsonarismo é uma forma de viver, sentir, pensar e se relacionar consigo, com os outros e com o mundo. Trata-se de um *ethos* autoritário e violento, que reafirma e reforça as posições normativas da ordem, da segurança e da hierarquia, escorando-se em valores e concepções patriarcais, heterossexuais, cristãs, empreendedoristas e apegadas à branquitude, donde seu caráter racista e discriminatório. De modo geral, o bolsonarismo é contrário à ciência, ao pensamento crítico e às políticas educacionais públicas, motivo pelo qual apoia práticas de censura contra a liberdade de cátedra, ao mesmo tempo em que agride o financiamento das universidades e sua autonomia administrativa.

Em um sentido político mais restrito, o bolsonarismo tem como propósito fortalecer a oposição binária entre nós/eles, amigo/inimigo, por meio da qual se pretende minimizar e, se possível, neutralizar toda forma de oposição e dissidência política. O bolsonarismo orienta-se por um projeto paradoxal de democracia, de caráter autoritário, que se propõe a restringir os direitos e liberdades daquelas formas de vida que não espelham seu modelo ideal normativo de cidadão: o “homem de bem” (Shirakawa, 2025, p. 43).

De um modo geral, os partidos de extrema-direita tendem a ser autoritários por natureza, embora o grau de autoritarismo varie de acordo com o contexto político de cada país. As variantes mais extremadas são abertamente racistas, têm laços claros com o fascismo e empregam táticas violentas. Eles se opõem à democracia processual. Um bom exemplo é o *Golden Dawn* (Amanhecer Dourado) grego, um partido abertamente fascista que glorifica a violência (Kopytowska e Sotiris, 2017, p. 218).

Entretanto, algumas variantes da extrema-direita procuraram se distanciar do fascismo ao aceitar o jogo democrático. Tal estratégia surtiu um marcante sucesso eleitoral, como foi o caso do Alternativa para a Alemanha (AfD), que hoje detém 20,8% do eleitorado alemão, com a segunda maior representação no Parlamento Federal. Na França, o *Rassemblement National* (RN), de Marine Le Pen, alcançou o primeiro lugar nas eleições de 30 de junho de 2024, com

33% dos votos. Essa tática eleitoral serve de cortina de fumaça para esconder a verdadeira natureza autoritária e excludente da extrema-direita nesses países.

Xenofobia

Xenofobia ou nativismo são sinônimos de um denominador comum que une a extrema-direita em todo o mundo: o desdém por estrangeiros. De fato, pesquisas mostram que a xenofobia se transformou no motor do populismo de direita na Europa e América. As disputas eleitorais na Alemanha, Itália e França têm sido fortemente pautadas pelo problema da xenofobia, a qual possui um enorme poder de mobilização eleitoral, sobretudo entre eleitores pensionistas que veem o Estado de bem-estar social canalizar bilhões de Euros para refugiados da África e Oriente Médio (Davis e Deoloe, 2017, p. 6).

Quando em 2015, a ex-chanceler alemã, Ângela Merkel (CDU/CSU), decidiu abrir seu país para um fluxo extraordinário de refugiados do norte da África e do Oriente Médio, a reação da extrema-direita, até então diluída em pequenos partidos sem representação parlamentar, foi a criação do Alternativa para a Alemanha (AfD). Os esforços da ex-chanceler para transformar a Alemanha em uma “cultura acolhedora” surtiu o efeito contrário: aqueles que perceberam tal imigração massiva como uma ameaça ao seu modo de vida se uniram em torno da nova agremiação, que não por acaso hoje concentra a maior parte de seu eleitorado nos estados da antiga República Democrática Alemã (1949-1990), que vivia sob o jugo da União Soviética (Mushaben, 2017, p. 3).

Na América, o mundo assiste atônito à execução do programa de deportação em massa do governo Trump. Trata-se de um programa de expulsão compulsória de 11 milhões de imigrantes, que tem provocado uma convulsão sem precedentes no país e no mundo. Trump acusa os imigrantes de envenenar “o sangue da nação”, tendo já deportado milhares de homens, mulheres e crianças, mesmo aqueles que possuem visto de residência no país. Caçados em suas casas, são arrastados e algemados pelas ruas, sem direito sequer de levar seus bens e pertences, que são confiscados pela polícia, em operações que em tudo lembra os *pogroms* da Alemanha nazista de 1933 (Kilgore, 2025, p. 2).

Donald Trump ordenou a deportação de centenas de imigrantes sem antecedentes para El Salvador, na América Central, onde a criação do Centro

de Confinamento do Terrorismo (CECOT), a mega prisão inaugurada em 2023 pelo presidente Nayib Bukele, se transformou em um símbolo da “guerra contra as gangues”, o que lhe granjeou uma popularidade sem precedentes. Segundo Lee Gelernt, vice-diretor do Projeto de Direitos dos Imigrantes da *American Civil Liberties Union* (ACLU), “ao deportar imigrantes com cidadania americana para El Salvador, Trump envia um sinal claro de que o Estado de Direito não significa nada para ele” (Ward, 2025, p. 5).

Negacionismo político e sequestro do Estado

A retórica antielite da extrema-direita se posiciona de forma antagônica ao poder político estabelecido, sob o pretexto de que os sistemas políticos existentes já não representam a vontade do povo. Várias pesquisas mostram que a desconfiança contra a elite política é um fator-chave que influencia a votação em populistas radicais de direita. Na Europa, eles se opõem aos projetos de integração da União Europeia (UE), também conhecido como “euroceticismo” (Berman, 2021, p. 78; Matthijs *et al.*, 2021, p. 972).

A experiência brasileira mostrou claramente a construção da candidatura de Bolsonaro para as eleições de 2018 como um *outsider*, isto é, como um político antissistema. Por certo, diversos candidatos a cargos políticos do passado brasileiro lograram capitalizar para si certo ambiente nacional difuso de rejeição à política. O aspecto importante é que Bolsonaro soube converter a aversão à política em estratégia de governo, recusando-se a negociar com o “sistema”, embora aparentemente respeitando as regras do jogo democrático, pelo menos até a tentativa de golpe de Estado após a derrota nas eleições de 2022 (Avritzer *et. al.*, 2023, p. 57).

De fato, a negação da política como estratégia de governo é mais um aspecto propriamente novo e desconcertante do bolsonarismo, movimento que não apenas se apresenta publicamente como antipolítico e antissistêmico, como atua de maneira a fazer com que instituições centrais da democracia atuem contra a própria democracia. Ao se apresentar como um político que nega o sistema político, Bolsonaro pôde introduzir em seus discursos teses claramente golpistas, frequentemente entendidas como mera cortina de fumaça ou como retórica desprovida de consequências mais graves (Nobre, 2020, pp. 10-15).

Nos Estados Unidos, Donald Trump governa através de um hiper presidencialismo que parece não conhecer limites. Ele hoje controla agências federais outrora independentes, como a Comissão Federal de Comunicações e a Comissão Federal de Comércio. Ele pretende ainda retirar as proteções de emprego de dezenas de milhares de servidores públicos de carreira, tornando mais fácil substituí-los se forem considerados contrários à sua agenda política. Planeja vasculhar as agências de inteligência, o Departamento de Estado e as burocracias de defesa para remover funcionários que ele difamou como “classe política doente que odeia os EUA” (Oliphant e Holland, 2025, p. 2).

O Estado profundo

Em seu primeiro mandato, em 2018, Donald Trump prometeu dismantlar o assim chamado “Estado profundo” (*Deep-State*), uma horda imaginária de burocratas que supostamente conspirariam para sabotar a agenda trumpista e expropriar recursos governamentais visando interesses pessoais. De volta à Casa Branca, Trump cumpriu sua promessa: em seu primeiro ato como presidente, ele assinou uma série de decretos, como a deportação em massa de imigrantes, decretou estado de emergência na fronteira com o México, enviou a Guarda Nacional para reprimir protestos em vários estados da União, retirou os Estados Unidos da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Organização Mundial do Trabalho (OMT) e do Acordo de Paris, entre outros.

O bilionário Elon Musk recebeu a missão de levar a cabo o dismantelamento do famigerado “Estado profundo”. Considerado o homem mais rico do planeta, Musk destacou-se como um dos maiores financiadores e articuladores da campanha republicana. Dono da rede social X (antigo Twitter) e CEO de empresas como Tesla e Space X, Musk investiu cerca de 277 milhões de dólares para impulsionar a candidatura de Trump e utilizou sua rede social como ferramenta de amplificação das *fake news* que inundaram a campanha eleitoral de 2024. Talvez a mais chocante dessas mentiras veio a público no debate presidencial da ABC News, durante o qual Trump afirmou que os imigrantes estavam comendo os cachorros e *pets* dos cidadãos americanos. Ele foi desmentido ao vivo pelo mediador do debate (Arkin e Ingram, 2024, p. 3)

Mas o papel de Elon Musk não se restringiu ao apoio financeiro e midiático. Ele foi nomeado para o Departamento de Eficiência Governamental (DOGE), uma autarquia criada especificamente para dismantelar o “Estado profundo”, isto é, a burocracia estatal: corte de funcionários, fechamento de instituições públicas como a Voz da América, a TV PBS e a National Public Radio (NPR), as quais desempenharam um papel fundamental durante a Guerra Fria, ao transmitir notícias para países da Cortina de Ferro. O bilionário também cortou a contribuição dos EUA à USAID, uma organização de ajuda humanitária destinada a enviar recursos para combater a fome, miséria e doença nos quatro continentes (Steakin e Bruggeman, 2025, p. 5).

Com a ajuda da Heritage Foundation, um *Think Tank* ultraconservador com sede em Washington D.C., Donald Trump pôs em marcha o *Project 25*, o qual pretende implementar uma presidência cada vez mais poderosa e uma ordem constitucional cada vez mais fragilizada. Os planos do presidente de refazer toda burocracia federal representam um claro desafio ao equilíbrio constitucional dos poderes da República, dado que restringem as atribuições do poder Legislativo e do Judiciário (Chrétien, 2023, p. 9).

A nova retórica inclui acusações infundadas de corrupção generalizada nos altos escalões da burocracia estatal, sobretudo no que respeita aos funcionários do Judiciário e do Departamento de Justiça. Como se sabe, no dia 3 de janeiro de 2025, a Justiça Federal de Nova York manteve as 34 condenações por fraude nos pagamentos para compra do silêncio de uma atriz pornô com quem Trump teve relações sexuais. O juiz de Nova York, Juan Merchan, afirmou que se tratava de um caso sem precedentes, porque Trump seria o primeiro presidente condenado na história do país (Kornfield et al., 2025).

Para refutar tais acusações, alguns pesquisadores se dedicaram a procurar evidências da suposta “cabala do Estado profundo” na burocracia federal. O que encontraram foi profissionalismo e respeito aos princípios legais que defendem a máquina estatal de decisões arbitrárias do Poder Executivo. Seus achados apontaram para uma administração repleta de camadas de gestão, mas decididamente não unificada ou singular. Na maioria das vezes, os funcionários federais operam programas autorizados e financiados pelo Congresso, cautelosos para não infringir a lei estatutária de cada autarquia (Skowronek, et. al., 2021, pp. 89-93).

Embora o espectro de um “Estado profundo” não resista ao escrutínio científico, Donald Trump seguiu à risca a cartilha do Projeto 25, da Heritage Foundation, ao publicar um decreto executivo reclassificando todas as categorias de funcionários públicos, ao flexibilizar as contratações e demissão dos servidores de carreira. A nova classificação dos cargos não segue o estatuto do serviço público que há muito tempo protege os cargos das nomeações partidárias.

Os cargos elegíveis para reclassificação obedecem a discricionariedade política de Trump sem necessidade de aprovação do Congresso. A justificativa é que o presidente deve ter mais controle sobre os funcionários cujo trabalho molda a direção da política do governo. Essa mudança radical satisfaz o desejo de Trump de prevenir e punir os tipos de vazamento de informações confidenciais que ele experimentou em seu primeiro mandato.

O fim do fim da História

Em 1989, a revista americana *National Interest* publicou um ensaio de filosofia da História do intelectual nipo-americano Francis Fukuyama, intitulado “O fim da História e o último homem”. Baseado na tradição filosófica de Kant, Hegel e Marx, o autor parte do pressuposto de que a democracia de mercado representaria um horizonte insuperável de uma nova era. Após um século de emergência e declínio dos regimes fascistas e comunistas, de enormes turbulências políticas e de crises econômicas sem precedentes, de contestação intelectual e prática ao liberalismo econômico e político de corte ocidental, o mundo, segundo ele, estaria retornando ao seu ponto inicial, qual seja, o triunfo inquestionável do sistema liberal do Ocidente, o único capaz de satisfazer as aspirações humanas por liberdade e dignidade (Fukuyama, 2015, pp. 25-32).

Entretanto, a crença na democracia liberal de Fukuyama e visionários congêneres se viu seriamente ameaçada pelo declínio generalizado das democracias no mundo, e mais recentemente pela guerra tarifária *erga omnes* empreendida por Donald Trump, o que põe em xeque o livre comércio entre as nações, base do liberalismo econômico. Além disso, a terrível agressão do autocrata Vladimir Putin contra a Ucrânia e sua intenção inconfessável de restaurar a antiga União Soviética, dissiparam o sonho de paz perpétua na Europa. Ironicamente, muitos

analistas indagam se hoje não estaríamos assistindo “o fim do fim da História” (Santiago, 2022, p. 33).

Por outro lado, a reação europeia contra as ameaças à democracia tem se mostrado surpreendente. Do ponto de vista teórico, o conceito de “democracia militante” — o uso de restrições legais para coibir atentados ao regime democrático — voltou a chamar a atenção de juristas e cientistas políticos. Na Europa, vários Tribunais Constitucionais de países como França, Alemanha e Espanha, têm aplicado medidas legais contra partidos da extrema-direita populistas que defendem ideias nazifascistas e pregam abertamente a abolição do Estado de Direito. Embora esses estudos consistam principalmente em análises descritivas, eles começaram a avançar hipóteses causais que explicam a variação em importantes políticas de defesa da democracia. De um modo geral, tais desenvolvimentos apontam para o fato de que as restrições constituem uma faceta importante da democracia moderna (Capoccia, 2013, pp. 211-215).

No caso específico da Alemanha, nos primeiros anos do pós-guerra, havia uma grande preocupação dos aliados de como impedir o ressurgimento de partidos extremistas, dado o fato de que o antigo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) ainda contava com cerca de 8 milhões de membros. Nas primeiras eleições do pós-guerra, em 1949, havia 11 partidos representados no Bundestag. Tal resultado, então considerado uma “grave fragmentação partidária”, inevitavelmente trouxe de volta memórias da República de Weimar e o medo associado à ingovernabilidade da democracia liberal recém instaurada (Adenauer, 1956, pp. 35-37).

A introdução de várias disposições complementares na Constituição Federal (Lei Fundamental), como o conceito da chamada “democracia defensiva” (*wehrhafte Demokratie*) e a cláusula de barreira de 5% para assentos legislativos no Parlamento Federal (*Bundestag*), deu à administração pública e aos tribunais regionais e federais os instrumentos legais com os quais poderiam impedir qualquer ameaça ao regime democrático. Entre elas, estava o direito dos Tribunais Constitucionais Estaduais e Federais de declarar um partido ilegal, dissolver ou proibir organizações não partidárias com tendências extremistas (Lei Fundamental, art. 21, § 2º).

Entre os instrumentos da “democracia defensiva” está a capacidade do Tribunal Constitucional Federal de revogar a cidadania de indivíduos por um pe-

ríodo limitado ou ilimitado (Lei Fundamental, art. 18, 19). Além disso, o direito de resistência do indivíduo como último recurso para lutar pela sobrevivência da República Federal da Alemanha e pela manutenção da Constituição (Lei Fundamental, art. 20, § 2º).

Além disso, a Lei Fundamental consagrou, no art. 79, III, cláusula pétreia que considera inadmissível qualquer reforma constitucional que pretenda introduzir alteração na ordem federativa, modificar a participação dos Estados no processo legislativo, ou suprimir os postulados estabelecidos nos artigos primeiro (inviolabilidade da dignidade humana) e vigésimo (estado republicano, federal, democrático e social, divisão de poderes, regime representativo, princípio da legalidade). Segundo a jurisprudência da Corte Constitucional alemã, tal disposição tem por escopo impedir que “a ordem constitucional vigente seja destruída na sua substância ou nos seus fundamentos, mediante a utilização de mecanismos formais, permitindo a posterior legalização do regime totalitário” (Lei Fundamental, 30, 1, 24 - ?).

Do outro lado do Atlântico, a resistência popular às políticas de Donald Trump vem crescendo a cada dia. Uma pesquisa encomendada pela revista *The Economist* para a empresa YouGov, conduzida entre 5 e 8 de abril de 2025, mostrou um declínio na popularidade do presidente dos Estados Unidos, em consequência de sua política de tarifas e um crescente pessimismo em relação à economia americana.

A pesquisa mostrou que a taxa de desaprovação de desempenho de Donald Trump atingiu 51%, enquanto 43% o aprovam, uma queda de cinco pontos em relação à semana anterior. Na avaliação pessoal do presidente, 43% dos americanos possuem uma visão favorável, e 54% desfavorável. Entre os eleitores de Trump em 2024, a parcela que o vê favoravelmente caiu de 91% para 85%, e a parcela que o vê desfavoravelmente subiu de 9% para 14%. Essa avaliação negativa contrasta com os primeiros dois meses de seu primeiro mandato, quando as opiniões favoráveis e desfavoráveis eram quase equivalentes.

Com relação à política tarifária, a pesquisa apontou que 52% dos entrevistados desaprova a medida, contra 36% de aprovação. Em relação ao aumento dos preços dos bens de consumo, 80% dos americanos acreditam que haverá aumento, 47% esperam um aumento grande e 33% esperam um pequeno aumento. Somente 4% esperam que as tarifas diminuam os preços. A maioria acredita que

as medidas tarifárias prejudicarão seu bem-estar financeiro (55%), a economia dos EUA (53%), as economias de outros países (55%) e a posição global dos Estados Unidos (52%). Em relação à retaliação, 56% dos entrevistados considera muito provável que outros países tomem a medida, elevando as próprias tarifas sobre produtos americanos e 40% preveem uma guerra comercial (Lima, 2025, pp. 2-4).

No Brasil, o bolsonarismo tenta sobreviver sem Jair Bolsonaro, dado que o ex-presidente está inelegível até 2030, após duas condenações por crimes eleitorais em 2023. Além disso, o ex-presidente foi denunciado criminalmente pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele é acusado de ter liderado um plano de golpe de Estado após perder a eleição de 2022 para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A PGR pede que Bolsonaro responda pelos crimes de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União, e deterioração de patrimônio tombado.

Até há pouco, havia um movimento muito forte na Câmara dos Deputados para dar esperança ao eleitorado bolsonarista de que o ex-presidente poderia se livrar desse processo, ganhar a anistia e disputar a eleição em 2026. Mas tal iniciativa perdeu força após o ex-presidente adotar um tom amigável com o ministro Alexandre de Moraes e até mesmo brincar com ele e convidá-lo para ser seu vice na chapa eleitoral de 2026. Bolsonaro foi alvo de críticas de parte de seus apoiadores, não só por ter se acovardado diante da Corte, mas também por ter chamado de “malucos” as pessoas que estavam nos acampamentos em frente aos quartéis, pediam um novo AI-5 e vandalizaram a sede dos Poderes no Distrito Federal em 8 de janeiro de 2023.

Considerações finais

A expressão “agredidos pela realidade” (*mugged by reality*) se refere a uma profunda mudança ideológica que ocorreu entre políticos e intelectuais norte-americanos, os quais defendiam o legado do *New Deal* do presidente Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). Tratava-se de um programa de ajuda governamental, de recuperação e crescimento econômico, gerador de empregos e de reformas através de regulamentações sobre Wall Street, bancos e transportes. Os herdeiros

ideológicos que defendiam o Estado de bem-estar social, a expansão dos direitos civis para negros, imigrantes e latinos, então considerados “liberais” por uns e “esquerdistas” por outros, foram surpreendidos pelo colapso da União Soviética em 1991 e pelo fracasso do socialismo em todo o mundo. O antigo “liberal” então se tornou “neoliberal”.

O neoliberalismo é um conceito complexo e ambíguo que tem sido consistentemente mencionado por críticos de uma política econômica baseada, pelo menos retoricamente, no livre mercado e no livre comércio nas últimas décadas. Esses dois princípios do neoliberalismo dominaram o discurso dos presidentes americanos desde o início dos anos de 1980. O mesmo período também foi caracterizado por uma tendência crescente de vincular essas políticas econômicas à liberdade, um valor central da identidade americana que passou a ser definido principalmente em termos econômicos.

A partir de Ronald Reagan, a liberdade econômica, em vez da liberdade política, tornou-se a medida da virtude do mundo livre. O colapso do bloco soviético serviu apenas para reforçar a visão de que o livre mercado, por si só, poderia trazer prosperidade e liberdade política. Tal visão de mundo se tornou dominante entre as instituições financeiras globais, como o Banco Mundial e o FMI.

174

Entretanto, o consenso neoliberal que perdurou nas últimas décadas foi rompido pelo presidente Trump, o qual se tornou o grande desestabilizador da retórica neoliberal ao rejeitar acordos de livre comércio e ignorar completamente a virtude do livre mercado, uma noção quase totalmente ausente de seu atual discurso. Ele substituiu a *doxa* neoliberal por um discurso centrado no déficit comercial e na acumulação de curto prazo de riqueza e poder nacionais; abraçou a virtude da soberania nacional, rejeitando o que chamou de “globalismo”; ofereceu uma visão antagônica de um mundo no qual o comércio internacional é concebido como um jogo de soma zero. Essa nova visão se reflete nas metáforas usadas por um presidente que desafiou as normas da retórica presidencial em muitos níveis.

Pode-se afirmar, então, que os muitos eleitores de Trump foram “agredidos pela realidade”: os imigrantes latinos, que em sua maioria votaram no republicano em 2024, foram deportados; os acadêmicos que lhe deram suporte intelectual, perderam suas cátedras universitárias; as big techs que investiram bilhões de dólares em sua campanha, perderam trilhões de dólares com o colap-

so das bolsas de valores; funcionários públicos foram demitidos em massa por e-mail; milhões de “agredidos pela realidade” saem às ruas de todo o país para protestar contra suas políticas insanas.

O mesmo fenômeno, *mutatis mutandis*, poderia ser aplicado à Alemanha e Europa em geral: Vladimir Putin, o ex-agente do Serviço Secreto Russo (KGB), colega da ex-chanceler Ângela Merkel, desfrutou por duas décadas a confiança do governo alemão, traduzida por contratos bilionários de fornecimento de gás e petróleo. Fato que tornou a Alemanha perigosamente dependente do Czar do Kremlin.

A brutal invasão da Ucrânia em 2020 mostrou a verdadeira face do autocrata russo. A Europa se viu diante de uma ameaça real, nunca vista nem durante a Guerra Fria. Agredida pela realidade, impuseram sanções econômicas à Rússia, buscaram novas fontes de suprimento de gás e óleo, facilitaram a entrada de novos países no Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e deram apoio econômico e militar irrestrito à Ucrânia. Um conflito que, segundo os cálculos de Putin, deveria durar 3 dias, há pouco celebrou 3 anos, ao custo de 40% do PIB russo e 1 milhão de soldados mortos.

No Brasil, a trama golpista de Bolsonaro “saiu pela culatra”: todos os mandantes e comandados que dela fizeram parte foram presos e hoje respondem como réus no Supremo Tribunal Federal, sujeitos a penas que podem ultrapassar 40 anos. De certa forma também foram “agredidos pela realidade”!

Referências

ADENAUER, Konrad. **World Indivisible with Liberty and Justice for All**. London: Routledge, p. 154. DOI <https://doi.org/10.4324/9781003255673>, 1956.

ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ARKIN, Daniel; INGRAM, David. “Trump pushes baseless claim about immigrants ‘eating the pets’”. NBC NEWS, 10/09/2024. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/politics/2024-election/trump-pushes-baseless-claim-immigrants-eating-pets-rcna170537>.

ASLANIDI, Paris. “Is Populism an Ideology? A Refutation and a New Perspective Is Populism an Ideology? A Refutation and a New Perspective”. **Political Studies**, Vol. 64, n. 88, 2016.

AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel. **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 240 pp., 2023.

BAEHLER, Karen J. “Federal Workforce Reforms in Trump’s Second Term: two scenarios”. **Policy Quarterly**, v. 21, n. 1, 2025.

BERMAN, Sheri. “The Causes of Populism in the West”. **Annual Review of Political Science**, v. 24, pp. 71-80, 2021

BONIKOWSKI, Noam; GIDRON, Bart. **Varieties of Populism: Literature Review and Research Agenda**. Harvard University: Working Papers Series, 2013.

CAPOCCIA, Giovanni. “Militant Democracy: The Institutional Bases of Democratic Self-Preservation”. **Annual Review of Law and Social Science**, v. 9, pp. 207-226, 2013. <https://doi.org/10.1146/annurev-lawsocsci-102612-134020>.

DAVIS, Lewis; DEOLOE, Sumit S. **Immigration and the Rise of Far-right Parties in Europe**. DICE Report, Leibniz-Institut für Wirtschaftsforschung an der Universität München, München, Vol. 15, Iss. 4, pp. 10-15 ISSN 2511-7823, 2017.

DATAFOLHA. “Instituto de Pesquisa. Avaliação de dois anos e quatro meses do Presidente Lula”. Abril de 2025. Disponível em: Chromeextension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/<https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2025/04/07/qjdowa0los7itquuk64qo1d1cp51boolmzn1bq3bfso.pdf>. Acesso em 13/04/2025.

CHRETIEN, Spencer. **Project 25. The Heritage Foundation**, 2023. Disponível em: <https://www.heritage.org/conservatism/commentary/project-2025>. Acesso em: abril, 2025.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 488 pp., 2015.

GENTILE, Fábio. “Do ‘povo amorfo’ ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras”. **Revista de História**, 26 (2), 459-480, 2020.

HALIKIOPOULOU, D.; VLANDAS, T. “When economic and cultural interests align: The anti-immigration voter coalitions driving far right party success in Europe”. **European Political Science Review** 12(4), pp. 427–448, 2020.

HIDALGO-TENÓRIO, Encarnación; BENÍTEZ-CATRO, Miguel-Ángel. “Trump’s populist discourse and affective politics, or on how to move ‘the People’ through emotion”. **Globalization, Societies and Education**, v. 20 n.2, pp. 86–109, 202.

HOLMES, Carolyn E. *et. al.* “A Case for Description”. **PS: Political Science & Politics**. v. 57(1):51-56, 2024. doi:10.1017/S1049096523000720.

JONATHAN, Swan; CHARLIE, Savage; HABERMAN, Maggie. “Trump and Allies Forge Plans to Increase Presidential Power in 2025”. **New York Times** (Digital Edition). July 17, 2023.

KABA, Amadu J. “United States Immigration Policies in the Trump Era”. **Sociology Mind**, v. 09, n.04, 34 pages, Sociology Mind, 10.4236/sm.2019.94021, 34 pp. 2019.

KILGORE, Ed. “Four Ways Trump Is Going After Legal Immigrants”. **Intelligencer**, 20 de março 2025. Disponível em: <https://nymag.com/intelligencer/article/4-ways-trump-is-going-after-legal-immigrants.html>. Acesso em: março/2025.

KIRBY, Paul. “Conservadores confirmam vitória na Alemanha e direita radical tem votação recorde”. **BBC Brasil**, cx28v597pelo 24.fev.2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/>. Acesso em: mar./2025.

KOPYTOWSKA, Monika; SOTIRIS, Panagiotis (2017). **Political crisis and the rise of the far right in Greece: Racism, nationalism, authoritarianism and conservatism in the discourse of Golden Dawn**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2017. ISBN 978-90-272-4281-5.

KORNFIELD, Meryl. “Trump, after sentencing, maintains case should never have been brought”. **The Washington Post**, 10/01/2025. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2025/01/10/trump-sentencing-hush-money-case/>. Acesso em: 09/06/2025.

177

LIMA, Polianne. “Nova pesquisa mostra popularidade de Trump em declínio nos EUA”. **CNN Brasil**, 10/04/2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/nova-pesquisa-mostra-popularidade-de-trump-em-declinio-nos-eua/>. Acesso em: 13/04/2025.

LISSARDY, Gerardo. “EUA estão virando cada vez mais uma oligarquia, com Trump e Musk no centro”. **BBC News Mundo**, 01/03/2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj67579xedyo>. Acesso em: abr./2025.

MATTHIJS, Rooduijn *et.al.* “The PopuList: A Database of Populist, Far-Left, and Far-Right Parties Using Expert-Informed Qualitative Comparative Classification (EiQCC)”. **British Journal of Political Science** (2024), v. 54: pp. 969–978, 2024. doi:10.1017/S0007123423000431.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Rovira. “Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda”. **Comparative Political Studies** 51 (13): pp. 1667–1693, 2018.

MOUNK, Yascha. **The People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It**. Boston: Harvard University Press, 2018.

MUSHABEN, Joyce M. “Angela Merkel’s Leadership in the Refugee Crisis”. **Current History**, vol. 116, n. 788, University of California Press, 2017.

NOBRE, Marcos. **Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 80 pp., 2020.

OLIPHANT, James; HOLLAND, Steve. “How Trump plans to cement control of government by dismantling the ‘deep state’”. **Reuters**, 18/01/2025.

PIFFNER, James P. “President Trump and the Shallow State: Disloyalty at the Highest Levels”. **Presidential Studies Quarterly**, vol. 52, no. 3, pp. 573–595, 2020. DOI: 10.1111/psq.12792.

PINA, Rute. “Bolsonaro em 2026? Como denúncia da PGR mexe com cenário da direita para as próximas eleições”. **BBC News Brasil**, 20/02/2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1mn01xj8n4o>. Acesso em: 13/04/2025.

RAADSCHELDERSA, Jos; SANDERS, Hon P. “New development: Loyalty to principle or politics—The US civil service under attack: is it justified?”. **Public Money & Management**, vol. 45, n. 2, pp. 144–150, 2025.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

RYDGREN, Jens. “The Sociology of the Radical Right”. **Annual Review of Sociology**, v. 33, pp. 241–262, 2007. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131752>.

SALMELA, Mikko; von SCHEVE, Christian. “Emotional Dynamics of Right- and Left-wing Political Populism”. **Humanity & Society**, v. 42, n. 4., 2018. <https://doi.org/10.1177/0160597618802521>.

SANTIAGO, Homero Silveira. “O fim do fim da história”. *Humanitas*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Santiago_HS_3186232_OFimDoFimDaHistoria.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025., 2022.

SEVERO, Denise; GUERRA, Paula. “Extrema-direita, xeno-populismo e colonialidade: discursos de ódio e colonização do imaginário no presente”. **Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura**. Porto, vol. 5, n. 1, 2022, pp. 55–76. ISSN 2184-3805 DOI: 10.21747/21843805/tav5n1a3.

SHIRAKAVA, Rafael da Silva. “Sob o signo da catástrofe triunfal: o bolsonarismo como expressão psicossocial do autoritarismo brasileiro”. 193 pp. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2025.

SKOWRONEK, Stephen; DEARBORN, John A.; KING, Desmond S. **Phantoms of a Beleaguered Republic: The Deep State and the Unitary Executive**. London: Oxford University Press, 269 pp., 2001.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias liberais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

STEAKIN, Will; BRUGGEMAN, Lucien. “After months of cuts, State Department says it’s officially shuttering USAID”. **ABC-NEWS**, March 28, 2025.

WARD, Myah. “ACLU sues Trump over Gitmo migrant detainees’ access to attorneys”. Revista eletrônica **POLITICO**, n. 2, p. 5, 2025. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2025/02/12/aclu-trump-guantanamo-migrants-00203852>. Acesso em: fev./2025.

WINTOUR, Patrick. “JD Vance’s Munich speech laid bare the collapse of the transatlantic alliance”. **The Guardian**. London: 15/02/2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/feb/15/jd-vance-munich-speech-laid-bare-collapse-transatlantic-alliance-us-europeh>. Acesso em 20/02/2025.

WIESE, Rebecca. Diese umstrittenen Politiker sitzen in der neuen AfD-Fraktion. **Stuttgarter Zeitung**, 25/02/2025.

WIRTSCHAFT. **Merz verspricht „Unabhängigkeit“ von den USA nach Wahlsieg**, 24/fev.2025. Disponível em: <https://wirtschaft.com/merz-verspricht-unabhaengigkeit-von-den-usa-nach-wahlsieg/>. Acesso em: 5/mar./2025.

Narrativas de poder: análise crítica do imaginário extraplanetário de Elon Musk em *De Volta ao Espaço*

Renato Guimarães Furtado¹
ORCID: 0000-0003-3656-9832

Resumo: Este estudo analisa o documentário *De Volta ao Espaço* como um exemplo paradigmático da forma como a mídia e o cinema operam como ferramentas políticas de consolidação de imaginários hegemônicos. Por meio da integração da narratologia com o conceito de imaginários extraplanetários, examinamos como a narrativa do filme reforça os projetos tecno-utópicos de Elon Musk, que promove a colonização do espaço como solução para os desafios existenciais da humanidade. Através da análise narratológica e da figura do meganarrador, investigamos como o cinema pode ser mobilizado como um vetor de poder que naturaliza certas visões de futuro, marginalizando alternativas críticas. Argumenta-se, ao final, que o documentário contribui para legitimar e materializar o imaginário tecnocientífico de Musk, limitando a capacidade coletiva de imaginar futuros alternativos. Conclui-se que é necessário aprofundar a análise crítica, partindo de produções midiáticas, acerca das relações de poder que instituem quais utopias se tornam hegemônicas e quem se beneficia de tais narrativas.

180

Palavras-chave: Narratologia. Elon Musk. Imaginários sociotécnicos. Imaginários extraplanetários. Meganarrador.

¹ Doutorando e Mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Jornalista e crítico de cinema formado pelo Festival Internacional de Cinema de Berlim (Rio de Janeiro, 2016). Estuda temas como espaço sideral, atmosferas, narrativa cinematográfica e geopolítica das comunicações. E-mail: renatogfurtado.34@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0622663780279101>

Abstract: This study analyzes the documentary “Return to Space” as a paradigmatic example of how media and cinema operate as political tools for consolidating hegemonic imaginaries. Through the integration of narratology with the concept of extraplanetary imaginaries, we examine how the film’s narrative reinforces Elon Musk’s techno-utopian projects, which promote space colonization as a solution to humanity’s existential challenges. Through narratological analysis and the concept of the meganarrator, we investigate how cinema can be mobilized as a vector of power that naturalizes certain visions of the future while marginalizing critical alternatives. It is ultimately argued that the documentary contributes to legitimizing and materializing Musk’s technoscientific imaginary, thereby constraining the collective capacity to envision alternative futures. The study concludes that a deeper critical analysis of media productions is necessary to address the power relations that institutionalize which utopias become hegemonic and who benefits from such narratives.

181

Keywords: Narratology. Elon Musk. Sociotechnical imaginaries. Extraplanetary imaginaries. Meganarrator.

Resumen: Este estudio analiza el documental “Regreso al espacio” como un ejemplo paradigmático de cómo la medios de comunicación y el cine operan como herramientas políticas para la consolidación de imaginarios hegemónicos. A través de la integración de la narratología con el concepto de imaginarios extraplanetarios, examinamos cómo la narrativa de la película refuerza los proyectos tecnoutópicos de Elon Musk, que promueve la colonización del espacio como solución a los desafíos existenciales de la humanidad. A través del análisis narratológico y la figura del meganarrador, investigamos cómo el cine puede ser movilizado como un vector de poder que naturaliza ciertas visiones del futuro, marginando alternativas críticas. Se argumenta, finalmente, que el documental contribuye a legitimar y materializar el imaginario tecnocientífico de Musk, limitando la capacidad colectiva de imaginar futuros alternativos. Se concluye que es necesario profundizar el análisis crítico, partiendo de producciones mediáticas, sobre las relaciones de poder que instituyen cuáles utopías se vuelven hegemónicas y quién se beneficia de dichas narrativas.

Palabras-clave: Narratología. Elon Musk. Imaginarios sociotécnicos. Imaginarios extraplanetarios. Meganarrador.

Introdução

A Terra é o berço da humanidade, mas a humanidade não pode permanecer em seu berço para sempre. É hora de ir adiante, andar pelas estrelas, expandir as dimensões da consciência humana. Assim Elon Musk, bilionário dono da corporação aeroespacial SpaceX, define sua visão utópica e cósmica no documentário *De Volta ao Espaço* (2022). O filme, apesar de narrar o retorno de astronautas estadunidenses ao espaço após 17 anos de fracassos da Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA), é a materialização do imaginário de Musk.

O objetivo do presente estudo é demonstrar de que maneira *De Volta ao Espaço*, enquanto documentário, é mobilizado para concretizar os planos do astrobilionário, evidenciando como sua utopia tecnológica conduz e modula a narrativa do longa. Através da análise narratológica segundo as indicações de André Gaudreault e François Jost (2017), examinaremos como se articula a instância do meganarrador em *De Volta ao Espaço* – o enunciador invisível que, não obstante, é o emissor principal dos sentidos de uma narrativa cinematográfica.

Em primeiro lugar, explicitaremos a teoria narratológica conforme Gaudreault e Jost. Esta abordagem será uma das principais ferramentas analíticas do estudo, à medida que investigaremos como Elon Musk, além de personagem do filme, também opera como meganarrador de modo a representar materialmente seu imaginário extraplanetário. Este conceito, proposto por Richard Tutton (2020), expande a ideia de imaginários sociotécnicos desenvolvida por Sheila Jasanoff (2015a; 2015b), que observa os modos como conjuntos vanguardistas de práticas e discursos projetam a imagem da sociedade que se tornará possível a partir da inovação tecnológica – bem como a imagem da sociedade que é necessária para que tal visão de futuro, sempre teoricamente pautada pelo benefício de todos, seja tornada viável.

A intenção é iluminar as relações estabelecidas entre produtos fílmicos com os imaginários mais amplos que tanto informam a criação cinematográfica, quanto são impulsionados e/ou reforçados. Operaremos na intersecção entre a narratologia e os estudos sociais de ciência e tecnologia, de modo a expandir o estudo crítico do cinema como um vetor de determinação sociotécnica por meio da produção de obras que endossam imaginários tecnológicos hegemônicos. Neste caso, explicitaremos como *De Volta ao Espaço* é, de fato, uma nar-

rativa estrategicamente construída para consolidar o imaginário extraplanetário de Elon Musk. Ao naturalizar os projetos tecnocientíficos do bilionário como horizontes inevitáveis para o futuro da humanidade, o documentário mobiliza recursos audiovisuais e estratégias emocionais para legitimar uma visão de mundo baseada na colonização espacial e no protagonismo de corporações privadas. Demonstraremos, então, que Musk, enquanto meganarrador da obra, não só reforça seu projeto específico de futuro, como também silencia o surgimento de possibilidades alternativas no que diz respeito ao expansionismo espacial e à tecnociência, por extensão.

Referencial teórico-metodológico

Campo heterogêneo de pesquisa, descendente dos estudos literários, a narratologia no cinema é a disciplina que estuda cientificamente as estruturas da narração, explicando, através de conceitos próprios, como ocorre tal processo na sétima arte. A narratologia cinematográfica se interessa pelos modos como o cinema narra uma história; pela figura do narrador e pelo ponto de vista desde o qual a narrativa é transmitida; e pelas relações audiovisuais entre palavras, sons e imagens que alicerçam a narração cinematográfica. Dentre as modalidades narratológicas, destaca-se na sétima arte a narratologia modal, ou seja, aquela que embasa investigações acerca dos modos como as relações entre palavras, imagens e sons, permitem a narração e a produção de significado (Gaudreault & Jost, 2017).

Mas o que é uma narrativa? André Gaudreault e François Jost (2017) caracterizam-na como uma sequência fechada de eventos, que possui uma unidade temporal com começo, meio e fim – exatamente porque as narrativas são configuradas como conjuntos de enunciados a partir dos quais as informações e fatos narrados são organizados. É também por isto que as narrativas se opõem ao mundo real, já que a realidade não se desenrola como elas, desdobradas por meio de uma sequência lógica, em maior ou menor grau, que se encerra ao fim da narração.

A análise narratológica é o estudo das relações da narrativa com a história e com a narração – com os acontecimentos e com o modo de expressão. Nisto, se toda narrativa está ligada a um discurso, então o papel do enunciador é indispensável. No cinema, esta instância que narra é a responsável por congre-

gar os efeitos produzidos por uma variedade de modalidades – da imagem ao som, do cenário à fotografia, das atuações à montagem, dentre os outros vetores da criação fílmica. Este enunciador é o meganarrador, aquele que organiza a comunicação fílmica e possibilita sua transmissão ao espectador. Dada a dimensão icônica, verbal e musical do cinema, o meganarrador é dividido em dois: o mostrador fílmico que, em geral, equivale ao diretor; e o montador, que articula os planos (Cardoso, 2003; Gaudreault & Jost, 2017).

Mesmo que o meganarrador opere incógnito – dissolvendo-se em narradores delegados e secundários, como os personagens, por exemplo – sua figura e influência são necessariamente presentes, principalmente porque imagens, ruídos, diálogos, textos e músicas são articulados e congregados para expressar modalmente a narração. A análise do narrador cinematográfico torna-se central na narratologia justamente por atuar como uma força estrutural e organizadora; sem a instância extradiegética do meganarrador, a narrativa cinematográfica perde seu esteio (Cardoso, 2003; Ossanes, 2017; Gaudreault & Jost, 2017).

O meganarrador deve ser compreendido como um controlador dos discursos e das ações que alicerçam a narrativa de uma dada película, um agente que, no entanto, não reivindica sua posição fundamental. Trata-se de uma entidade que tende à abstração, uma figura cuja concretude em nada se assemelha à concretude dos personagens, sensível e cognitivamente perceptíveis pela audiência, mas que age e estrutura sem forma física. No cinema, diferentemente da literatura, este enunciador pode não ser um “eu”, mas é, não obstante, uma instância cuja voz modula, controla e produz todas as outras vozes presentes na narrativa (Gaudreault, 1989; Ossanes, 2017).

Para além do referencial teórico, é importante também que delimitemos o foco e o escopo desta investigação. Em primeiro lugar, optamos por trabalhar com *De Volta ao Espaço* por conta da influência de Elon Musk, um dos principais nomes da era NewSpace, atual etapa do expansionismo espacial estadunidense em que as fronteiras entre as ações dos Estados Unidos e corporações transnacionais se tornam cada vez menos discerníveis (Rubenstein, 2022). Nos concentraremos apenas na atuação aeroespacial de Musk, não observando seus atos políticos nem aqueles relativos às suas outras empresas, como X/Twitter e Tesla.

Além disso, também é necessário salientar que não tencionamos produzir uma interpretação definitiva sobre o documentário ora analisado, mas

expandir possibilidades de pesquisa. Um estudo mais amplo demandaria, por exemplo, considerar a posição da Netflix enquanto produtora da obra, tendo em vista todas as complexidades colocadas pela posição da gigante do *streaming* no ecossistema de produção e exibição cinematográfico mundial. Seria possível também avaliar como o público e a crítica especializada receberam a obra, avaliando se e como as ideias propagadas por *De Volta ao Espaço* foram acolhidas e/ou rechaçadas. Neste momento, no entanto, não exploraremos estes caminhos, dados o foco e o escopo de nossa pesquisa.

Também não intentamos estipular que a abordagem narratológica eleita é a correta. Conforme Cardoso (2003), é preciso reconhecer que não existe uma teoria homogênea nem hegemônica da narratologia no cinema. Há uma oscilação de perspectivas que fornecem abordagens e arcabouços teóricos distintos – e, por vezes, conflitantes – para debater a problemática do narrador. Optamos por trabalhar a partir de André Gaudreault e François Jost por conta do conceito de meganarrador que, a nosso ver, permite conectar preocupações com a enunciação fílmica e a questão do imaginário tal qual analisado pelos sociólogos da ciência e da tecnologia.

186

Ainda que os autores se concentrem mais sobre ficções em sua análise sobre a narrativa cinematográfica, acreditamos que os princípios identificados pelos autores podem ser operacionalizados tanto em exames de obras ficcionais, quanto de produtos não-ficcionais. Segundo Gaudreault e Jost (2017), ficções são diferenciadas de não-ficções a partir da análise intrínseca da obra; ou seja, a chave se encontra na identificação dos modos como o material profílmico é organizado. No caso, como demonstraremos, a articulação dos fatos em *De Volta ao Espaço*, evidencia que a abordagem de Gaudreault e Jost viabiliza analisar documentários em sua estrutura fílmica enquanto construtora de significados e moduladora da recepção do espectador.

Imaginários extraplanetários

De Volta ao Espaço reconta a missão estadunidense para retomar as viagens rumo ao cosmos desde seu solo nacional. A parceria entre a NASA e a iniciativa privada permitiu que os EUA recuperassem sua capacidade de lançar missões espaciais independentes, perdida após o fim do dispendioso e perigoso programa

de ônibus espaciais e dos cortes no orçamento aeroespacial estadunidense. Estes fatores forçaram o país a depender da Rússia para enviar astronautas à Estação Espacial Internacional (EEI), o que representou um revés significativo para a potência norte-americana ao precisar recorrer às infraestruturas russas.

Em termos narratológicos, *De Volta ao Espaço* é minimamente organizado, aproximando-se da estrutura não-ficcional reconhecida por Gaudreault e Jost, mas também incorpora elementos de suspense. Os diretores, Elizabeth Chai Vasarhelyi e Jimmy Chin (*Free Solo*), têm experiência em documentar missões intensas e complexas, com subtons heroicos, de forma que *De Volta ao Espaço* segue a mesma linha. Aqui, a organização do material profílmico gira em torno de uma pergunta central: os astronautas conseguirão cumprir sua missão?

Para isto, o filme apresenta os personagens de forma a incrementar a empatia do público. Através de entrevistas para a câmera e cenas de suas vidas familiares, Bob e Doug – cujas esposas também são astronautas da NASA – são introduzidos como uma dupla de amigos de longa data cujas habilidades e personalidades os complementam como equipe. Paralelamente, utilizando depoimentos de especialistas, cenas gravadas para o documentário e imagens de arquivo, os realizadores demonstram quais são todos os passos necessários para realizar o lançamento do foguete que carregará os astronautas até a EEI (Estação Espacial Internacional) – desde os testes às possibilidades de falha da primeira tentativa estadunidense em 17 anos em retornar ao espaço, em uma missão que só teria uma chance de dar certo.

Assim, a tensão é construída pela forma como *De Volta ao Espaço* gera identificação entre os personagens e o espectador. A trilha sonora, ora heroica, ora elegíaca, complementa o estado de tensão à medida que os realizadores também exploram as experiências e as memórias dos funcionários da NASA acerca da explosão do ônibus espacial Challenger, em 1986. A decolagem da aeronave, amplamente televisionada ao público e assistida por inúmeros presentes no sítio de lançamento, culminou com a destruição do veículo em pleno ar, veiculada em rede nacional. Vemos, então, as reações das pessoas à época à explosão, bem como as sensações de pânico, terror, tristeza e desespero que tomaram conta da população diante da catástrofe, estampadas nos rostos dos espectadores e dos âncoras dos telejornais. Isto aumenta e muito o drama e demonstra que a orga-

nização do material profílmico empreendida pelos cineastas excede o terreno da (supostamente) pura e simples reprodução da realidade.

Esta sequência é sucedida por um segmento que também é articulado para incrementar o suspense, conforme Bob e Doug explicitam os perigos do voo espacial; seria como pilotar uma bomba a 28 mil km/h. A banda sonora, assemelhada ao gênero da música eletrônica, opera tanto de modo a reforçar a tensão, quanto para incensar o fascínio diante do lançamento de um foguete e as expectativas provocadas por tal manobra técnica. Então, antes da decolagem oficial, o longa exibe conversas entre a NASA e os responsáveis pelo comando do foguete acerca de condições climáticas perigosas que adicionam uma camada a mais de risco à missão. Além disso, também precisa haver um cuidado extremo no momento do abastecimento dos foguetes, já que um vazamento dos materiais ou um aumento de pressão no tanque pode causar a explosão do veículo, já tripulado no momento do abastecimento.

A forma como os acontecimentos são encadeados e expressos expõem os recursos através dos quais os realizadores de *De Volta ao Espaço* compõem sua narrativa, estabelecendo uma relação dramática entre o espectador e o material organizado, embora este tenda mais ao regime não-ficcional. Ou seja, o documentário equilibra-se entre estimular posturas de recepção de obras de ficção e de não-ficção em sua audiência, uma vez que tanto se concentra em relatar uma história que realmente ocorreu no mundo real; quanto construir antecipação pelo destino dos personagens. Na cena imediatamente anterior ao lançamento, vemos os astronautas se despedirem de suas famílias; pode ser a última vez que o fazem, como o longa faz questão de enfatizar. A trilha sonora retoma o tom de heroísmo e, logo, o de tensão.

Após uma primeira tentativa precisar ser abortada, Bob e Doug retornam ao foguete três dias depois – fato que confere aos cineastas uma nova chance para construir tensão e drama. Os heroicos funcionários da NASA finalmente partem. O primeiro estágio do voo é bem-sucedido, mas logo surge um novo obstáculo em potencial: a cápsula Endeavour, que leva Bob e Doug, precisa acoplar exitosamente às docas espaciais da EEI e, posteriormente, retornar com segurança à Terra. A montagem paralela da sequência da acoplagem, onde observamos os pontos de vista dos astronautas, dos responsáveis pela manobra no

centro de comando na Terra e a perspectiva da câmera acoplada externamente à nave, cria um momento de tensão e expectativa pelo que virá a acontecer.

A manobra, enfim, é bem-sucedida e os dois embarcam na estação espacial tranquilamente; a partir daí, vemos parte de suas rotinas na EEI por meio de entrevistas concedidas por Bob e Doug a veículos de imprensa internacionais. Vemos como os astronautas se alimentam, atendem às suas necessidades fisiológicas, se exercitam e mantêm a saúde em gravidade zero, a bordo de uma estação espacial, mas rapidamente o filme retoma a tensão: é hora de voltar ao planeta.

Esse equilíbrio entre o banal e o tenso adiciona empolgação ao testemunho da rotina de um astronauta. A reentrada dos astronautas é contraposta às cenas de arquivo da reentrada malsucedida do ônibus espacial Columbia, em 2003, que explodiu no ar. As animações e as explicações científicas, acompanhadas pela trilha sonora que sempre faz as vezes de comentário musical das cenas, acerca do que é necessário para fazer um objeto reentrar intencionalmente na atmosfera terrestre, também incrementam a tensão. Mas, por fim, Bob e Doug retornam com segurança à Terra, auxiliando a NASA a atingir seu grande objetivo. O clímax de *De Volta ao Espaço*, no entanto, logo deixa de ser sobre os astronautas à medida que o longa vira os holofotes para o seu verdadeiro protagonista, Elon Musk, que discursa acerca da façanha de Bob e Doug da seguinte maneira:

Isso é uma conquista da humanidade, e acho que o mundo inteiro pode olhar para isso como uma nova era. Teremos uma base na Lua, vamos mandar gente para Marte. E tornar a vida multiplanetária. Acho que este dia é o prenúncio de uma nova era da exploração espacial.

O fato de ser Musk o responsável por sumarizar o impacto da missão, não os astronautas que a empreenderam, não o centraliza em *De Volta ao Espaço* só porque a SpaceX construiu a cápsula e o foguete que levaram Bob e Doug à EEI. Na prática, seu protagonismo é estabelecido tanto no que se refere ao interior da narrativa do longa, ou seja, ao conteúdo do material profílmico; quanto porque seus ideais compõem uma instância meganarradora que excede o controle e a capacidade de organização dos meios de expressão detidos pelos realizadores do filme.

Ao recontar os modos através dos quais a parceria entre NASA e SpaceX foi solidificada, *De Volta ao Espaço* torna-se também uma espécie de relato biográfico da companhia e de seu fundador, explorando os altos e baixos da SpaceX

e de Musk até o êxito da missão Endeavour. Ainda que parte considerável do longa seja devotada aos projetos da NASA, a imbricação da agência governamental com os planos e práticas de Musk – como veremos adiante – reforça a ideia de que o filme é, no fim das contas, sobre o bilionário e sua corporação. Por um lado, *De Volta ao Espaço* retrata o magnata aeroespacial como uma figura excêntrica, que não cede às autoridades e aos poderes estabelecidos. É claro que ele comete seus erros – a menção às controvérsias nas quais Musk se envolveu é brevíssima, ocupando menos de 120 segundos da duração total de 128 minutos do filme –, mas como declara um dos astronautas da NASA: quem é que não tem seus pontos positivos e negativos?

Por outro, *De Volta ao Espaço* se concentra em apresentar a visão de Musk para o futuro do planeta e da sociedade – algo que permite que nos aproximemos da hipótese defendida neste estudo: a de que o imaginário extraplanetário de Musk opera como instância meganarradora que modula a expressão fílmica, organiza o encadeamento dos acontecimentos e determina a conduta dos realizadores e montadores da película.

Imaginários extraplanetários promovem a colonização espacial como destino inevitável. Para instituir hegemonicamente que a única saída para o humano é ocupar o espaço sideral, imaginários extraplanetários são erguidos sobre construções narrativas e performances midiáticas espetaculares. Estas operam de modo a ocultar o fato de que os futuros projetados por imaginários extraplanetários ou por imaginários sociotécnicos mais amplos, dos quais aqueles são derivados, não são naturais ou inevitáveis. O mesmo vale para os imaginários em si, uma vez que são intencionalmente consolidados em uma dada sociedade por intermédio de práticas e narrativas específicas. Isto quer dizer que também são passíveis de rearticulações e desarticulações, de forma que investigar imaginários sociotécnicos abre espaço para que possamos pensar em futuros alternativos de modo a apreender que as realidades visadas para o futuro não são as únicas realidades passíveis de serem sonhadas e projetadas (Jasanoff, 2015b; Tutton, 2020).

Por isto, um filme como *De Volta ao Espaço* reduz a capacidade de imaginar alternativamente. A materialização dos discursos, de fato, é um aspecto basilar de imaginários sociotécnicos. Como demonstrado por Jasanoff (2015a; 2015b), tais projetos, apesar de serem imediatamente compreendidos como potentes construções simbólicas, só podem ser verdadeiramente impostos e

normalizados a nível público quando materializados em práticas e tecnologias. Por isto, imaginários sociotécnicos frequentemente são produtos de projetos individuais e/ou de pequenos grupos, mas que produzem amplos efeitos coletivos conforme sedimentam e capilarizam socialmente visões de como deve ser o futuro e do que precisa ser realizado para alcançar os cenários desejados. Imaginários sociotécnicos, a despeito de visarem um certo tipo de futuro, são indissociáveis da realidade concreta e presente dos contextos nos quais emergem e nos quais se espalham.

Dentre as práticas e os discursos que sustentam imaginários sociotécnicos, podemos citar, por exemplo, discursos estatais que adotam a linguagem tecnocientífica para justificar ações governamentais; legislações e disputas jurídicas, embasadas pelo que é entendido como desejado ou não ao nível dos futuros projetados; e produções culturais midiáticas, provenientes dos meios de comunicação de massa, da publicidade e das mídias digitais (Jasanoff, 2015a). O mesmo, como postula Tutton (2020), vale para os imaginários extraplanetários, onde as práticas que concretizam a abstração da imaginação de astrobilionários adquirem papel fulcral.

Em estudo anterior (Autor, 2024), analisamos como Jeff Bezos, fundador da Blue Origin e principal concorrente de Musk, materializa suas próprias visões utópicas de expansionismo espacial por meio de estratégias midiáticas, destacando-se o vídeo “For the Benefit of the Earth”. O material promocional, divulgado via YouTube, mescla entrevistas com funcionários da corporação e elementos visuais e sonoros – imagens de ecossistemas terrestres, animações de habitats espaciais e trilhas heroicas – para construir uma narrativa persuasiva. A estratégia visa defender a ideia de que a colonização orbital da Terra e a preservação do planeta são essenciais para garantir a continuidade humana diante de crises climáticas e escassez de recursos. O material opera não só em um registro simbólico, mas também afetivo, à medida que estimula emoções específicas – a esperança, medo, empolgação – para naturalizar a expansão espacial como inevitável, marginalizando alternativas críticas à dependência de corporações privadas para a sobrevivência humana.

A mesma tática, em sua essência, é empregada em *De Volta ao Espaço*, como demonstra a sequência que relata como Musk foi responsável por incentivar, financiar e sustentar a criação de foguetes reutilizáveis. São mais de 7 mi-

nutos que organizam os fracassos iniciais da SpaceX como pedras fundamentais do atual patamar atingido pela corporação. A sequência culmina com o primeiro retorno de um foguete reutilizável à Terra e com a posterior repetição da façanha; as imagens são musicalmente comentadas pela valsa “Danúbio Azul”, de Johann Strauss. O pouso dos foguetes é exposto ao espectador como se fosse um balé, incensando a façanha de engenharia da SpaceX.

Simultaneamente, o longa reforça a genialidade de Musk, retratando-o como um indivíduo inovador que teria lutado praticamente sozinho para que as *startups* do setor aeroespacial disputassem o espaço com as companhias mais tradicionais do ramo, como Lockheed Martin e Boeing. Em *De Volta ao Espaço*, Musk e a SpaceX são representados como *underdogs*, cuja coragem e disposição para se arriscar e tentar ao máximo atingir o sucesso através de quantas tentativas forem necessárias, conferem um caráter heroico às suas atividades. Colocá-lo nessa posição, em que o trabalho duro é reconhecido e recompensado em uma sociedade meritocrática, é uma estratégia empreendida pelo documentário para que o espectador venha a torcer por seu sucesso no decorrer da narrativa diante dos oponentes que enfrenta.

192

Para isto são fundamentais os depoimentos de presidentes e vice-presidentes da SpaceX que recontam como conheceram Musk, reforçando a admiração por sua coragem, capacidade de liderança e genialidade, e relatam como a companhia, repleta de funcionários talentosos e comprometidos com o sucesso, rapidamente começou a perturbar uma indústria já estabelecida. Isto faz com que Musk e a SpaceX surjam como os salvadores inovadores que utilizam a tecnologia e a persistência como contraponto às ultrapassadas práticas de seus predecessores – incluindo as estratégias da própria NASA. A propósito, os depoimentos de pessoas ligadas ao órgão estatal estadunidense, bem como de especialistas externos, corroboram a ideia de que não ter retornado ao espaço após os avanços das décadas de 1960 e 1970 alcançados pela potência norte-americana, deve ser considerado como um fracasso estadunidense. Neste contexto, o papel heroico de Musk se consolida, à medida que se posiciona como aquele que pode remediar os problemas da NASA, oferecendo os serviços da SpaceX.

De Volta ao Espaço busca convencer seu espectador do valor das empreitadas de Musk através do apelo emocional. O filme coloca em prática uma característica comum a muitos documentários, segundo Bill Nichols (2005): o

objetivo de exercer um impacto no mundo real persuadindo o público de que um determinado ponto de vista é preferível em relação a outros. Ora, quando a missão Endeavour é retratada em todo seu êxito, *De Volta ao Espaço* intenta cativar sua audiência por meio da evocação de um sentimento de admiração e fascínio diante da engenhosidade e do esforço envolvidos no projeto. Imagens, sons e palavras compõem uma narrativa onde a exploração do espaço não só é apresentada como desejável, como também indispensável.

Portanto, *De Volta ao Espaço* justifica visual, prática e materialmente o imaginário extraplanetário do astrobilionário sul-africano. O fato de que Musk tome a palavra para celebrar a missão Endeavour, no encerramento do longa, dá a medida de como o documentário enquadra o esforço para levar os astronautas estadunidenses até a EEI, como uma demonstração de que os projetos do fundador da SpaceX devem ser almejados e alcançados. E qual é o seu principal objetivo? Colonizar Marte, algo brevemente explorado pelo filme, a considerar que a ocupação do planeta vermelho é a joia da coroa do imaginário extraplanetário muskiano.

Logo nas sequências iniciais do filme, em entrevista direta à câmera, concedida em um hangar da SpaceX, Musk proclama, conforme seu testemunho é entremeadado por imagens que retratam o poderio tecnocientífico de sua corporação:

Há uma pequena chama de consciência. Ela não existe há muito tempo e pode facilmente se extinguir. Pode ser um meteoro, a mudança climática extrema. Quem sabe? A Terceira Guerra Mundial. Precisamos preservar a luz da consciência para o futuro nos tornando uma espécie multiplanetária, expandindo a vida além da Terra.

Para Musk (2017), o futuro é binário: ou a humanidade permanece na Terra e perece ou deixa o planeta rumo ao cosmos. Marte seria, então, um plano/planeta B viável, na concepção do astrobilionário sul-africano, porque, por exemplo, os dias marcianos são apenas 30 minutos mais longos que os dias terráqueos – o que facilitaria a adaptação – e a atmosfera de Marte possui gases também encontrados em nossa atmosfera, como gás carbônico, o nitrogênio e o argônio. Além disso, não haveria ausência de demanda por mão de obra, o que significaria dizer que todos que optassem por ir à Marte estariam automaticamente empregados (Musk, 2017).

De saída, é possível perceber como o imaginário extraplanetário encerra a imaginação de outras possibilidades, narrativas e materialidades. Seria viável imaginar, por exemplo, uma solução para a regeneração da Terra, o que dispensaria a necessidade de colonizar Marte – que, na verdade, é um péssimo candidato para abrigar a vida humana, diferente do que Musk prega. O planeta vermelho não possui campos magnéticos que poderiam proteger a superfície planetária de radiações; não possui oxigênio em sua atmosfera; e permanece em uma temperatura média de aproximadamente 60 graus negativos. Para remediar o frio, Musk propõe lançar bombas nucleares sobre Marte para aquecer rapidamente sua atmosfera. Entretanto, o plano é virtualmente impossível e inútil, já que aquecer a atmosfera de Marte não garantiria chuvas, dada a secura do planeta, além de aumentar os níveis de toxicidade locais, insustentáveis para qualquer forma de vida (Rubenstein, 2022).

Nenhum destes aspectos é mencionado em *De Volta ao Espaço*, no entanto. Enquanto é verdade que o longa se concentra mais especificamente na missão Endeavour, a mesma é indissociável do imaginário extraplanetário de Musk – que se tornou também o imaginário hegemônico no cerne da NASA, como demonstra a filósofa Mary-Jane Rubenstein (2022). O longa se constitui como um documento audiovisual orientado a solidificar o discurso do astrobilionário e sua argumentação em prol da improvável colonização de Marte, ao mesmo tempo em que recursos imagéticos e sonoros, lado a lado ao conteúdo expresso em palavras, engendram uma resposta afetiva específica que justifica e materializa o imaginário muskiano. A narrativa serve à organização do material profílmico de acordo com o que prega a cartilha simbólica e prática do fundador da SpaceX.

A lógica de organização de um documentário sempre visa a sustentação de um argumento ou de uma afirmação sobre o mundo histórico, de modo a envolver o espectador à medida que o próprio filme se envolve com e no mundo. Interessa ao documentário, sobretudo, as ligações entre eventos e personagens reais, históricas. A montagem documental, diferentemente do que ocorre no filme de ficção clássico, onde os cortes são realizados como que invisivelmente para construir a ilusão da continuidade, gera a continuidade a partir da demonstração das ligações supracitadas (Nichols, 2005). Ora, o que ocorre em *De Volta ao Espaço* é precisamente que a organização lógica dos testemunhos do filme e das

formas de expressão visual e sonora articulam uma lógica que não corresponde ao argumento sustentado pelos cineastas, mas sim pelo protagonista do filme. Até mesmo quando depoimentos de especialistas tratam de temas paralelos aos projetos de Musk, seus testemunhos operam de modo a suscitar o fascínio pelas façanhas tecnológicas alcançadas por corporações como a SpaceX. Isto, consequentemente, torna mais palatáveis imaginários sociotécnicos e extraplanetários.

No encerramento do documentário, quando são apresentadas as imagens do segundo voo da SpaceX/NASA para a EEI, ouvimos novamente a voz de Musk em *off*, corroborando o que foi argumentado no decorrer do documentário:

Devemos pensar mais no futuro que queremos. Qual é o final feliz? Para mim, é garantir que nos tornemos uma civilização espacial. É importante entender que isso não é inevitável. As pessoas se enganam quando pensam que a tecnologia melhora automaticamente. Não melhora automaticamente. Se olhar para as grandes civilizações como o Egito antigo, eles fizeram as pirâmides e esqueceram como fazê-las. Os romanos construíram aquedutos incríveis, e aí esqueceram. Em 1969, conseguimos mandar alguém à Lua, e esquecemos como fazer isso. A janela de oportunidade está aberta para tornar a vida multiplanetária. Não dá para esperar que fique aberta por muito tempo. Temos que aproveitar essa janela enquanto está aberta.

195

Por fim, *De Volta ao Espaço*, ainda que seja um filme muito mais próximo de um registro de menor organização deliberada do material profílmico, é, em uma escala mais profunda, uma narrativa cuidadosamente orquestrada para sedimentar o imaginário de seu protagonista – o verdadeiro meganarrador desta película.

Conclusão

Através da integração entre os estudos narratológicos e o arsenal teórico proporcionado pelos estudos sociais de ciência e tecnologia, buscamos demonstrar no presente estudo que as produções midiáticas são uma fonte de consolidação de determinados imaginários por meio das técnicas narrativas. Analisamos como o filme *De Volta ao Espaço* é organizado e articulado para sustentar e sedimentar o discurso endossado por um astrobilionário como Elon Musk, cujas construções simbólicas e práticas tecnocientíficas influenciam o modo como o material profílmico é – ou não – organizado pelos realizadores e montadores da película. Entendendo que a instância narradora e enunciativa invisível que rege as relações entre

imagem, palavras e sons no cinema é a responsável por comandar os modos como a narrativa é expressa, propomos compreender que o verdadeiro meganarrador de *De Volta ao Espaço* não é uma figura que se divide entre os diretores e editores, como na formulação original de André Gaudreault e François Jost (2017), mas o próprio Elon Musk como corporificação de seu imaginário extraplanetário.

Para isto, foi essencial considerar a questão dos imaginários sociotécnicos e extraplanetários segundo autores como Sheila Jasanoff (2015a; 2015b) e Richard Tutton (2020). Suas pesquisas nos permitem compreender como imaginários hegemônicos orientados a defender o potencial utópico da tecnociência não são produtos apenas de seus enunciadores, derivando também das ações de entes associados, como o cinema e a produção cultural como um todo. Com isto, não foi nossa intenção esgotar o debate, mas sim apresentar caminhos analíticos para melhor compreender as intersecções entre mídia e política – sobretudo quando se tratam de materiais de aspiração não-ficcional, ou seja, de produções que intervêm sobre o mundo concreto em relação ao qual manifestamente se integram, conforme as formulações de Bill Nichols (2005). Esperamos ter contribuído para este objetivo a partir da análise fílmica e narratológica mobilizada de acordo com os estudos sociais de ciência e tecnologia, principalmente salientando que os futuros desejados por imaginários sociotécnicos não são inevitáveis.

Examinar um longa como *De Volta ao Espaço*, neste enquadramento, significa ressaltar como práticas e narrativas trabalham para reforçar ou desmantelar a articulação de um imaginário específico; é neste ponto que nos tornamos capazes de iniciar um questionamento vital acerca dos modos através dos quais certos imaginários são naturalizados, enquanto outros não. Conforme Tutton (2020), os futuros projetados por imaginários sociotécnicos são apenas alternativas, nunca imagens imutáveis, pois são alicerçados sobre preceitos e valores econômicos, morais, políticos e culturais específicos, particularmente provenientes daqueles que os endossam. Analisar imaginários sociotécnicos e extraplanetários é indagar criticamente o que significa o progresso e o futuro – e, acima de tudo, desvelar as estruturas de poder que reclamam para si a prerrogativa de definir tais significados.

A aceitação e a naturalização coletivas de um dado imaginário sociotécnico possibilitam e restringem, simultaneamente, perspectivas de mundo – impedindo o particular florescimento de visadas de mundo que tornariam palpáveis e

visíveis modos de produção de injustiça, por exemplo, que são contra-hegêmicas (Jasanoff, 2015a). Abrir a caixa-preta dos imaginários sociotécnicos significa navegar para além de sua normalização e indagar: progresso ou futuro para quem, por quais meios, para atender quais interesses e onde, por quais motivos, sobre quais bases?

São estes os questionamentos que esperamos ter endereçado a partir do exame narratológico do documentário *De Volta ao Espaço*.

Referências

AUTOR, 2024.

CARDOSO, Luís Miguel. “A Problemática do Narrador: Da Literatura ao Cinema”. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1-2, pp. 57-72, jan./dez. 2003.

GAUDREAU, André. **From Plato to Lumière**: Narration and Mostration in Literature and Cinema. Toronto: University of Toronto Press, 1989.

GAUDREAU, André; JOST, François. **Le récit cinématographique**. Paris: Armand Colin, 2017.

JASANOFF, Sheila. “Future Imperfect: Science, Technology, and the Imaginations of Modernity”. In: JASANOFF, Sheila; KIM, Sang-Hyun (Eds.). **Dreamscapes of Modernity**: Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 2015a, pp. 1-33.

JASANOFF, Sheila. “Imagined and Invented Worlds”. In: JASANOFF, Sheila; KIM, Sang-Hyun (Eds.). **Dreamscapes of Modernity**: Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 2015b, pp. 321-341.

OSSANES, Carlos. “A entidade meganarradora em *Mais Estranho que a Ficção*: Aproximações entre a narração literária e a cinematográfica”. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, v. 19, pp. 131-140, 2017.

MUSK, Elon. “Making Humans a Multi-Planetary Species”. **New Space**, Illkirch-Graffenstaden, v. 5, n. 2, pp. 46-61, 2017.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. São Paulo: Papirus, 2005.

RUBENSTEIN, Mary-Jane. **Astrotopia**: The Dangerous Religion of the Corporate Space Race. Chicago: The University of Chicago Press, 2022.

TUTTON, Richard. “Sociotechnical Imaginaries and Techno-Optimism: Examining Outer Space Utopias of Silicon Valley”. **Science as Culture**, Londres, pp. 1-24, 2020.

O individual é também social: autoficção e *gestus* como reveladores de parte da identidade de estudantes do ensino médio

Mileni Vanalli Roéfero¹
ORCID: 0000-0001-8668-3938

Beatriz Eugênia Oliveira Carvalho²
ORCID: 0009-0009-2814-9038

Resumo: Este artigo adveio da experiência de estágio de regência em Artes, cujos conteúdos priorizam a abordagem a partir dos conceitos autoficção e *gestus*. Como objetivos do estágio, constaram: observar a relação entre os alunos e a criação de personagem partindo de sua própria realidade, e identificar e refletir sobre a autoficção e o conceito de *gestus* brechtiano presentes nas atividades realizadas pelos alunos. As experiências obtidas durante esse processo suscitaram reflexões e geraram o objetivo principal deste artigo: analisar pormenorizadamente os materiais obtidos durante o processo. Como referenciais teóricos, o trabalho foi ancorado em Mirian Souza Rodrigues Ferreira (2018), que discute a linguagem teatral no currículo de artes do Ensino Médio; Willi Bolle (1976), que contextualiza e conceitua o termo *gestus* social, e Edson Ribeiro da Silva (2019), que conceitua e faz um apanhado histórico do gênero autoficcional. Como resultado, concluímos que os *gestus* apresentados pelos alunos em suas produções autoficcionais podem ser questionados em sala de aula para promover reflexão e debate, a fim de aumentar a conscientização sobre suas próprias ações e desafiar os estereótipos e estigmas que a escola e a sociedade colocam sobre eles.

Palavras-chave: *gestus*, autoficção, ensino de teatro, educação básica.

¹ Doutoranda em Artes no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: vanallimileni@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7693980302033513>

² Mestranda em Literatura e Historicidade no programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: pg405971@uem.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8180894554805294>

Abstract: This article stems from the experience of a teaching internship in Arts, whose contents prioritize an approach based on the concepts of autofiction and *gestus*. The objectives of the internship included: observing the relationship between students and the creation of characters based on their own reality and identifying and reflecting on autofiction and the Brechtian concept of *gestus* present in the activities carried out by the students. The experiences obtained during this process raised reflections and generated the main objective of this article: to analyze in detail the materials obtained throughout the process. As theoretical references, the study was anchored in Mirian Souza Rodrigues Ferreira (2018), who discusses theatrical language in the high school arts curriculum; Willi Bolle (1976), who contextualizes and conceptualizes the term social *gestus*; and Edson Ribeiro da Silva (2019), who defines and provides a historical overview of the autofictional genre. As a result, we conclude that the *gestus* presented by students in their autofictional productions can be questioned in the classroom to promote reflection and debate, aiming to increase awareness of their own actions and challenge the stereotypes and stigmas imposed on them by the school and society.

Keywords: *gestus*, autofiction, theater teaching, basic education.

Resumen: Este artículo surgió de la experiencia de una pasantía de conducción, cuyos contenidos abordados fueron la autoficción y el *gestus*. Los objetivos de la pasantía incluyeron: observar la relación entre los estudiantes y la creación del personaje a partir de su propia realidad; identificar y reflexionar sobre la autoficción y el concepto de *gestus* brechtiano presentes en las actividades realizadas por los estudiantes. Las experiencias durante este proceso suscitaron reflexiones y generaron el objetivo principal de este artículo: analizar en detalle los materiales obtenidos durante el proceso. Como referencias teóricas, el trabajo se ancló en Mirian Souza Rodrigues Ferreira (2018), que discute el lenguaje teatral en el currículo de artes de la escuela secundaria; Willi Bolle (1976), quien contextualiza y conceptualiza el término *gestus* social y Edson Ribeiro da Silva (2019), quien conceptualiza y hace un recorrido histórico del género autoficcional. Como resultado, concluimos que el *gestus* presentado por los estudiantes en sus producciones autoficcionales debe ser cuestionado en el aula para promover la reflexión y el debate, con el fin de sensibilizarlos sobre sus propias acciones y desafiarlos a confrontar los estereotipos y estigmas que la escuela y la sociedad les otorgan.

Palabras clave: *gestus*, autoficción, enseñanza del teatro, educación básica.

Para contextualizar a discussão

Pensar o ensino de Teatro na educação básica nos dias atuais é legalmente possível graças à lei 13.278/2016, que tornou a Música, a Dança, o Teatro e as Artes Visuais linguagens artísticas constituintes do componente curricular Artes, cujas temáticas são especificadas na Base Nacional Comum Curricular (2017) – documento normativo que baliza os conteúdos para a educação básica a nível nacional. A BNCC, por sua vez, está ancorada na Lei 9.394 (1996), que regula a educação em todos os níveis, estabelecendo as normas para a organização da educação brasileira. Embora, então, os conteúdos já estejam determinados previamente, há modos distintos de abordá-los.

A experiência relatada neste artigo é resultado do estágio obrigatório do curso de Licenciatura em Teatro de uma universidade estadual do Paraná. O estágio ocorreu em duas turmas de 1º ano do Ensino Médio, com alunos de 14 a 17 anos. A abrangência da faixa etária se deve à presença de alunos repetentes nas duas turmas, embora a diferença de idade não pareça ter gerado ruído na comunicação entre eles. A escola concedente do estágio é pública – esse recorte é necessário, porque o marcador de classes sociais pode influenciar o contexto e a análise pretendida (Ferreira, 2018).

No Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Teatro em questão, o estágio supervisionado obrigatório na escola se divide em dois semestres, sendo o primeiro de observação e o segundo de regência. Como este artigo versa sobre a prática de regência, isso significa que já havíamos tido contato com as turmas, por tê-las observado nas aulas de Artes durante o semestre anterior.

Depois de estudar o documento contendo os tópicos de ensino da turma, de conversar com a professora supervisora e do conhecimento que tínhamos sobre o grupo em questão, optamos por ministrar o conteúdo de criação de personagens. Esse conteúdo já havia sido abordado em uma recente experiência docente com grupos de teatro da comunidade, em que notamos algumas lacunas que não puderam ser preenchidas no transcurso da experiência. Por conta desta última experiência e do início do novo estágio com outro público-alvo, supusemos que a união entre o teatro contemporâneo e político seria uma possibilidade de sanar as lacunas que só a criação de personagens não bastava.

Na Licenciatura em Teatro dessa Universidade, ao final da disciplina de estágio todos os licenciandos devem escrever um artigo relativo à experiência semestral, elegendo um recorte temático e uma perspectiva analítica. Este artigo, por exemplo, é resultado dessa prática e o tema central dele, que resulta da experiência de estágio, é a criação de personagem através da autoficção, como forma de identificar possíveis *Gestus* sociais e suas reflexões que atravessam a sala de aula. Para melhor desenvolver o trabalho e analisar o comportamento dos estudantes, traçamos como objetivos observar como os alunos se relacionavam com a criação de personagem partindo da realidade e do contexto em que estão inseridos, e compreender o rastro autoficcional em cada criação. Além disso, era importante também identificar a diferença entre a simples gestualidade e o *Gestus* social (conceito brechtiano), no contexto escolar.

Ao refletir e debater sobre o tema escolhido, nos deparamos com a discussão sobre a identidade dos alunos e sobre como aquele momento da vida escolar poderia ser significativo para a formação de pensamento, a construção de consciência política e a identificação de seu papel social na sociedade. A partir dessas percepções, a questão que pretendemos responder ao final deste artigo é: como a produção autoficcional e o *Gestus* dela emergido podem dar indícios das influências históricas, sociais e do comportamento dos alunos na sala de aula?

Essa pesquisa assume caráter de investigação qualitativa (Godoy, 1995), em que os dados serão analisados a partir dos diários de bordo e das produções autofissionais produzidas pelos alunos em sala de aula (Machado, 2002; Osório, 2010). Como referenciais bibliográficos, utilizamos a dissertação “Currículo e o ensino da arte na escola: ensino da linguagem teatral no ensino médio” (Rodrigues, 2018), que traça um panorama do ensino de arte no Brasil e reflete sobre os processos pedagógicos envolvendo o teatro; *O que é autoficção?*, de Silva (2019), que faz um breve histórico e conceitua o gênero autoficcional, e *A linguagem gestual no teatro de Brecht*, de Bolle (1976), que conceitua e exemplifica o *gestus* social, além de outros trabalhos que contribuíram para elaboração desta pesquisa.

A autoficção e o *gestus*

Assim que foram escolhidos o método e os conteúdos, o trabalho foi direcionado para a perspectiva autoficcional por meio de jogos teatrais, de modo que fosse exequível um estudo sobre as figuras encontradas nos trabalhos dos alunos. Porém, como a experiência docente analisada neste artigo parte das ideias de autoficção e *gestus*, é necessário, antes, defini-las para demarcar de quais conceitos partimos.

O termo *autoficção* foi empregado em 1977 por Serge Doubrovsky e conceituado como “[...] a obra literária em que a junção de elementos autobiográficos com ficcionais torna-os indiscerníveis, mas que tem, nessa indefinição, a característica que faz dessa uma prática reconhecível no ato da leitura” (Silva, 2019, p. 303). Ou seja, o autor pode ser protagonista de uma narrativa que mistura fatos da realidade com elementos de ficção. A autoficção acaba se confundindo com a realidade de quem a escreve, podendo, assim, representar a personalidade do autor ou, ao menos, partes dela.

Pensando nisso, selecionamos jogos teatrais (um dos conteúdos previstos para a série em questão no Projeto Político Pedagógico da instituição concedente do estágio), realizados em dimensão coletiva, exercícios de escrita e desenho individuais – materiais que foram recolhidos para a análise e escrita deste artigo – e criação de personagens coletiva e individualmente. É importante ressaltar que atuamos em duas turmas diferentes e desenvolvemos o mesmo planejamento em ambas, o que nos trouxe outra visão do estágio e possibilitou a percepção dos limites e dificuldades de cada uma.

Normalmente, no ambiente fora do espaço da educação formal, a autoficção aparece no cenário do teatro performativo e costuma lançar luzes sobre a subjetivação do indivíduo. Sua natureza performática, porém, não impossibilita que a mesma seja abordada pelo viés coletivo, politizado, de modo que possam ser identificadas, por meio delas, características do contexto histórico e social. Partindo dessa premissa, notamos elementos que se repetiram em ambas as turmas trabalhadas e que serão analisadas pela perspectiva do teatro épico, engajado e político. Não é a leitura habitual no universo acadêmico tampouco no artístico, mas pretendemos, com isso, fugir da individualidade na qual a autoficção costu-

ma estar inserida, justamente por sabermos que é possível identificar e estudar os gestos sociais que surgem nos exercícios propostos em diferentes contextos.

O gesto social mencionado anteriormente é chamado, na realidade, de *gestus*, termo do dramaturgo alemão Bertolt Brecht para dar qualidade a um conjunto de ações que reflitam a ação da sociedade ou um comportamento que ocorra em âmbito coletivo. Desse modo, o *gestus* existe através das contradições da linguagem gestual de um personagem:

[...] o *gestus* é signo de interação social. Assim, por exemplo, um homem que vende um peixe manifesta o *gestus* de vender; um homem redigindo seu testamento, uma mulher atraindo um homem, um policial batendo num homem, um homem pagando dez homens – em tudo isso está um *gestus* social. Outra característica do *gestus* é a sua complexidade: seus elementos constitutivos podem ser gestos, expressões mímicas ou palavras, simultânea ou separadamente (Bolle, 1976, p. 394).

O *gestus* não necessariamente precisa abranger a palavra e a ação ao mesmo tempo, ele pode estar somente em uma ou outra. O *gestus* manifesto pela palavra é o modo mais comum de identificar padrões e até estereótipos dentro da sala de aula, pois, segundo Brecht:

Gestus não significa mera gesticulação. Não se trata de uma questão de movimentos das mãos, explicativos ou enfáticos, mas de atitudes globais. [...] Nem todos os *Gestus* são sociais. A atitude de espantar uma mosca não é um *Gestus* social, ainda que a atitude de espantar um cachorro possa sê-lo, por exemplo, se representar a batalha incessante de um homem maltrapilho contra os cães de guarda. [...] O gesto de trabalhar é decididamente um *Gestus* social, porque toda atividade humana dirigida para o controle da Natureza é uma tarefa social, uma tarefa do mundo de classes. (Brecht, 1967, pp. 77-78, *itálicos do autor*).

Percebemos, então, que o *gestus* se difere da simples gestualidade quando destacar a representação social de uma classe, o confronto de ideias ou questões sociais que evidenciam algum tipo de contradição (Lima, 2015). Além disso, ainda segundo Brecht: “[...] o *Gestus* social é o gesto relevante para a sociedade, o gesto que permite conclusões sobre as circunstâncias sociais” (1967, p. 79, *itálicos do autor*). Cientes dos conceitos que embasaram este artigo, procederemos, nas seções seguintes, às análises das criações artísticas que nos apresentaram ao longo do estágio.

Atravessamento do *gestus* na autoficção: a experiência na sala de aula

Muitas das figuras encontradas em sala de aula são questionáveis, problemáticas e necessitam de um cuidado ao serem abordadas. Do mesmo modo, o aluno precisa ser entendido como indivíduo com interesses, histórias e inclinações individuais, ao mesmo tempo em que é um sujeito social inserido em um coletivo na instituição de ensino. Segundo o filósofo István Mészáros (2008), sem os processos educacionais, é impossível conceber um sujeito social consciente, organizado e capaz de pensar na construção de uma sociedade fundamentada em outras bases sociais. Nesse sentido, conseguimos traçar um caminho entre a produção autoficcional que propusemos e a discussão do *gestus* que atravessa a sala de aula.

Como dissemos anteriormente, passamos por duas turmas de primeiro ano do Ensino Médio, que serão nomeadas com as duas primeiras letras do alfabeto. Na turma A, notamos que os alunos eram bastante enérgicos, o ambiente era difícil de manter a concentração e havia um grande número de “alunos-problema”³ – aqueles que interrompem a aula, saem sem permissão e discutem com funcionários e professores. Mesmo com todas essas dificuldades, os alunos sempre se mostraram interessados em nossas propostas.

Depois de algumas semanas de trabalho com a turma A, por incompatibilidade com a mudança de horário ocorrida, tivemos de migrar para a turma B. Os alunos se mostraram receptivos, organizados e atentos aos comandos desde o início. Além disso, a turma era composta, em sua maioria, pelos mesmos estudantes desde o Fundamental I, motivo pelo qual constatamos de imediato um bom entrosamento entre eles.

O primeiro exercício proposto aos dois grupos foi a criação de um autorretrato. Neste trabalho, eles deveriam se desenhar, sem levar em consideração apenas sua imagem física, mas também sua personalidade e suas preferências. Na turma A, os desenhos foram menos elaborados, mas bastante criativos. Como resultados, tivemos figuras comuns para a faixa etária deles, como esporte, séries de televisão, *videogame*, mas também surgiram imagens de preocupação com os

³ O termo está entre aspas porque tais estudantes não necessariamente têm diagnóstico de algum tipo de distúrbio psicopedagógico, mas foram assim definidos pela equipe pedagógica pelo comportamento dissidente. Além disso, não tivemos tempo de convívio o suficiente e não dispomos de ferramentas teóricas para assumir posição favorável ou contrária ao emprego do termo. O uso das aspas, então, também representa uma espécie de isenção do julgamento de valor.

estudos, cansaço do cotidiano, vestibular e drogas. Um dos alunos perguntou se poderia desenhar um narguilé⁴, pois acreditava que aquilo o representava.

Ao final dessa atividade, solicitamos que escrevessem durante cinco minutos tudo que lhes viesse à mente, como uma espécie de escrita por fluxo de consciência. Nesse momento, o mesmo aluno do “narguilé” escreveu sobre drogas, festa e mulheres. O que nos instigou, nesse caso, foi refletir sobre os motivos pelos quais ele concluiu que esses elementos o definiam. As reflexões advindas dessa situação nos levaram ao *gestus* do aluno. Ele é um dos alunos considerados problemáticos, estigmatizado pela equipe pedagógica devido ao comportamento desviante do padrão esperado. Sem perceber as diversas camadas que compõem a sua personalidade, ele internalizou o rótulo. Porém, o andamento das atividades evidenciou a complexidade da personalidade do indivíduo: esse mesmo aluno realizava todas as atividades, se mostrava participativo e incentivava os outros alunos a fazerem o mesmo.

Realizamos o mesmo exercício do autorretrato com a turma B e, nesse caso, surgiram figuras parecidas com as da outra turma e que correspondiam à personalidade deles. Novamente, o destaque será dos “alunos-problema” da turma: um desses alunos decidiu que o que o representava era a bandeira do Brasil, o Bolsonaro (referência ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro) e três corações em verde e amarelo, em uma alusão direta às cores da bandeira nacional, que foram apropriadas como símbolo do antigo governo. É curioso pensar que um jovem de, no máximo, 16 anos se sinta representado por um político. Evidentemente, a pouca idade não impede que ele tenha um nível de clareza política a ponto de saber qual ideologia melhor o representa, mas concentrar em uma única pessoa a representatividade da sua personalidade é bastante discursivo. Podemos pensar, entre tantas outras possibilidades, na tendência preocupante de olhar para os políticos como seres heroicos e dignos de devoção, atitude que tem sido comum nos últimos anos.

Essa postura é perigosa, porque inviabiliza um olhar crítico sobre as figuras que nos representam nos cargos políticos e faz com que as pessoas encontrem respostas para justificar seus desvios. Por conta disso, a política passa a ser lida como um embate entre indivíduos e suas condutas, em que ganha aquele que

⁴ Espécie de cachimbo de água de origem oriental, utilizado para fumar tabaco saborizado com essências artificiais.

comete menos deslizes. A escolha de um jovem por um político como representante de sua própria personalidade denota uma politização às avessas, por vias pouco dialéticas, uma vez que o jovem não se propõe a pensar sobre as posições com as quais ele concorda e os ideais, a longo prazo, que balizam a construção de uma sociedade a partir de seus princípios.

Esse comportamento de personalismo político se tornou mais comum entre os jovens e adultos especialmente no ano de 2022, devido às eleições presidenciais acirradas, que depuseram o governo de Bolsonaro, com vitória apertada do representante do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. Essa polarização se acentuou no início do ano e foi levada às últimas consequências com ataques violentos, assunção de posições irreduzíveis, separação de famílias e grupos sociais cujas afinidades políticas divergiam – tudo que depõe contra o traquejo dialético e dialógico que nos é tão caro.

É possível constatar um padrão de comportamento entre os jovens da turma em questão, pois na mesma sala, outras duas meninas realizaram seus trabalhos de autorretrato fazendo alusão ao antigo governo, o que pode nos levar a constatar tal padrão de idolatria dessas figuras, como se fossem celebridades isentas de análise de seus discursos, deixando em segundo plano a compreensão do papel dessas pessoas para a sociedade.

Ao final do trabalho com desenhos, solicitamos o exercício da escrita em fluxo de consciência durante cinco minutos. A primeira coisa que o aluno anteriormente mencionado escreveu foi a palavra “nazismo”; compreendemos, então, que esta foi a primeira palavra que lhe veio à mente. Ao analisar a situação, questionamo-nos: será que o estudante compreende o significado do nazismo? Ou, verticalizando ainda mais a problematização: será que se os processos educacionais de conscientização política visassem ao entendimento do cenário político como um todo, o gesto social seria esse?

Existem outros elementos contextuais cuja incorporação à análise será necessária para esmiuçar a reflexão: esse aluno da turma B é recém-chegado e aparenta deslocamento em relação ao grupo. Uma possível resposta para as questões levantadas anteriormente sobre esse aluno é que, por não estar familiarizado ao novo ambiente, o melhor modo de esconder suas inseguranças seria assumindo uma postura mais agressiva e, à primeira vista, desinteressada. Desta forma, ele tornava o acesso a ele mais difícil, impedindo que as pessoas cons-

tatassem possíveis fragilidades. Tocar em temas polêmicos como nazismo e a predileção pelo Bolsonaro também denota essa postura combativa. Apesar disso, ele tomava a frente nas discussões, era o primeiro a participar dos exercícios e respondia perguntas sobre a matéria. Ele, como todo sujeito que é individual e social, tinha suas contradições.

Depois disso, ainda na turma B, propusemos o exercício em que eles deveriam criar um personagem coletivo que representasse a turma. O personagem construído, cujo nome era Juninho, tocava cavaquinho, tinha 1,58m de altura, era aluno de colégio público, bissexual, super inteligente e, como sugestão do aluno mencionado acima, preto e brasileiro. A partir disso, fizemos um jogo em que criamos coletivamente a história do Juninho e de sua capivara Josefina. Nesse momento, surgiram inúmeros *gestus*: o tom de voz do personagem, suas relações, seu *hobby*; todas as características que apareciam podiam ser problematizadas pelos colegas e, juntos, eles decidiam a melhor opção para determinada questão. Toda vez que um aluno contava uma parte da história de Juninho, era perceptível o quanto a personalidade do personagem e do aluno se misturavam.

Além desses exercícios mencionados, fizemos um jogo chamado “Entra cheio e sai vazio”, em que o jogador entrava com um objeto “imaginário” vazio ou cheio e, durante o trajeto até o outro lado da sala, ele teria de fisicalizar o ato de encher ou esvaziar esse objeto. Mesmo receosos, os alunos participaram do jogo teatral e surgiram figuras interessantes e discursivas, que se somaram às análises: uma mãe parindo, uma mulher realizando trabalhos domésticos, homens enchendo barris de bebida, entre outros. Essa atividade permitiu que os alunos experimentassem o fazer teatral e que nós identificássemos com quais figuras sociais eles preenchiam o jogo.

Em um momento posterior, fizemos o jogo “*talk show*”, em que a plateia fazia perguntas para o entrevistado e também reagia às respostas, possibilitando que todos os alunos participassem do jogo. Neste exercício, assim como nos anteriores, identificamos personagens que assumiram tipos sociais: estelionatário, padre, prostituta etc. O interessante nesse exercício foi perceber as contradições dos jogadores enquanto alunos: ao mesmo tempo em que demonstraram indiferença ou até desinteresse pela atividade entre si, eles também se colocavam na fila do jogo, faziam perguntas e se divertiam com a atividade. Essa postura nos fez notar o quanto os alunos são resistentes, ainda que inconscientemente, em

um primeiro momento. Era evidente que eles estavam interessados e envolvidos, mas, até que eles se dessem conta disso, seguiram aparentando indiferença. Concluímos que o jogo foi exitoso quando, na aula seguinte, pediram que fizéssemos a atividade novamente.

Com a continuidade do trabalho e as orientações que se seguiram, notamos que os alunos foram se distanciando de seus discursos iniciais, tornando evidente o quanto, de fato, eles não os representavam. A partir do momento em que solicitamos a criação de um personagem coletivo, cuja personalidade seria construída através de votação, o personagem tomou outra forma, assumiu posição em determinados grupos sociais e propôs outros discursos que refletiam a turma de modo mais orgânico e genuíno. Assim, refletindo acerca das figuras apresentadas, os alunos puderam tomar consciência de suas ações e verticalizar seus pensamentos em direção a uma criticidade mais proeminente, se afastando dos estigmas e rótulos que os ambientes sociais costumam impor sobre as pessoas.

Considerações Finais

A experiência docente que resultou neste artigo permitiu analisar o comportamento de duas turmas diferentes. Embora apresentassem comportamentos distintos, identificamos padrões e grupos que se repetiam em ambas: os estudiosos, fãs de futebol, amantes de séries e também os “alunos-problema” – assim rotulados pela comunidade escolar.

Outra constatação bastante significativa durante esse processo foi o fato de os assuntos da atualidade pautarem as discussões entre eles. Nessa experiência específica, a questão política ficou bastante sobressalente e acreditamos que isso tenha ocorrido devido à eleição presidencial, que aconteceu no mesmo ano. Nas conversas em que esses assuntos apareciam, notamos um discurso baseado em senso comum, com frases de efeito e acusações vazias propagadas em um nítido exercício irrefletido, norteado pela prática da reprodução, sem um processo de filtragem e pensamento crítico.

Tendo esse cenário como pano de fundo das aulas, além das demandas deles, que são diferentes em cada etapa da vida, pudemos identificar e questionar os *gestus* sociais presentes nos trabalhos e atividades que os alunos produziam por meio de gestos, frases, comportamentos e recortes selecionados para serem

expostos ao grupo. Além disso, notamos como eles se apresentam para o coletivo e como são definidos pela escola, que acaba por rotulá-los com base nas características que sobressaem, sem perceber a complexidade da personalidade desses adolescentes. Essa atitude, que se dá por parte da comunidade escolar como um todo – equipe pedagógica e alunado – corrobora com a reprodução de imagens sobre determinados alunos que às vezes não são condizentes com o que vimos durante o semestre de estágio.

A partir da experiência de estágio, foi possível perceber que os *gestus* encontrados nas produções autoficcionais dos alunos eram reflexo da sociedade em que estão inseridos e, ao mesmo tempo, revelavam a personalidade e as contradições de cada aluno enquanto parte de um coletivo: no início das aulas, alguns deles demonstravam desinteresse pela proposta, mas, pouco tempo depois, estavam engajados e envolvidos com a atividade, ao contribuir com a decisão coletiva sobre o destino de um personagem ou ao compartilhar com o grupo as suas preferências e restrições. Quando eles escolhiam mostrar determinada característica ou revelar um gosto específico, acabavam, por consequência, mostrando suas habilidades e também fragilidades e inseguranças.

210

Nesse sentido, a constatação do *gestus* nas atividades autoficcionais serviu como um disparador das reflexões e discussões na sala de aula para sinalizar a consciência de suas ações, ampliar a percepção dos discursos deles próprios e do entorno e alertar sobre o cuidado necessário com eventuais estigmas que a sociedade imponha sobre os indivíduos.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRECHT, Bertolt. **Teatro Dialético**: ensaios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, 283 p.

BOLLE, Willi. “A linguagem gestual no teatro de Brecht”. **Língua e Literatura**, São Paulo, v. 5, 1976, pp. 393 – 410.

DA SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 4ª edição, v. 123, 2005.

FERREIRA, Mirian Souza Rodrigues. “Currículo e o ensino de arte na escola: ensino da linguagem teatral no ensino médio”. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. “Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais”. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, pp. 20-29, jun./mai. 1995.

LIMA, Nádia Borges. “Brecht e a sua contribuição para o pensamento do escritor francês Roland Barthes”. In: SILVA, Jacicarla S.; BRANDINI, Laura T. (Orgs.). **Anais eletrônicos do IX Colóquio de Estudos Literários: Diálogos e Perspectivas**. Londrina, 2015, pp. 419-434.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OSORIO, C. “Experimentando a fotografia como ferramenta de análise da atividade de trabalho”. **Informática na educação: teoria & prática**. Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2011.

SILVA, Edson Ribeiro da. “O que é autoficção?”. **Scripta Uniandrade**, 2019. v. 17, n. 3, pp. 301-313.

www.pucsp.br/revistaaurora

ISSN 1982-6672